

DALTRO, Leolinda de Figueiredo

*mov. feminista.

Leolinda de Figueiredo Daltro nasceu na Bahia possivelmente em 1860, mas não se tem a data precisa de seu nascimento. Viveu a maior parte do tempo no Rio de Janeiro, no bairro de Cascadura. Sabe-se que teve cinco filhos e que, provavelmente, os criou longe do marido, de quem era separada.

No Rio de Janeiro, tornou-se próxima do republicano positivista Quintino Bocaiúva e amiga pessoal de Orsina da Fonseca, primeira mulher de Hermes da Fonseca. Precursora do indigenismo no Brasil, defendia a incorporação dos índios brasileiros à sociedade por meio da alfabetização laica e usou de todos os meios ao seu alcance para iniciar, em 1896, o ambicioso projeto de percorrer o interior do país e pôr em prática suas ideias. Sua proposta ganha ainda maior dimensão se se considerar que, à época, o debate público em torno da questão dos índios pendia ora em favor da catequização acompanhada da completa aculturação das tribos, ora em favor da sumária eliminação das populações indígenas remanescentes no Brasil.

Leolinda deixou os filhos com parentes e viajou solitária, passando por São Paulo e chegando a Uberaba, no Triângulo Mineiro. Em São Paulo, encontrou apoio, inclusive financeiro, de membros influentes da elite, como o fazendeiro e político republicano Eduardo Prado, Horace Lane (diretor do Colégio Mackenzie), Caio Prado, Martinho Prado e Elias Fausto. Contudo, à medida que avançava nos sertões, encontrou fortes resistências à sua proposta, pois a incorporação dos índios à sociedade afetava os dois principais pilares do poder local no Brasil do final do século XIX: a Igreja e os proprietários de terras. Em razão de suas ideias, Leolinda sofreu, em Uberaba, toda sorte de perseguições por parte da elite local, chegando a ser escorraçada da cidade por uma turba que a chamava de mulher do diabo. Ainda no Triângulo Mineiro, passou para a cidade vizinha de Araguari, ponto de partida de uma longa viagem pelos sertões de Goiás, atingindo as bordas do Maranhão e do Pará. A peripécia da professora Leolinda Daltro em nome da alfabetização de tribos

indígenas dos sertões brasileiros se encerrou no ano de 1897. No livro que publicou em 1920, a educadora relata esses episódios e um atentado que sofreu em Conceição do Araguaia, no qual foram assassinados o coronel Leão Leda e seu filho, seus protetores na ocasião.

Voltando a viver no Rio de Janeiro, fundou o Grêmio Patriótico Leolinda Daltro, com a finalidade de defender a catequização dos índios sem a interferência da Igreja. Em nome da entidade, passou a frequentar todas as solenidades cívicas, como as do dia da Bandeira e de Tiradentes, levando sempre consigo alguns índios que havia trazido de suas incursões pelo interior. Era o bastante para ganhar espaço na imprensa, onde não poucos se dedicaram a criticá-la e a ridicularizá-la. O assunto dividia a opinião pública no Rio de Janeiro, pois, a despeito das resistências, o governo federal decidiu criar o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910. Leolinda, dez anos após seu retorno dos sertões, saboreou uma pequena vitória, apesar de não ter sido convidada para a cerimônia de fundação do SPI.

Não satisfeita em defender a incorporação laica dos índios à sociedade brasileira, Leolinda também se dedicou à defesa da conquista da cidadania plena para as mulheres. Com base na ambiguidade da Constituição de 1891, requereu seu alistamento eleitoral, mas teve o pedido recusado. Em protesto, fundou, em dezembro 1910, o Partido Republicano Feminino, cujo objetivo era mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto.

Leolinda apoiava a política nacionalista do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), que, em 1908, quando ministro da Guerra do governo Afonso Pena (1906-1909), havia instituído uma nova lei de recrutamento militar. Em termos profissionais, assumiu a direção da Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca, situada no bairro da Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro. Defensoras da igualdade entre os sexos, Orsina e Leolinda promoveram também a criação da Linha de Tiro Feminino Orsina da Fonseca, onde as mulheres poderiam receber treinamento com armas de fogo.

Por mais de uma década, Leolinda e suas companheiras de partido, entre elas a poetisa Gilka Machado, ocuparam a cena política carioca criticando a cidadania incompleta das mulheres e participando de todos os eventos que pudessem causar repercussão na imprensa.

Iniciativas como a da professora Leolinda reavivaram na opinião pública brasileira a polêmica em torno da cidadania parcial das mulheres, como se depreende da correspondência enviada por leitores aos grandes jornais cariocas naquele período. Um exemplo dessa polêmica foi a desavença ocorrida entre um leitor do *Jornal do Brasil* e o prestigioso articulista Carlos de Laet. Em outubro de 1918 o leitor Turíbio Rabioli, que se identificava como militar, enviou uma carta indignada ao *Jornal do Brasil*, endereçada ao jornalista Laet. A fúria do leitor se concentrava no caso de Maria José Rabelo, que havia conquistado o direito de se inscrever no concurso público do Itamarati e fora aprovada. Sobre o assunto afirmava Rabioli, repreendendo o jornalista: que “a defendam (Maria José Rabelo) a Exma Professora Daltro e outras senhoras interessadas na masculinização do seu adorável sexo, assaz o compreendo, mas não que se lhes agregue V. Mcê, de quem esperávamos tivesse mais juízo”. Carlos de Laet, que desde setembro daquele ano vinha utilizando seu espaço no jornal para defender o pleito de Maria José Rabelo e a proposta da professora Daltro de se promover uma manifestação pública em apoio à pretensão da jovem candidata a um lugar nos quadros diplomáticos brasileiros, respondeu ao leitor com ironia, chamando-o de neurastênico e de “Adão zangado”. Não satisfeito, Laet aconselhou o leitor a ouvir Leolinda Daltro: “para mansamente o contrariar, preciso se faz o tino prudencial de uma senhora. Tenha a palavra a Sra. Professora Daltro.” Ainda em torno da questão Rabelo, o jornal carioca *A Rua* trouxe na edição de 5 de outubro de 1918 uma menção desairosa ao partido “arregimentado pela Sra. Leolinda Daltro”. Fragmentos de informação como esses demonstram que o movimento articulado por Leolinda foi extremamente ativo na capital federal, dividindo opiniões e aproveitando as oportunidades surgidas a cada momento para trazer à tona a condição feminina no Brasil.

Em 1919, Leolinda lançou-se candidata à Intendência Municipal do Distrito Federal, cargo equivalente ao de prefeito. Em outubro, concedeu entrevista à *Revista Feminina*, onde justificou sua candidatura nos seguintes termos: “Como mulher que sou, com um sentido superior de altruísmo, tenho me preocupado com a necessidade de minorar o sofrimento humano e de se atingir uma melhor distribuição da Justiça.” Sua campanha era simbólica,

uma plataforma para as mulheres denunciarem a discriminação e a desigualdade social e de gênero existentes na sociedade.

Em 1920, Leolinda reuniu seus registros e guardados remanescentes de sua incursão pelos sertões em uma obra publicada pela tipografia da Escola Orsina da Fonseca. O livro recebeu o título *Da catequese dos índios do Brasil (notícias e documentos para a história)*. Leolinda justificou a publicação tardia de seus registros alegando que a idéia da educação laica dos indígenas fora recebida com indiferença e frieza e a tornara alvo de ridículo.

A partir de então, acompanhou à distância a atuação da segunda geração de feministas. Logo após as mulheres terem alcançado o direito ao voto, no ano de 1932, declarou ser uma pessoa feliz e que já podia morrer depois de ver vitoriosa a luta pela emancipação política da mulher.

Faleceu em um desastre de automóvel em maio de 1935. Por ocasião de sua morte, a revista *Mulher*, editada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, registrou o fato com pesar e ressaltou seu papel como precursora do feminismo no Brasil. Afirmou a revista da Federação que “teve ela que lutar contra a pior das armas de que se serviam os adversários da mulher: o ridículo. Talvez isto a houvesse magoado profundamente tanto que se afastou das lides feministas. Mas a sua obra patriótica não parou aí: dedicou-se à obra da alfabetização no meio desses milhões de analfabetos, nela consumindo a sua velhice”. Também a revista carioca *Ilustração Brasileira*, na edição de junho de 1935, registrou seu falecimento.

Em 2003, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou a Resolução nº 233, que instituiu o Diploma Mulher Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro. A cada ano são escolhidas dez mulheres para receber a homenagem por seu destaque na vida pública e na defesa dos direitos femininos.

Hildete Pereira de Melo/Teresa Cristina de Novaes Marques

FONTES: BESSE, S. *Restructuring*; CONS. NAC. DIREITOS MULHER. A Mulher e a Constituinte; GAGLIARDI, J. *O indígena*; HAHNER, J. *Mulher*; *Ilustração Brasileira* (v.12, n.2, jun. 1935). Uma Precursora; *Jornal do Brasil* (26/9/1918, 3/10/1918). Carlos de Laet; *Mulher*: opinião feminina organizada, maio/jun, 1935; TELLES, N. *Medéia*.

DAMAS DA CRUZ VERDE

Associação filantrópica criada por mulheres no Rio de Janeiro em 1918, responsável pela fundação da maternidade Pró-Matre, até hoje em funcionamento.

ORIGENS E ATUAÇÃO

Desde o final do século XVIII o debate público em torno da pobreza, das doenças e da morte dividiu o mundo ocidental. As mulheres tiveram papel fundamental na criação, organização e gestão de associações humanitárias que tentaram minorar os efeitos da pobreza. No Brasil, essas associações filantrópicas foram sendo criadas a partir do final do século XIX, mas são pouco conhecidas, com exceção daquelas patrocinadas pelas Santas Casas, estas últimas, instituições coloniais. Um exemplo importante da iniciativa de mulheres assistência aos pobres foi a associação criada em 1918 sob a denominação Damas da Cruz Verde do Rio de Janeiro. Suas fundadoras tiveram papel de destaque na profissionalização feminina e na prestação de assistência médica à população mais pobre. Além de dedicar-se à filantropia, as integrantes do movimento foram fervorosas militantes da campanha pelo direito da mulher ao voto, atuando na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino nos anos 1920 e 1930.

Sensibilizadas com a campanha feita pelo médico higienista Carlos Artur Moncorvo Filho (1871-1944), pioneiro da pediatria no Brasil e fundador do Instituto de Assistência e Proteção à Infância, Maria José Vilas Boas de Siqueira Mesquita, a baronesa do Bonfim (1862-1953), sua filha Jerônima Mesquita (1880-1972) e Stela Guerra Duval (1879-1971) reuniram-se em abril de 1918 na residência da família Guerra Duval com um numeroso grupo de amigas, mulheres das classes média e alta do Rio Janeiro, com a ideia de juntaram forças para prestar assistência à maternidade. Participaram da reunião Laurinda Santos Lobo, Jeni Monteiro Amaral, Helena Figueiredo Araújo, Ernestina Passos Bulhões de Carvalho, Nair de Azevedo Teixeira, Maria Engrácia Celso Carneiro de Mendonça, Lo

Landbery e o médico professor Fernando Magalhães (ginecologista e obstetra), além do dono da casa, Fernando Guerra Duval, marido de Stela. Resolveu-se então fundar uma instituição de proteção à mulher pobre e à infância carente e decidiu-se que essa instituição se chamaria Pró-Matre.

Em paralelo a essas gestões para criação da maternidade, explodiu a gripe espanhola na cidade do Rio de Janeiro. As Damas da Cruz Verde já estavam mobilizadas no trabalho para a fundação da maternidade e passaram a prestar socorro às vítimas da pandemia. Em dois meses, no segundo semestre de 1918, haviam morrido no Rio de Janeiro mais de dez mil pessoas. Os hospitais estavam lotados, e diante da precariedade da situação sanitária aquelas mulheres cumpriram um papel cívico de combate à doença e a morte.

A epidemia não esmoreceu a luta pela criação da maternidade. As Damas da Cruz Verde procuraram o presidente da República Venceslau Brás, para solicitar um casarão na avenida Venezuela, número 159, onde pretendiam instalar a instituição. Foram atendidas, e assim, em 9 de fevereiro de 1919, inaugurou-se a maternidade com duas enfermarias, uma de obstetrícia e outra de ginecologia, com 40 leitos. Havia também um consultório para atender as mulheres grávidas, e naquele ano foram dadas cerca de 162 consultas semanais.

Em maio de 1919 a epidemia estava debelada, e o grupo levou adiante os planos de ampliar e diversificar a assistência prestada na maternidade. Foi criada uma creche com capacidade para receber 20 crianças, e nos anos seguintes seriam instalados postos de saúde materna e farmácias em outros pontos da cidade. A maternidade foi ampliada para 155 leitos, distribuídos em 15 enfermarias e 31 apartamentos particulares, além de laboratórios médicos e ambulatórios para prestação de serviços à população feminina e à infância carente. Com isso, a Pró-Matre tornou-se um centro de referência na obstetrícia brasileira. As Damas da Cruz Verde continuaram à frente da maternidade nos anos subsequentes, como foi o caso Stela Guerra Duval, que foi tesoureira da instituição por quase 20 anos e depois foi sua presidente perpétua. Com esse capital político, Stela se candidatou a intendente municipal pelo Partido Autonomista na capital federal, no pleito de 14 de outubro de 1934.

De 1919 a 1985 foram atendidas pelos serviços de saúde da Pró-Matre 270 mil mulheres e nasceram mais de 200 mil crianças. Em 2003, um levantamento contabilizou cerca de 600 mil partos, e uma média de 800 a mil nascimentos por mês. A maternidade contava 108 leitos e transformara-se num importante centro de estudos de obstetrícia no Brasil, a partir dos trabalhos do médico Fernando Magalhães. A Pró-Matre foi uma vitória da persistência de mulheres que uniram sensibilidade frente a causas sociais e conquista de direitos políticos. Sua maternidade funciona até os dias atuais, atendendo as mulheres carentes da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Hildete Pereira de Melo/Teresa Cristina de Novaes Marques

FONTES: ARQ. NAC. Fundo FBPF; ARQ. Pró-Matre; Rio Jornal (11/10/1918); *Pequena história* ; *Veja* (17/9/2003). Associação Pro-Matre; *Veja* (13/1/1999). Entrevista com Adèle Lynch, descendente da Baronesa de Bonfim, a Teresa Cristina de Novaes Marques.

DAMÁSIO, VIRGÍLIO

* gov. BA 1889 e 1890; const. 1891; sen. BA 1891-1908.

Virgílio Clímaco Damásio nasceu na ilha de Itaparica (BA) em 21 de janeiro de 1838, filho de Francisco Borja Damásio e de Maria Amália Clímaco de Sousa.

Graduou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1859, e recebeu o título de doutor em medicina mediante a defesa da tese *Mostrar pelo esqueleto que o homem foi criado para andar ereto sobre os dois pés e não sobre os quatro membros*. Em 1860 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas abandonou o curso, regressando a Salvador. Foi professor do Liceu Provincial da Bahia e professor de ciências acessórias da Faculdade de Medicina da Bahia a partir de 1862, por concurso que lhe solicitou “Discutir o princípio fundamental da teoria atômica, expor o sistema de Dalton com as modificações de Berselius, explicar por esse sistema a lei das proporções múltiplas”. Por meio de outro concurso, tornou-se catedrático de química mineral.

Aos 28 anos iniciou-se na política, disputando uma cadeira na Assembleia Provincial. Apesar de ter sido considerado eleito, seu diploma não foi reconhecido. Tentou novamente em 1876, sem êxito. Teve papel marcante como fundador e presidente da Escola de Belas Artes da Bahia, em 1877. Na Faculdade de Medicina da Bahia, foi transferido para a cadeira de medicina legal, área na qual ganhou notoriedade como professor e profissional, a ponto de ser convidado a demonstrar suas habilidades em Paris. Em 1886 apresentou à direção da Faculdade de Medicina relatório sobre suas experiências na Europa.

Desde 1872, vários e efêmeros clubes republicanos haviam sido organizados em Salvador, e desde 1885, também pelo interior do estado. Graças às suas convicções republicanas e à educação política liberal, fundou, com o apoio de outros companheiros, o Clube Republicano Federal, onde fez ouvir, através de comícios populares e círculos acadêmicos, seu “programa de federação das províncias”. Transformada, em 12 de janeiro de 1889, no Partido Republicano da Bahia (PRB), a organização definiu em maio seu programa, bem como sua bandeira, que posteriormente seria adotada pelo estado da Bahia. Damásio foi

redator do jornal *O Horizonte*, vinculado ao PRB, e publicou uma série de artigos no *Diário de Notícias* sobre a constituição da República portuguesa. Colaborou também no jornal *A República Federal*, instrumento de propaganda do movimento.

Inserida na conturbada conjuntura de mudança do regime político de imperial para republicano, a elite política baiana, liderada pelo presidente da província José Luís de Almeida Couto e por membros da Câmara Municipal de Salvador, resistiu até a última hora ao novo regime, mantendo-se leal ao imperador. Assim, na tarde do dia 16 de novembro de 1899, sob a direção de Virgílio Damásio e do coronel Frederico Cristiano Buys, comandante do 16º Batalhão, a República foi proclamada na Bahia na praça em frente ao forte de São Pedro, local escolhido pelo temor de reações antirrepublicanas. Como a situação permanecesse inalterada, no dia 17 de novembro, às 16 horas, a República foi “reproclamada”, pelos mesmos líderes e na mesma praça, que posteriormente passou a ser chamada de praça da Aclamação.

Ante a recusa de Manuel Vitorino Pereira em assumir a direção do governo baiano, conforme indicara Rui Barbosa – nomeado ministro da Fazenda do governo provisório chefiado por Deodoro da Fonseca e condutor da política baiana –, no dia 18 de novembro Virgílio Damásio tomou posse na Câmara Municipal como governador interino da Bahia. Exerceu o cargo por apenas seis dias, vez que, no dia 23, após a aceitação do novo regime pelos principais partidos políticos locais como algo irreversível, Manuel Vitorino curvou-se à insistência do conselheiro Rui Barbosa e tomou posse no governo. Contrariaram-se os interesses dos republicanos locais, que desejavam para o cargo Virgílio Damásio, um republicano autêntico, e não um liberal da monarquia, como o agora empossado. No entanto, um telegrama do marechal Deodoro confirmou o nome de Vitorino de modo inquestionável. Também Manuel Vitorino permaneceu no governo por poucos meses. A 25 de abril de 1890, ante a forte reação que sofreu – principalmente por haver nomeado intendentes para os municípios do interior sem consultar os tradicionais chefes políticos locais –, transmitiu o governo ao comandante das armas, marechal Hermes Ernesto da Fonseca, irmão do proclamador da República, que logo a seguir foi nomeado governador da

Bahia (26 de abril a 14 de setembro de 1890).

Seguiu-se o segundo governo de Virgílio Damásio (15 de setembro a 14 de novembro de 1890), até a posse do republicano de última hora José Gonçalves, nomeado pelo governo provisório para que Damásio fosse exercer o mandato de senador no Congresso Nacional Constituinte, por haver sido o candidato mais votado pelo Clube Militar e pelo Centro Republicano Democrata. Nesse governo, Virgílio Damásio criou Instituto Oficial de Ensino Secundário e ali tornou-se catedrático de física e química. Na Constituinte, foi membro da Comissão dos 21, que apreciava os pareceres sobre o projeto de Constituição mandado organizar pelo governo provisório. Defendeu a manutenção dos impostos de exportação concedidos aos estados e aceitou a emenda mandando avocar as dívidas dos mesmos estados. Mandou suprimir o artigo constitucional que estabelecia o Exército permanente, lembrando que todos os cidadãos, nos momentos precisos, deveriam pegar em armas em defesa do país e da nação. Votou pela abolição da pena de morte e apresentou uma proposta de pensão a dom Pedro II. Foi um dos signatários do manifesto contra a dissolução do Congresso pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 3 de novembro de 1891. Reeleito, permaneceu no Senado nas legislaturas que se seguiram, mas, em virtude de divergências com os políticos baianos Severino Vieira e José Marcelino de Sousa, não teve seu nome indicado para a reeleição em 1909 e deixou o Senado em dezembro de 1908.

Abatido pela morte da esposa, Ana Virgínia de Seixas Damásio, retirou-se para a vida privada, afastando-se da política. Faleceu aos 75 anos, no dia 21 de novembro de 1913, em sua casa, no corredor da Vitória, de arteriosclerose generalizada. Foi enterrado no dia seguinte, no cemitério do Campo Santo, em Salvador.

Foi membro da Academia de Medicina Legal da França e da Sociedade de Antropologia de Lima, no Peru. Escritor erudito, escreveu sobre reminiscências de homens e coisas do passado. Escreveu também *Emprego terapêutico da eletricidade e do galvanismo*; *Das aplicações do magnetismo animal na terapêutica*; *Do melhor meio de preservar os edifícios dos raios e as plantas que podem suprir os para-raios*. Fez diversas considerações

médico-jurídicas sobre o Código Criminal Brasileiro, publicadas na *Gazeta Médica da Bahia* (1867 e 1868), revista por ele criada e que dirigiu nesse período.

Paulo Roberto Novais S. de Quadros

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2, p.103); Brasil no ar. Disponível em: <http://www.brasilnoar.com.br/BA/ba_historia.asp>. Acesso em: 18/4/2009; *Revista da Fundação Pedro Calmon*. (n.6, p. 123-126, 2001); *Tarde* (21,22/11/1913). Acaba de falecer o conselheiro Virgílio Damásio; *Diário da Bahia* (22/11/1913). Conselheiro Virgílio Damásio; NUNES, A. *Na Bahia*; PRAZERES, O. *Bahia*; SAMPAIO, C. *Partidos* (p.59-61); TAVARES, L. *História* (p. 294-302).

DAMINI, Gigi

* jornalista; mov. anarquista.

Luigi Damiani, conhecido como *Gigi*, usual diminutivo de Luigi na Itália, nasceu em Roma em 18 maio 1876. Seu pai, migrante do Abruzzo, era proprietário de uma pequena adega; sua mãe faleceu quando o filho ainda era criança.

Nascido e criado nos ambientes populares do centro histórico da capital italiana, desde criança Gigi trabalhou na adega do pai. Frequentou a escola primária até ser enviado pelo pai e pela madrastra, por causa de sua rebeldia, para uma casa de correção de menores em Nápoles. Daí, por ter participado de uma revolta interna, foi transferido para uma casa de detenção. Após esse período, voltou para Roma. Segundo declarou, foram essas experiências, além de sua condição de classe, que o levaram para o movimento anarquista, que conheceu inicialmente acompanhando os fatos ligados ao *affaire Ravachol*, anarquista francês condenado à morte em 1892.

Desde o início sua militância foi caracterizada pela mobilidade: entre 1892 e 1894 movimentou-se entre Roma, a que sempre retornava, Gênova, e diversos centros da Toscana e da Ligúria (onde apreendeu o ofício de torneiro mecânico), onde eram numerosos os núcleos anarquistas e as comunidades operárias. Sofreu nessa época várias detenções, até ser alvo, assim como centenas de anarquistas italianos, das leis repressivas da atividade subversiva promulgadas em 1894, quando foi condenado a dois anos de confinamento em ilhas. Foi durante esse período que, com a ajuda de Luigi Fabbri, começou a escrever seus primeiros artigos.

Em 1897, após a comemoração do 1º de Maio em Roma, sofreu outra prisão por se ter envolvido em embates com a força pública. Tendo ficado na mesma cela do republicano Romolo Frezzi, assassinado na prisão pela polícia, foi testemunha no processo que se seguiu. Em agosto seguinte, com 21 anos, emigrou para o Brasil, diretamente para São Paulo, provavelmente obrigado pela polícia, dentro de um esquema já experimentado desde 1893 de enviar militantes subversivos com passagem paga, como se fossem membros de

núcleos familiares de lavradores contratados para a lavoura do café.

No Brasil, residiu em Itu (SP) até o início de 1898, depois na cidade de São Paulo, de 1898 a 1902, no Paraná (principalmente em Curitiba), de 1902 e 1908, e novamente em São Paulo, de 1909 a 1919. Desde a chegada, sua principal atividade como militante anarquista foi a de jornalista e propagandista. Ao mesmo tempo, desenvolveu diversos trabalhos (chegou a ter um laboratório em São Paulo com o anarquista Augusto Donati para produzir citrato de magnésio), até se fixar nos primeiros anos do século XX como pintor decorador, trabalho que aprimorou e desenvolveu até morrer.

MILITÂNCIA NO BRASIL

Inicialmente, sua militância esteve ligada ao processo de estruturação dos grupos políticos, das ligas de resistência e da imprensa operária em São Paulo no final do século XIX, junto com os socialistas e republicanos radicais e com os companheiros anarquistas que, como ele, haviam sido exilados da Itália em decorrência da repressão ao movimento operário. Expressão dessa ação conjunta, acima das divisões de tendências, eram o *Circolo di Studi Sociali*, do qual se tornou sócio, e seu jornal *Il Risveglio* (O Despertar), de cuja redação participou de 1898 a 1899, até sua extinção, depois que os socialistas se retiraram. No rastro dessa atividade, no dia 20 de setembro de 1898 participou ativamente da organização e da realização da contramanifestação pela comemoração da anexação de Roma ao Reino de Itália ocorrida em 1870, momento fortemente simbólico do processo de unificação do país, e assistiu ao assassinato por linchamento do companheiro anarquista Polinice Mattei, por parte de italianos monarquistas radicados em São Paulo. Em 1901, foi um dos principais organizadores e fundador do grupo anarquista *Pensiero e Azione*, um dos grupos libertários com mais adeptos e mais longevos da capital paulista.

Nesse período, as divisões entre anarquistas e socialistas se cristalizaram, também em São Paulo, em torno das características e objetivos da luta de classes, tanto na definição das greves como das organizações operárias que estavam se formando. Diante dessas questões, cada vez mais foi emergindo a posição de Damiani, que ele conservou ao longo de toda a

sua militância, tornando-se um dos principais expoentes e propugnadores, no panorama do movimento mundial, do anarquismo malatestiano: superação do anarquismo individualista, afirmação do organizacionismo dos grupos libertários por afinidades e regiões, inserção nos sindicatos, vistos como espaço principal de propaganda e atuação, sem favorecer sua estruturação institucional e hierarquizada; em contraste com as greves parciais, realização de greves gerais e, tanto quanto possível, insurrecionais. Era uma posição participativa, mas ao mesmo tempo crítica do sindicalismo, inclusive dos libertários que aderiram ao sindicalismo revolucionário como tendência autônoma e alternativa entre socialismo e anarquismo. Não por acaso, Errico Malatesta, líder reconhecido do movimento anarquista italiano e um dos principais pensadores libertários, manteve constante correspondência com Damiani, considerando-o um de seus principais colaboradores e chamando-o em 1920, quando da volta de Damiani à Itália, para dirigir com ele o recém-fundado órgão da União Anárquica Italiana, *Umanità Nova*.

Foi a partir dos anos 1911-1913, com base em uma análise crítica do excessivo culturalismo e do progressivo distanciamento dos sindicatos e greves da maioria dos grupos anarquistas mais consistentes de São Paulo, que Damiani intensificou sua aproximação com o movimento operário organizado, sem aderir ao sindicalismo revolucionário, mas defendendo e afirmando a auto-organização e a ação direta dos trabalhadores, e tendo uma efetiva participação nos movimentos grevistas. Essa atenção e proximidade com o sindicalismo, elaborada no Brasil, continuou na Itália e só se extinguiu após sua divergência com o anarco-sindicalismo espanhol, mais propriamente com a Confederación Nacional del Trabajo (CNT), depois que seu secretário Angel Pestana, em 1931, se recusou a apoiar um plano de libertação de Malatesta da prisão domiciliar na Itália fascista, revelando-o e desencadeando a posterior repressão do próprio governo republicano (Damiani foi expulso da Espanha em 1936).

Depois de *Il Risveglio*, a atividade de Damiani no Brasil girou sempre em torno do trabalho de redator de periódicos anarquistas (sobretudo de língua italiana). Em São Paulo, trabalhou para *Germinal* (1902) e *Amigo do Povo* (1902); em Curitiba, para onde se

transferiu em 1902 com a companheira, a também militante anarquista Maria Gemma (Emma) Mennocchi, que conheceu no Brasil, escreveu para *Il Diritto* e *O Despertar* (1904-1905, do qual foi diretor). Também em Curitiba foi durante anos, semanalmente, colaborador do principal jornal anarquista brasileiro, o semanário em língua italiana *La Battaglia*, publicado em São Paulo a partir de 1904, com suas “Cartas Paranaenses” (escritas quase sempre em português) e uma miríade de artigos sobre vários assuntos e teóricos. Da mesma forma, continuou sua colaboração com periódicos libertários na Itália. Considerado então uma referência no jornalismo anarquista, o grupo editor de *La Battaglia*, quando o diretor Ristori deixou o jornal, convidou Damiani para ocupar o cargo. A partir de seu retorno a São Paulo até sua volta para a Itália em 1919, seria assim o principal editor de jornais libertários na capital paulista. Extinta *La Battaglia*, fundou e dirigiu *La Barricata* (sua continuação, 1912-1913), *La Propaganda Libertaria* (1913-1914) e *Guerra Sociale* (1915-1917) e terminou sua militância no Brasil como um dos principais colaboradores de *A Plebe* (1917-1919).

Foi nas colunas de *La Battaglia* que apareceu o manifesto escrito por ele, de apoio e estímulo à greve dos pedreiros paulistanos de agosto de 1911. Já como diretor de *La Barricata* expressou no artigo “Deviazioni e specializzazioni: sindacalismo, antimilitarismo, anticlericalismo”, de novembro de 1913, sua crítica aos grupos de afinidades, apresentando a proposta de uma ligação mais efetiva dos anarquistas com a questão social e a luta de classes, para não deixar esse campo somente aos sindicalistas “profissionais” e ao sindicalismo revolucionário, e propugnando a idéia de que uma revolução só poderia acontecer a partir de uma greve geral organizada. Escreveu artigos a favor da organização operária também em *La Propaganda Libertaria* e, nas colunas de *Guerra Sociale*, abriu no fim de 1915 o longo debate “Pro e Contra il Sindacalismo”, declarando-se a favor de uma presença importante dos anarquistas no necessário processo de reorganização sindical que deveria ocorrer em São Paulo.

De fato, em 1917 atuou como uma das lideranças da greve geral de julho em São Paulo, especificamente na organização do Comitê de Defesa Proletária, que coordenou o

desenvolvimento da greve e negociou com a comissão de empresários e jornalistas os direitos alcançados com a paralisação. Por essa sua atividade foi procurado pelas autoridades e condenado à expulsão do Brasil, o que, porém, só ocorreria em 23 de outubro de 1919, após os atentados daquele ano. De 1917 a 1919 foram dois anos de intensíssima atividade política, que continuariam após sua volta forçada à Itália em novembro de 1919. Ali, além de se tornar principal redator de *Umanità Nova*, colaborou com *Guerra di Classe*, órgão da União Sindical Italiana (USI), a confederação que agregava sindicalistas revolucionários e anarco-sindicalistas.

Seu exílio da Itália fascista, onde foi perseguido como uma das lideranças do anarquismo italiano, teve início em 1927 e terminou somente com o fim da guerra, em 1945. Nesse período viveu na França, Bélgica, Alemanha, Espanha e Tunísia, sempre ativo na propaganda e organização do movimento anarquista internacional.

Suas últimas reflexões sobre a luta de classes, o movimento libertário e operário no Brasil, foram publicadas na Itália em 1920 no livro *I paesi nei quali non si deve emigrare: la questione sociale nel Brasile* (Os países para onde não se deve emigrar: a questão social no Brasil). Ali explicava as dificuldades e fracassos do movimento operário no Brasil, pelas características coloniais e escravistas do país e pelo fato de a classe operária ser estruturalmente diminuta e concentrada em relação ao resto do território, além de composta fundamentalmente por imigrantes (trabalhadores estrangeiros em mobilidade constante). Afirmava também que momentos de mais intensa possibilidade revolucionária poderiam ocorrer quando a classe operária assumisse um caráter efetivamente nacional (se sentisse mais enraizada no país), como ocorrera em 1917 na greve geral, e conseguisse se aliar a setores descontentes do Exército.

Faleceu em 15 novembro de 1954.

Luigi Biondi

FONTES: BIONDI, L. *Anarquistas* (p. 117-147); BIONDI, L. *Construção* (v. 1, p. 251-278); DAMIANI, L. *Paesi*.

DANTAS, Antônio da Silveira

* pres. SE 1896.

Antônio Leonardo da Silveira Dantas nasceu no engenho Forno, município de Divina Pastora (SE), em 1º de fevereiro de 1858, filho de João Félix Correia Dantas e de Joana Maria de São José e Melo.

Fez os estudos preparatórios no Colégio do Amparo, em Sergipe. Em 1876 ingressou no seminário arquiépiscopal da Bahia, concluindo o curso de teologia em 1881. Após sua ordenação retornou a Sergipe, trabalhou durante cinco anos como agricultor e, depois, assumiu as paróquias das freguesias de Guararu (1886-1894) e Maroim (1894-1912). Dividiu as atividades de pároco com diversos cargos públicos. Em Guararu foi intendente municipal e delegado literário, sendo exonerado dessas funções em 1890. Foi também presidente do Conselho Municipal de Maroim.

Deputado estadual em Sergipe por duas legislaturas (1894-1895 e 1896-1897), na condição de presidente da Assembleia Legislativa assumiu o governo do estado, substituindo o presidente Manuel Valadão, em duas ocasiões no ano de 1896. Primeiro, entre 14 de março e 27 de julho, e depois entre 4 de setembro e 24 de outubro, quando tomou posse o novo presidente do estado Martinho Garcez. No seu segundo período administrativo enfrentou uma tentativa de golpe de Estado, contida com o auxílio de tropas federais.

Foi um dos fundadores, em 1906, do Partido Progressista (PP), que reunia os descontentes com a influência política do monsenhor Olímpio Campos em Sergipe, iniciada quando este assumiu o governo do estado em 1899. Amigo de Fausto Cardoso, também natural da cidade de Divina Pastora, participou ao seu lado da revolta armada que em agosto de 1906 derrubou o presidente sergipano Guilherme Sousa Campos – irmão do monsenhor –, e logo depois foi sufocada pelas tropas federais enviadas pelo presidente Rodrigues Alves.

Colaborou nos jornais baianos *O Lidador* e *Leituras Religiosas*. Também na Bahia publicou, em 1906, *Cartas políticas aos sergipanos*, no jornal *Diário de Notícias*. Em Porto Alegre foi colaborador do jornal *O Pão de Santo Antônio* e na cidade de Penedo, em

Alagoas, do *Jornal de Penedo*. Na imprensa sergipana, escreveu para *O Farol e Folha de Sergipe*, ambos de Aracaju.

Foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Pároco de Santo Amaro a partir de 1912, faleceu em 15 de fevereiro de 1919.

Sérgio Montalvão/Cláudia Calmon

FONTES: GUARANÁ, M. *Dicionário*.

DANTAS, Antônio Pinto

*dep. fed. BA 1909-1911.

Antônio da Costa Pinto Dantas nasceu no engenho Europa, na freguesia do Bom Jardim, em Santo Amaro (BA), no dia 4 de agosto de 1874, filho de Cícero Dantas Martins e de Mariana da Costa Pinto Dantas. Seu bisavô, o capitão-mor João Dantas Martins dos Reis, e seu avô, o coronel João Dantas, destacaram-se nas lutas pela Independência do Brasil. Seu pai, futuro barão de Jeremoabo, foi vereador e presidente da Câmara da vila de Bom Conselho (1876), intendente do município de Itapicuru (1893-1896), deputado provincial (1860-1861 e 1870-1871) e deputado geral pela Bahia (1869-1877 e 1886-1889); já na República foi senador (1891-1896), primeiro-secretário e presidente do Senado estadual. Seu irmão, João da Costa Pinto Dantas, a exemplo do pai, foi intendente municipal de Itapicuru (1900-1903, 1908-1912 e 1922-1923), deputado estadual (1901-1902) e deputado federal (1903-1905 e 1935-1937).

Iniciou seus estudos em Alagoinhas e concluiu o curso de humanidades no Colégio Manuel Florêncio, em Salvador. Matriculou-se em seguida na Faculdade Livre de Direito da Bahia, recebendo o título de bacharel em ciências jurídicas a 5 de dezembro de 1895.

Ingressou na política em um momento de reviravolta na política estadual, que lhe foi favorável graças ao prestígio do pai. A partir do momento em que Severino Vieira assumiu o governo do estado da Bahia em 1900, sucedendo a Luís Viana, o barão de Jeremoabo e seu grupo político passaram de opositores a situacionistas, ficando os “vianistas” afastados do poder. Filiando-se com os filhos ao Partido Republicano da Bahia, fundado em 1901, e cujo principal líder era Severino Vieira, com a aproximação das eleições estaduais de 1903 o barão de Jeremoabo transferiu seu prestígio político aos filhos. Com isso Antônio Dantas foi eleito para seu primeiro mandato, pelo 5º distrito. Encerrada a legislatura 1903-1905, foi reconduzido à Assembleia estadual nas legislaturas 1905-1906 e 1907-1908.

Em 1907, Antônio Dantas participou do “grande cisma” da política baiana, quando da divergência entre Severino Vieira e o então governador José Marcelino de Sousa (1904-

1908) em relação à escolha do sucessor deste último. Rompeu com Severino Vieira e ficou ao lado de Marcelino, que apoiava a candidatura de João Ferreira de Araújo Pinho, em detrimento da de Inácio Tosta. Ambos identificavam-se, por suas origens e interesses, como representantes da burguesia agroindustrial, com profundas raízes monárquicas. Nas eleições de 1909, alçou vôo mais alto ao eleger-se para a Câmara dos Deputados com mandato até 1911.

Foi também coronel da Guarda Nacional, e fundador e diretor do Sindicato Agrícola de Bom Jardim e Lustosa, no distrito de Bom Jardim. Era proprietário do engenho Regalo, no município de Santo Amaro da Purificação, bem como das fazendas Morro (Serrinha), Cirica, Bananeira (Jeremoabo), Jurema, Cansansão, João Barbosa, Lages do Bandeira e Taboleiro (Cícero Dantas).

Faleceu na freguesia dos Mares, em Salvador, no dia 30 de março de 1920.

Casou-se com a prima Adalgisa Fiel Pereira de Carvalho, com quem teve dois filhos. Seu sobrinho João da Costa Pinto Dantas Júnior foi deputado estadual (1921-1922), deputado federal (1946-1959), secretário da Fazenda no governo de Otávio Mangabeira (1947-1951), e secretário da Agricultura no governo de Juraci Magalhães (1959-1963); outro sobrinho, Cícero Dantas Martins, foi deputado estadual (1923-1930 e 1945-1959), assumiu interinamente em 1955, como presidente da Assembleia Legislativa, o governo do estado quando da licença do governador Antônio Balbino, e foi também deputado federal (1967-1971). Seu sobrinho-neto João Carlos Tourinho Dantas foi deputado federal (1963-1975) e seu sobrinho-bisneto, Sérgio Raimundo Tourinho Dantas, também foi deputado federal (1992-1995).

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2, p. 305); ABREU, A. *Dicionário* (v.2, p.1792); BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); *Democrata* ((1/4/1920). Dr. Antônio da Costa Pinto Dantas; *Diário Oficial do Estado da Bahia*;

.*Cartas de ontem*; PANG, E. *Engenho*; *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. (n.15, 1967. p.117); SAMPAIO, C. *Partidos* (p. 77, 93-94); SANTOS, M. *Sinopse* (p. 153-158); VICTÓRIA, J. *Família* (p. 17/54-57).

DANTAS, ARISTÓTELES

*militar; rev. 1922; comte Zona Mil. Leste 1952; comte 1ª RM 1952-1954; comte Zona Mil. Norte 1954-1955; comte II Ex. 1958.

Aristóteles de Sousa Dantas nasceu na Bahia em 1º de junho de 1894, filho de José Teodósio de Sousa Dantas.

Ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em março de 1912, saindo aspirante a oficial em abril de 1915. Classificado para o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (1º RCD) na capital da República, foi promovido a segundo-tenente em fevereiro de 1917 e transferido, em março do ano seguinte, para o quartel-general da 6ª Região Militar, sediada em Salvador. Aí serviu até março de 1919, quando retornou ao 1º RCD. Promovido a primeiro-tenente em junho seguinte, ingressou na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em março de 1920, e aí permaneceu até agosto. Em seguida foi designado instrutor da arma de cavalaria na Escola Militar do Realengo.

Servia na Escola Militar quando, em julho de 1922, participou da revolta tenentista deflagrada no dia 5 em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. Na ocasião foi expulso da corporação e condenado a um ano e quatro meses de prisão. Anistiado após a Revolução de 1930, recebeu a patente de capitão com efeito retroativo a junho daquele ano, retornando ao 1º RCD no posto de comandante de esquadrão.

Em 1931 foi transferido para o Departamento de Pessoal do Exército, também no Rio de Janeiro. Participou do combate à Revolução Constitucionalista de 1932, operando nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Com a rendição dos rebeldes em outubro daquele ano, regressou ao Distrito Federal, aquartelando-se novamente no 1º RCD. Em fevereiro de 1933 foi promovido a major e assumiu em seguida o comando do 11º Regimento de Cavalaria Independente em Ponta Porã (MS). Deixou esse posto em janeiro de 1934 para iniciar o curso de aperfeiçoamento de oficiais superiores na Escola de Cavalaria do Rio de Janeiro, que concluiu em dezembro do mesmo ano.

A partir de fevereiro de 1935 exerceria alternadamente, durante dois anos, o comando e o subcomando da Escola de Cavalaria do Regimento Andrade Neves. Em maio de 1937 foi

promovido a tenente-coronel e em julho assumiu o comando do 4º RCD, sediado em Três Corações (MG). Em fevereiro de 1938 transferiu-se para o Rio de Janeiro como comandante do 1º RCD, posto que ocupou até novembro do ano seguinte, quando ingressou na Escola de Armas do Estado-Maior do Exército, estagiando no Batalhão Vilagran Cabrita, no Centro de Instrução Motomecanizada, em unidades-escola e na Escola de Aeronáutica Militar.

Em maio de 1940 iniciou o curso na Escola do Estado-Maior do Exército, e em agosto foi promovido a coronel. Entre novembro de 1942 e novembro de 1943 assumiu intermitentemente o comando interino da 14ª Divisão de Infantaria, sediada em João Pessoa. Recebendo a patente de general de brigada em março de 1944, foi em seguida para o comando da 1ª Divisão de Cavalaria, em Santiago (RS). Manteve-se nesse posto até 1945, quando se transferiu para a Escola Militar de Resende (RJ), onde até o ano seguinte exerceu alternadamente os cargos de comandante da escola e de diretor de ensino do Exército.

Designado comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro em novembro de 1946, permaneceu no posto até setembro do ano seguinte, quando passou a comandar a 6ª Região Militar, com sede em Salvador. Promovido a general de divisão em novembro de 1948, assumiu o comando da 1ª Divisão de Infantaria, no Distrito Federal, em janeiro de 1949. De março de 1950 a janeiro do ano seguinte cursou a Escola Superior de Guerra. A partir de março de 1952 comandou a Zona Militar Leste, correspondente ao atual I Exército, e a 1ª Região Militar, desligando-se da Zona Militar em setembro do mesmo ano e da Região Militar em junho de 1954 para assumir, em dezembro, o comando da Zona Militar Norte, atual IV Exército, com sede em Recife. Foi promovido a general de exército em maio de 1955.

Entre dezembro de 1955 e junho de 1958 integrou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, com sede no Rio de Janeiro, sendo nomeado chefe da delegação brasileira e presidente da comissão durante esse período. Em março de 1958, sucedendo ao general Artur Hescket Hall, passou a comandar o II Exército, sediado em São Paulo. Em novembro seguinte foi substituído pelo general Estênio de Albuquerque Lima e transferido para a reserva com a patente de marechal.

FONTES: ARQ. MIN. EXÉRC.; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; COUTINHO, A.

Brasil; LAGO, L. Generais; MIN. GUERRA. Almanaque; MONTEIRO, F. Discurso;
SILVA, H. 1922; TÁVORA, J. Vida.

DANTAS, Cristóvão Bezerra

* dep. fed. RN 1930.

Cristóvão Bezerra Dantas nasceu em Natal a 19 de abril de 1900, filho de Manuel Gomes de Medeiros Dantas e de Francisca Bezerra Dantas. Era sobrinho de Juvenal Lamartine de Faria, deputado federal (1906-1926), senador (1927) e governador do Rio Grande do Norte (1928-1930).

Graduou-se como engenheiro agrônomo pela Faculdade de Agronomia de Lavras (MG) em 1919 e fez especialização em genética na Universidade de Atlanta, nos Estados Unidos, em 1921. Retornando ao Brasil, recebeu convite do Ministério da Agricultura para dirigir no município de Tupi (SP) uma estação experimental de algodão, sendo então enviado ao Egito para estudar a produção do algodão de fibra longa. Em 1928 foi nomeado secretário geral do estado do Rio Grande do Norte por seu tio Juvenal Lamartine.

Em 1930 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano Federal. Apoiado pelo governador Juvenal Lamartine, que pensava fazê-lo seu sucessor, recebeu a maior votação do estado. Com a vitória da revolução de outubro de 1930 e o fechamento do Congresso Nacional, perdeu o mandato. Passou então a residir em São Paulo, assumindo uma das editorias do jornal *Diário de São Paulo* e tornando-se assessor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Trabalhou ainda no Instituto do Café e no Departamento de Publicidade da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Em 1951 assumiu o Departamento de Agricultura do estado do Rio Grande do Norte, durante o governo de Sílvio Piza Pedrosa. Em 1955 retornou a São Paulo, reassumindo seu cargo na Secretaria de Agricultura daquele estado. Em 1956 tornou-se também membro do conselho do Serviço Social da Indústria (SESI) do estado de São Paulo.

Em 1960 recebeu o Prêmio Hipólito da Costa, concedido pela FIESP. Em seguida integrou-se à administração Aluísio Alves no estado do Rio Grande do Norte como consultor técnico e vice-presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento. Colaborou ainda com os jornais *A República* e *Diário de Natal* e com a revista *O Norte*. Faleceu em Natal a 17 de outubro de 1964.

Publicou *A lavoura seca no Rio Grande do Norte* (1921) e *O algodão na economia nacional* (1930).

Renato Amado Peixoto

FONTES: BRITO, R. *Viagem*; *Revista Brasileira de Geografia* (vol. 17); MAIA, A. *Parlamentares*; MELO, V. *Patronos*.

DANTAS, Humberto Olegário

*dep. fed. SE 1930.

Humberto Olegário Dantas nasceu em Sergipe. Seu tio Manuel Correia Dantas foi presidente do estado de Sergipe de 1926 a 1930.

Iniciou sua carreira política como deputado estadual em Sergipe. Em 1929 defendeu a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República na Assembleia estadual e criticou os deputados defensores da Aliança Liberal, favoráveis ao então candidato Getúlio Vargas.

Foi eleito deputado federal pelo estado de Sergipe nas eleições realizadas em janeiro de 1930. Foi eleito na chapa situacionista apoiada por seu tio, então presidente do estado. Assumiu, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, mas teve seu mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da Revolução de 1930 que depôs o presidente Washington Luís (1926-1930), levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Publicou: *Sergipe a sucessão presidencial da República – 1929-1930* (1930).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; DANTAS, J. *Tenentismo*.

DANTAS, João dos Reis

*dep. fed. BA 1897-1899.

João dos Reis de Sousa Dantas Filho nasceu em Inhambupe (BA) em 22 de agosto de 1862, filho de João dos Reis de Sousa Dantas e de Ana Ferreira de Jesus Dantas. Seu pai foi deputado provincial (1854-1861) e senador estadual na Bahia (1897). Seu tio Manuel Pinto de Sousa Dantas foi presidente da província da Bahia (1865-1866), senador (1878-1889) e várias vezes ministro; organizou e presidiu o Gabinete do Império de 1884 a 1885. Seu irmão Antônio Carlos de Sousa Dantas foi chefe de Polícia do estado da Bahia.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1874.

Em 1897 foi eleito deputado federal e exerceu o mandato na legislatura 1897-1899.

Faleceu no dia 11 de julho de 1931.

Casado com Maria do Carmo da Costa Pinto, filha do visconde de Aramaré, teve dois filhos.

Liliane de Brito Freitas/ Consuelo Novais Sampaio

FONTES: BEVILAQUA, C. *História* (v.1, p. 10); *Revista do Histórico e Geográfico Brasileiro*, (263, (1964): 60); CARVALHO, A. Depoimento feito a Liliane de Brito Freitas, no dia 19 de maio de 2009; *Tarde*. (13/7/1931, p.3). Morreu, aos 69 anos de idade, um antigo deputado do Império.

DANTAS, LUÍS MARTINS DE SOUSA

*diplomata; emb. Bras. Itália 1919-1922; emb. Bras. França 1922-1943.

Luís Martins de Sousa Dantas nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 17 de fevereiro de 1876, filho de Manuel Pinto de Sousa Dantas Filho e de Maria Luísa Martins de Sousa Dantas. Seu avô paterno, Manuel Pinto de Sousa Dantas, exerceu importantes cargos políticos no Império, tendo sido deputado de 1857 a 1868, conselheiro de Estado a partir de 1879 e presidente do Conselho de Ministros no biênio 1884-1885. Chefe parlamentar do abolicionismo, foi também autor do projeto que serviu de base à Lei Saraiva-Cotegipe, que, promulgada em 1885, determinou a emancipação dos escravos sexagenários. Seu pai ocupou, entre outros, os cargos de presidente das províncias do Paraná, de 1879 a 1880, e do Pará, de 1881 a 1882, e foi diretor-geral do Tesouro Nacional de 1882 a 1890; após a proclamação da República, ingressou na carreira diplomática, exercendo as funções de cônsul do Brasil em Genebra, Lisboa e Antuérpia. Seu tio, Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, foi deputado a partir de 1878 e ministro do Império em 1882 no gabinete de Martinho de Campos; em 1891, já na República, fundou, junto com Joaquim Nabuco, o *Jornal do Brasil*. Seu primo, Marcos de Sousa Dantas, foi presidente do Conselho Nacional do Café em 1932, presidente do Banco do Brasil no biênio 1953-1954 e diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito de 1958 a 1960.

Luís Martins de Sousa Dantas bacharelou-se em ciências e letras no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e formou-se pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1896.

Em janeiro de 1897 começou a carreira diplomática como adido à legação brasileira em Berna, na Suíça. Promovido a segundo-secretário, foi enviado em março de 1900 a São Petersburgo, na Rússia, e transferido dois anos mais tarde para Roma, onde permaneceu até julho de 1908. Nesse ano, foi promovido a primeiro-secretário e transferido em outubro para Buenos Aires, onde exerceu a função de encarregado de negócios. Em junho de 1912 foi elevado a ministro-residente, por merecimento. Regressou ao Rio de Janeiro em maio de 1916 para exercer o cargo de subsecretário de Estado, assumindo, no mês seguinte, a chefia interina do Ministério das Relações Exteriores em virtude da visita do titular da pasta, Lauro Müller, aos Estados Unidos.

Em setembro de 1917, às vésperas da declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha,

Sousa Dantas foi enviado novamente para Roma, onde fez amizade com vários escritores e artistas, entre os quais o poeta Gabriele D'Annunzio. Transferido em junho de 1919 para Bruxelas, foi promovido a embaixador, e no final do ano retornou a Roma. Nesse posto, instalou a sede da missão brasileira no histórico palácio Doria-Pamphili e inaugurou a Câmara de Comércio Ítalo-Brasileira.

Em dezembro de 1922 assumiu a chefia da embaixada brasileira em Paris, e em outubro do ano seguinte viajou a Genebra para representar o Brasil na Conferência de Imigração e no Conselho Executivo da Liga das Nações, missão que lhe foi novamente confiada em 1924 e 1926. Durante sua longa permanência como embaixador na França, presidiu diversas manifestações culturais e artísticas, particularmente após 1931, quando se tornou decano do corpo diplomático. Após a invasão da França pelas tropas alemãs em junho de 1940, transferiu-se para Vichy, capital do governo colaboracionista chefiado pelo marechal Pétain na chamada “zona livre” do país. A partir de então, ajudou muitos franceses, principalmente judeus, a escapar das perseguições desencadeadas pelos nazistas, obtendo-lhes passaportes brasileiros. Em 1941, por ter atingido o limite de idade — 65 anos — foi aposentado do serviço diplomático por decreto presidencial e permaneceu aguardando no posto a escolha de seu substituto.

Em agosto de 1942 o Brasil declarou guerra às potências do Eixo. Em novembro seguinte, com a França já ocupada, Sousa Dantas tentou resistir à invasão do prédio da embaixada brasileira pelos alemães, sendo preso em janeiro do ano seguinte e internado junto com outros diplomatas brasileiros em Bad Godesberg, na Alemanha. Sua libertação e a de outros diplomatas brasileiros em 1944 foi negociada pelos norte-americanos através do governo suíço, sendo acordado que eles seriam trocados por súditos alemães que se encontravam detidos no Brasil. Desde meados do ano anterior, o então primeiro-ministro de Portugal, Antônio de Oliveira Salazar, vinha realizando gestões para a soltura dos brasileiros, sem conseguir êxito. O que de fato Salazar conseguiu foi antecipar a saída dos prisioneiros de Bad Godesberg e abrigá-los em Lisboa, onde eles aguardaram a chegada dos alemães provenientes do Brasil. De volta ao Rio de Janeiro, Sousa Dantas foi recebido com grandes homenagens.

Regressou a Paris ainda em 1944, logo após a libertação da cidade. Fixou residência na capital francesa e nela faleceu em 16 de abril de 1954.

Era casado com Elisa Meyer de Sousa Dantas.

Publicou em Paris um pequeno trabalho sobre as relações culturais entre a França e os países latino-americanos, intitulado *Les nations américaines et M. Gabriel Hanotaux*.

Paulo Brandi

FONTES: CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário de Notícias*, Rio (18/4/1954); GUIMARÃES, A. *Dicionário*; MIN. REL. EXT. *Almanaque* (1941); MIN. REL. EXT. *Anuário*; *Tribuna da Imprensa* (14/5/1954).

DANTAS, Manuel

*pres. SE 1927-1930.

Manuel Correia Dantas nasceu em Santa Rosa de Lima, povoado do município de Divina Pastora, na região central de Sergipe, no dia 22 de dezembro de 1874.

Filho de tradicional família de proprietários de terras, entrou na política partidária na primeira década do século XX. Foi vereador e depois prefeito de Capela, e deputado estadual em Sergipe por mais de uma legislatura. Como presidente da Assembleia Legislativa do estado, na sucessão do presidente estadual Maurício Gracho Cardoso, em 24 de outubro de 1926 assumiu o governo do estado em lugar do presidente eleito, Ciro Franklin de Azevedo, que, com a saúde debilitada, foi empossado em 6 de novembro seguinte, afastou-se em dezembro e faleceu em 16 janeiro de 1927, provocando a realização de nova eleição.

Eleito com o apoio do presidente Washington Luís (1926-1930), Manuel Dantas tomou posse como presidente de Sergipe em 5 de março de 1927. Em seu governo, manteve a maior parte do secretariado anterior e reuniu em torno de si alguns simpatizantes do tenentismo, movimento político que havia abalado Sergipe chegando a interditar o governo de Maurício Gracho Cardoso de 13 de julho a 2 de agosto de 1924. Segundo Ibarê Dantas, durante sua administração Sergipe enfrentou dificuldades econômicas, especialmente devido às secas de 1926 e 1928, que afetaram a produção de açúcar, principal suporte da economia local. O banditismo do grupo de Lampião também começou a marcar presença no interior do estado, desafiando as autoridades. No final de seu governo, os partidários da Aliança Liberal em Sergipe o acusaram de representar os estreitos interesses das oligarquias.

Na escolha de seu sucessor, em 1930, obteve de Washington Luís a indicação de seu correligionário Francisco de Sousa Porto, afinal eleito no pleito de março. Com a vitória da revolução de outubro, porém, Washington Luís foi deposto, Getúlio Vargas assumiu o poder, e os governantes estaduais foram substituídos por interventores. Em Sergipe, uma série de governantes provisórios se sucedeu a partir de 17 de outubro, até que, em 16 de

novembro, tomou posse como interventor Augusto Maynard Gomes (1930-1935).

Em virtude da revolução que marcou o fim da Primeira República, Manuel Dantas deixou Sergipe e passou a viver em Minas Gerais, afastado da política.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 5 de junho de 1937.

Sérgio Montalvão

FONTES: BARRETO, L. *Dicionário*; CIFORM - História dos Municípios (edição Histórica, jun. 2002); DANTAS, J. *História*.

DANTAS, Olinto

*junta gov. SE 1891-1892.

Olinto Rodrigues Dantas nasceu na cidade de Itabaiana (SE) em 23 de agosto de 1861, filho do major Geminiano Rodrigues Dantas e de Josefa Maria Dantas.

Estudou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde obteve o grau de doutor em dezembro de 1885, com a tese “Da influência que exercem as moléstias do coração sobre o fígado e reciprocamente deste órgão sobre o sistema circulatório”. Recém-formado, participou em 1887 da comissão que enfrentou a epidemia de varíola na localidade sergipana Barra dos Coqueiros. No ano seguinte, exerceu o magistério como professor de latim no Ateneu Sergipense e na Escola Normal, além de dirigir esses dois estabelecimentos de ensino.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, presidiu no ano seguinte o Conselho de Intendência de Aracaju. De 27 de novembro de 1891 a 18 de maio de 1892, ao lado de Leandro Siqueira Maciel e Marcelino José Jorge, participou da junta provisória que substituiu Vicente Ribeiro, diante da crise política que pôs fim ao seu governo. Deixou Sergipe ainda na década de 1890 e passou a residir em Santos (SP), dividindo-se entre as atividades médicas e o magistério. Foi inspetor sanitário, médico da Câmara Municipal e lente do Liceu Feminino Santista. Exerceu também a clínica homeopática em consultório particular.

Na imprensa, colaborou com o jornal *O Tempo*, de Aracaju, fez parte do corpo de redatores do *Republicano*, de Laranjeiras (SE), e foi redator chefe d’*O Correio de Sergipe*. Em São Paulo, escreveu sobre temas de epidemiologia e homeopatia nos jornais *Correio Paulistano* e *Diário de Santos*. Foi sócio do Instituto Hanemaniano do Brasil.

Escreveu *Carta aberta ao povo tratando dos processos terapêuticos, alopático e homeopático* (1906) e *Alopatia e homeopatia* (1907).

Sérgio Montalvão

FONTES: GUARANÁ, M. *Dicionário*.

DANTAS, Pinto

*dep. fed. BA 1903-1905 e 1935-1937.

João da Costa Pinto Dantas nasceu na Bahia no dia 24 de julho de 1873, filho de Cícero Dantas Martins. Seu bisavô, o capitão-mor João Dantas Martins dos Reis, e seu avô, o coronel João Dantas, destacaram-se nas lutas pela Independência do Brasil em 1822. Seu pai, o barão de Jeremoabo, foi deputado geral de 1869 a 1875 e em 1878.

Bacharel em direito e proprietário rural em seu estado, foi intendente municipal da Vila Itapicuru de 1900 a 1903. Paralelamente, foi deputado estadual de abril de 1901 a dezembro de 1902. De maio de 1903 a dezembro de 1905 exerceu o mandato de deputado federal por seu estado natal. Retornou à intendência de 1908 a 1912 e de 1922 a 1923. Foi senador estadual de 1924 a 1930.

Já após a Revolução de 1930 e a reconstitucionalização do país, foi novamente eleito deputado federal pela Bahia em outubro de 1934 e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados de maio de 1935 até 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país.

Era casado com Ana Adelaide Ribeiro dos Santos Dantas. Dois filhos seus, um neto e um bisneto também foram deputados federais pela Bahia: João da Costa Pinto Dantas Júnior, de 1946 a 1959, e Cícero Dantas Martins, de 1963 a 1971; João Carlos Tourinho Dantas, de 1963 a 1975; Sérgio Raimundo Tourinho Dantas, de 1992 a 1995.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados; Diário do Congresso Nacional*; INF. João Carlos Tourinho Dantas.

DANTAS, Salomão

*dep. fed. BA 1924-1926.

Salomão de Sousa Dantas nasceu no município de Curuçá (BA) em 31 de março de 1872, filho de José de Sousa Dantas e de Maria Ferreira de Sousa Dantas.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1892. Iniciou sua carreira política representando a região cacaueira na Assembleia Legislativa da Bahia, onde foi líder da maioria. Em seguida, eleito deputado federal, exerceu o mandato de 1924 a 1926. Foi figura marcante por vários anos na política do estado da Bahia, notadamente no município de Itabuna. Devido a problemas de saúde terminou por se afastar das atividades partidárias e se dedicar à advocacia, mas permaneceu como chefe político de grande prestígio.

Foi membro fundador do Banco Rural, cooperativa financeira que prestou importantes serviços no município de Itabuna. Atuou de modo essencial para estimular o progresso da região, especialmente no sentido de concretizar a ligação rodoviária Itabuna-Macuco, de importante significado econômico para o sul do estado.

Faleceu em Itabuna no dia 3 de julho de 1953.

Liliane de Brito Freitas/ Consuelo Novais Sampaio

FONTES: *Diário da Bahia* (8/7/1953, p. 3). O falecimento do ex-parlamentar baiano Salomão Souza Dantas; *Imparcial* (5/5/1926, p. 3). Na Câmara Federal; *Revista do Histórico e Geográfico Brasileiro* (n. 263, 1964, p. 82-83).

DARCY, James

*dep. fed. RS 1903-1908.

James Fitzgerald Darcy nasceu na cidade de Rio Grande (RS) em 9 de julho de 1876, filho de James Darcy e de Josefa Maria de Sá Darcy. Em diversos textos jornalísticos e literários, usou o pseudônimo *Jim*.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1896. Dois anos depois, na mesma instituição, doutorou-se em direito. Em 1900 foi cofundador e primeiro diretor da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, onde se tornou professor de filosofia do direito.

Em 1901, foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul. No ano seguinte, foi nomeado também procurador-fiscal da cidade de Porto Alegre e diretor do contencioso do Tesouro do Estado. Exerceu seu mandato no Legislativo estadual até 1903, quando foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Em 1906 foi reeleito para mais uma legislatura, até dezembro de 1908, mas nos primeiros meses renunciou devido a divergências com o presidente do estado Borges de Medeiros (1898-1908). Durante os anos em que ocupou uma cadeira na Câmara participou da discussão dos assuntos internacionais e foi membro da Comissão de Diplomacia e Tratados, além de delegado do Brasil em diversas conferências internacionais.

Depois de sua renúncia, estabeleceu banca de advocacia na cidade do Rio de Janeiro e em meados da década de 1920 tornou-se membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Em 1928 publicou no *Jornal do Comércio* uma série de artigos sobre Joaquim Nabuco e sua missão em Roma. No campo jornalístico, também colaborou com o jornal gaúcho *A Federação*. Foi ainda consultor geral da República e consultor jurídico da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Faleceu no Rio de Janeiro em 23 de agosto de 1952.

Era casado com Elmira Soares Utinguassu.

Publicou *Em prol do divórcio* (tese de doutoramento, 1898) e *Joaquim Nabuco e sua missão em Roma* (1928).

Raimundo Helio Lopes/ Izabel Noll

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GUIMARÃES, A. *Diccionario*; MARTINS, A. *Escritores*.

DEFESA NACIONAL, A

Revista lançada em 10 de outubro de 1913 por um grupo de oficiais brasileiros que, engajados em uma campanha de modernização do Exército, passaram a ser conhecidos pelo apodo de “jovens turcos”. Entre esses oficiais, vários tenentes e capitães haviam feito estágio no Exército Imperial Alemão, que recebeu três turmas de brasileiros, enviadas em 1905, 1908 e 1910.

Em outubro de 1912, após o término do estágio da última turma de brasileiros na Alemanha, alguns dos seus 21 membros se reuniram no restaurante Rheingold, em Berlim, e decidiram aplicar nas tropas nacionais os conhecimentos que tinham adquirido no exército germânico. Assim, surgiu o lema “Rumo à tropa”. Logo depois, durante a longa travessia do Atlântico, que reuniu por acaso Bertoldo Klinger, Estêvão Leitão de Carvalho e César Augusto Parga Rodrigues, surgiu também a idéia de fundar uma revista de teor técnico e militar capaz de contribuir para a formação do oficialato brasileiro. A revista tomou corpo cerca de um ano depois, sob os auspícios de Klinger e Leitão de Carvalho, que constituíram um grupo fundador e mantenedor e um grupo de redatores. Do primeiro faziam parte oito ex-estagiários do Exército alemão – além de Klinger e Leitão de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis, Epaminondas de Lima e Silva, Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, Amaro de Azambuja Vila Nova e Francisco Jorge Pinheiro – e quatro adeptos entusiastas – Brasília Taborda, Francisco de Paula Cidade, José Pompeu Cavalcanti de Albuquerque e Mário Clementino de Carvalho. O grupo de redatores formado por Klinger, Leitão de Carvalho e Joaquim de Sousa Reis.

A primeira edição da revista contou com o auxílio do Clube Militar, obtido graças à intervenção de Mário Clementino, que deu o título de *A Defesa Nacional* à publicação. Já o formato foi escolhido por Klinger e baseou-se na *Militär Wochenblatt*, revista publicada por militares alemães em Berlim desde 1816, da qual era assinante. Por isso, a primeira edição de *A Defesa Nacional* saiu sem capa, o que contrariou o senso estético de Mário Clementino, segundo o qual a revista ia sair “de ceroulas”. O formato tampouco agradou aos leitores, e Klinger se convenceu a adotar a capa, que variava de cor a cada semestre, a fim de alertar os assinantes de que era o momento de renovar a assinatura.

Não obstante a oposição movida por certos setores militares e civis, a revista desde o princípio teve razoável acolhida na caserna, o que isentou seus fundadores de ter que financiar do próprio bolso os primeiros exemplares impressos. Já em seu primeiro editorial a revista definiu de forma precisa o objetivo e a orientação de seu grupo mantenedor: lutar pelo “soerguimento” do Exército, pela defesa nacional, pelo desenvolvimento do país e pela formação de uma nação moderna e militarizada, nos moldes das nações européias, em

especial a Alemanha.

Há controvérsias a respeito da autoria do primeiro editorial de *A Defesa Nacional*. Segundo José Murilo de Carvalho, o editorial teria sido escrito por Klinger e já trazia posições divergentes das dos demais fundadores, principalmente Leitão de Carvalho, apontado como exemplo de “soldado profissional”, avesso a qualquer tipo de intervenção militar na política, fosse de caráter individual ou de caráter corporativo. Contudo, de acordo com Francisco de Paula Cidade, o primeiro editorial foi escrito por Mário Clementino e contou com a anuência de todos os fundadores, inclusive Leitão de Carvalho, que, em sua autobiografia *Memórias de um soldado legalista*, reconhece o texto como uma “obra-prima de clareza e elegância” capaz de definir “lapidarmente o objetivo e a orientação do grupo mantenedor”.

Devido à forte admiração pela Alemanha, os membros da revista foram chamados de “germanófilos” e mais tarde de “jovens turcos”, apelido pejorativo usado por indivíduos que se opunham às suas propostas. A expressão fazia alusão a oficiais turcos que haviam realizado estágio análogo no Exército alemão e, que, ao retornar a seu país, se engajaram em um movimento de oposição ao sultanato que acabou por resultar na proclamação da República em 1923, sob a liderança do militar Mustafá Kemal. Todavia, conforme destacaram Klinger e Leitão de Carvalho, o apelido que surgiu para ridicularizá-los acabou sendo visto como motivo de orgulho, na medida em que os oficiais responsáveis pela revista se consideravam os precursores do processo de modernização do Exército e, consequentemente, do país.

A Defesa Nacional possuía conteúdo predominantemente técnico, pois costumava veicular traduções de publicações técnicas militares alemãs, bem como artigos analíticos que visavam a demonstrar manobras de guerra e o uso de armamentos, sobretudo de origem germânica. No entanto, a revista não deixava de analisar, principalmente em seus editoriais, a situação política e econômica do Brasil, visto pelo grupo como uma nação ainda não formada. Assim, o escopo da revista extrapolava os limites da caserna, na medida em que propunha a formação de uma sociedade militarizada a partir da implementação do serviço militar obrigatório e do ensino militar nas escolas de nível secundário e superior, bem como a partir da difusão dos tiros de guerra, locais onde os civis podiam se dedicar à prática de tiro sem que com isso tivessem que se integrar ao Exército. É importante notar que para os jovens turcos e seu órgão oficial os processos de desenvolvimento do Exército e da nação eram questões interligadas. Assim, somente após garantir a modernização de seu Exército e a manutenção de sua soberania, o país poderia desenvolver com tranquilidade seu comércio, suas indústrias e suas artes, vistos como fundamentais para a riqueza nacional.

A revista *A Defesa Nacional* contou ainda com a colaboração de oficiais de patentes

superiores também conhecidos pela defesa da modernização do Exército, entre os quais se destacaram os generais José Caetano de Farias e Tito Escobar, o coronel Augusto Tasso Fragoso, o tenente-coronel Assis Brasil e o major R. Seidl, este responsável pela elaboração de raids hípicas e exercícios de guerra que costumavam reunir os jovens turcos. Entre os principais temas abordados pela revista figuraram a campanha pela implementação da lei do serviço militar obrigatório, promulgada em 1908 mas inaplicada até 1916, a defesa da vinda de uma missão militar alemã ao Brasil, a Guerra do Contestado e a Primeira Guerra Mundial.

A revista *A Defesa Nacional* continua sendo publicada pelo Exército até hoje, com um caráter mais teórico do que técnico, apresentando artigos de análise mundial, bem como artigos acadêmicos. Sua coleção encontra-se depositada no Arquivo Histórico do Exército e na Biblioteca do Exército (Bibliex), ambas no Rio de Janeiro.

Cristina Luna

FONTES: CAPELLA, L, *Malhas*; CARVALHO, E. *Dever*; CARVALHO, E. *Memórias*; *Defesa Nacional*; KLINGER, B. *Parada*.

DENIS, ODÍLIO

*militar; rev. 1922; comte. Zona Mil. Centro 1949-1950; ch. Depto. Ger. Admin. Ex. 1950-1952; comte. Zona Mil. Sul 1952-1954; comte. Zona Mil. Leste 1954-1956; comte. I Ex. 1956-1960; min. Guerra 1960-1961; rev. 1964.

Odílio Denis nasceu em Santo Antônio de Pádua (RJ) no dia 17 de fevereiro de 1892, filho de Otávio Denis e de Maria Luísa Denis. O casal teve 13 filhos, dos quais Odílio foi o segundo.

Seus estudos iniciais foram realizados nas cidades fluminenses de Campos, Nova Friburgo e Petrópolis. Nesta última concluiu os preparatórios em 1910, aos 18 anos de idade. Desejava ingressar na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, mas em 1911 o estabelecimento ainda se mantinha fechado, em virtude de sua participação no levante de 1904, quando da instituição da vacina obrigatória. A formação de oficiais fora transferida para Rio Pardo (RS) e depois para Porto Alegre, com o fim de distanciar os cadetes dos centros de agitação política. Reaberta a Escola do Realengo em 1912, Odílio nela se matriculou no mês de março, depois de já haver sentado praça no 52º Batalhão de Caçadores (BC), na capital da República.

Na Escola do Realengo fez os cursos de infantaria e cavalaria. Declarado aspirante em abril de 1915, foi imediatamente destacado para servir em Bajé (RS), onde se achava aquartelado o 11º Regimento de Cavalaria. Ali permaneceu até fevereiro de 1916. Promovido a segundo-tenente em janeiro de 1917, em março seguiu para o Nordeste em missão especial, sob a chefia do coronel Manuel Onofre Muniz Ribeiro. Retornando ao Rio em julho, serviu de agosto seguinte a janeiro de 1918 no 56º BC, sob o comando do coronel Otávio de Azeredo Coutinho.

Desde o ano anterior, um grupo de oficiais do Exército com influência na tropa, seduzido pelo poderio bélico que a Alemanha vinha demonstrando na Primeira Guerra Mundial, passara a defender, inclusive através da revista *Defesa Nacional*, o emprego de métodos disciplinares germânicos no ensino militar brasileiro. Essas tentativas de modificação dos hábitos do Exército, estimuladas durante o governo Venceslau Brás pelo seu ministro da Guerra, general José Caetano de Faria, chegaram a alcançar a Escola Militar do Realengo, influenciando na escolha dos professores e na elaboração dos programas de instrução. Esse

grupo responsável pela renovação do quadro docente da Escola Militar recebeu a denominação de Missão Indígena. Como aluno destacado, Denis passou a integrar o grupo, assumindo funções de instrutor em dezembro de 1918. Entretanto, com a derrota dos impérios centrais europeus, a França ergueu-se como principal potência militar do continente e, aos poucos, removeu a influência que a Alemanha exercia nos planos remodeladores do Exército brasileiro. Em junho de 1921, Odílio Denis foi promovido a primeiro-tenente.

NAS REVOLTAS TENENTISTAS

Aquele esforço inicial de reforma do ensino militar provocou manifestações de mudança de mentalidade entre os oficiais. Na faixa dos tenentes e capitães começaram a despontar insatisfações diante da frequente utilização do Exército em missões de intervenção nos estados, para remover pela força situações políticas divergentes do governo federal. O aparecimento dessa tendência coincidiu com a deflagração da campanha eleitoral de 1922 para a sucessão de Epitácio Pessoa, em que figuraram como protagonistas o presidente de Minas, Artur Bernardes, cuja candidatura à presidência da República foi lançada com apoio de São Paulo, e o senador fluminense Nilo Peçanha, que concorria ao cargo na legenda oposicionista da Reação Republicana, sustentada pelos governos do estado do Rio, da Bahia e do Rio Grande do Sul.

Inimigo de Floriano Peixoto, cujo governo combateu com energia, e civilista por convicção, a ponto de preencher as pastas militares de seu governo com políticos civis, Epitácio Pessoa não inspirava maiores afeições a uma oficialidade fortemente instigada contra os valores do regime representativo. Essa animosidade militar contra Epitácio foi repassada para Artur Bernardes, cuja candidatura traduzia os vícios da República civil, agravados pela intimidade de sua aliança com o Partido Republicano Paulista (PRP), que representava o situacionismo de São Paulo. Nilo Peçanha capitalizava, de certa forma, a inconformidade militar contra Bernardes. Mas a vitória de Nilo não era precisamente o que o Clube Militar desejava. A estratégia elaborada orientava-se no sentido de aumentar a tensão política de tal forma que as duas candidaturas civis fossem inviabilizadas, abrindo a perspectiva para a indicação do marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente da República (1910-1914), como solução de conciliação nacional.

Vários expedientes foram adotados para incompatibilizar o presidente mineiro com as corporações armadas. Duas cartas atribuídas a Bernardes foram publicadas no *Correio da Manhã* nos dias 9 e 10 de outubro de 1921. Nelas o marechal Hermes era qualificado de “sargentão” e os militares eram apontados como suscetíveis de serem subornados “com todos os seus bordados e galões”. O Clube Militar viveu momentos de indignação com o episódio. Várias assembleias foram convocadas para uma tomada de posição contra os insultos contidos nas cartas, e uma comissão de inquérito formada por oficiais associados do clube concluiu pela confirmação da autoria dos documentos, apesar das reiteradas negativas de Bernardes, vigorosamente sustentadas na Câmara e no Senado pelos representantes da bancada mineira.

Afinal, a tentativa militar não surtiu efeito. As eleições presidenciais realizaram-se, de acordo com o calendário eleitoral da época, em 1º de março de 1922, e Bernardes foi eleito. Nessa conjuntura, surgiu o problema da sucessão em Pernambuco, decorrente da morte do governador José Bezerra. Dois grupos disputavam a nova situação: o do antigo senador Francisco da Rosa e Silva e o do general Emídio Dantas Barreto. A família Pessoa de Queirós, com a qual o presidente Epitácio Pessoa tinha parentesco, estava ligada politicamente a Dantas Barreto. Acrescia o fato de que o comandante da 7ª Região Militar (7ª RM), sediada em Recife, era o coronel Jaime Pessoa, também parente do presidente da República. O marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, dirigiu a Jaime Pessoa um telegrama conclamando-o a manter as forças armadas afastadas das lutas políticas no estado. O fato teve como consequência a prisão disciplinar do marechal Hermes. Seu filho, o capitão Euclides Hermes da Fonseca, comandante do forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, não se conformou com a medida e, na madrugada de 5 de julho de 1922, os canhões do forte começaram a disparar sobre a cidade. A revolta contava com o apoio de algumas unidades da Vila Militar e de quase todo o corpo de cadetes e instrutores da Escola Militar. Sob o comando do coronel José Maria Xavier de Brito, as tropas de Realengo, segundo ficara previamente estabelecido, deveriam deslocar-se para o subúrbio carioca de Deodoro e ali juntar-se com os contingentes procedentes da Vila, de onde marchariam para o centro da cidade sob o comando do marechal Hermes — que já havia sido posto em liberdade — com o fim de depor Epitácio Pessoa.

No comando de uma companhia de infantaria da Escola Militar, o tenente Odílio Denis

movimentou-se com sua tropa ao longo do leito da ferrovia Dom Pedro de Alcântara, que fazia a ligação de Realengo com a Vila Militar. Junto ao quartel do 1º Batalhão de Engenharia, deteve a marcha e ficou aguardando, conforme o combinado, o apoio de uma companhia daquela unidade. Esse apoio falhou, porque a oficialidade resolveu conservar-se ao lado do governo. Dominado o levante em poucas horas, Denis foi desligado em 21 de julho do quadro de instrutores da Escola do Realengo, ocupada por tropas legalistas comandadas pelo capitão Euclides de Oliveira Figueiredo. Juntamente com outros oficiais que participaram do levante, foi preso e recolhido ao quartel do Corpo de Bombeiros, de onde saiu alguns dias depois para o 1º Regimento de Cavalaria, sendo dali transferido para bordo do *Alfenas*, colocado sob a guarda de unidades da Marinha. Condenado a um ano e quatro meses de reclusão, por sentença emitida pelo juiz Olímpio de Sá Albuquerque, reconquistou a liberdade em 1923, por força de *habeas-corpus*.

Em 1924 Denis envolveu-se na fracassada conspiração do capitão de mar e guerra Protógenes Guimarães, que tentou levantar contra o governo a tripulação do couraçado *São Paulo*. A revolta de Protógenes fracassou porque a polícia descobriu os líderes da conspiração antes do dia marcado para a sua eclosão, 21 de outubro. Mas o *São Paulo*, sob o comando do tenente Herculino Cascardo e tripulado por seiscentos homens, desafiaria as fortalezas da baía de Guanabara, tomando o rumo sul. No dia 12 de novembro chegou a Montevideú, onde o governo uruguaio concedeu asilo aos revoltosos, devolvendo todavia o couraçado à Marinha brasileira.

Por sua participação na conspiração, Denis foi novamente preso e levado para a ilha Grande, no litoral fluminense, onde por duas vezes contraiu malária, sendo medicado no Hospital Central do Exército e dali enviado para o Depósito de Convalescentes de Campo Belo, no interior do estado do Rio, onde foi posto finalmente em liberdade. Como a condenação que recebeu não implicasse perda de patente, passou a adido do Departamento de Guerra, sem função específica na tropa. Aproveitou essa circunstância, no início do governo Washington Luís, para requerer a promoção a capitão, juntamente com o pagamento de todos os vencimentos atrasados, aos quais se julgava com direito. O ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos, deferiu seu pedido de promoção, efetivada em dezembro de 1927, mas negou-lhe a restituição dos atrasados.

REVOLUÇÃO DE 1930 E ESTADO NOVO

As revoltas militares da década de 1920 cristalizaram-se no fenômeno do tenentismo. Uma de suas expressões foi a Coluna Prestes, grupo de militares rebeldes que percorreu vastas regiões do país tentando desencadear um levante nacional contra o desgastado sistema republicano. Em torno da Aliança Liberal e da campanha de Getúlio Vargas para a presidência da República, teve início o movimento que levaria em 1930 à deposição de Washington Luís e à instauração de um novo regime político no país.

O principal impacto provocado na esfera militar pela articulação revolucionária foi o manifesto do líder tenentista Luís Carlos Prestes de adesão ao marxismo, em maio de 1930, que teve como consequência sua recusa em assumir o comando do movimento que seria desencadeado a 3 de outubro. Os “tenentes” João Alberto Lins de Barros e Antônio de Siqueira Campos foram a Buenos Aires, onde Prestes se achava refugiado após o fracasso da Coluna, para propor-lhe uma revisão em suas posições. Não conseguindo o intento, resolveram regressar ao Brasil. Mas o avião em que viajavam sofreu um acidente, submergindo no rio da Prata e causando a morte de Siqueira Campos, que seria o substituto natural de Prestes no comando da ação tenentista. Com isso, os conspiradores ficaram temporariamente desorientados. Porém, passado o efeito do desastre, os “tenentes” reuniram-se no Rio de Janeiro e firmaram um abaixo-assinado no qual declaravam divergir “de modo radical e absoluto do programa constante do manifesto de Luís Carlos Prestes”. Odílio Denis foi um dos seus signatários, juntamente com Olímpio Falconière da Cunha, Leopoldo Néri da Fonseca, Filinto Müller, Nélon de Melo, Joaquim de Magalhães Barata, Renato Pinto Aleixo, Tasso Tinoco, Delso Mendes da Fonseca e outros. Numa segunda reunião, realizada na Irmandade da Cruz dos Militares, Prestes foi destituído da liderança tenentista e substituído por Juarez Távora, que já se encontrava mobilizando reforços no Nordeste com apoio dos usineiros pernambucanos Carlos e Caio de Lima Cavalcanti. Odílio Denis foi indicado para integrar o núcleo conspirador instalado em Belo Horizonte por Djalma Dutra e Osvaldo Cordeiro de Farias, mas preferiu ficar no Rio, como ele mesmo declararia posteriormente, para evitar contato direto com Artur Bernardes.

Vitoriosa a revolução com a queda de Washington Luís em 24 de outubro, Denis passou, a partir de 1º de novembro de 1930, a exercer o comando da Escola de Sargentos de Infantaria da Vila Militar. Em agosto de 1931 foi transferido para o 2º Regimento de

Infantaria (2º RI), igualmente sediado na Vila Militar, sem prejuízo do curso que começou a fazer na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, sob orientação da missão militar francesa.

No início de 1932, a situação política entrou em crise, com extensões inevitáveis na área militar, em decorrência do chamado “caso de São Paulo”. Nesse estado, os políticos tradicionais, tanto do PRP quanto do Partido Democrático (PD), pleiteavam uma interventoria “civil e paulista”, solução que o governo provisório de Getúlio Vargas rejeitava, na suposição de que ela viesse a restaurar a hegemonia política que São Paulo havia exercido na Primeira República, incompatível com os objetivos declarados da Revolução de 1930. Depois de haver rompido com João Alberto, temporizado com Laudo de Camargo e investido contra Manuel Rabelo, todos eles interventores do governo federal no estado, além de haver interrompido a solidariedade política que mantinha com Vargas, o PD uniu-se com o PRP e passou a enfatizar, em vez da “interventoria civil e paulista”, a volta imediata do país ao regime constitucional.

Vargas decidiu atender às reivindicações paulistas, que vinham obtendo crescente ressonância em Minas e no Rio Grande do Sul. Baixou decreto promulgando a Lei Eleitoral e marcou a data do pleito que deveria escolher os futuros constituintes. Nomeou Pedro de Toledo interventor em São Paulo e aceitou a composição de um secretariado com elementos expressivos da Frente Única Paulista (FUP), resultante da união do PRP com o PD. Não esboçou qualquer reação diante das demissões de Miguel Costa do comando da Força Pública e de Osvaldo Cordeiro de Farias da chefia de polícia. Para completar sua concordância com as exigências da FUP, substituiu no comando da 2ª RM o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro pelo general Luís Inácio Pereira de Vasconcelos. Estava armado o esquema que levaria à Revolução Constitucionalista de São Paulo, deflagrada a 9 de julho de 1932 contra o governo provisório.

Nesse mesmo dia o capitão Odílio Denis partiu da Vila Militar, no Rio de Janeiro, para a frente de combate, integrando as forças legalistas sob o comando do coronel João Guedes da Fontoura, que passaram a operar no médio vale do Paraíba, entre as serras da Bocaina e da Mantiqueira. Essas tropas formavam um dos destacamentos sob as ordens diretas do general Góis Monteiro, chefe das forças governistas. À frente de uma companhia do 111º Batalhão do 2º RI, Denis abriu caminho para a conquista de Queluz (SP), ocupada logo em

seguida pelo destacamento do coronel Manuel Daltro Filho.

Terminado o conflito com a rendição dos rebeldes em outubro de 1932, Denis continuou engajado no 2º RI. Daltro Filho, promovido a general, foi nomeado comandante da 2ª RM. Apesar de haver triunfado, o governo provisório permanecia em alerta ante o poder de recuperação da economia paulista, que sempre fora o suporte básico da supremacia política do estado no panorama nacional. Assim, não eliminando a possibilidade de um novo levante, o governo federal cuidou de fortalecer sua frente militar em São Paulo, razão pela qual o general Daltro resolveu trazer para a capital bandeirante o 111º Batalhão do 2º RI e convidou Odílio Denis para exercer seu comando. Promovido a major e lotado no 5º RI, em Lorena (SP), em fevereiro de 1933, nesse mesmo mês Denis assumiu o comando do 111º Batalhão na capital paulista e só em dezembro seguiu para Lorena. No mês seguinte, entretanto, foi convocado pelo ministro da Guerra, general Góis Monteiro, para servir como seu oficial de gabinete. Nessa função permaneceu de janeiro de 1934 a maio de 1935, quando foi indicado para cursar a Escola de Estado-Maior.

A Constituição de 16 de julho de 1934 determinava em suas disposições transitórias que seriam realizadas eleições presidenciais, pelo processo direto, em 3 de janeiro de 1938. A situação política brasileira encontrava-se naquela época bastante tumultuada, em consequência da radicalização que punha em confronto a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de esquerda, e a Ação Integralista Brasileira (AIB), de direita. O resultado desse choque ideológico foi a revolta de 27 de novembro de 1935, conduzida pela ANL e pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), deflagrada no Rio de Janeiro pelo 3º RI, da Praia Vermelha, e logo sufocada.

Havia no país, dessa forma, um ambiente generalizado de descrença quanto à realização de eleições. Mesmo assim, o governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, renunciou ao cargo em 31 de dezembro de 1936 e reassumiu a presidência do Partido Constitucionalista de São Paulo para lançar sua candidatura à presidência da República. Recebeu apoio imediato de Artur Bernardes, presidente do Partido Republicano Mineiro, e de Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul e presidente do Partido Republicano Liberal (PRL) naquele estado. Além dessas correntes, Armando Sales passou a contar com a solidariedade das agremiações oposicionistas dos demais estados. Em junho de 1937, sob a presidência de Bernardes, todos esses agrupamentos constituíram a União Democrática

Brasileira (UDB), com a intenção de firmar-se como partido nacional definitivo.

Do ponto de vista do Exército, uma candidatura paulista vinha decididamente marcada pelos ressentimentos oriundos das revoluções de 1930 e 1932. O apoio de Flores da Cunha acentuava essas animosidades, uma vez que o Exército não se conformava com a arregimentação progressiva dos “corpos provisórios” gaúchos, grupos de civis fortemente armados, remanescentes da Revolução de 1930, e desfrutando de um poderio de fogo que competia com o das tropas regulares. Flores havia definitivamente rompido com o governo federal, e o desarmamento dos “corpos provisórios” seria uma tarefa do agrado quase unânime do Exército, mas ao mesmo tempo representava o dismantelamento de um dos redutos mais seguros da candidatura Armando Sales. O general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, encarregara Góis Monteiro dessa missão. Logo depois, com sua investidura no Estado-Maior do Exército (EME), Góis transferiu a incumbência ao general Daltro Filho.

Odílio Denis estagiava na 3ª Seção do EME quando, em abril de 1937, foi convocado por Daltro para uma missão no Sul. Ambos seguiram para Santa Catarina, desembarcando no porto de Imbituba, onde foi organizado o Agrupamento D, ficando o major Denis com a atribuição de realizar missões de reconhecimento na divisa com o Rio Grande, acumulada com as funções interinas de comandante do 18º BC. Com a nomeação de Daltro para o comando da 5ª RM, sediada em Curitiba, Denis o acompanhou, para chefiar a 4ª Seção do Estado-Maior Regional, mas demorou pouco nesse posto. Em agosto de 1937, Daltro recebeu ordens de assumir o comando da 3ª RM, em Porto Alegre, e para lá também rumou em seguida o major Denis, com o fim de chefiar a 3ª Seção do Estado-Maior da Região.

Apertava-se o cerco ao governador Flores da Cunha. Em setembro de 1937, Denis foi promovido a tenente-coronel e imediatamente designado por Daltro Filho para comandar o 7º BC, cujo quartel ficava próximo do palácio do governador, em Porto Alegre. Em outubro, colocada a Brigada Militar gaúcha sob o comando de Daltro, Denis recebeu ordem de cercar o palácio e desativar o pequeno contingente policial que guardava. Flores, submetido ao assédio, resolveu abandonar o governo e, com permissão de Denis, rumou para o campo de aviação de Gravataí, onde tomou um avião com destino ao Uruguai. No dia 10 de novembro, através de um golpe, o governo Vargas instituiu a ditadura do Estado Novo.

Em 13 de maio de 1938, dois dias depois de um ataque integralista ao palácio Guanabara, Denis foi designado por indicação de Vargas, segundo ele próprio afirmaria mais tarde, para comandar o 1º BC, em Petrópolis, cidade onde Vargas passava longos períodos no verão, governando dali o país. Nesse mesmo mês foi promovido a coronel, nomeado comandante do Batalhão de Guardas da capital da República e concluiu o curso de alto comando. Ficou apenas três meses no Batalhão de Guardas, retornando a Petrópolis, de onde só sairia em março de 1940. Em junho desse ano foi convidado para comandar a Polícia Militar do Distrito Federal, uma das milícias mais bem armadas do país, subordinada ao Ministério da Justiça. Nessa época o titular da pasta era o mineiro Francisco Campos, autor do instrumento de justificativa jurídica para o Estado Novo. Em dezembro de 1942, Odílio Denis foi promovido a general de brigada.

NA REDEMOCRATIZAÇÃO

No início de 1945 alguns jornais cariocas, estimulados pela progressiva deterioração do nazismo na Europa e pela participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em defesa da causa aliada, começaram a publicar uma série de declarações de políticos brasileiros, conhecidos pela posição de combate contra o Estado Novo, reclamando liberdade de imprensa, anistia e eleições livres. Como a censura não reagisse, a 22 de fevereiro o *Correio da Manhã* publicou longa entrevista com o ministro José Américo de Almeida, do Tribunal de Contas da União, atacando todos os mecanismos repressivos da ditadura e apontando falhas que, no seu entender, existiam na legislação social implantada em 1942.

No dia seguinte, o mesmo José Américo revelou a *O Globo* o nome do brigadeiro Eduardo Gomes como candidato das oposições coligadas à presidência da República. Tratando-se de um dos sobreviventes da revolta do forte de Copacabana, de 5 de julho de 1922, Eduardo Gomes era festejado no meio militar como herói de uma epopéia permanentemente relembrada. Assim, sua candidatura não deixou de preocupar o governo, que lançou, em contrapartida, a do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, que desfrutava igualmente de incontestável respeitabilidade no Exército.

Em sequência às duas candidaturas militares vieram a Lei Eleitoral, a fixação da data do pleito, o decreto de anistia e a formação de partidos de âmbito nacional. Esses fatos, no

entanto, não reduziram a agressividade da campanha oposicionista, que questionou a legitimidade da permanência de Getúlio Vargas à frente do governo. Paralelamente à luta eleitoral desenvolvia-se uma atividade conspirativa constante, prevalecendo em alguns círculos a tese da transferência das chefias dos governos federal e estaduais aos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos tribunais de Justiça dos estados. Duas outras alegações se faziam para o afastamento de Vargas antes das eleições: a de que o presidente da República não estava interessado no êxito da candidatura Dutra, preferindo favorecer o movimento “queremista” (“Queremos Getúlio”), que preconizava o ingresso do chefe do governo na disputa, como terceira solução civil, e a de que tal proposição contava com o apoio do PCB, então na legalidade, e que já havia repellido as duas alternativas militares.

Não havia, na verdade, impedimento legal para que Vargas surgisse como terceiro candidato, desde que se desincompatibilizasse do cargo até 2 de setembro, três meses antes da data estabelecida para a realização do pleito. Como Vargas não se afastasse, o movimento “queremista” converteu-se em campanha “pró-Constituinte com Getúlio Vargas”, associando-se mais à proposta comunista, favorável à convocação de uma constituinte mas sem declinar ostensivamente da opção continuísta. No entanto, a Constituinte só seria viável, segundo essa posição, com o afastamento das duas candidaturas militares, pois ela supunha que seria da competência da futura Assembleia, com poderes de elaborar uma nova Carta, determinar os critérios que iriam regular as eleições presidenciais.

Tal condicionante, somada à suspeita de que getulistas e comunistas pleiteavam juntos um mesmo desfecho, levou a inquietação ao setor militar, tanto à área de influência do general Dutra quanto às correntes agrupadas em torno do brigadeiro Eduardo Gomes. Na qualidade de comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, dependente direto da autoridade do ministro da Justiça, na época Agamenon Magalhães, o general Odílio Denis participava, como revelaria em suas memórias, de reuniões em geral realizadas na residência de João Alberto, chefe de Polícia, com a presença do general Góis, que em agosto de 1945 substituíra Dutra no Ministério da Guerra. Talvez para despistar Denis, que era conhecido por sua fidelidade incondicional a Vargas, Góis procurava em suas intervenções minimizar as preocupações do Exército em face da evolução dos acontecimentos políticos, adiantando apenas que o chefe do governo havia assumido com ele o compromisso de não se envolver

com os comunistas e de não promover novas alterações na legislação eleitoral em vigor.

Essas modificações, porém, não tardaram. Em fins de outubro, o Decreto nº 8.063 ampliou o caráter das eleições marcadas para 2 de dezembro, que passariam a abranger os governos dos estados e as assembleias legislativas. O decreto estabelecia ainda que cada interventor teria o prazo de 20 dias para outorgar constituições estaduais provisórias, que deveriam permanecer em vigência até a promulgação das cartas definitivas. As medidas causaram grande insatisfação na área oposicionista que apoiava o brigadeiro Eduardo Gomes, a qual arguía a exigüidade do prazo para o lançamento de candidatos aos governos dos estados e para a formação de chapas com vistas às disputas das cadeiras nas assembleias legislativas. Além disso, a oposição alegava não dispor de tempo necessário para desenvolver uma campanha eleitoral em nível de igualdade com os candidatos dos interventores, que contavam a seu favor com a máquina governamental. Por fim, sustentavam os udenistas que o decreto visava a perturbar o processo eleitoral, na tentativa de conservar o poder sob o domínio das mesmas forças que haviam servido de base à implantação e vigência do Estado Novo.

Na manhã de 29 de outubro, ao tomar conhecimento de que Benjamim Vargas, irmão de Getúlio, fora nomeado chefe de Polícia, e achando que essa medida punha em risco a realização das eleições, Góis Monteiro reuniu em seu gabinete no Ministério da Guerra todos os generais em cargos de comando no Rio de Janeiro e anunciou que, a partir daquele instante, considerava-se demitido da pasta. Os generais não concordaram com a decisão de Góis, que em função disso resolveu assumir o comando em chefe das forças armadas e enviou, através do general Osvaldo Cordeiro de Farias, um ultimato a Getúlio para que renunciasse ao governo.

O general Denis, atendendo à convocação de Góis para aquela reunião, encaminhara-se ao Ministério da Guerra. Mas, ao ser informado pelo general Danton Garrastazu de que o encontro tinha por finalidade decidir a deposição do presidente, voltara de imediato ao quartel-general da Polícia Militar, colocando seus efetivos de prontidão, à espera de que as tropas da Vila Militar, sob as ordens do general Renato Paquet, se deslocassem para o centro da cidade a fim de defender o governo. Vargas, no entanto, desestimulou a resistência, concordando com a deposição. A ação de Denis provocou uma ordem de Góis, dada ao general Álcio Souto, no sentido de ocupar as imediações do palácio Guanabara

com destacamentos da Divisão Blindada, para imobilizar as unidades da Polícia Militar que porventura saíssem dos quartéis.

Embora tenha divergido do movimento de 29 de outubro, Denis não foi exonerado do comando da Polícia Militar senão em 26 de janeiro de 1946. De fevereiro a abril desse ano ocupou a secretaria geral do Ministério da Guerra, sendo enviado em seguida pelo presidente Dutra para comandar a 8ª RM, em Belém. Em julho foi transferido para Santa Maria (RS), onde assumiu o comando da 3ª Divisão de Infantaria. Promovido a general de divisão em outubro, no mês seguinte passou a comandar a 1ª Divisão de Infantaria, a mais poderosa unidade do I Exército, sediada na Vila Militar no Rio de Janeiro. Ali foi mantido até dezembro de 1948. Entre janeiro e fevereiro de 1949 comandou a 2ª RM, em São Paulo. Foi então elevado ao comando da Zona Militar Centro, com sede na capital bandeirante, que incorporava as unidades da 2ª e da 9ª RM. Em abril de 1950 foi designado para chefiar o Departamento Geral de Administração do Exército. Nesse posto, foi promovido a general de exército em agosto de 1952. Um mês depois embarcou para Porto Alegre, onde assumiu o comando da Zona Militar Sul.

O SUICÍDIO DE VARGAS

O inconformismo oposicionista com a vitória de Vargas nas eleições presidenciais de 3 de outubro de 1950 manifestou-se de variadas formas durante todo o seu governo. Entre o triunfo eleitoral e a posse, ocorrida a 31 de janeiro de 1951, levantara-se a suposta necessidade de maioria absoluta de votos, que Vargas por pouco não havia alcançado, para exercer o governo. Removido esse argumento, sem respaldo constitucional, a ofensiva oposicionista dirigiu-se contra as matérias políticas tratadas na *Revista do Clube Militar*. Acusou-se o general Newton Estillac Leal, cumulativamente ministro da Guerra e presidente do clube, de complacência com os militares considerados esquerdistas que ocupavam cargos importantes na diretoria da associação. Com a derrota da facção de Estillac nas eleições do clube em maio de 1952, a oposição voltou-se, a partir de junho de 1953, para a investigação dos créditos que o Banco do Brasil teria concedido ao jornalista Samuel Wainer para montar o jornal *Última Hora* e fazer dele um órgão de apoio ao governo, além do jornal mais moderno do país.

No início de 1954 foi divulgado o *Manifesto dos coronéis*, que censurava a política salarial

do governo, de atendimento das exigências sindicais em detrimento dos vencimentos dos militares. O pronunciamento dos coronéis levou à substituição do ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, pelo general Euclides Zenóbio da Costa. Em consequência, o general Odílio Denis, por indicação do próprio presidente da República, assumiu a 27 de fevereiro, no Distrito Federal, o comando até então exercido por Zenóbio: o da Zona Militar Leste, antecessora do I Exército.

Apesar das eleições marcadas para o final de 1954, a situação política no primeiro semestre do ano pareceu ter entrado em relativa calma. De repente, a 5 de agosto, no Rio de Janeiro, o assassinato do major-aviador Rubens Vaz, que dava cobertura física ao jornalista da oposição Carlos Lacerda em seus comícios, detonou nova crise militar. O governo foi acusado de haver patrocinado o atentado da rua Tonelero. Elementos da guarda pessoal de Vargas foram imediatamente envolvidos, os familiares do presidente da República colocados sob suspeição e, por fim, passou a ser indagado o envolvimento do próprio chefe do governo. O general Denis diz em suas memórias que em momento algum chegou a pensar que a crise alcançaria as proporções que alcançou. Foi com surpresa, portanto, segundo declara, que teve conhecimento da comunicação de Zenóbio aos generais com funções de comando no Rio de que a licença temporária solicitada por Vargas seria, na verdade, definitiva. Denis considera que aí se originou o suicídio de Vargas.

Firmemente ao lado do poder constituído, Denis não figurava entre os generais signatários do manifesto que, às vésperas do 24 de agosto, pediu a renúncia do presidente da República. Com o suicídio de Vargas, sua missão consistiu em manter a ordem na capital, impedindo depredações contra a embaixada norte-americana e o Ministério da Aeronáutica, alvos principais da indignação popular ante o desfecho dos acontecimentos. Novo governo foi composto por João Café Filho, vice de Getúlio, sendo designado o general Henrique Teixeira Lott para o Ministério da Guerra. A conduta de Denis durante a crise foi elogiada por Lott, que decidiu mantê-lo no comando da zona militar.

NO 11 DE NOVEMBRO DE 1955 E NO INÍCIO DO GOVERNO KUBITSCHKE

O governo Café Filho, tanto civil quanto militarmente, constituiu-se, com poucas exceções, de elementos da União Democrática Nacional (UDN), principal partido de oposição a Vargas e ao qual pertencia Carlos Lacerda. As eleições de outubro de 1954 para

renovação da Câmara e de 2/3 do Senado, além de 11 governos estaduais, transcorreram normalmente. Passado esse pleito, Etelvino Lins, do Partido Social Democrático (PSD) pernambucano, que também fazia oposição a Vargas, continuou repisando sua tese de união nacional, que consistia, através do isolamento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Vargas, no lançamento da candidatura de um militar udenista à presidência da República nas eleições de 1955. Esse candidato seria o general Juarez Távora, que comporia sua chapa com um civil pessedista, o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek. A proposta de Etelvino não foi acolhida pelo PSD mineiro, que defendia a indicação de Kubitschek para cabeça de chapa. Café Filho começou então a pressionar o governador de Minas, que manteve obstinadamente sua posição e passou a negociar o apoio do PTB em troca da candidatura do petebista João Goulart à vice-presidência.

Estava de novo deflagrada a crise político-militar. A eleição de Juscelino e Goulart era considerada um retorno ao poder do sistema deposto com a morte de Vargas — e isso as forças armadas não podiam aceitar. A 23 de dezembro de 1954, os chefes militares enviaram um memorial ao presidente Café Filho, advertindo-o de que o país não comportava os riscos de uma campanha eleitoral numa fase como aquela, de inquietação social e política. O manifesto era assinado pelos três ministros militares — general Henrique Teixeira Lott (Guerra), almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale (Marinha) e brigadeiro Eduardo Gomes (Aeronáutica) — e pelos chefes de estado-maior das três armas — general Álvaro Fiúza de Castro, almirante Salalino Coelho e brigadeiro Gervásio Duncan de Lima Rodrigues. Subscreviam ainda a advertência o marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), e os generais Canrobert Pereira da Costa, presidente do Clube Militar, e Juarez Távora, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Café Filho leu o documento através de uma cadeia de rádio e televisão quatro dias após sua entrega no palácio do Catete e não se limitou a um mero registro, juntando comentários que indicavam o propósito de impugnar a candidatura do governador de Minas Gerais.

O veto militar, todavia, não intimidou o PSD. A 10 de fevereiro de 1955, reunidos sob a presidência de Ernâni Amaral Peixoto, os convencionais pessedistas confirmaram a candidatura de Juscelino. A campanha que se seguiu foi toda crivada de objeções levantadas pelas autoridades militares que faziam parte do governo e pela representação

parlamentar udenista na Câmara e no Senado. As pressões na área do Congresso giravam em torno da imposição do modelo das cédulas eleitorais, que seriam impressas nas oficinas da Imprensa Nacional e distribuídas, com exclusividade, pelo Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), sem a participação dos partidos interessados. Simultaneamente, o governo procurava meios de obter a aprovação da exigência de maioria absoluta, não prevista na Constituição, para eleger o presidente. Além disso, propugnava adoção da emenda parlamentarista, que teria como consequência a supressão das eleições presidenciais em 3 de outubro de 1955. Do outro lado, sob a liderança do deputado José Maria Alkmin, o PSD resistia a todas as tentativas de alteração das regras eleitorais.

Afinal, as eleições se realizaram na data prevista, Juscelino e Goulart saíram vencedores, mas estiveram longe de alcançar a maioria absoluta. O resultado eleitoral, em vez de atenuar, aguçou a crise. A UDN alegava que a vitória da aliança PSD-PTB fora propiciada pela votação comunista. Diante disso, pretendeu anular as eleições e transformar o Congresso em Assembleia Nacional Constituinte, com a provável prorrogação do mandato do presidente Café Filho. Uma providência extralegal, no entanto, só teria condições de prosperar se não existissem focos discordantes nas forças armadas, o que de fato não se verificava. Ainda na fase da luta eleitoral, um grupo atuante de oficiais superiores do Exército — conduzido, segundo Odílio Denis, por um general cujo nome não revela — criou um esquema de sustentação das deliberações do Congresso. Esse grupo, que seria conhecido mais tarde como Movimento Militar Constitucionalista (MMC), tinha como objetivo agir no momento em que a legalidade fosse afetada por manifestações golpistas.

O primeiro ato de incentivo à ilegalidade foi o discurso do coronel Jurandir de Bizarria Mamede proferido em 1º de novembro de 1955 durante o sepultamento do general Canrobert Pereira da Costa, que havia falecido na véspera. O discurso foi considerado pelo general Lott, ministro da Guerra, de inspiração golpista e contrário às normas disciplinares do Exército. Mamede encontrava-se, na época, à disposição do EMFA, cujo chefe era o brigadeiro Gervásio Duncan, alinhado com o setor militar que se opunha à posse de Juscelino e Goulart. Essa foi a razão da negativa ao pedido de Lott para puni-lo. Sendo o EMFA diretamente subordinado à Presidência da República, Lott foi informado de que por esse caminho é que deveria ser feito o pedido de punição do oficial. O ministro tentou audiência com o presidente Café Filho para esse fim, mas na manhã de 3 de novembro foi

informado pelo chefe do Gabinete Militar, coronel José Canavarro Pereira, que o presidente tinha sido internado de madrugada no Hospital dos Servidores do Estado, vítima de um distúrbio coronário. Como o estado de saúde de Café Filho não melhorasse, assumiu o governo interinamente em 8 de novembro, de acordo com a Constituição, o deputado Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, a quem Lott tentou recorrer para obter o desligamento do coronel Mamede do EMFA a fim de que a punição pudesse ser aplicada.

O novo presidente tentou evitar esse encontro. Porém, diante da insistência do ministro da Guerra, foi marcada uma audiência no dia 10 de novembro. Lott permaneceu quatro horas na sala de espera até ser atendido e ao ingressar, finalmente, no gabinete presidencial, foi notificado de que o desligamento de Mamede não seria concedido. Lott apresentou então seu pedido de demissão, e as emissoras de rádio noticiaram o fato com bastante destaque, causando preocupação nos partidários de Juscelino, que começaram a duvidar seriamente de sua posse, e indignação entre os militares, que consideraram a demissão do ministro um claro indício de que o país resvalava para a ilegalidade. Essa sensação reforçava-se com o fato de que o novo titular já estava escolhido: era o general Álvaro Fiúza de Castro, integralmente vinculado ao dispositivo que visava a anulação do pleito de 3 de outubro.

No final da tarde do dia 10, o general Odílio Denis reuniu em sua residência oficial todos os generais comandantes de tropas na capital da República e declarou-lhes que a atitude de Carlos Luz criara um ambiente de insatisfação militar. Participaram da reunião os generais de divisão Manuel de Azambuja Brilhante e Antônio José de Lima Câmara e os generais de brigada João de Segadas Viana, Osvaldo de Araújo Neto, Augusto Frederico de Araújo, Adalberto Correia Lima, Joaquim Justino Alves Bastos, Djalma Dias Ribeiro e José Teófilo de Arruda. Todos concordavam que o gesto de Carlos Luz constituía sério agravo ao Exército. Pelo telefone de campanha, Denis comunicou-se com Lott, e este imediatamente seguiu para o Ministério da Guerra a fim de testar as posições dos comandos. Às primeiras horas da madrugada do dia 11 as tropas da Vila Militar, sob o comando do general Azambuja Brilhante, ocuparam as vias de acesso à Base Aérea do Galeão, na ilha do Governador, e ao Arsenal de Marinha, no centro da cidade. A chefia de Polícia foi imediatamente ocupada, e seu titular, coronel Geraldo de Meneses Cortes, foi preso.

Logo em seguida, chegou ao Ministério da Guerra a notícia da adesão de unidades sediadas em Minas e no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, no entanto, a situação não era tranquila.

O governador Jânio Quadros, que havia liderado nacionalmente o movimento a favor da candidatura Juarez Távora, estava disposto a colocar a Força Pública sob o comando do general Tasso Tinoco, que concordara em dar cobertura a uma esquadrilha da Força Aérea Brasileira que voara para Cumbica sob o comando de Eduardo Gomes. Ao mesmo tempo, o cruzador *Tamandaré*, sob o comando de Sílvio Heck e levando a bordo o presidente Carlos Luz, juntamente com os ministros José Eduardo Prado Kelly, da Justiça, e Amorim do Vale, da Marinha, além do almirante Carlos Pena Boto, comandante em chefe da Esquadra, e do deputado Carlos Lacerda, tendo escapado aos disparos da artilharia do forte de Copacabana, tentaria efetuar um desembarque no porto de Santos, para instalar o governo na capital bandeirante. Entretanto, o general Olímpio Falconière da Cunha, que se encontrava no Rio, reassumiu o comando da Zona Militar Centro e neutralizou a operação. Na tarde do dia 11 a situação estava inteiramente normalizada. Dentro do critério hierárquico estabelecido pela Constituição, assumiu o governo o senador Nereu Ramos, vice-presidente do Congresso Nacional em exercício, uma vez que fora decretado pelo Poder Legislativo o impedimento de Carlos Luz. Pouco depois, Café Filho recebeu alta do Hospital dos Servidores e manifestou a intenção de reassumir o governo. Lott tentou movê-lo desse propósito, salientando suas incompatibilidades com a nova situação criada pelo movimento político-militar e o fato de que era uma das peças do governo que caíra por incapacidade de aceitar o legítimo resultado das urnas.

Como Café Filho insistisse, o Congresso decretou igualmente seu impedimento no dia 21 de novembro. Lott, que reassumira oficialmente o Ministério da Guerra logo após a posse de Nereu Ramos, determinou o isolamento por forças do Exército, inclusive blindados, do edifício em que residia Café Filho, no Posto 6, em Copacabana. Não foram, todavia, proibidas as visitas diárias de seus antigos auxiliares, que ali compareciam todas as noites para um exame da situação. No dia 23, com base em exposição de motivos dos ministros Teixeira Lott (Guerra), Antônio Alves Câmara (Marinha) e Vasco Alves Seco (Aeronáutica), Nereu Ramos encaminhou ao Congresso mensagem solicitando a decretação do estado de sítio por 30 dias, com a finalidade de assegurar a consolidação do movimento. O deputado Camilo Nogueira da Gama, do PTB de Minas, foi o relator da matéria, aprovada pelo Congresso em regime de urgência. Para executor do estado de sítio em todo o território nacional o governo nomeou o general Antônio José de Lima Câmara, ex-chefe

de Polícia do governo Dutra e que no dia 11 de novembro se colocara ao lado da legalidade, sob o comando do general Odílio Denis.

Juscelino Kubitschek e João Goulart foram empossados em 31 de janeiro de 1956, data estipulada pela Constituição. Antes da posse, o presidente eleito percebera que a estabilidade de seu futuro governo dependeria da fidelidade do sistema político-militar que acionou o movimento de 11 de novembro. Era natural, portanto, que se decidisse a governar com a participação de seus elementos mais destacados. Alkmin foi para a pasta da Fazenda e Nereu Ramos para o Ministério da Justiça. Lott continuou no Ministério da Guerra, assim como Denis e Falconière nos comandos das zonas militares Leste e Centro, respectivamente.

Em consequência de sua participação nos acontecimentos de 11 de novembro, Denis foi um dos chefes militares mais combatidos pelas correntes políticas com as quais iria fazer aliança mais tarde, em 1961 e 1964. Esses ataques tornaram-se mais agressivos em agosto de 1956, quando Juscelino, baseado em lei do Congresso, conhecida na época como Lei Denis, adiou por dois anos a transferência do general para a reserva. Nesse mesmo mês houve mudanças nominais na estrutura militar do Exército. As zonas militares Leste, Centro, Sul e Norte passaram a denominar-se, respectivamente, I, II, III e IV Exércitos. Foi criado também, para o extremo norte do país, o Comando Militar da Amazônia, com sede na capital paraense. Denis foi confirmado no comando que exercia, agora dito do I Exército.

O prazo concedido pela Lei Denis esgotou-se em agosto de 1958, mas Juscelino, transferindo-o para a reserva, reconvocou-o em seguida para o serviço ativo, conservando-o no comando do I Exército, já no posto de marechal, até 15 de fevereiro de 1960, quando foi nomeado ministro da Guerra em substituição ao marechal Lott, que se desincompatibilizou para candidatar-se à presidência da República.

MINISTRO DA GUERRA

Durante a campanha presidencial de 1960, que teve como concorrentes principais o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros, apoiado por uma coligação da UDN com os partidos Republicano (PR), Democrata Cristão (PDC) e Liberal (PL), e o marechal Lott, apoiado pela coligação do PSD e PTB com os partidos Socialista Brasileiro (PSB) e de

Representação Popular (PRP), a situação militar assemelhava-se à de 1950, dividida entre a Cruzada Democrática, comandada pelo grupo do general Osvaldo Cordeiro de Farias, e a corrente nacionalista, sob a chefia do ex-ministro da Guerra e candidato à presidência da República. Os oficiais da ativa, de ambos os lados, terminado o expediente nos quartéis, rumavam para os comitês eleitorais de seus candidatos, onde davam ordens, formulavam planos de campanha, elaboravam sistemas de segurança para os comícios e quantificavam as possibilidades eleitorais de seus candidatos. Os membros da Cruzada Democrática trabalhavam na campanha de Jânio, enquanto os mais ligados ao movimento do 11 de novembro, antigos militantes do MMC, estavam à frente dos escritórios de propaganda de Lott.

Ao assumir o Ministério da Guerra, o marechal Denis, talvez por inspiração da própria neutralidade de Juscelino, começou a aplicar sanções disciplinares aos oficiais empenhados na luta eleitoral. No entanto, ao compor seu gabinete, Denis deu preferência aos oficiais da Cruzada Democrática. Seu chefe de gabinete, o general Orlando Geisel, era quem escolhia os auxiliares do ministro. Desse modo, as medidas punitivas só atingiam os partidários de Lott, que viam nesse comportamento uma mudança radical nas posições de Denis, provavelmente, segundo eles, já persuadido da inevitável vitória de Jânio, à qual na verdade já se haviam acomodado todos os membros do governo Kubitschek. Todavia, após a vitória de Jânio em 3 de outubro de 1960, os oficiais da Cruzada não se mostraram passivamente favoráveis à continuação de Denis no ministério. O nome mais cotado nas áreas antinovembristas era sem dúvida o do general Cordeiro de Farias, para quem o novo presidente reservou a chefia do EMFA, cedendo ao grupo que patrocinava com habilidade a permanência de Denis.

Lott perdera as eleições, mas seu companheiro de chapa, candidato à vice-presidência, João Goulart, conseguira derrotar Milton Campos, que se compusera com Jânio Quadros. Assim, pela primeira vez no Brasil, presidente e vice-presidente da República pertenciam a partidos confrontantes e a chapas antagônicas, o que era permitido pela Constituição de 1946, que não concebia nenhuma espécie de vinculação de votos. Em 31 de janeiro de 1961 Jânio tomou posse na nova capital da República, Brasília, inaugurada no ano anterior por Juscelino Kubitschek. Uma vez no governo, não tomou medidas conciliatórias para pôr fim à crise política, com seus reflexos no setor militar. Criou, em quase todos os órgãos da

administração direta e indireta, sempre sob a chefia de um militar da Cruzada, uma Comissão de Sindicância para apurar atos do governo anterior. Em relação aos oficiais lotistas, assumiu a mesma atitude de Juscelino em relação aos oficiais da Cruzada: eliminava-os, quando podia, das listas de promoções, deixava-os sem função de comando ou, pelo menos, incumbia-os de chefiar circunscrições de recrutamento no interior. Com isso a radicalização, em vez de se atenuar, recrudescia, e o objetivo da unidade das forças armadas continuava cada vez mais distante. Jânio queixava-se ainda, constantemente, do fato de o Congresso ser constituído de maioria pessedista e trabalhista, embora seus projetos não encontrassem maiores obstáculos legislativos.

Em meados de 1961, o presidente confiou a João Goulart uma extensa missão de boa vontade na Europa Oriental e na República Popular da China. Goulart encontrava-se em Pequim quando o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, em agosto de 1961, através de entrevistas a emissoras de televisão do Rio e de São Paulo, afirmou que Jânio planejava a dissolução do Congresso e que ele mesmo, Lacerda, recebera o convite do ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, para participar de um golpe que estaria sendo planejado. Imediatamente o Congresso se mobilizou para apreciar a denúncia. Inesperadamente, em 25 de agosto, depois de participar das comemorações do Dia do Soldado em Brasília, Jânio Quadros enviou comunicação ao Congresso Nacional informando que renunciava à presidência da República. Considerando a decisão de Jânio um ato unilateral que não dependia da apreciação de qualquer outro poder, o senador Auro de Moura Andrade, vice-presidente do Congresso, limitou-se a reunir as duas casas legislativas, dar ciência do fato a seus pares e, de acordo com a Constituição, empossar interinamente na presidência da República o deputado Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, enquanto aguardava o regresso do vice-presidente João Goulart, substituto legal do chefe do governo.

Os ministros militares, por outro lado, reuniram-se sob a presidência de Denis para um exame da situação, concluindo pela inconveniência da posse de Goulart. Alegava Denis, juntamente com Sílvio Heck, da Marinha, e Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica, que o passado político de Goulart, ligado às organizações sindicais e comprometido com o desencadeamento de todos os movimentos grevistas ocorridos no país desde o início da década de 1950, configurava uma ameaça ideológica às forças conservadoras. Mazzilli, pressionado pelo veto militar à posse de Jango, como era conhecido o vice-presidente,

entrou em confabulações com o meio político para encontrar uma solução que evitasse a ruptura do regime. Enquanto políticos e militares debatiam a situação, sem que chegassem a definir uma saída, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com o apoio da Brigada Militar gaúcha, fez um apelo à opinião pública de seu estado no sentido da sustentação da posse de Goulart, para não quebrar a harmonia do poder constitucional. Imediatamente, nas guarnições do Paraná, pronunciaram-se em favor da legalidade os generais Peri Constant Bevilacqua e Joaquim Vicente Rondon.

Como a divisão das forças armadas começasse a se generalizar, caminhando para o risco de uma confrontação, o marechal Denis e seus colegas Grün Moss e Sílvio Heck lançaram um manifesto explicando as razões da impugnação militar à posse do sucessor legal de Jânio. Em contraposição, o general José Machado Lopes, comandante do III Exército, sediado em Porto Alegre, expressou seu apoio à resistência comandada por Brizola. A favor da posse de Goulart pronunciaram-se ainda o ex-presidente Juscelino Kubitschek e seu ex-ministro da Guerra, marechal Henrique Teixeira Lott. Denis ordenou ao marechal Nilo Sucupira que detivesse Lott em sua residência, em Copacabana, no Rio de Janeiro, e o enviasse preso a uma das fortalezas que protegem a entrada da baía de Guanabara.

A principal preocupação de Denis era a aliança, no Sul, do III Exército com a Brigada Militar, sob o comando de Machado Lopes e Brizola. A 28 de agosto, através de seu chefe de gabinete, Denis ordenou que Machado Lopes tomasse medidas repressivas contra o governador do Rio Grande do Sul, assinalando que “o III Exército deve compelir imediatamente o sr. Leonel Brizola a pôr termo à ação subversiva que vem desenvolvendo” e afirmando que “o governador colocou-se assim fora da legalidade”. Na mesma ordem, Denis sugeriu a Machado Lopes: “Empregue a Aeronáutica, realizando inclusive o bombardeio, se necessário.” Outra solução encontrada por Denis foi a de enviar a Porto Alegre o general Osvaldo Cordeiro de Farias com ordens de substituir Machado Lopes no comando do III Exército. Pretendia assim desarticular a forte posição defensiva de Brizola. Cordeiro tentou descer de avião no Aeroporto Salgado Filho, mas, advertido por Machado Lopes de que seria preso se desembarcasse, desistiu do intento.

Diante do impasse militar, o problema retornou ao poder de decisão dos políticos e dos partidos. O Congresso, no dia 2 de setembro, modificou a Constituição, instituindo o sistema parlamentarista de governo, através do qual os poderes de Goulart seriam

consideravelmente reduzidos. A fórmula, que posteriormente deveria ser objeto de um plebiscito nacional, reduziu a inquietação dos militares. O ex-parlamentar pessedista Tancredo Neves foi até Montevideu, onde se encontrava Goulart à espera dos acontecimentos após o apressado regresso da China, com a missão de induzi-lo a aceitar a nova forma de governo, o que acabou conseguindo. A 7 de setembro Goulart tomou posse perante o Congresso, e no dia seguinte foi dado um voto de confiança ao gabinete chefiado pelo primeiro-ministro Tancredo Neves, inaugurando na América a primeira experiência parlamentarista em regime republicano. Todo o gabinete de Jânio Quadros foi substituído. Para o lugar do marechal Denis, no Ministério da Guerra, foi indicado o general João de Segadas Viana. Denis deixou Brasília e chegou ao Rio no dia 8 de setembro, sendo festivamente recebido pelos militares que o apoiaram durante a crise. A partir dessa data, afastou-se definitivamente do Exército e, aos 69 anos de idade, recomeçou a conspirar.

A DEPOSIÇÃO DE GOULART

A antecipação para 6 de janeiro de 1963 do plebiscito no qual a nação, por extensa maioria, optou pelo retorno ao presidencialismo, precipitou a intensificação de uma conspiração político-militar contra João Goulart. Odílio Denis tomou a frente da articulação, juntamente com Nelson de Melo e Cordeiro de Farias. O argumento utilizado pelos conspiradores junto aos meios militares e políticos ainda indecisos era de que João Goulart fizera questão de retomar poderes presidencialistas para dispor de maior liberdade de ação e intimidar o Congresso através de pressões desencadeadas pelas organizações operárias e estudantis, visando a instalar uma república sindicalista com a supressão da autonomia legislativa e dos partidos.

O plano de Denis para desfechar o golpe constava de dois pontos básicos: a existência de uma “grande motivação” e a necessidade de a iniciativa partir de um grande estado, que seria São Paulo ou Minas Gerais. A motivação não seria difícil de ser detectada, porque se sabia que o governo estava programando comícios durante os quais seriam assinados vários decretos reformistas. Quanto à escolha do grande estado, Denis seguiu para São Paulo no início de 1964 em companhia de Ronald Watters, que em 1980 seria acusado de haver atirado bombas que causaram estragos e mortes na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Nos contatos mantidos em São

Paulo, Ademar de Barros insistiu que não deveria partir de seu estado o início das hostilidades, a fim de que não se repetisse o que ocorrera em 1932, quando as tropas rebeldes lutaram sozinhas e acabaram sendo derrotadas.

Em fins de fevereiro, Odílio Denis recebeu Ademar de Barros em sua residência. Nessa oportunidade, segundo relata Denis, o governador paulista teria revelado que acabara de receber convite para o golpe que Goulart estava preparando. No dia 19 de abril, segundo teria informado Ademar, seria realizado um grande comício operário em Belo Horizonte, com a presença do presidente da República, e durante a concentração haveria um tumulto do qual o governo se prevaleceria para justificar a intervenção em Minas, primeiro passo para a proclamação da República Sindicalista, o que ocorreria durante as festividades de 1º de maio. A denúncia que Ademar teria feito serviu, segundo Denis, para convencer o governador mineiro, José de Magalhães Pinto, de que o primeiro ato de rebeldia deveria surgir em Minas, com apoio já decidido dos generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, respectivamente comandantes da 4ª RM e da 4ª Divisão de Infantaria.

A 25 de março, Denis foi procurado por dois secretários do governo de Minas, Osvaldo Pieruccetti e José Augusto Monteiro de Castro, e por um sobrinho de Magalhães, José Luís Magalhães Lins, para um ajuste de medidas visando a apressar a deflagração do golpe. Três dias depois, no aeroporto de Juiz de Fora (MG), reuniram-se Odílio Denis, Magalhães Pinto, José Maria Alkmin, Monteiro de Castro, Carlos Luís Guedes, Mourão Filho e o comandante da Força Pública de Minas, coronel José Geraldo de Oliveira. Terminada a reunião, Denis resolveu permanecer em Juiz de Fora à espera da “grande motivação”, uma vez que outros acontecimentos viriam na sequência do comício realizado em 13 de março em frente ao prédio da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Rio de Janeiro, quando Goulart assinou o decreto de encampação das refinarias particulares de petróleo.

O levante dos marinheiros, ocorrido nos dias 26, 27 e 28 de março no Rio de Janeiro, e a manifestação de apoio dos sargentos ao presidente da República, verificada no Automóvel Clube, também no Rio, com a presença do cabo Anselmo, inspirador da insurreição, induziram os militares e o governo de Minas a precipitar a ação. Magalhães Pinto reformulou seu secretariado, com a inclusão de Alkmin, Afonso Arinos e Milton Campos, e lançou uma proclamação ao país, indicando as razões que levaram Minas à posição de beligerância contra o governo federal. Odílio Denis, no quartel-general da 4ª RM, em Juiz

de Fora, orientou as operações desencadeadas sob o comando do general Mourão Filho, determinando que uma vanguarda das tropas revoltosas, tendo à frente o 11º RI, de São João del Rei (MG), marchasse sobre Três Rios (RJ), na divisa com Minas, ocupando a ponte sobre o rio Paraibuna com o objetivo de evitar que os destacamentos legalistas penetrassem em território mineiro.

Em seu depoimento, Denis salienta sua interferência direta junto a dois comandantes de tropas leais ao governo, que em função disso mudaram de posição a caminho do confronto, permitindo que a vanguarda do general Antônio Carlos da Silva Murici alcançasse facilmente o Rio de Janeiro e se colocasse sob as ordens do general Artur da Costa e Silva, consolidando o triunfo do movimento golpista. Aqueles militares eram, segundo Denis, os coronéis Kerensky Mota e Raimundo Ferreira de Sousa, que comandavam, respectivamente, o 1º BC e o 1º RI. Com essas duas defecções, o comandante do I Exército, general Armando de Moraes Âncora, deu por encerrada a tentativa de defesa do governo João Goulart na frente mineira. Deposto Goulart em 1º de abril de 1964, o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, foi colocado à frente do governo, enquanto o poder de fato se transferia para o alto comando do movimento, constituído pelo general Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo.

Depois de abril de 1964, o marechal Odílio Denis não exerceu maior atividade política ou militar. Em 1967 foi convidado pelo novo chefe da nação, marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, para ser presidente de honra da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido criado em 1966, após a extinção das antigas agremiações políticas pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), com o fim de fortalecer as bases do governo no Congresso. Não aceitou a oferta, declarando que a militância partidária nunca fora objeto de suas cogitações.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 5 de novembro de 1985.

Era casado com Maria Helza Bayma Denis, com quem teve cinco filhos. Um deles, o general Rubens Bayma Denis, foi ministro-chefe do Gabinete Militar no governo José Sarney (1985-1990), comandante militar do Sul (1991-1993), comandante militar do Leste (1993-1994) e ministro dos Transportes (1994-1995).

Publicou quatro obras de cunho eminentemente militar: *A instrução na infantaria* (1934),

Combate de ruas e guerrilhas (1945), *Guia de instrução básica* (1955) e *A revolução de 1964* (1975). Escreveu ainda um livro intitulado *Ciclo revolucionário brasileiro; memórias — 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964* (1980).

O arquivo de Odílio Denis encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getulio Vargas.

Plínio de Abreu Ramos

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. MIN. EXÉRC.; BANDEIRA, L. 24; BENEVIDES, M. *Governo Kubitschek*; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia*; DENIS, O. *Ciclo*; *Encic. Mirador*; ENTREV. GUEDES, P.; *Estado de S. Paulo* (6, 7/11/1985); *Folha de S. Paulo* (6, 7/11/1985); *Globo* (6, 7/11/1985); KUBITSCHKE, J. *Meu*; *Jornal do Brasil* (6, 7/11/1985); LAGO, L. *Generais*; LOPES, J. *III*; MACHADO, F. *Últimos*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. GUERRA. *Subsídios*; QUADROS, J.; ARINOS, A. *História*; SILVA, H. *1964*; SOUSA, J. *Índice*; TÁVORA, J. *Vida*; *Veja* (13/11/1985); VIANA FILHO, L. *Governo*; VÍTOR, M. *Cinco*.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA (DNSP)

Departamento criado em 2 de janeiro de 1920, pelo Decreto nº 3.987, para ser o principal órgão federal da área de saúde, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O novo departamento correspondeu na prática a uma reforma na estrutura da saúde pública brasileira, em particular pelo aumento da capacidade do governo federal para atuar além dos limites da capital do país e dos principais portos marítimos e fluviais, e pela incorporação formal, pelo Estado nacional, da preocupação com as doenças das populações do interior. Seu primeiro diretor foi Carlos Chagas, que desde 1917 era diretor do Instituto Oswaldo Cruz e acumulou os dois cargos até 1926. Nesse ano assumiu a direção do DNSP o médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e político baiano Clementino Fraga, que permaneceu até o final da Primeira República.

ANTECEDENTES

O DNSP substituiu e ampliou as atribuições e o alcance da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), que fora criada pela Lei nº 429, de 10 de dezembro de 1896, e regulamentada pelo Decreto nº 2.458, de 10 de fevereiro de 1897. A DGSP tinha como atribuições principais e específicas: a direção dos serviços sanitários dos portos marítimos e fluviais; a fiscalização do exercício da medicina e farmácia; estudos sobre doenças infecto-contagiosas; a organização de estatísticas demográfico-sanitárias; e o auxílio aos estados, mediante solicitação dos respectivos governos, em situações especiais como epidemias.

As primeiras modificações relevantes na DGSP ocorreram em 1903-1904, durante a presidência Rodrigues Alves (1902-1906), em um contexto de pressão diante do enorme obituário causado pelas epidemias, como as de febre amarela, peste bubônica e varíola, que ameaçavam constantemente a capital federal e os principais portos do país, desorganizavam a economia nacional baseada então no modelo agroexportador e manchavam a imagem da cidade e do país. Durante a gestão de Oswaldo Cruz (1903-1909), a competência da diretoria da DGSP foi ampliada, junto com a legislação sanitária, incorporando os serviços

de higiene defensiva no Distrito Federal (Decreto nº 1.151, de 5 de janeiro de 1904) – a polícia sanitária, a profilaxia geral e a higiene domiciliar. Foram também criados o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela e o Regulamento Processual da Justiça Sanitária.

O novo Regulamento Sanitário de 1904 (Decreto nº 1.156, de 8 de março de 1904, com 316 artigos) era já bastante abrangente e reorganizava e ampliava os serviços no Distrito Federal e nos portos nacionais. Concomitantemente os impactos sociais da reforma urbana da capital federal na gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), o aumento da capacidade coercitiva da autoridade sanitária gerou insatisfações que, juntamente com outros fatores políticos e ideológicos, irromperam na chamada Revolta da Vacina de novembro de 1904, uma rebelião popular contra a obrigatoriedade da vacinação antivariólica. Apesar das resistências, o sucesso de Oswaldo Cruz à frente da DGSP, em particular no combate à febre amarela, extinta, à peste e à varíola, controladas, aumentou seu prestígio pessoal, mas também o dos serviços sanitários federais e o dos médicos e engenheiros sanitaristas.

Apesar do sucesso das campanhas sanitárias da primeira década do século XX, o consenso político sobre os limites constitucionais para a ação federal nos estados estava bastante sedimentado, a ponto de impedir uma atuação mais efetiva dos serviços sanitários federais. Foi mantida a dualidade entre a responsabilidade federal sobre os portos e o Distrito Federal, e a dos estados sobre seus respectivos territórios, junto com a convicção do caráter excepcional da ação da DGSP fora desses limites. A modificação do arranjo constitucional de 1891 que garantia a autonomia estadual dependeria da emergência de forças intelectuais e políticas favoráveis à ampliação dos poderes do governo federal na área da saúde.

A primeira metade da década de 1910 significou uma inflexão no processo de constituição de poder na área da saúde pública. Governos estaduais começaram a solicitar auxílio federal para debelar surtos de febre amarela e peste, além do envio de comissões de estudos sobre condições sanitárias para o Norte do país, e para áreas de fronteira econômica do Sudeste-Sul, aí incluídas as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz comissionadas por diversos órgãos governamentais. Ainda que tenha havido

descontinuidades, as ações desenvolvidas pela DGSP na cidade do Rio de Janeiro e pelas comissões federais nos estados foram importantes experimentos preliminares de treinamento de quadros, de adoção de regulamentos sanitários pelos contratantes, de auxílio na organização de serviços de saúde locais, de efeito demonstração das possibilidades e êxitos da medicina pública, de educação higiênica da população, de organização de estatísticas vitais e de colaboração sanitária entre diferentes esferas de governo. A última modificação significativa desse período ocorreu no ano de 1914. A reformulação da DGSP determinada pelo Decreto nº 10.821, de 18 de março de 1914, com 357 artigos, alterou alguns itens do esquema montado por Oswaldo Cruz, adaptando algumas medidas aos avanços do conhecimento médico e à diminuição das epidemias que atacavam a cidade do Rio de Janeiro. Por exemplo, a prerrogativa de inspeção das construções foi devolvida à municipalidade do Distrito Federal, enquanto a Justiça Sanitária privativa foi extinta, transferindo-se todos os processos relativos a questões sanitárias para a Justiça comum.

A criação do DNSP resultou de um amplo movimento político de caráter nacionalista que reivindicou uma maior intervenção do governo federal em assuntos de saúde e saneamento diante do trágico quadro sanitário revelado pelos médicos do Instituto Oswaldo Cruz em suas viagens ao interior do Brasil, em particular a realizada por Artur Neiva e Belisário Pena em 1912. O marco fundador desse movimento foi a frase “o Brasil é ainda um imenso hospital”, de Miguel Pereira, em discurso proferido de 11 de outubro de 1916 no Rio de Janeiro. A frase foi hasteada como bandeira do movimento nacionalista pelo saneamento rural, materializado na Liga Pró-Saneamento do Brasil, que foi fundada em 11 de fevereiro de 1918 e, liderada por Belisário Pena, congregou intelectuais, médicos, militares, jornalistas, políticos e profissionais liberais mobilizados por uma reforma sanitária que fornecesse ao Estado nacional os instrumentos necessários para superar um dramático diagnóstico: a onipresença das endemias rurais e a ausência do poder público no interior como responsáveis pelo atraso do país e a improdutividade de sua população.

A ação política do movimento pelo saneamento obteve resultados rápidos e concretos ainda em 1918, com a criação, pelo presidente Venceslau Brás, do Serviço de Medicamentos

Oficiais (Decreto nº 13.000, de 1º de maio de 1918,) e do Serviço de Profilaxia Rural (Decreto nº 13.001, da mesma data), vinculado diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, serviço este que poderia atuar nos estados por meio de acordos. Acordos poderiam ser feitos, inclusive, com a Comissão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller, que atuava no combate à ancilostomíase no país desde 1915. Entre o decreto de 1918 e o decreto de criação do DNSP em 1920, firmariam acordos para ações de saneamento rural três estados, além do Distrito Federal.

CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO DNSP

Novo passo foi dado em agosto de 1818, quando o deputado fluminense e médico Azevedo Sodré apresentou a proposta de criação de um ministério da saúde pública. Tal proposta de ampliação do escopo da saúde pública encontrou intransponível resistência nos defensores da autonomia estadual no Congresso Nacional. Porém, sob pressão da campanha pelo saneamento rural, sob o impacto da gripe espanhola que paralisou a capital federal e outras cidades do país no final de 1918, o Congresso aprovou, em fins de dezembro de 1919, uma reforma da saúde pública que, se não correspondia à perspectiva mais centralizadora e intervencionista da Liga Pró-Saneamento, materializava no DNSP, criado em 2 de janeiro de 1920, um avanço significativo, principalmente em relação ao combate às endemias rurais no interior do país.

A extensa regulamentação estabelecida para o funcionamento do DNSP, dada pelo Decreto nº 14.354, de 15 de agosto de 1920, com 1.195 artigos, destacava o combate às então chamadas doenças venéreas, à lepra e à tuberculose, definia atividades regulatórias mais amplas para a saúde pública e reforçava os poderes dos serviços sanitários, aspectos que teriam impacto potencial sobre o exercício das profissões e atividades do setor de saúde, e também sobre atividades comerciais e econômicas tais como produção e comercialização do leite e de gêneros alimentícios. O DNSP disporia de instrumentos para garantir uma maior presença da saúde pública em todo território nacional por meio de convênios com os estados visando à criação de serviços de profilaxia rural para o combate

às principais endemias, a ancilostomíase e a malária, e também para o controle da lepra. O resultado principal desses acordos seria a criação de postos de profilaxia de doenças endêmicas nas áreas rurais, administrados pelos serviços sanitários federais. Suas atividades principais seriam o atendimento da população, a distribuição de medicamentos, ações de educação sanitária, pequenas obras de engenharia sanitária e coleta de estatísticas vitais.

Dadas as dificuldades técnicas e financeiras dos estados, ao longo da década de 1920 praticamente todos eles, à exceção de São Paulo, fizeram acordos com os serviços federais para trabalhos de profilaxia rural. Ao deixar a presidência da República em novembro de 1922, Epitácio Pessoa informou ao Congresso Nacional que 15 estados contavam com a presença da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural, do DNSP. Em 1924, na presidência de Artur Bernardes, esse número se elevava para 17, expressando a rápida e grande adesão dos estados a esse modelo de intervenção sanitária federal e resultando no incremento tanto da presença da autoridade sanitária em áreas do interior do Brasil como no contato com as populações até então desassistidas pelo poder público.

Outro indicador importante da expansão da autoridade sanitária são as regulamentações posteriores, principalmente a de 1923 (Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923), que aumentaram as atribuições regulatórias e fiscalizadoras do DNSP, dando-lhe novas responsabilidades, tais como propaganda e educação sanitária, higiene infantil, higiene industrial e profissional.

A crise econômica de 1929, a Revolução de 1930 e a instabilidade do governo provisório de Getúlio Vargas tiveram impacto negativo no funcionamento do DNSP. O próprio Ministério da Educação e Saúde Pública, que foi criado logo em 1930, também experimentou a instabilidade dos primeiros anos de Getúlio Vargas no poder, não garantindo ao seu principal departamento na área de saúde a continuidade de sua atuação em âmbito nacional. Na reforma do Ministério da Educação e Saúde em 1934, na curta gestão do ministro Washington Pires, o DNSP foi extinto e suas funções foram incorporadas à nova Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (DNSAMS)

(Decreto nº 24.438, 21 de junho de 1934). As marcas e os avanços do DNSP seriam as bases de um novo ciclo de expansão da saúde pública com as reformas realizadas em 1937 e 1941 na gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde (1934-1945).

Gilberto Hochman

FONTES: CASTRO-SANTOS, L.; COSTA, N. *Lutas*; F ARIA, L. *Reforma*; HOCHMAN, G. *Era*; OLIVEIRA, C. *Saúde*.

DETSI, Luís Artur

*dep. fed. MG 1894-1898.

Luís Artur Detsi nasceu em Petrópolis (RJ) no dia 16 de maio de 1863, filho de João Detsi e de Maria Ana Detsi.

Em sua cidade natal fez os estudos secundários. No Rio de Janeiro, então capital do Império, foi aluno da Escola Politécnica, mas diplomou-se em 1886 pela Faculdade de Direito. Recém-formado, transferiu-se para o município mineiro de Juiz de Fora, onde deu início à sua trajetória profissional como professor e diretor escolar.

Ingressou na política logo após a proclamação da República (15/11/1889), como intendente municipal em Juiz de Fora. No governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894), foi nomeado secretário do então ministro da Justiça e Negócios Interiores Fernando Lobo Leite Pereira. Em 1894 foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do Partido Constitucional com mandato até 1896. Foi reeleito para a legislatura seguinte, mas faleceu no exercício do mandato, em 15 de julho de 1898.

Ao longo de sua trajetória profissional participou ativamente da criação da Academia de Comércio de Juiz de Fora. No mesmo município foi colaborador dos periódicos *Diário de Minas*, *Farol* e *Jornal do Comércio*.

Era casado com Isabel Nunes Lima Detsi.

Luciana Pinheiro

FONTES: CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 174); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 1, p. 217).

DIA DO SOLDADO

O Dia do Soldado é comemorado em 25 de agosto desde 1923, data dos 120 anos de nascimento de Luís Alves de Lima e Silva, duque de Caxias, patrono do Exército. Até então, as forças armadas brasileiras, à época constituídas por Exército, Marinha e Brigada Policial (atual Polícia Militar), tinham duas festas anuais, ambas ligadas à Guerra do Paraguai (1864-1870): em 11 de junho, a Marinha lembrava a batalha naval do Riachuelo, ocorrida em 1865 e vencida pelos brasileiros comandados pelo almirante Barroso; em 24 de maio, era a vez de o Exército festejar a batalha de Tuiuti, a maior do conflito, em que as tropas brasileiras venceram, chefiadas pelo general Manuel Luís Osório.

Do fim da Guerra do Paraguai até os anos 1920, Osório era o herói mais popular entre os generais e oficiais do Exército. No aniversário da batalha de Tuiuti, as tropas se formavam junto a sua estátua, situada na Praça XV, no Centro do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Por isso, o dia 24 de maio era conhecido como o Dia ou a Festa do Exército. As comemorações não se estendiam, porém, a outras regiões do país com a mesma intensidade.

O duque de Caxias, embora conhecido, não era tão popular entre os generais. Nos anos 1920, devido a divisões políticas e ideológicas dentro do Exército, especialmente entre os jovens oficiais, o governo sentiu necessidade de criar um modelo de soldado ideal, que unisse a todos em torno de si. A sugestão do nome de Caxias é atribuída ao historiador Eugênio Vilhena de Moraes, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, e ao comandante do 1º Exército, sediado no Rio de Janeiro, general João de Deus Mena Barreto. Provavelmente foram propostas simultâneas, dada a popularidade de Caxias junto à tropa.

De todo modo, em 25 de agosto de 1923, o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, baixou o Aviso nº 443, em que determinava que, daquele ano em diante, sempre naquela data, ocorreria “uma formatura de tropas do Exército, às quais hão de se reunir destacamentos da Marinha e da Brigada Policial”, em homenagem ao duque de Caxias, tal como ocorria com o almirante Barroso e o general Osório. O Aviso Ministerial nº 366, do

mesmo dia, instituiu o Dia do Soldado, a ser comemorado na mesma data, vinculando assim todos os soldados àquele que seria seu guia.

Beatriz Coelho Silva

FONTES: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Mena Barreto (verbete). Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. CASTRO, C. *Entre*.

DIÁRIO CARIOCA

Jornal carioca diário fundado em 17 de julho de 1928 por José Eduardo de Macedo Soares e extinto em 31 de dezembro de 1965.

DE 1928 A 1934

O *Diário Carioca* nasceu com a finalidade precípua de fazer oposição ao governo de Washington Luís. Seu fundador, de tradicional família fluminense, havia deixado a Marinha no posto de primeiro-tenente, para dedicar-se à política e posteriormente à imprensa. Já em 1912, fundara *O Imparcial*. Embora suas atividades políticas durante a Primeira República estivessem vinculadas ao poder institucionalizado, a partir de dado momento Macedo Soares passou a refletir uma das correntes de oposição à estrutura política vigente. Tanto isso é verdade que o primeiro número do *Diário Carioca* deveria ter saído a 5 de julho, para comemorar o sexto aniversário do levante dos 18 do Forte.

Ao lado do fundador, que reservou para si a diretoria, o novo jornal contava em sua equipe inicial com Alberto Burle de Figueiredo na gerência, Leônidas de Resende na chefia da redação, Osório Borba como secretário, e Antenor Guimarães. Entre os primeiros colaboradores destacavam-se Evaristo de Moraes, Virgílio de Melo Franco, Humberto de Campos e Adolfo Bergamini.

O primeiro número do *Diário Carioca* caracterizava desde logo sua natureza essencialmente política. De acordo com José Eduardo de Macedo Soares, o objetivo do jornal era “servir ao país, traduzindo lealmente seus sentimentos, esclarecendo e interpretando as correntes de opinião, e assumindo com honestidade e firmeza a parcela de responsabilidade que lhe coubesse nas lutas da política brasileira”. O noticiário do Congresso, no mesmo número, reproduzia a polêmica entre o deputado Adolfo Bergamini, que acusara determinados generais de enriquecimento ilícito, e um general deputado, que exortara Bergamini a citar o nome de “um só general gatuno”.

O *Diário Carioca* apoiou a Revolução de 1930, encarando-a como a solução para os problemas do país. Dias antes de sua eclosão, um encontro de líderes da Aliança Liberal foi realizado na própria redação do jornal. Dele participaram, entre outros, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, João Pessoa, os Lima Cavalcanti, Café Filho, Getúlio Vargas e Juarez

Távora. Em 24 de outubro, a primeira página do jornal estampava: “A Redenção Brasileira — vitoriosa em todo o país a Cruzada Santa da Liberdade Nacional.” Acrescentava ainda a notícia que a nação reagira aos “40 anos de opróbrios e vilipêndios culminados neste governo”. “A nação respira.” Por fim, o jornal destacava a ação dos generais Mena Barreto, Leite de Castro e João Gomes Ribeiro, no Rio de Janeiro.

Já em novembro de 1930, porém, José Eduardo de Macedo Soares conclamava o governo provisório a seguir seu programa e a cumprir suas promessas: “O governo deve agir de acordo com o preestabelecido, a nação o espera impacientemente.” Dias depois, o editorial “Governo em férias” advertia que “o sr. presidente da República não deve confundir atos do governo (onde é parcimonioso) com benefícios da Revolução (onde abusa indevidamente). As férias do governo se prolongam, impedindo o começo de um esforço útil e de um trabalho proveitoso tendente ao menos a cumprir a lei orgânica do governo federal”.

No princípio do mês de dezembro, o *Diário Carioca* rompia com a situação, apontando os males trazidos pelo governo provisório ao país: “uma administração incompetente e uma política mesquinha.” O governo revolucionário era visto como uma “marcação de passo”. Pouco mais tarde, o número que trazia o editorial “Balaio de caranguejos” foi impedido de sair. Mesmo assim, o editorial circulou pela cidade através de milhares de provas impressas nas próprias oficinas do jornal. A partir daí, Macedo Soares manteve-se em oposição constante ao governo provisório.

Em janeiro de 1932, Horácio de Carvalho Júnior assumiu o cargo de diretor-presidente, reservando-se Macedo Soares a orientação política do jornal. Os ataques eram desferidos sobretudo contra os “tenentes”, investidos “nos cargos mais importantes, estando com a faca e o queijo na mão”. O próprio Macedo Soares participou da fundação do Clube 24 de Fevereiro, criado em 16 de fevereiro de 1932 para defender a reconstitucionalização do país e se opor ao Clube 3 de Outubro, a mais importante associação tenentista.

O clube recém-fundado pretendia realizar uma manifestação nas escadarias do Teatro Municipal no dia 24 de fevereiro, data em que foi aprovada a Lei Eleitoral, primeiro passo para a convocação de uma assembleia nacional constituinte. Nesse mesmo dia 24 de fevereiro, Macedo Soares afirmou que o Clube 3 de Outubro tinha por finalidade “sustentar pela violência um regime de poderes discricionários que Getúlio Vargas planejava

prolongar no país”. Não podendo contar com os civis liberais nem com os democratas, Getúlio teria passado a utilizar-se de um sistema militarista aproveitando-se da legenda de heroísmo e abnegação dos antigos revolucionários e do interesse e da ambição dos novos.

No dia seguinte, ou seja, a 25 de fevereiro, o *Diário Carioca* foi empastelado pelo filho de Pedro Ernesto Batista (então interventor no Distrito Federal), que chegou ao jornal acompanhado de três caminhões de soldados. Foram grandes os prejuízos materiais, e, além disso, dois empregados do jornal sofreram ferimentos. O *Diário Carioca* foi assim forçado a suspender sua circulação por algum tempo.

A crise desencadeada com o empastelamento foi grande. Maurício Cardoso, ministro da Justiça, que tinha conseguido pôr fim à censura à imprensa, e Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal, protestaram. Getúlio, entretanto, mostrou-se reticente em relação a que atitude tomar. Maurício Cardoso exigia o prosseguimento do inquérito. O ministro da Guerra, José Fernandes Leite de Castro, e o próprio Vargas, apoiados por líderes tenentistas, voltaram a preconizar o retorno à censura, como medida profilática para casos semelhantes. Contrários a tal medida colocaram-se os gaúchos João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Batista Luzardo e Lindolfo Collor, todos políticos ligados ao governo provisório. O impasse acabou por forçá-los a renunciar coletivamente no dia 3 de março, em acerto com Flores da Cunha, então interventor no Rio Grande do Sul.

As tentativas de conciliação política tiveram início com um *Heptálogo* preparado por Assis Brasil, que pedia o retorno à Constituição de 1891 no tocante aos direitos dos cidadãos, para que dessa forma se punissem os autores do empastelamento do *Diário Carioca*. Seguiu-se um *Decálogo*, enviado a Vargas por Borges de Medeiros e Raul Pilla, no qual eram pedidas, entre outras coisas, a abertura de inquérito sobre o atentado ao *Diário Carioca*, o afastamento de Pedro Ernesto da prefeitura do Distrito Federal, a realização de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) até 31 de dezembro e a liberdade de imprensa. Tanto ao *Heptálogo* como ao *Decálogo*, Getúlio não deu mais que respostas evasivas. Tentou, por outro lado, reconciliar-se com os gaúchos, oferecendo a Flores da Cunha o Ministério da Justiça, que este recusou.

Soube-se posteriormente que Macedo Soares deveria ter sido eliminado durante o empastelamento de seu jornal, tendo escapado por estar em Petrópolis (RJ) na ocasião.

Edgar Carone enfoca o ataque ao *Diário Carioca* como a resposta imediata à

decretação do Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932, que não era senão uma concessão de Getúlio aos defensores da reconstitucionalização rápida, contrária por sua vez aos interesses tenentistas. Para Carone, o empastelamento teria sido uma etapa da luta entre as oligarquias e o tenentismo em torno do problema da constitucionalização.

Em 5 de abril de 1932, voltou a circular o *Diário Carioca*. Macedo Soares responsabilizou o governo da República pelo empastelamento, realizado por oficiais comandando soldados munidos de armas “que a nação lhes confiou para sua defesa”. Para Macedo Soares, a revolução havia sido feita a fim de que se instaurasse uma democracia livre, um regime civil voltado para os ideais da justiça social. Os militares, no entanto, a partir de um dado momento, haviam passado a encarar a revolução como privilégio da maioria de uma classe, a do “tenente desconhecido”. Macedo Soares terminava acrescentando que “só a morte poderá emudecer a consciência livre que continuará falando, após a volta sem ódios ou rancores, do alto desta tribuna”.

A oposição ao governo provisório seguiu adiante, pois no mês de junho o jornal manifestou-se contra o “asfixiamento da liberdade de imprensa” e promoveu novo ataque ao tenentismo afirmando que Vargas patrocinava “uma política militarista... contrária à consciência cívica do povo brasileiro”. Finalmente, Macedo Soares declarou que “o Brasil vai apodrecendo ao sol”. Mantendo essa linha política, o *Diário Carioca* apoiou integralmente a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em julho de 1932.

Em 1933, quando foram marcadas as eleições para a ANC, Macedo Soares candidatou-se, sendo eleito deputado na bancada do estado do Rio.

Ao longo de todo esse período, as críticas do jornal ao governo visaram muitas vezes alvos específicos, como a administração de Juarez Távora no Ministério da Agricultura, as atuações políticas de Pedro Ernesto e Antunes Maciel e a gestão financeira dos interventores — apenas os interventores no Rio Grande do Sul, na Bahia e em Minas Gerais foram poupados. Um dos colaboradores do diário, José de Avelar Fernandes, contestou os projetos do general Góis Monteiro relativos a uma possível reestruturação do Exército. Por outro lado, o *Diário Carioca* jamais desferiu ataques pessoais a Getúlio.

No início de 1934, o *Diário Carioca* promoveu campanhas contra a Light, a Companhia do Gás, a indústria pesqueira e a imigração de elementos indesejáveis, entre os quais sírios e japoneses. O jornal defendeu, no entanto, o funcionalismo público em suas

reivindicações, bem como a liberdade de imprensa. Em meados do ano, o *Diário Carioca* pôde por fim aplaudir a nova Constituição, meta primordial de seus princípios legalistas.

DE 1934 A 1945

A partir desse momento, o jornal aproximou-se da situação, passando a informar sobre as questões nacionais de maior repercussão de maneira bastante parcial. A política partidária, assim como as questões regionais, foi relegada ao segundo plano. Assuntos importantes como a crise do Partido Republicano Paulista ou a questão eleitoral fluminense foram tratadas em notas pequenas e descontínuas.

Em um extenso editorial intitulado “Em defesa da democracia”, o jornal mostrou-se favorável à Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1935: “O governo, armado dos poderes que lhe vai dar a Câmara, defenderá a segurança do regime. Não lhe aconselharíamos excessos criminosos, que só serviriam para criar mártires. Mas de certo, a repressão aos maus elementos, aos agitadores, aos terroristas deve ser inflexível e energética.” Um segundo editorial acrescentava que “o povo brasileiro aplaudirá quaisquer iniciativas de reação ao fascismo, como de repulsa ao comunismo”. O editorial “O Ministério do Trabalho e as conquistas proletárias” começava com um elogio à elaboração de uma legislação social pelo governo, e referia-se à necessidade que tinha o Estado de oferecer um amparo legal ao proletariado. Fazia, no entanto, a seguinte crítica: “É forçoso, porém, reconhecer que as nossas leis sociais, como estão, em vez de provocarem o conagraçamento do capital com o trabalho, são fontes de discórdia permanentes e de dissídios intermináveis.” O apoio à situação fez com que o jornal declarasse que “a reconstrução do Brasil há de se operar com ou sem o concurso da oposição”. Dentro dessa linha, o *Diário Carioca* fez cerrada oposição à Revolta Comunista de 1935. Por outro lado, nesse mesmo ano, Macedo Soares foi eleito senador.

A despeito de seus pontos de contato com a situação, o *Diário Carioca* recebeu com certas reservas a Constituição de 1937. A partir de 1938, contudo, passou a prestar incondicional apoio ao governo. Manifestou-se contra o *putsch* integralista de maio desse ano e teceu elogios às medidas e realizações do governo federal, bem como à administração do interventor Ernâni Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro. Louvores foram também prestados à atuação do capitão Filinto Müller na manutenção da ordem pública e na defesa

de “nossas instituições políticas”. O Estado Novo era visto como a concretização dos ideais tenentistas. O editorial “Democracia forte” procurava justificar os poderes excepcionais do Estado em função de sua própria defesa: o liberalismo, acossado por doutrinas que lhe eram contrárias, “teve que ceder ao peso de sua velharia”. Assim se legitimava uma reação séria, consubstanciada num governo forte: “O Brasil com o Estado Novo inscreveu-se entre as nações que querem salvar a sua democracia. Não foi outro o objetivo do presidente Getúlio Vargas.”

Entretanto, gradualmente a linha política do jornal se transformou. Em 1941, o *Diário Carioca* se envolveu na questão do navio *Siqueira Campos*, aprisionado pelos ingleses com base no bloqueio continental quando transportava carga de material bélico da Alemanha para o Brasil. Nesse momento, o general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, iniciou através da imprensa uma violenta campanha contra a Inglaterra e os interesses ingleses. A campanha chegou a tal ponto que o ministro Osvaldo Aranha pediu a Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que recomendasse aos jornais a diminuição da ênfase com que vinham tratando o assunto. Foi nesse contexto que o *Diário Carioca* proclamou a necessidade de as forças civis se agruparem em torno do presidente, o que foi interpretado como uma advertência aos militares para que não interviesses em assuntos civis. Góis Monteiro resolveu, malgrado o apoio que lhe fora dado pelo jornal inúmeras vezes, suspendê-lo temporariamente. Getúlio encampou a idéia, alegando que o editorial poderia ser interpretado de modo a criar uma dissensão entre o presidente e as forças armadas. Um contingente de soldados chegou a ser despachado para o *Diário Carioca*, mas Góis Monteiro, no momento final, pediu ao general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, que expedisse uma contraordem.

A emenda constitucional de 28 de fevereiro de 1945 foi considerada pelo *Diário Carioca* como uma “reforma em moldes fascistas”. Dessa forma, o jornal aludia ao fato de que sua decretação significava manter a Carta de 1937.

DE 1945 A 1954

Com a queda do Estado Novo, o *Diário Carioca* defendeu exaltadamente o retorno ao regime democrático. O editorial “Antes do amanhecer cantam os galos”, de Macedo Soares, referia-se ao despertar da imprensa “após uma noite polar em um dia de sol

radioso”, no qual desaparecia o regime que, penetrando “nas caladas da noite”, anulava “as instituições jurídicas e políticas da República, substituindo-se aos poderes legais e instalando um método de governo oposto às tradições brasileiras, adverso às nossas convicções democráticas, contrário ao nosso instinto de liberdade”.

A partir de então, o jornal passou a capitanear a campanha eleitoral de Eduardo Gomes, difamando sistematicamente ao mesmo tempo o candidato comunista Iedo Fiúza. Macedo Soares escrevia artigos criticando o não comparecimento de Getúlio Vargas — eleito senador em 2 de dezembro de 1945 — à Assembleia Constituinte. Acusava-o igualmente de estar por trás das manifestações e violências ocorridas na Zona Sul do Rio de Janeiro, praticadas por moradores do morro do Leblon. Iedo Fiúza era combatido pelo jornalista Carlos Lacerda, através de uma série de artigos sob o *slogan* “O Rato Fiúza”. Uma vez eleito o general Dutra, o *Diário Carioca*, inicialmente oposicionista, num segundo momento passou à situação.

Em meados de 1948, o jornal estava ainda sob a direção de Horácio de Carvalho Júnior, e em sua primeira página Macedo Soares e Danton Jobim alternavam colunas. Nessa época, o editorial “Nossa opinião” afirmava ser o *Diário Carioca* um órgão de combate que antecipara a Revolução de 1930. Havia sobretudo o interesse em deixar claro que o jornal, acima de suas preferências, era movido pela “necessidade de bem servir ao país”, e que não raro assumira “atitudes perigosas e dramáticas”. A imprensa, para o *Diário Carioca*, teria a missão de ser a um só tempo porta-voz e orientadora da opinião popular. Nesse mesmo ano, a redação do jornal transferiu-se do prédio que ocupava na praça Tiradentes para o moderno edifício da avenida Presidente Vargas.

No momento da sucessão de Dutra, o *Diário Carioca* apoiou a candidatura de Cristiano Machado à presidência da República pelo Partido Social Democrático (PSD), alertando a opinião pública para “o perigo da candidatura Vargas”, e criticando Café Filho por este se prestar a integrar a chapa de Getúlio mesmo depois de ter-se definido como socialista e de ter participado da campanha “Lembraí-vos de 37”. O jornal aproximou-se também do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato à presidência da República pela União Democrática Nacional (UDN), embora mostrasse reservas ante as ligações deste com o ex-integralista Plínio Salgado.

Com a vitória de Getúlio Vargas, o *Diário Carioca* passou a fazer oposição ao

governo. Moveu intensa campanha contra a *Última Hora*, jornal de Samuel Wainer, após ter-lhe vendido a empresa gráfica Érica. Ao ser instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as acusações de corrupção feitas contra o jornalista, não lhe poupou ataques. Posteriormente, o *Diário Carioca* apoiaria a proposta de *impeachment* levantada pela chamada “Banda de Música” da UDN contra Getúlio Vargas, bem como o *Manifesto dos coronéis* (1954), apresentado como um pedido de aumento dos vencimentos dos militares, mas na verdade uma crítica ao governo visando essencialmente a atuação de João Goulart, então ministro do Trabalho.

DE 1954 A 1965

Com o suicídio de Vargas, a ascensão de Café Filho à presidência da República e o subsequente desvio dos projetos da política varguista, o *Diário Carioca* aproximou-se do poder, o que, de acordo com alguns depoimentos, refletia a expectativa do jornal de que alguns de seus membros recebessem cargos na administração pública. Não conseguindo atingir seu intento, o jornal iniciou um processo de integração ao PSD. A partir daí, é possível explicar sua posição favorável à deposição de Carlos Luz e à decretação do estado de sítio, bem como o apoio dado ao general Henrique Teixeira Lott durante o Movimento do 11 de Novembro de 1955. O jornal defendeu a seguir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek.

No decorrer do governo Kubitschek, embora se mantivesse ao lado da situação, o *Diário Carioca* foi-se gradualmente decepcionando com o novo presidente, já que, segundo depoimentos de alguns redatores, as expectativas de obtenção de vantagens materiais não se concretizavam. Juscelino Kubitschek não apoiou o jornal da maneira como este desejava. A expectativa de obtenção de cargos públicos teve resultado apenas na nomeação de Danton Jobim, redator-chefe do *Diário Carioca*, para a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao final do mandato de Juscelino, o *Diário Carioca* apoiou Lott nas eleições de 1960.

Em 1961, Horácio de Carvalho Júnior vendeu o jornal a Arnon de Melo, o qual, um ano depois, tornou a vendê-lo a Danton Jobim. Em consequência de sua posição favorável a Lott, o *Diário Carioca* apoiou João Goulart durante todo o seu governo. Segundo depoimentos, Goulart teria chegado a prestar auxílios materiais ao jornal. Por essa época, a

tiragem do *Diário Carioca* começou a diminuir, em função da nítida redução de sua circulação. Junto com seus leitores, o jornal perdeu sua influência política. O declínio se estendeu até 1965, quando, a 31 de dezembro, o *Diário Carioca* rodou seu último número, com pequena tiragem devido ao agravamento das dificuldades materiais.

Se, por um lado, o fechamento do *Diário Carioca* pode ser explicado a partir de sua ruptura com o que seria uma tradição liberal udenista e de sua consequente adesão a uma política trabalhista, onde se detecta até mesmo apoio ao governo João Goulart, por outro lado é possível encontrar-se na própria estrutura do jornal a principal razão de seu declínio.

O *Diário Carioca* se dividia em duas seções: havia um lado eminentemente jornalístico, formado por uma equipe dirigida por Luís Paulistano e composta de jornalistas como Carlos Castelo Branco, Jânio de Freitas, José Ramos Tinhorão, Evandro Carlos de Andrade, Armando Nogueira e Gílson Campos, e, inteiramente dissociado, havia o grupo que detinha o controle acionário da empresa, encabeçado por Horácio de Carvalho Júnior, proprietário do jornal, e José Eduardo de Macedo Soares, que durante todo o tempo funcionou como uma espécie de eminência parda. Dessa forma, ao mesmo tempo em que era viável o desenvolvimento de uma campanha favorável ao aumento do salário mínimo, e que Luís Paulistano assinava a coluna “O dia do barnabé” tratando dos interesses e problemas do funcionalismo público, era também possível a defesa pura e simples dos interesses imediatos da empresa.

Tudo o que interessava à elite econômica do país em geral era encampado pelo jornal de Macedo Soares, decorrendo daí sua posição fluida e imprecisa. Por ocasião das eleições de 1955, por exemplo, o *Diário Carioca* apoiava Juscelino Kubitschek, mantendo, entretanto, uma página dedicada exclusivamente a Juarez Távora. As contradições que se verificavam no interior do jornal entre as preocupações eminentemente jornalísticas da equipe e os interesses mais imediatos da direção acabaram por se resolver com a dissolução gradual da primeira. O apoio ao governo de Juscelino Kubitschek, somado à saída do corpo da redação, explicaria assim o início do declínio do *Diário Carioca*.

O *Diário Carioca*, embora impresso por uma rotativa Marinoni durante toda sua existência, introduziu significativas inovações na imprensa brasileira. Foi o jornal que inaugurou o uso do *lead* e que utilizou pela primeira vez um corpo de copidesques em sua redação. Segundo Deodato Maia, secretário do jornal de 1949 até o momento em que este

encerrou suas atividades, a qualidade de seu jornalismo, se tomada em termos estritamente profissionais, pode ser atestada pela presença neste ou naquele momento de jornalistas que se destacaram na imprensa brasileira como um todo. Pelo *Diário Carioca* passaram, além dos já citados, os cronistas Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Antônio Maria, Rubem Braga, Otávio Bonfim, Oto Lara Resende, os poetas Tiago de Melo e Vinícius de Moraes, os cronistas sociais Jacinto de Thormes e Jean Pouchard, os críticos Antônio Bento, Paulo Francis, Ricardo Galeno, Francisco Pereira da Silva e Sábato Magaldi, além de Wilson Lage, Nílson Viana, Epitácio Timbaúba, Américo Palha, Hélio Fernandes, Carlos Lacerda e José Carlos de Oliveira, o comentarista internacional Newton Carlos e o redator político Hermano Alves, entre outros.

Carlos Eduardo Leal

FONTES: CARONE, E. *República nova*; *Correio da Manhã* (1 e 2/1/66); ENTREV. FREITAS, J.; SKIDMORE, T. *Brasil*.

DIÁRIO DA BAHIA

Jornal diário vespertino, fundado em Salvador no dia 1º de janeiro de 1856 por Demétrio Ciríaco Tourinho e Manuel Jesuíno Ferreira. Suas oficinas foram definitivamente fechadas em 30 de maio de 1957.

IMPÉRIO: DE 1856 A 1889

O *Diário da Bahia* surgiu como órgão do Partido Liberal para fazer frente ao *Jornal da Bahia* (1853-1878), porta-voz dos conservadores. Como a grande maioria dos jornais da época, pretendia ser independente e imparcial, posicionando-se de “atalaia contra os abusos e os opressores”, e “falando sinceramente ao povo”.

Dificuldades financeiras e divergências em torno da diretriz política do jornal fizeram com que o *Diário da Bahia* passasse, no decorrer de sua existência, por sucessivos donos. Na sua primeira fase (1856-1868), caracterizada pela instabilidade, moderação e acomodação, o jornal passou, sucessivamente, por quatro proprietários, revertendo, no fim do período, às mãos de Demétrio Tourinho. Em 1868, o jornal foi vendido a uma sociedade anônima, sob a direção do conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas e constituída dos mais influentes membros da facção baiana do Partido Liberal, então no ostracismo.

O período de 1868 a 1880 correspondeu à fase áurea do *Diário da Bahia*. Do seu corpo de redação faziam parte os mais destacados membros da elite intelectual da época: Leão Veloso (pai), Rui Barbosa, Rodolfo Dantas, Sátiro Dias, Belarmino Barreto, Manuel Vitorino Pereira, Augusto Guimarães e Xavier Marques, entre outros. O apoio financeiro vinha do setor liberal da burguesia agrocomercial, da qual o jornal era porta-voz. Até 1872, quando os liberais retornaram ao poder, o *Diário da Bahia* atuou em franca oposição ao governo estabelecido, tornando-se o jornal de maior circulação na província.

Com a volta dos liberais ao poder, o conselheiro Dantas passou a fixar residência no Rio de Janeiro, e Rui Barbosa foi conduzido à direção do jornal, onde se manteve por dez anos. Refletindo a intrepidez de seu novo diretor, o *Diário da Bahia* engajou-se em todas as campanhas político-sociais da época — da obrigatoriedade do serviço militar à ingerência da Igreja nos assuntos políticos. Eleito deputado geral pela Bahia, Rui Barbosa transferiu residência para o Rio de Janeiro em 1879, continuando, porém, a colaborar com o jornal.

Em 1880, Augusto Álvares Guimarães, rico comerciante (casado com a irmã de Castro Alves) adquiriu as partes dos demais acionistas do jornal, tornando-se proprietário único. Era na sede do *Diário da Bahia* que diariamente se reuniam os membros da comissão central do Partido Liberal, para debater questões políticas, firmar os rumos do partido e do jornal. Os primeiros anos dessa terceira fase (1880-1896) corresponderam a um dos mais ricos e movimentados períodos do jornal. Neles tiveram lugar as grandes campanhas do Império: a reforma eleitoral pelo voto direto (1880), a reforma educacional (de autoria de Rui Barbosa), a abolição da escravatura e a propaganda republicana.

PRIMEIRA REPÚBLICA: DE 1889 A 1930

A mudança do regime político em novembro de 1889 não alterou, de pronto, a linha de atuação do *Diário da Bahia*. Através do editorial “Nossa coerência”, Augusto Guimarães reafirmou sua crença nos princípios liberais, colocando-os acima de qualquer forma de governo. Mas, organizado o Partido Republicano Federalista (PRF), agremiação governista, Augusto Guimarães foi convocado para integrar a sua comissão executiva, ao lado dos liberais Severino Vieira e Sátiro Dias, e dos conservadores José Gonçalves da Silva e Luís Viana. O *Diário da Bahia* tornou-se porta-voz do novo partido, cuja essência programática era a defesa da autonomia regional, consubstanciada no federalismo.

Esse alinhamento do jornal ao lado do governo durou pouco. Disputas políticas entre o ex-governador José Gonçalves e Luís Viana provocaram a desintegração do PRF. Quando as agremiações políticas se reorganizaram, Augusto Guimarães manteve-se solidário a José Gonçalves, chefe do partido oposicionista. Em decorrência, o *Diário da Bahia* voltou a desferir violentos ataques contra o governo, o que serviu de pretexto para uma tentativa de empastelamento do jornal por um grupo de praças do regimento policial (janeiro 1895). O *Diário da Bahia* responsabilizou o governador Rodrigues Lima pelo crime e mobilizou o povo que, em passeata, condenou o atentado, ao tempo em que dava vivas entusiásticos ao jornal.

Depois da morte de Augusto Guimarães (março 1896), o *Diário da Bahia* passou por uma fase de absenteísmo político. Artigos traduzidos do francês, informações sobre acontecimentos sociais europeus, ampla seção de modas femininas, substituíram os apaixonados artigos políticos de Augusto Guimarães, Xavier Marques e Manuel Vitorino.

Em consequência a vendagem do jornal caiu bruscamente, e sua edição, que era diária (exceto às segundas-feiras), passou a ocorrer em dias alternados e até com quatro dias de intervalo. Em abril de 1899, o jornal foi vendido a Domingos Rodrigues Guimarães, ex-magistrado e um dos membros de destaque da elite comercial que então se encontrava em franca oposição ao governo Luís Viana. Para fazer face ao candidato governista nas eleições para a escolha do intendente de Salvador (12/11/1899), a Associação Comercial da Bahia lançou a candidatura de Domingos Guimarães. Segundo praxe da época, a vitória do candidato governista foi oficialmente anunciada antes mesmo das apurações finais. Em consequência, a elite comercial mobilizou populares em manifestações de protesto; o governo recorreu à repressão armada; o comércio fechou suas portas. Candidato derrotado, Domingos Guimarães suspendeu a circulação do *Diário da Bahia*. Transferiu-o, em 1900, por escritura pública, a Severino Vieira, governador recém-empossado.

O *Diário da Bahia* voltou a circular em 1901, como órgão do Partido Republicano da Bahia (PRB), fundado pelo governador Severino Vieira (1900-1904). Atuou como porta-voz do governo e dos grupos no poder até 1907, quando o domínio político de Severino foi contestado, e o PRB cindiu-se em duas facções: a severinista e a marcelinista, que reunia os seguidores do então governador José Marcelino. Os dez anos que se seguiram e que coincidem com o ostracismo de Severino correspondem à etapa de maior combatividade e doutrinação política do *Diário da Bahia* em todo o período republicano. Uma série de campanhas políticas foi então levada a efeito, valendo destacar a da sucessão presidencial de 1909-1910 e a da sucessão estadual de 1919, que deu origem à chamada revolução sertaneja. Na primeira, o *Diário da Bahia* colocou-se contra o civilismo, que considerava sinônimo de anarquismo. Atacou impiedosamente Rui Barbosa, ao tempo em que enaltecia a personalidade e os feitos do marechal Hermes da Fonseca. Essa posição do jornal explica-se pelo fato de Rui Barbosa se ter colocado a favor da facção marcelinista quando da cisão do PRB em 1907.

Após a morte de Severino (23/9/1917), o *Diário da Bahia* foi adquirido por uma sociedade anônima incorporada por Pedro Lago, deputado federal e herdeiro do severinismo. O período de influência severinista terminou em 1921, quando o *Diário da Bahia* foi vendido a Geraldo Rocha, advogado e pecuarista, homem de negócios e de finanças, de atuação nacional e internacional. Radicado no Rio, Geraldo Rocha liderou, através do *Diário da*

Bahia, a campanha da Reação Republicana (1922), defendendo a chapa J. J. Seabra-Nilo Peçanha e combatendo a candidatura de Artur Bernardes. A vitória de Bernardes levou Geraldo Rocha a vender o jornal a uma sociedade. Voltaria a comprá-lo em 1929, quando já era proprietário de *A Noite*, no Rio, com o objetivo específico de promover a campanha da chapa Júlio Prestes-Vital Soares para as eleições presidenciais de 1930.

DE 1930 A 1957

A oposição do *Diário da Bahia* à Aliança Liberal e à Revolução de 1930 revelava o compromisso político e financeiro assumido por seu novo proprietário, Geraldo Rocha, com o governo estabelecido. Tendo-se como certa a vitória eleitoral e a posse de Júlio Prestes na presidência da República, os termos desse compromisso dariam a Geraldo Rocha o direito de encampar as estradas de ferro que, no Sul do país, estavam sob controle da Brazil Railway. Mas a vitória da revolução de outubro não permitiu que as negociações fossem concretizadas, e Geraldo Rocha foi obrigado a abandonar o Brasil. Antes, porém, transferiu seus direitos sobre o *Diário da Bahia* para Muniz Sodré, diretor do jornal e ex-senador federal do grupo de J. J. Seabra.

Foi graças à atuação do grupo seabrista que a propaganda do movimento de 1930 não esteve totalmente ausente na Bahia. A 24 de outubro, portanto, sob a manchete “A epopeia gloriosa da revolução”, o *Diário da Bahia* noticiou a marcha vitoriosa do movimento, ao tempo em que indicava o nome de Muniz Sodré como “uma das grandes esperanças da Bahia redimida”.

O primeiro interventor federal na Bahia foi Leopoldo do Amaral, membro do grupo seabrista, o que levou o *Diário da Bahia* a não fazer oposição ao seu governo. O matutino também não combateu o governo seguinte, apesar de a indicação de Artur Neiva (baiano, radicado em São Paulo) ter surgido em detrimento das aspirações dos seabristas. Contudo, a tônica moderada do jornal transformou-se em oposição ferrenha quando o tenente Juraci Magalhães, militar e cearense, foi nomeado terceiro interventor na Bahia (setembro de 1931 a novembro de 1937). O editorial “Brios baianos” retratava a humilhação da elite política baiana, que via seu estado ser governado por um militar e “forasteiro”.

Os constantes ataques do jornal contra o governo Juraci Magalhães foram seguidos de ações repressivas por parte das autoridades constituídas: prisão de redatores, ameaças

dirigidas aos vendedores, invasão da sede do jornal. No início de 1932, por exemplo, Muniz Sodré foi indiciado na Justiça por ter transcrito no seu jornal artigo estampado no *Diário Carioca* que denunciava o acordo financeiro entabulado pelo governo da Bahia com credores ingleses da Ethelburg Syndicate. O processo não chegou a ter andamento, porque, ante a reação pública, o interventor retirou a queixa que havia apresentado, baseado na lei da imprensa. Em abril do mesmo ano, a sede do jornal foi invadida por um grupo de investigadores, de revólver em punho. Todos os presentes foram presos, inclusive o redator-chefe do jornal, Joel Presídio. Foi então restabelecida a censura à imprensa baiana. Joel Presídio fixou residência no Rio, e a direção do matutino foi entregue ao ex-deputado federal Lauro Vilas Boas enquanto a gerência era assumida pelo capitalista e proprietário coronel Francisco Amado Soares Bahia.

Mas o *Diário da Bahia* não silenciou em suas críticas ao governo, e as perseguições ao jornal continuaram. Lauro Vilas Boas e Francisco Bahia foram intimados a comparecer ao palácio do governo, onde foram severamente admoestados. Mais tarde foram, por algum tempo, recolhidos à Penitenciária do Estado. Lauro Vilas Boas foi aposentado *ex-officio* do cargo de curador de órfãos, que exercia havia mais de 20 anos, o que consumou o esfacelamento do jornal.

Em 1933, o *Diário da Bahia* foi adquirido por uma sociedade anônima, formalmente constituída e dirigida por João Pacheco de Oliveira, ex-deputado federal e elemento de apoio do interventor Juraci Magalhães. O objetivo da compra era prover o governo e o recém-fundado Partido Social Democrático (PSD), órgão governista, de um meio de divulgação e propaganda. Até o golpe de estado de novembro de 1937 o *Diário da Bahia* desempenhou essa função. Com a instalação do Estado Novo, passou a apoiar e a promover a ditadura getulista.

Daí por diante acelerou-se a decadência do jornal, que passou a circular em períodos intermitentes. Em dezembro de 1951 reapareceu, depois de algum tempo de ausência, sob a direção de Antonino de Oliveira Dias e de Murilo Soares da Cunha. Seu proprietário oficial era a S.A. Diário da Bahia, mas o dono de fato era o governo do estado. Sua função, portanto, era promover o governo estabelecido e o PSD, partido oficial.

Duas colunas foram então responsáveis pelo soerguimento do jornal, nesse período: “Política é o diabo”, assinada pelo escritor Wilson Lins, sob o pseudônimo de Rubão Braz,

e “Disseram”, assinada por Murilo Soares da Cunha. Em tom satírico, a primeira fazia críticas contundentes ao jogo político da época, e a segunda também tratava de assuntos da política nacional e local, atacando com veemência a União Democrática Nacional (UDN) e, em especial, o senador Juraci Magalhães.

No dia 10 de maio de 1955, com o editorial “Fale baixo, coronel”, o *Diário da Bahia* refutava críticas formuladas por Juraci Magalhães contra o ex-governador pessedista Régis Pacheco, acusado pelo senador-coronel de ter enriquecido ilicitamente no governo do estado. Considerando o editorial difamante e calunioso, Juraci Magalhães apresentou em juízo queixa-crime contra os diretores do jornal, Murilo da Cunha e Antonino Dias. A reedição do editorial dois meses depois motivou a apresentação de outra queixa-crime contra os mesmos diretores, que deveriam, portanto, responder a dois processos movidos pelo senador udenista. A ação judicial, contudo, acabou prescrita por decurso de prazo, o que levou o juiz a declarar a absolvição dos réus.

A partir de 1956 a situação financeira do jornal tornou-se particularmente grave. Os salários dos funcionários deixaram de ser pagos, máquinas foram penhoradas. O jornal passou a ser alvo de consecutivas ações trabalhistas movidas por seus empregados. Para evitar a continuação de tais ações, a diretoria, de acordo com o pseudoproprietário (S.A. Diário da Bahia), resolveu suspender a circulação do jornal. O *Diário da Bahia* circulou pela última vez no dia 30 de maio de 1957, depois de mais de 80 anos de atividade.

Consuelo Novais Sampaio
colaboração especial

FONTES: ENTREV. DIAS, A.; ENTREV. SAMPAIO, A.; SEABRA, J. *Humilhação*; SILVA, K. *Diário*.

DIÁRIO DA MANHÃ

Jornal diário e matutino lançado em Recife em 16 de abril de 1927 pela empresa Lima Cavalcanti e Cia. de propriedade dos usineiros Artur de Siqueira Cavalcanti, Caio de Lima Cavalcanti, Carlos de Lima Cavalcanti, Fernando de Lima Cavalcanti e Rui de Lima Cavalcanti. Foi fechado em 31 de dezembro de 1950, mas após algum tempo voltou a circular.

PRIMEIRA REPÚBLICA

O primeiro diretor-geral do *Diário da Manhã* foi Carlos de Lima Cavalcanti, que pouco antes rompera com o Partido Republicano de Pernambuco para fazer oposição ao governador Estácio Coimbra (1926-1930) através de uma nova agremiação, o Partido Democrático de Pernambuco. No plano nacional, os Lima Cavalcanti iriam apoiar o programa do Partido Democrático Nacional (PDN).

Em seu editorial de apresentação, o *Diário da Manhã* descrevia o compromisso que pretendia manter com “o engrandecimento da nacionalidade, sem preocupações restritas de regionalismo”. Ainda no primeiro número foi publicado um telegrama do gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil (um dos articuladores do PDN) saudando o aparecimento do jornal. A mensagem afirmava que “o Brasil civilizado e pacífico” vinha sendo “levado ao extremo da revolução pela insolência insensível dos usurpadores de sua soberania” e que, “sem a doutrinação da imprensa”, “nunca teriam soado os primeiros estampidos das carabinas libertadoras, cujos saudáveis efeitos são mais eficazes depois que elas emudecem”.

O *Diário da Manhã* começou a circular com oito páginas nos dias úteis e 16 aos domingos, em dois cadernos de formato padrão. Custava inicialmente duzentos réis. Seu aspecto gráfico moderno, idealizado por Andrés Guevara — diagramador da escola argentina de desenho —, chegou a impressionar o jornalismo pernambucano da época e é hoje considerado um marco na renovação da imprensa do Nordeste. O cronista João Monteiro, do jornal carioca *A Noite*, comentou certa vez como era surpreendente existir em Recife um paginador como o do *Diário da Manhã*: “Há gosto em tudo, até nos títulos das seções.” Na verdade, Andrés Guevara colaborou em vários outros jornais brasileiros, como *A Manhã* (1925) e *O País* (1923-1930). Em 1943, voltaria ao Brasil para trabalhar na *Folha da*

Semana e, na década de 1950, participaria da fundação de *Última Hora*.

Integravam ainda a primeira equipe do *Diário da Manhã*, entre outros, José de Sá (redator-chefe), Cristiano Cordeiro (secretário), Esmaragdo de Freitas, Racine Guimarães, Domício Rangel (redatores) e Osório Borba (correspondente no Rio de Janeiro). A gerência era ocupada por Antônio Lumachi do Monte. Entre os colaboradores mais regulares figuravam Maurício de Lacerda, Agripino Grieco, Gilberto Amado, Barbosa Lima Sobrinho, Pedro Mota Lima, Joaquim Pimenta, Vicente Licínio Cardoso, Edgar Teixeira Leite, João Barreto de Meneses, Luís Cedro, Gastão Cruls e o padre Batista Cabral, além do próprio Guevara, que fazia *charges* e caricaturas.

Fundado para se tornar um veículo atuante de oposição, o *Diário da Manhã* publicou logo nos primeiros números o livro inédito de Juarez Távora, *Idéias revolucionárias*. Iniciou também uma campanha financeira de ajuda aos membros da Coluna Prestes, que se encontravam exilados na Bolívia, e dedicou diversas reportagens à marcha dos revolucionários. Ainda com o intuito de auxiliar os companheiros de Prestes no exterior, o jornal anunciou a venda do livro *História de uma covardia*, de Maurício de Lacerda, sobre o governo de Artur Bernardes (1922-1926).

Em 28 de maio de 1927, soldados da cavalaria e da infantaria da polícia pernambucana cercaram a sede do jornal para conter uma manifestação estudantil contra o reconhecimento de Bernardes como senador da República. A situação ficou ainda mais tensa no dia seguinte, com a publicação de uma *charge* na primeira página do *Diário da Manhã* em que Artur Bernardes era representado por um camundongo atrás de uma cruz cercada de caveiras. Embaixo, figurava a legenda “1922-Trindade Clevelândia-1926”, referindo-se aos dois presídios políticos que aterrorizavam os opositores do governo; em cima, lia-se: “Sou eu o autor de tudo isso.” A *charge*, de autoria de Caio de Lima Cavalcanti, fez com que vários redatores do jornal — entre os quais Cristiano Cordeiro fossem intimados a comparecer à polícia.

Mesmo assim, o *Diário da Manhã* prosseguiu em sua campanha de oposição, publicando no dia 16 de julho do mesmo ano um editorial a favor da anistia, além de declarações de Assis Brasil e de outros líderes liberais. O jornal realizou ainda outra extensa reportagem saudando Luís Carlos Prestes como o “Cavaleiro da Esperança”, e chegando a chamá-lo de “homem-lâmpada do Brasil”.

No âmbito estadual, o jornal denunciava os favores concedidos pelo governo de Estácio Coimbra a um certo grupo de usineiros, prejudicando os fornecedores de cana. Criticava também o ex-governador do estado Sérgio Loreto. No mês de setembro de 1927, foi iniciada uma violenta campanha contra o orçamento estadual, qualificado de “monstro”. No mês de dezembro, foi amplamente noticiada a agressão do chefe de polícia, Eurico de Sousa Leão, a um dos diretores do jornal, Fernando de Lima Cavalcanti. Esse episódio deu início a uma polêmica entre o *Diário da Manhã* e *A Província*.

Em abril de 1928, no primeiro aniversário do jornal, comemorado com uma edição de dez cadernos, Carlos de Lima Cavalcanti assinou um editorial prometendo manter a linha oposicionista de seu periódico: “Sejam quais forem as hostilidades que se antepuserem à existência do *Diário da Manhã*, prosseguiremos, impavidamente, dentro do nosso programa de reação aos politiqueiros desonestos e aos déspotas que meteram o país no bolso.”

Sobre essa edição comemorativa, o *Diário de Pernambuco*, que apoiava o governo, comentou tratar-se de “uma interessante expressão da corrente revolucionária nacional, de que o ilustre colega Carlos de Lima Cavalcanti se fez aqui ardoroso paladino”. Dois dias depois, o *Diário da Manhã* negou sua natureza revolucionária, acusando o *Diário de Pernambuco* de insinuar “uma das mais terríveis perfídias que uma folha já terá feito a outra colocada em campo contrário”. O jornal dos Lima Cavalcanti também atacou *O País*, do Rio de Janeiro, que havia publicado artigos favoráveis a Estácio Coimbra.

Em maio de 1928, o jornalista Esmaragdo de Freitas, que substituíra Cristiano Cordeiro na secretaria de redação meses antes, deixou Recife. A princípio seu cargo foi acumulado por Carlos de Lima Cavalcanti, mas pouco depois foi entregue a Jarbas Peixoto.

Ao se iniciarem os debates em torno da sucessão de Washington Luís na presidência da República, o *Diário da Manhã* mais uma vez afirmou sua linha oposicionista. Quando a caravana da Aliança Liberal chegou a Recife, em 27 de janeiro de 1930, o jornal intensificou sua campanha contra o governo e passou a reclamar da censura a seu serviço telegráfico. Em 1º de março de 1930, entretanto, a Aliança Liberal, através de seus candidatos Getúlio Vargas e João Pessoa, foi derrotada nas urnas.

Em 30 de junho de 1930, o *Diário da Manhã* deu grande cobertura à prisão, no Rio, de Carlos de Lima Cavalcanti, acusado de ser um emissário do movimento revolucionário no

Norte. Quando do assassinato de João Pessoa, em 26 de julho, o jornal publicou editoriais violentos acusando o governo de encobrir o crime. Em consequência disso, uma semana depois, ao ser rezada a missa de sétimo dia, o jornal foi submetido à censura prévia, saindo com vários espaços em branco. Suspensa a censura, foram publicadas na íntegra todas as matérias anteriormente proibidas.

NO PÓS-1930

Três dias após a eclosão no Rio Grande do Sul, em 3 de outubro, da Revolução de 1930, Caio de Lima Cavalcanti assumiu a direção do *Diário da Manhã* em lugar de Carlos, designado governador provisório de Pernambuco. A partir de então, o *Diário da Manhã* tornou-se o porta-voz dos governos estadual e federal, mantendo constantes polêmicas com o *Diário de Pernambuco* e *O Jornal*, folha carioca pertencente a Francisco de Assis Chateaubriand, que passou a criticar a política social do novo governo e os erros da revolução.

Em relação ao governo provisório de Getúlio Vargas, as críticas do *Diário da Manhã* eram raras e visavam sempre atos isolados. Os dois recursos mais utilizados pelo jornal nesses casos eram as fontes indeterminadas (“soube-se”, “comenta-se”) ou a transcrição de matérias de jornais oposicionistas, como o *Correio da Manhã* e *O Globo*.

Em relação ao governo estadual, o jornal evitava noticiar as dissensões internas ao situacionismo, negando ou minimizando todos os desentendimentos no interior da administração Lima Cavalcanti. Tanto o rompimento de João Alberto Lins de Barros com Carlos de Lima Cavalcanti, por exemplo, como a cisão entre o interventor e seu secretário de Agricultura, João Cleofas, foram negados pelo *Diário da Manhã* apesar de largamente noticiados por outros jornais. Mesmo tendo-se transformado em sociedade anônima em 1932, o jornal manteve-se na mão dos Cavalcanti, que passaram o cargo de diretor-presidente a Renato Carneiro da Cunha e conservaram José de Sá na chefia de redação.

A partir de 1935, entretanto, os desentendimentos entre Carlos de Lima Cavalcanti — já então governador eleito do estado — e Agamenon Magalhães, ministro da Justiça de Vargas, iriam de alguma maneira refletir-se no jornal. Iniciando-se como uma disputa pessoal pelo poder no estado de Pernambuco, a divergência entre os dois políticos culminaria em novembro de 1937 com a decretação do Estado Novo. Nesse momento,

Lima Cavalcanti foi afastado do governo, enquanto Agamenon Magalhães era nomeado interventor.

A partir daí, o *Diário da Manhã* passou a sofrer toda sorte de perseguições. Em junho de 1938, Renato Carneiro da Cunha, que ainda havia tentado uma aproximação com Agamenon Magalhães, deixou o cargo de diretor-presidente do jornal, sendo a seguir deportado juntamente com o redator Luís de Barros. Os Cavalcanti perderam assim o controle do jornal, cuja direção foi entregue a Rubens Pereira de Araújo.

Em 3 de fevereiro de 1939, Pedro de Sousa tornou-se diretor-presidente do *Diário da Manhã*. Adotando uma posição de apoio ao Estado Novo, o novo diretor declarou que o jornal se tornara um órgão de colaboração com os poderes públicos para o engrandecimento nacional e a defesa dos interesses coletivos. A partir desse momento, o jornal reduziu gradativamente seu número de páginas e sua tiragem, até se transformar em semanário, em julho de 1941.

O *Diário da Manhã* manteve uma atuação inexpressiva na imprensa pernambucana até 1946, quando foi adquirido por um grupo ligado à ala dissidente do Partido Social Democrático (PSD), que pretendia lançar a candidatura de Manuel Campelo Júnior ao governo do estado. Nesse momento, voltou a circular diariamente com 12 páginas.

Mesmo desvinculado de seu fundador, que na época articulava a criação da União Democrática Nacional (UDN) de Pernambuco, o *Diário da Manhã* reassumiu com seus novos proprietários uma posição mais democrática, publicando, a propósito do Estado Novo, um editorial que dizia: “Após experiências em desacordo com os impulsos de nossa índole, o país retoma, agora, a normalidade constitucional, abrindo-se assim nova fase à cooperação construtiva entre a imprensa e os órgãos do Estado, estruturados em bases legítimas, sob a autoridade emanada das fontes puras da soberania popular.”

Com a derrota de Campelo Júnior nas eleições para governador e a vitória de Costa Porto, diretor do *Diário da Manhã*, nas eleições para deputado, o jornal foi novamente vendido, em dezembro de 1947, passando por várias mãos até fechar suas portas por algum tempo em 1950.

João Batista de Abreu Júnior

FONTES: CAVALCANTI, P. *Caso*; LIMA FILHO, A. *China*; NASCIMENTO, L. *História*.

DIÁRIO DA NOITE

Vespertino carioca fundado em 1929 como parte do grupo de jornais que começava a constituir, à época, o conglomerado de Assis Chateaubriand.

Os recursos necessários para a fundação foram conseguidos por meio de João Neves da Fontoura, com o apoio da Aliança Liberal. No fim do mesmo ano já vendia mais de 120 mil exemplares diários.

O *Diário da Noite* carioca e o *Diário da Noite* paulista, também de Assis Chateaubriand e dirigido por seu irmão Osvaldo, logo ficaram conhecidos como *Os Diários*.

O jornal apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, contra Júlio Prestes, candidato apoiado pelo presidente Washington Luís, com a publicação do satírico encarte semanal *A Manhã*, escrito por Aparício Torelli. O encarte tornou-se um jornal independente e seu autor adotou a alcunha de barão de Itararé.

Em 29 de maio de 1930, *Os Diários* publicavam, em primeira página, o documento “O manifesto do chefe revolucionário ao povo brasileiro — o capitão Luís Carlos Prestes define a sua atitude atual”, entregue a Rafael Correia de Oliveira, repórter do *Diário da Noite* paulista. Prestes expunha suas idéias sobre a revolução que vinha sendo forjada pela Aliança Liberal, desde que o processo eleitoral presidencial de março de 1930 passara a ser acusado de fraudulento pela oposição. Para que *Os Diários* não se comprometessem em relação à Aliança Liberal, os jornais traziam, na mesma edição, artigos que condenavam o conteúdo do manifesto.

Com apenas um ano de vida, o vespertino carioca já aparecia, entre os jornais que formavam a ainda pequena rede de Assis Chateaubriand, como o de maior tiragem, chegando a vender quase 150 mil exemplares diários.

Em 27 de julho de 1930, quando do assassinato de João Pessoa, político da Paraíba e ex-candidato da Aliança Liberal a vice-presidente, o *Diário da Noite* carioca estampava a manchete: “João Pessoa assassinado. O criminoso: João Duarte Dantas. O responsável: o governo federal.”

A reportagem “Um movimento revolucionário em Minas e no Rio Grande do Sul”, em 4 de novembro de 1930, noticiava a marcha da Revolução de 30. Desde então, até o fim do período revolucionário, em 24 de novembro de 1930, a imprensa permaneceu sob censura decretada por Washington Luís.

No fim do processo revolucionário, poucos dias depois da posse de Getúlio Vargas, o *Diário da Noite* passou a publicar reportagens, entrevistas e artigos feitos no “front revolucionário”, durante o período da censura. Ofereceu até um gigantesco churrasco aos três mil soldados gaúchos acampados na Quinta da Boa Vista. O vespertino publicou também uma longa entrevista com Getúlio Vargas, na qual o presidente explicitava os 17 pontos de sua plataforma de governo.

No início de 1931, o prestígio do *Diário da Noite* carioca era tão grande que, no Carnaval, o compositor Noel Rosa fez um samba e o dedicou ao jornal, levando à redação o manuscrito com a letra de *Com que roupa?*.

Com o crescimento da influência do grupo dos tenentes no novo governo, aumentaram as pressões políticas, as prisões e perseguições aos adversários da Revolução.

Opondo-se à criação e atuação do Tribunal Especial — tribunal de exceção, constituído pelo Governo Vargas para julgar crimes políticos —, o *Diário da Noite* do Rio de Janeiro passou a publicar artigos de Assis Chateaubriand que acusavam o tribunal por arbitrariedades e prisões clandestinas. Além disto, artigos do *Diário da Noite* carioca, durante 1931, abordaram temas proscritos do vocabulário da ala tenentista do Governo Provisório de Vargas, como a defesa da instalação de uma assembleia constituinte, da redemocratização e as dificuldades de relação entre o governo central e São Paulo.

Como forma de equilibrar sua tendência crítica ao Governo Vargas, o *Diário da Noite*, ao mesmo tempo em que apresentava artigos, editoriais e entrevistas com as alas constitucionalistas de São Paulo e Rio Grande do Sul, cobria os atos do governo central, o que, no entanto, não impediu o aumento da censura.

Ainda no fim do mesmo ano, durante algumas semanas o jornal divulgou estar fazendo uma pesquisa cuja pergunta principal visava definir o tipo ideal para ocupar o cargo de presidente.

Antes que pudesse ser publicado o resultado da pesquisa, o chefe de polícia, Batista Luzardo, determinou o recolhimento de todas as planilhas, proibindo qualquer menção ao assunto.

Em 1932, com a deflagração da Revolução Constitucionalista, em São Paulo, o governo de Getúlio Vargas aumentou a pressão sobre os jornais. Chateaubriand sofreu, inclusive, o confisco da sede e da maquinaria de *O Jornal*, órgão líder dos Diários

Associados, e recebeu ordem de deportação. Escapou, entretanto, no navio japonês *Havai maru*, que o levaria para o exílio.

A tiragem do *Diário da Noite* ao longo do conflito, porém, quadruplicou em função da iniciativa de Arnon de Melo, seu correspondente no *front*, de obter bilhetes, destinados pelos soldados às suas famílias, para publicação no jornal, dando início assim à coluna “Correio do *Front*”, que, inclusive, foi também depois reproduzida em *O Cruzeiro*.

A partir de 1937, com o transcorrer do Estado Novo, o *Diário da Noite*, assim como o conjunto dos Diários Associados, voltou a apoiar o governo de Getúlio Vargas.

Com a morte de um dos seus diretores, Gabriel Bernardes, o jornal passou a ser dirigido por Dario de Almeida Magalhães, tendo Vítor do Espírito Santo como redator-chefe. Nesse período o jornal tinha entre seus colunistas regulares Rubem Braga e Ari Barroso.

Em meados da década de 1950, o jornal *Última Hora*, fundado por Samuel Wainer, que havia trabalhado em *O Jornal*, passou a competir e conquistar parte do espaço de vendagem do *Diário da Noite* carioca. Assis Chateaubriand associou-se então a Carlos Lacerda — político proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa* — e ambos começaram uma campanha de desmoralização de Wainer. Os dois jornais passaram a explorar e denunciar a negociação feita entre Samuel Wainer e o Banco do Brasil, autorizada pelo governo de Getúlio Vargas e que possibilitou a abertura do jornal.

As pressões de Chateaubriand e Lacerda, através de seus jornais, levaram à formação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) com o objetivo de investigar *Última Hora*. Aprovada pelo presidente Getúlio Vargas, confiante na maioria governista no Congresso, a CPI estendeu-se por vários meses alimentando as ofensivas entre os três jornais.

Em 12 de julho de 1953, surgiu nova denúncia contra Samuel Wainer, afirmando sua nacionalidade estrangeira, o que impossibilitaria que fosse proprietário de um jornal, além de acusá-lo de falsidade ideológica por portar falsa identidade, caracterizando-o como brasileiro.

No começo de 1954, sob a forte pressão resultante dos dois processos contra Samuel Wainer, Getúlio Vargas determinou que a dívida de *Última Hora*, fosse executada pelo Banco do Brasil. No entanto, ao contrário do que pensavam Chateaubriand e Lacerda, *Última Hora* conseguiu saldar a tempo seu débito. Ainda que continuassem as investigações da CPI no Congresso, *Os Diários* e a *Tribuna da*

Imprensa centraram seus ataques no processo de acusação contra a nacionalidade de Wainer.

Com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, a revolta contra os Diários Associados por sua campanha antigetulista, levou o povo do Rio de Janeiro a apedrejar e incendiar os carros de reportagem e distribuição do *Diário da Noite*.

Em outubro de 1955, em meio à campanha para a sucessão presidencial, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro condenou Samuel Wainer a um ano de prisão por falsidade ideológica.

Preocupado em dar continuidade, após sua morte, ao império jornalístico que havia construído, Assis Chateaubriand instituiu o condomínio acionário das Emissoras e Diários Associados, em setembro de 1959, distribuindo 49% das ações e quotas que possuía dentro de toda a cadeia a 22 de seus auxiliares.

Em fevereiro de 1960 Chateaubriand foi acometido de uma dupla trombose que lhe provocou uma paralisia quase total. No mesmo ano Alberto Dines foi convidado por João Calmon, vice-presidente dos Diários Associados, para dirigir o jornal. Foi nesse período que se cunhou, na redação do vespertino, a expressão “imprensa marrom”, utilizada para designar revistas especializadas em chantagens. O *Diário da Noite* moveu uma campanha contra esse tipo de publicação, que se valia do envolvimento de policiais para localizar suas vítimas.

No fim da década de 1950, a crise financeira do grupo dos Diários Associados tornou-se insustentável. Em fevereiro de 1961, afetado por dívidas colossais, saía de circulação o *Diário da Noite* carioca, que, em vários momentos, batera recordes de venda e que contava, ainda, com expressivos colaboradores como Nelson Rodrigues, Antônio Maria e Sérgio Porto — o Stanislaw Ponte Preta.

Maria Ester Lopes Moreira

FONTES: CONTI, M. S. *Notícias*; JORDÃO, F. *Dossiê*; MORAIS, F. *Chatô*; SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio*; WAINER, S. *Minha*.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (Rio de Janeiro)

Jornal carioca diário e matutino fundado em 12 de junho de 1930 por Orlando Ribeiro Dantas. Saiu de circulação em 1974.

“O jornal da revolução”

Após as eleições presidenciais de março de 1930, que deram a vitória ao candidato situacionista Júlio Prestes, acentuou-se a oposição ao governo de Washington Luís. Nesse contexto de intensa agitação e abertura para os debates políticos surgiu o *Diário de Notícias*, sob a orientação de Orlando Dantas, Nóbrega da Cunha e Figueiredo Pimentel; jornalistas recém-saídos de *O Jornal*.

Desde seu lançamento, a posição do *Diário de Notícias* foi definida claramente. Sua proposta básica era lutar contra “a estrutura oligárquica” da República Velha, colocando-se como porta-voz de um “espírito revolucionário” que visava a transformação da sociedade. No seu entender, entretanto, espírito revolucionário não tinha uma conotação de modificação profunda da sociedade, mas significava a reforma, a substituição e o aperfeiçoamento, vistos como uma forma de superar os métodos políticos antiliberais então em vigor.

Assim, em sua declaração de princípios, ainda que sem se comprometer com os partidos existentes, o jornal sustentou as teses da Aliança Liberal, movimento oposicionista que apoiara a candidatura derrotada de Getúlio Vargas à presidência da República e cujas principais reivindicações eram a anistia, o voto secreto e reestruturação da justiça.

A seqüência dos acontecimentos que antecederam a Revolução de 1930 foi acompanhada dia a dia pelo *Diário de Notícias*, através da coluna “Movimento revolucionário”, que pretendia esclarecer a opinião pública quanto aos desencontros do governo.

De maneira coerente com suas propostas oposicionistas e liberais, o jornal também manifestou-se no plano econômico e social. Sua principal crítica recaiu sobre a política de valorização do café, à qual foi atribuída a responsabilidade pela crise de superprodução. Favorável à predominância do livre jogo da oferta e da procura como reguladores do mercado e dos preços, o jornal combatia ainda a monocultura, considerada responsável pela

crise econômica, e defendia a necessidade de diversificar a produção, apresentando como sugestão o incentivo à cultura do algodão.

Ainda pautando-se em princípios do liberalismo, o *Diário de Notícias* pronunciou-se contrário à existência de tarifas aduaneiras, pois assim o Brasil não ganharia mercados, que não se abririam em represália a essas tarifas altas. Na sua concepção, a política econômica do país devia “fomentar as forças agrárias, organizar e lançar as diretrizes de um industrialismo equilibrado que se alimentasse nas fontes legítimas do meio agrícola nacional”.

Outra preocupação importante do *Diário de Notícias* nessa fase inicial foi a questão trabalhista. Contrariamente à política oficial, o jornal mostrava-se favorável à elaboração de uma legislação trabalhista que melhorasse a situação dos operários, garantindo-lhes salário mínimo, jornada de horas, legislação sobre os acidentes de trabalho e aposentadoria. Entretanto, o *Diário de Notícias* sempre fez questão de separar a solução desses problemas sociais do bolchevismo, que combatia violentamente e acusava ser um regime em que a liberdade era suprimida.

A atuação crítica do jornal logo o tornou alvo da repressão governamental: suas matérias foram submetidas à censura e seu proprietário Orlando Dantas foi chamado a depor na polícia quando começaram os primeiros boatos sobre a eclosão da Revolução de 1930. Esse fato, contudo, não alterou a linha editorial do matutino, que seguiu informando a respeito dos acontecimentos pré-revolucionários recebendo o título de “O jornal da revolução”. Em 24 de outubro, dia da deposição de Washington Luís, o *Diário de Notícias* alcançou a tiragem de 168 mil exemplares, publicando como manchete: “O Brasil despertou de um grande pesadelo — o Brasil está livre da politicalha de ódios e vinganças.”

Contudo, ao mesmo tempo que celebrou o decisivo acontecimento, deixou explícitas suas reservas a respeito da junta revolucionária que assumiu o governo do país. No seu modo de ver, os membros da junta eram revolucionários de última hora, pois “os verdadeiros arquitetos da revolução foram aqueles que tingiram de rubro com seu sangue generoso a areia de Copacabana”. Ficava assim manifesta a simpatia do jornal pelos “tenentes”, principalmente Juarez Távora, a quem o *Diário de Notícias* sugeria que fosse entregue a chefia do novo governo.

A despeito dessa desconfiança, o jornal deu um crédito a Vargas quando este

assumiu a chefia do Governo Provisório, no sentido de esperar para ver seu desempenho. Atribuiu-se, no entanto, um papel de fiscal do governo revolucionário, enviando elementos de sua confiança para proceder a um levantamento da atuação dos interventores indicados pelo governo no exercício de suas funções. Paralelamente, lançou um programa que no seu entender deveria ser posto em prática pelo governo, composto de 19 itens, propondo a execução de uma reforma administrativa, educacional e jurídica que estabelecesse de fato princípios democráticos e liberais no país.

Na oposição a Vargas

Comprometido com essas propostas, o *Diário de Notícias* logo levantou a bandeira da reconstitucionalização e em torno desse objetivo surgiu a sua primeira grande dissensão com o governo. A não convocação de uma assembleia nacional constituinte que trouxesse de volta a legalidade ao país levou o matutino de Orlando Dantas a encetar uma campanha cerrada contra os setores do governo que retardaram esse processo.

Assim, a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932 contou com total apoio do *Diário de Notícias*, que justificou a revolta como legítima, já que sua reivindicação representava os anseios essenciais do povo brasileiro, de concretização de uma ordem democrática. Essa postura lhe valeu uma censura rígida por parte do governo, o que a seguir só fez acirrar sua luta sem tréguas contra a “ditadura” de Vargas.

A instalação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em maio de 1933 foi recebida com entusiasmo pelo *Diário de Notícias*, que se sentiu vitorioso por ter sido o primeiro jornal a reclamar a reconstitucionalização. Na ocasião, declarou: “*Sursum corda!* Erguei-vos, alegrai-vos corações! O velho grito exultante se impõe nessa hora feliz para a nacionalidade sedenta!”

Uma vez promulgada a nova Constituição, o jornal se empenhou em combater a candidatura de Vargas à presidência da República, com o objetivo de evitar seu continuísmo, e deu seu apoio a outro concorrente, o gaúcho Antônio Augusto Borges de Medeiros. A vitória esmagadora de Getúlio sobre seu opositor deixou o jornal decepcionado, levando-o a ver “os destinos do país irremediavelmente perdidos para a ditadura”.

Esse ponto de vista aprofundou-se com a radicalização do processo político que

colocou em antagonismo aberto as forças de direita e de esquerda através do confronto entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Na concepção do *Diário de Notícias*, esses movimentos deveriam ser duramente criticados e reprimidos, pois além de suas propostas ameaçarem os valores liberais, serviam de pretexto para Vargas justificar o fechamento do regime em nome da ordem.

A proximidade das eleições presidenciais de 1938 e a indicação dos candidatos à sucessão vieram dinamizar a luta do *Diário de Notícias* contra o governo. Como candidato oposicionista, Armando de Sales Oliveira recebeu o apoio do jornal, que, através dos seus editoriais, exaltou a figura do ex-governador de São Paulo em detrimento do candidato governista, José Américo de Almeida. Durante essa fase, temendo que o acirramento dos conflitos sociais provocassem um adiamento das eleições, o *Diário de Notícias* desencadeou uma luta pela manutenção do calendário eleitoral.

Contudo, a 10 de novembro de 1937, confirmando os temores do *Diário de Notícias* e sob a alegação de falência dos partidos e de infiltração comunista, Getúlio Vargas outorgou ao país uma nova Constituição e implantou o Estado Novo. Ao *Diário de Notícias*, após a abolição das liberdades públicas, só cabia fazer a divulgação do discurso presidencial e do texto da nova Constituição. Entretanto seu passado de crítico ferrenho de Vargas custou de imediato uma ordem de prisão a Orlando Dantas, a título de advertência.

Nos anos seguintes, ainda que sofrendo forte censura, exercida diariamente dentro da redação, o jornal procurou se manter independente, negando-se a tratar dos assuntos sugeridos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tinham como objetivo divulgar os atos do governo. Nessas circunstâncias, sua postura era buscar alternativas para burlar a censura e centrar sua atuação no noticiário internacional.

Nesse quadro, o jornal teve sua situação financeira agravada, envolvendo-se cada vez mais num contínuo de dívidas que se acumulavam desde sua fundação. Se, por um lado, a sua linha oposicionista lhe trazia incômodos à medida que o Estado Novo se prolongava, por outro, o *Diário de Notícias* se firmava como principal órgão oposicionista, chegando em 1939 a ocupar o primeiro lugar em circulação entre os matutinos.

Em 1941, com o agravamento da Segunda Guerra Mundial, o *Diário de Notícias* combateu os países do Eixo e deu ampla cobertura às agitações populares que reivindicaram o ingresso do Brasil na guerra ao lado dos Aliados. A declaração de guerra

feita pelo Brasil em agosto de 1942 abriu algumas brechas no cerco da censura, possibilitando no ano seguinte o lançamento do *Manifesto dos mineiros*, manifestação ostensiva de oposição ao Estado Novo. O *Diário de Notícias*, ainda que sem poder se expressar com clareza, demonstrou simpatia pelo documento, já que suas reivindicações de redemocratização assemelhavam-se às propostas do jornal.

Na redemocratização

Ao se iniciar o ano de 1945, com o avanço do processo de abertura, o *Diário de Notícias* encontrou mais espaço para apresentar suas idéias, publicando o editorial “Momento político”, onde fazia uma avaliação da conjuntura política vigente e levantava dúvidas e temores em relação à idoneidade do governo para encaminhar a redemocratização do país. Partindo desse ponto de vista, o jornal marcou uma posição de vigilância junto ao governo, de forma a desmistificar qualquer tentativa de adiamento das eleições.

Com o lançamento das candidaturas à presidência da República no início de 1945, o *Diário de Notícias* apoiou Eduardo Gomes, indicado pela União Democrática Nacional (UDN), e denunciou o movimento “queremista”, que advogava a Constituinte com Getúlio.

A atuação das forças armadas na deposição de Vargas em outubro de 1945 e na entrega do poder ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, satisfizeram os anseios do jornal, pois no seu entender o Poder Judiciário era o menos corrompido pela ditadura.

A realização das eleições presidenciais em dezembro de 1945 deu ao *Diário de Notícias* a oportunidade de fornecer seu apoio integral a Eduardo Gomes. O editorial do dia das eleições conclamava todos os eleitores: “Votai em Eduardo Gomes!” Porém, as esperanças e expectativas do jornal logo se diluíram com a vitória do general Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD), e a explicação para a derrota do candidato udenista foi “o despreparo do povo para a democracia”.

Iniciado o novo governo, o jornal manteve uma posição crítica, pois na sua concepção, Dutra nada mais era que o herdeiro de Getúlio. Entretanto, várias das realizações do governo mereceram o apoio do jornal, tais como o combate às forças esquerdistas e a proibição da prática do jogo do bicho, além de várias medidas de ordem econômica. Em relação à política externa o *Diário de Notícias* defendia uma efetiva

cooperação continental, enfatizando, entretanto, suas predileções por uma política especial de aproximação com os EUA.

Novamente contra Vargas

Se, durante o mandato de Dutra, o jornal manteve uma linha de moderação, a proximidade da sucessão presidencial e as negociações em torno de uma nova candidatura de Vargas reacenderam seu antigo ódio pelo “ditador”. Assim, em 29 de outubro de 1949, o *Diário de Notícias* publicou o seguinte texto: “Getúlio Vargas, o inimigo número um da democracia brasileira. Resumo histórico do governo mais discricionário e mais degradante que ainda houve no Brasil. Incompetência, erros e crimes. Rasgou o ex-ditador duas constituições; não cumpriu a sua própria portaria fascista de 1937 e se recusou a assinar a Constituição atual. Pretende agora o queremismo? escravizar, de novo o país.”

Devotando a Vargas tais sentimentos, o jornal se empenhou em apoiar a candidatura oposicionista do brigadeiro Eduardo Gomes. Novamente suas pretensões foram frustradas, já que Getúlio foi o candidato vitorioso. Evidentemente o jornal não aceitou de forma passiva a derrota e atribuiu o resultado das eleições a atos de fraude e corrupção. Por fim, o jornal negou a validade da eleição sob a alegação de que Vargas não tinha obtido maioria absoluta de votos. Entretanto, a despeito de todas as tentativas da oposição, encabeçada pela UDN e na qual se incorporava a voz do *Diário de Notícias*, visando impedir a posse do candidato eleito, Vargas foi empossado em janeiro de 1951.

O início do novo governo contou com a mais ferrenha oposição do *Diário de Notícias*, que denunciava os “enganos” da política econômica de Vargas e “as articulações corruptas” daqueles que cercavam o presidente.

Em fevereiro de 1953 o *Diário de Notícias* inaugurou uma nova fase que, segundo o depoimento de muitos jornalistas, marcou o começo do seu longo declínio. Nesse momento morreu seu proprietário e fundador Orlando Dantas, sendo seu lugar ocupado por sua mulher, Ondina Portela Ribeiro Dantas, e seu filho, João Ribeiro Dantas. Essa mudança não significou em princípio uma alteração da linha do jornal, que manteve sua característica básica, atuando como um órgão de oposição a Getúlio.

A partir dessa época, o assunto único e permanente nas páginas do *Diário de Notícias* foi o ataque a Vargas, colocado como o único responsável por todos os males que

atingiam o Brasil. Dentro dessa perspectiva foi enfocado o atentado da Toneleros, desfechado em agosto de 1954 contra o líder oposicionista Carlos Lacerda, e que resultou na morte de seu acompanhante, o major-aviador Rubens Vaz.

Imediatamente as oposições se aproveitaram do caso para acusar Vargas como o responsável pelo crime. À medida que as investigações se aprofundavam e Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio, era incluído entre os acusados, abriam-se maiores possibilidades para os oposicionistas. O *Diário de Notícias* publicava diariamente noticiários agressivos exigindo a punição dos assassinos e a renúncia de Vargas, por ser ele o responsável, em última instância, pelo crime.

Essa campanha ganhou seu ponto alto quando foram divulgados os inquéritos e interrogatórios efetuados na Base Aérea do Galeão, deixando vir a público inúmeras arbitrariedades cometidas pelos assessores de Getúlio. Em 20 de agosto, o *Diário de Notícias* lançou um editorial com o título “O protetor dos criminosos”, exigindo a renúncia do presidente.

Essa onda crescente de pressões resultou no suicídio de Getúlio no dia 24 de agosto. A divulgação da carta-testamento foi encarada pelo jornal como uma “exploração macabra”.

A morte de Getúlio Vargas conduziu ao poder o vice-presidente João Café Filho. Através do editorial “O novo governo”, o *Diário de Notícias* ofereceu um voto de confiança ao presidente recém-empossado e mostrou-se confiante no “restabelecimento da ordem e recuperação do país”.

O desaparecimento de Vargas do cenário político não arrefeceu, entretanto, os ânimos do matutino, que continuou a cerrar fileiras contra seus herdeiros políticos. Por ocasião das eleições presidenciais de 1955, novamente o jornal se armou para combater Juscelino Kubitschek, candidato do PSD e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), entregando seu apoio em contrapartida a Juarez Távora, lançado pela UDN.

Mais uma vez o resultado das eleições desapontou as expectativas do jornal, uma vez que Juscelino foi o vencedor. Não se conformando com mais uma vitória dos “herdeiros do getulismo”, o *Diário de Notícias* se engajou na campanha para impedir a posse do candidato eleito, sob a alegação de que este não tinha obtido maioria absoluta de votos e de que as eleições haviam sido fraudadas. O jornal encampou assim as declarações

políticas do coronel Jurandir Bizarria Mamede advogando a anulação das eleições presidenciais, declarações essas que constituiriam o estopim para a intervenção militar do general Henrique Teixeira Lott visando garantir a posse dos candidatos eleitos. Nessa ocasião o *Diário de Notícias* ficou muito entrosado com os militares e passou a dar grande cobertura a todos os eventos ligados às forças armadas, chegando a criar uma coluna especializada, um noticiário de interesse dessa categoria.

Diante da deposição em 11 de novembro de 1955, de Carlos Luz, que ocupava interinamente a presidência, pelas tropas do Exército, o *Diário de Notícias* declarou que fora “implantada no país uma situação legal. Revelavam-se golpistas efetivos os que nos acusavam de golpistas potenciais”.

No governo Kubitschek

A despeito de tantas dificuldades, Juscelino tomou posse em janeiro de 1956. O *Diário de Notícias*, durante seu governo, manteve sua postura oposicionista, acusando o presidente de aventureirismo, de corrupção e de promover uma desastrosa política econômico-financeira que conduzia o país a uma espiral inflacionária. Dentro dessa visão, a construção de Brasília era encarada como supérflua, já que tantos outros setores possuíam maior urgência no recebimento de recursos. Contudo, a principal acusação feita contra Juscelino era o seu comprometimento com os elementos que haviam participado efetivamente da “ditadura do Estado Novo”, o que demonstrava a ausência de uma renovação dos quadros políticos e da estrutura da sociedade brasileira.

Assim, na concepção do *Diário de Notícias*, era necessário criar condições de renovação do país. Visando contribuir para esse objetivo, em junho de 1958, por ocasião do seu 28º aniversário, o jornal lançou um manifesto intitulado “Um estudo sobre a revolução brasileira”. A partir da publicação desse documento, o matutino passou a apresentar novas propostas em relação ao ideário que sempre norteou sua conduta política. Dentre os vários tópicos colocados, começou a ser delineada uma linha política nacionalista que consistia na articulação de três pontos: limitações para o capital estrangeiro, eliminação da clemência para com as finanças internacionais e industrialização independente. Paralelamente, o jornal lançava uma proposta de modernização do campo através de uma reforma agrária que permitisse a integração das populações rurais e tornasse viável a criação de uma classe

média rural.

Para a concretização dessas propostas, o *Diário de Notícias* não sugeria caminhos ou fórmulas políticas, limitando-se ao seu tradicional antigetulismo ferrenho. Assim, a despeito dessas novas preocupações, o jornal manteve sua combatividade frente ao governo de Juscelino e em especial ao seu ministro da Guerra, Henrique Lott.

Em novembro de 1958, por ocasião da posse de Lott no Ministério da Aeronáutica em caráter interino, motivada pelo afastamento do titular da pasta, Francisco de Assis Correia de Melo, o *Diário de Notícias* publicou uma matéria com o título “Crise na FAB”, relatando que oficiais daquela corporação haviam enviado uma carta aos brigadeiros que não haviam comparecido à cerimônia em protesto pela indicação de Lott. Como consequência, Lott enviou um aviso ao ministro da Justiça solicitando providências para que o *Diário de Notícias* fosse processado “por estar a serviço de um motim que visa a subversão armada, através de um noticiário de deturpação sistemática e interessada dos fatos”. Pouco depois, sob a invocação da Lei de Segurança Nacional, foi aberto um processo contra o jornal. Depois de vários meses o Supremo Tribunal Federal se pronunciou contra a inaplicabilidade da Lei de Segurança ao caso e pouco depois o processo foi prescrito.

Apoio a Jânio Quadros

A proximidade das eleições presidenciais e as articulações para a candidatura de Jânio Quadros à presidência significaram para o *Diário de Notícias* a oportunidade de um caminho para a concretização de suas propostas contidas em “Um estudo sobre a revolução brasileira”. Jânio seria, do ponto de vista do jornal, o candidato ideal para realizar as mudanças necessárias ao país, uma vez que estava fora dos esquemas políticos tradicionais.

Partindo dessa posição, João Dantas se tornou praticamente cabo eleitoral de Jânio, dando integral apoio à sua campanha. Assim, durante o ano de 1959, acompanhou-o na viagem que fez à URSS, Iugoslávia, alguns países da Europa e do Oriente, visando estabelecer as bases para a ampliação das relações comerciais do Brasil. O *Diário de Notícias* deu total cobertura a essa viagem, advogando de forma veemente a necessidade de uma abertura comercial para os países comunistas. A esse respeito afirmava: “O reatamento de relações diplomáticas com a URSS não só atendia aos interesses econômicos nacionais

como também nos libertava de um só mercado e de organismos de crédito como o Fundo Monetário Internacional (FMI).”

Ainda nessa linha, o jornal manifestou-se com relação à Conferência Internacional de Cúpula, realizada em novembro de 1959, denunciando a posição dos países em desenvolvimento, sempre representados pelas grandes potências. Através do editorial “Os povos devem falar”, advogou uma maior participação dos povos do Terceiro Mundo nas grandes decisões da política mundial.

Com a vitória de Jânio e sua posse em 31 de janeiro de 1961, o *Diário de Notícias* apresentou algumas divergências com o governo recém-instalado, criticando a escolha do novo ministério, por não exprimir o pensamento do novo presidente, nem corresponder aos anseios e esperanças do Brasil. Apesar dessa divergência, o jornal encampou e defendeu as grandes questões propostas pelo governo, como a política externa independente, a política econômico-financeira e a condecoração de Ernesto “Che” Guevara.

Com a renúncia de Jânio em agosto de 1961, o *Diário de Notícias* defendeu a posse do vice-presidente João Goulart, o que resultou na apreensão de alguns de seus números pelo então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda.

Por essa época, o matutino tinha sua situação financeira agravada, principalmente pelos gastos com a construção de uma nova sede, e sua linha política já estava definitivamente alterada. Contrariando sua anterior tradição antigetulista, o jornal deu apoio a várias medidas propostas por Goulart, entre elas as chamadas reformas de base.

Porém, quando eclodiu o movimento político-militar de março de 1964, o jornal se afastou das forças janguistas para apoiar os militares. “Podemos ter agora o que perdemos há três anos, um governo. Governo para cumprir e fazer cumprir a Constituição e não para rasgá-la em praça pública a pretexto de reclamar reformas de base.” Quanto à luta pelas reformas de base, esclarecia porém o jornal, “não há porque temer o seu destino. A necessidade dessas reformas não foi deposta com o sr. João Goulart”.

Pós-1964

A expectativa do jornal em relação aos governos militares instalados a partir de 1964 acabou por não se concretizar, levando o *Diário de Notícias* a aproximar-se da oposição. A partir de então, sua história confundiu-se com a trajetória da decadência

absoluta de uma empresa. Inúmeros foram os boatos sobre a sua venda a diversos grupos econômicos, sem que nenhuma transação fosse efetivada.

Em julho de 1974 o jornal passou às mãos de Olímpio de Campos, apontado na época como representante do grupo econômico TAA. O novo proprietário tentou a recuperação do *Diário de Notícias*, rearticulando uma linha de apoio ao movimento político-militar de 1964. Suas intenções, entretanto, não obtiveram êxito e o *Diário de Notícias* foi fechado ainda no mesmo ano.

Marieta de Moraes Ferreira

FONTES: *Folha de S. Paulo* (6/1/1979); LEITÃO, C. *Apontamentos*; *Tribuna da Imprensa* (10/2/1973); *Veja* (15/4/1970, 24/7/1974); VÍTOR, M. *Cinco*.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (SALVADOR)

Jornal baiano diário e vespertino fundado por Manuel da Silva Lopes Cardoso e lançado no dia 13 de março de 1875. Saiu de circulação em 1980.

DO IMPÉRIO AO FIM DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1875-1930)

Ao contrário dos principais jornais da época, frutos da política partidária, o *Diário de Notícias* foi em suas primeiras fases um órgão rigorosamente noticioso, desvinculado de qualquer partido ou facção política. Isso se explica pelo fato de ter ele surgido como um empreendimento de caráter eminentemente comercial. Era a única fonte de renda de seu proprietário, o português Lopes Cardoso, que se dedicou à empresa jornalística depois de sucessivos fracassos em outras atividades comerciais e de incursões infrutíferas no campo teatral. É o próprio Lopes Cardoso que, na edição comemorativa de 1885, reporta que, para angariar o dinheiro necessário para a compra de uma pequena tipografia e para a publicação do primeiro número do jornal, teve que “bater de porta em porta”, em busca de amigos que se dispusessem a comprar assinaturas antecipadas e espaços para anúncios no jornal. O modelo e o nome do novo vespertino foram copiados do *Diário de Notícias* de Lisboa.

Depois da morte de Lopes Cardoso (23/6/1887), a direção e a redação do jornal passaram às mãos de Eduardo De Vecchi. A postura conservadora do *Diário de Notícias* foi preservada, bem como sua pretensa neutralidade em relação às questões políticas. O jornal continuou a ser editado em quatro páginas. Metade era ocupada pelo noticiário local, nacional e internacional, e pela publicação seriada de romances, e metade compunha-se de anúncios diversos.

Nessa segunda fase (1887-1898), como na anterior, o *Diário de Notícias* não se engajou em campanhas dignas de destaque. Contudo, desencadeou ferrenhos ataques contra o governo Rodrigues Lima (1892-1896), acusado de corrupção. Esses ataques recrudesceram quando da duplicação do Legislativo estadual (março 1895), resultado de acirradas disputas entre as facções políticas locais.

Em 1898, o *Diário de Notícias* foi arrematado em hasta pública por uma sociedade cujo principal acionista era o governador do estado, o conselheiro Luís Viana (1896-1900). Transformado em porta-voz do governo, o jornal assumiu feição nitidamente política e

partidária. A fase de domínio vianista durou apenas dois anos, em virtude da perda de apoio doméstico do governador. Os efeitos da crise econômica de 1896-1897 e o fracasso de sucessivas expedições militares enviadas pelo governo para combater Antônio Conselheiro e seus seguidores em Canudos, foram fatores decisivos na forte oposição que a burguesia agrocomercial manifestou em relação ao governo estadual. Em decorrência, o prestígio e a carreira política de Luís Viana entraram em colapso, arrastando o *Diário de Notícias*, que deixou de circular em fins de 1900. Dois anos depois, foi vendido ao coronel Vicente Ferreira Lins do Amaral, mas só voltou a ser editado no dia 16 de março de 1903.

Dirigido por José Luís Marques e tendo como redator-chefe Virgílio de Lemos, experimentado jornalista e homem de letras, o *Diário de Notícias* ressurgiu em novos moldes e com oito páginas. Através de articulistas de fôlego, como Virgílio de Lemos, Xavier Marques, Castro Rebelo, Aristides Milton e Afrânio Peixoto, adotou postura combativa e vigilante. Entre as campanhas de interesse público desenvolvidas pelo jornal nessa fase (1903-1919), destaca-se aquela voltada contra a Campanha Circular, responsável pelos transportes urbanos em Salvador. Os títulos dos editoriais então publicados — “Fora a chicana!” e “Eis o gato...”, por exemplo — dão uma medida da combatividade do jornal na denúncia de privilégios outorgados àquela companhia e de irregularidades na composição da sua diretoria.

Na campanha de 1909-1910 para a sucessão presidencial, o *Diário de Notícias* identificou-se com o civilismo de Rui Barbosa, atacando, em contrapartida, a candidatura do marechal Hermes da Fonseca. Com a vitória do marechal Hermes e a subsequente ascensão de J. J. Seabra ao governo da Bahia (1912-1916), o jornal assumiu feição oposicionista, amenizada por uma pretensa atitude de neutralidade. Somente em 1919, quando as facções oposicionistas locais coligaram-se no combate ao seabrismo, o jornal manifestou-se vigorosamente contra Seabra. No plano nacional, defendeu a candidatura de Rui Barbosa em oposição à de Epitácio Pessoa. Na esfera internacional, apoiou a Alemanha, na Primeira Guerra Mundial. Essa posição do *Diário de Notícias* refletia não somente os sentimentos germanófilos de seu proprietário, coronel Ferreira do Amaral, mas também a grande dependência da elite comercial baiana (da qual o jornal era porta-voz) em relação a firmas e capitais alemães. O embargo interposto ao comércio com a Alemanha teve efeitos catastróficos para a economia baiana de modo geral e para o *Diário de Notícias* em

particular. Ainda em 1919 o jornal foi vendido a uma sociedade anônima integrada por grandes comerciantes e dirigida pelo redator-chefe do vespertino, professor Altamirando Requião.

Juntamente com Antônio Marques dos Reis (secretário) e Hermano Santana (tesoureiro), Altamirando Requião deu novo impulso e vitalidade ao *Diário de Notícias*. Seus artigos, em linguagem audaciosa e vibrante, tiveram grande penetração na sociedade baiana, provocaram acirradas polêmicas e contribuíram decisivamente para a crescente tiragem do jornal. Com incansável vigilância, mas dentro dos limites da prática política da elite em oposição, o jornal apontava as irregularidades dos governos de Antônio Muniz (1916-1920) e mais uma vez de J. J. Seabra (1920-1924). Mas depois de 1924, quando as oposições coligadas levaram Francisco Marques de Góis Calmon ao governo do estado, o jornal arrefeceu sua combatividade, identificando-se com o grupo no poder.

DA REVOLUÇÃO DE 1930 À CRISE FINAL

A posição do *Diário de Notícias* em relação à Revolução de 1930 evoluiu do combate ao aplauso, de acordo com o desenrolar dos acontecimentos. A princípio, o jornal manifestou descrença e mesmo escárnio diante da atuação dos aliancistas ao tempo em que defendia a salvaguarda da ordem estabelecida. Editorial de fevereiro de 1930 — “Sairá desta vez a revolução apregoada?” — garantia que a revolução não se concretizaria jamais, “porque revolução não se faz de boca, nem contra as aspirações pacíficas de um povo, que, exclusivamente, precisa de ordem, de prosperidade e de bons governos”.

Após as eleições de 1º de março, que deram a vitória à chapa Júlio Prestes-Vital Soares, o *Diário de Notícias* reafirmou seu apoio ao governo constituído e assegurou que os liberais já estavam conformados com a derrota. A partir de 4 de outubro, apenas noticiou a eclosão de movimentos armados, no Norte e no Sul do país, dando destaque às “grandes providências do governo federal para a defesa das instituições” e manifestando orgulho pela presteza com que, na Bahia, se organizava a reação contra os revoltosos. Mas a 24 de outubro, consumada a deposição e a prisão do presidente Washington Luís e instalada a junta governativa, o jornal anunciou em grandes letras vermelhas a vitória da revolução, congratulando-se com as manifestações do povo baiano que, “ordeiro e brasileiríssimo, vibra de entusiasmo pelas ruas”. Sob o título “A grande revolução”, o editorial do dia

seguinte indicava que, numa guinada de 180 graus, o *Diário de Notícias* passara a apoiar os novos donos do poder.

A campanha movida pelo *Diário de Notícias* contra a centralização das exportações de cacau, intentada no governo Artur Neiva (fevereiro a julho de 1931) é das poucas que merece destaque no período pós-revolução. A determinação do governo de concentrar as exportações de cacau no porto de Salvador atendia à tendência centralizadora do estado — reforçada pela crise econômica de 1929 — e, particularmente, visava a um maior controle sobre as arrecadações alfandegárias. Mas, em contrapartida, tratava-se de medida que feria frontalmente os interesses dos cacauicultores e exportadores de Ilhéus, principal município produtor de cacau. Os artigos do *Diário de Notícias* a favor da descentralização foram determinantes para a vitória final dos ilheenses: o cacau continuou também a ser exportado pelo porto de Ilhéus, a despeito de suas instalações precárias.

No plano político, o *Diário de Notícias* prestigiou todos os governos pós-revolução, principalmente o de Juraci Magalhães, que foi o mais duradouro (setembro de 1931 a novembro de 1937), e tornou-se eficiente porta-voz do Partido Social Democrático (PSD), agremiação situacionista. Em retribuição ao apoio recebido, Juraci Magalhães, chefe do partido, incluiu o nome de Altamirando Requião (que na época já era proprietário único do jornal) na chapa do PSD para as eleições federais de outubro de 1934. Altamirando foi o deputado federal que obteve a mais expressiva votação no estado. Até o golpe de 1937 e mesmo depois, o *Diário de Notícias* serviu de suporte à elite no poder.

Em fins de 1939, Altamirando vendeu o jornal a Antônio Balbino de Carvalho Filho e a Rafael Spinola. Segundo o próprio Altamirando, vários fatores levaram-no a desfazer-se do jornal. Primeiro, a deflagração da Segunda Guerra Mundial tornou insuperáveis as dificuldades para a importação do material necessário à feitura do jornal. Segundo, Aluísio de Castro, que na época havia assumido a gerência do jornal, passara a fazer oposição ao governo do interventor federal Landolfo Alves (1938-1942), e, sem o apoio governamental, considerava Altamirando, uma empresa jornalística dificilmente teria condições de sobreviver na Bahia. Por último, Altamirando decidira abandonar a atividade jornalística, devido aos estreitos limites de atuação de um jornal num regime ditatorial. Os desgostos com o jornalismo acumularam-se ao longo dos anos. Em 1933, por exemplo, entrara em atrito com a Igreja, ao publicar denúncias de ordem moral contra um padre, secretário do

arcebispo. Essas denúncias, estampadas no jornal, valeram-lhe um processo e a condenação à prisão, da qual escapou graças a recurso *strictu sensu* interposto ao Tribunal de Justiça da Bahia.

No plano internacional, a posição do *Diário de Notícias* em relação à Segunda Guerra Mundial foi de integral apoio às potências do Eixo, especialmente à Alemanha. Em que pese a consideração do fator ideológico, razões de ordem econômica ligavam estreitamente a burguesia comercial baiana à Alemanha. Poderosas firmas alemãs, como a Westfalen Bach, eram responsáveis por grande parte das exportações de cacau e pela importação de artigos manufaturados requeridos pelas altas classes baianas. Em consequência, a posição germanófila do *Diário de Notícias* contribuiu para aumentar-lhe a tiragem. Mas a partir de agosto de 1942, quando o Brasil declarou guerra ao Eixo, a situação do jornal tornou-se insustentável: foi ameaçado de empastelamento por populares que, aos gritos de “Ao *Diário de Notícias!*”, invadiram a sede do jornal e danificaram suas máquinas. Antônio Balbino entregou o jornal ao coronel Franklin Lins de Albuquerque que, segundo o escritor Wilson Lins de Albuquerque, havia sido seu avalista na compra do vespertino. Durante cerca de um ano, o jornal foi impresso nas oficinas de *O Imparcial*, do qual também era proprietário o coronel Franklin de Albuquerque.

Em 1943 o *Diário de Notícias* foi vendido por trezentos contos de réis a Assis Chateaubriand, passando a integrar a rede dos Diários Associados. Graças à atuação jornalística de seu novo diretor, o pernambucano Odorico Tavares, o jornal inaugurou nova fase, caracterizada pelo estímulo às artes e às letras, promovendo uma revolução cultural na Bahia.

No que se refere à linha política, o *Diário de Notícias* continuou fiel à sua tradição conservadora, servindo de suporte à elite no poder, sem se empenhar em qualquer campanha digna de registro. Como todos os jornais baianos, apoiou o golpe militar de 1964. Em fins de 1979, foi atingido pela crise que feriu a todo o Condomínio Associado. Na Bahia, o Grupo Nordeste, do empresário Pedro Irujo, adquiriu a TV Itapoã e a Rádio Sociedade, empresas do Condomínio Associado, mas não aceitou a inclusão do *Diário de Notícias* na negociação. No dia 8 de novembro de 1980, o jornal foi adquirido por um pequeno grupo que o submeteu a uma reformulação gráfica e editorial, com ênfase no

noticiário policial. Não foi obtido sucesso, porém. Alguns meses depois, após mais de um século de circulação, suas velhas máquinas foram definitivamente paradas.

EVOLUÇÃO TÉCNICA

O *Diário de Notícias* começou a circular em condições precárias, com uma velha máquina impressora cedida a crédito pelo comendador Manuel Brandão. Durante 25 anos, não sofreu qualquer modificação técnica significativa. Somente em 1903, quando passou à propriedade de Vicente F. Lins do Amaral, as instalações e a maquinaria do jornal foram submetidas a reformas. Uma máquina rotativa e um aparelho de dobrar foram comprados à firma Koenig and Bauer, de Nuremberg, Alemanha. Também as oficinas de estereotipia foram renovadas.

Quando do fechamento de suas oficinas, o *Diário de Notícias* ainda conservava o mesmo sistema tradicional de composição, estereotipia e impressão. A única tentativa de modernização deu-se em 1958, com a compra de uma rotativa Goss. Quando do seu desaparecimento, era o único jornal em Salvador cuja impressão não era feita pelo sistema *offset*.

Consuelo Novais Sampaio
colaboração especial

FONTES: *Diário de Notícias* (1875-1979); ENTREV. ALBUQUERQUE, W.; ENTREV. REQUIÃO, A.; ENTREV. SAMPAIO, A.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Jornal pernambucano diário fundado como folha de anúncios a 7 de novembro de 1825, em Recife. É hoje o mais antigo jornal em circulação na América Latina.

IMPÉRIO

O primeiro proprietário do *Diário de Pernambuco* foi o jornalista Antonino José de Miranda Falcão, que participou em 1826 da Confederação do Equador e, em 1846, iria se tornar administrador da *Gazeta Oficial*, no Rio de Janeiro. Embora em 1827 o jornal tenha classificado Pedro I de “soberano liberal e respeitador da Constituição”, aprovou a abdicação do imperador, noticiando em abril de 1831: “Temos a satisfação de dar a saber aos nossos caros concidadãos os felizes sucessos da capital do Império: triunfou a opinião pública. Parabéns, pernambucanos.”

Em fevereiro de 1835, o jornal foi vendido à firma Pinheiro e Faria, de propriedade de Manuel Figueroa de Faria, que o transformou em órgão oficial dos governos da província (essa posição seria mantida até 1911, com alguns pequenos períodos de exceção). Na Revolução Praieira, em 1848-1849, o *Diário de Pernambuco* deu ampla cobertura informativa durante os cinco meses que durou o movimento e acusou os revoltosos de espalharem “o susto e o terror”. Ao eclodir a Guerra do Paraguai, divulgou proclamação oficial que pedia ao povo para se alistar no batalhão dos Voluntários da Pátria. Antiescravista já na década de 1850, o jornal exaltou a assinatura da Lei Áurea, em maio de 1888, dando cinco dias de férias aos empregados para que todos comemorassem as “festas da liberdade”.

PRIMEIRA REPÚBLICA

Dois meses antes da proclamação da República, em 1889, o *Diário de Pernambuco* afirmava em editorial que a revolução seria a “consequência fatal da origem suspeita” do gabinete do visconde de Ouro Preto e que a paz só viria com “o concurso dos elementos libertadores”. A partir da edição de 19 de novembro, retirou do cabeçalho o emblema das armas imperiais. A República não alterou, porém, a linha situacionista do jornal em relação ao governo de Pernambuco. As atitudes do governo estadual continuaram a ser justificadas,

como aconteceu, por exemplo, com a série de artigos de abril de 1891 que defendiam a ajuda financeira oficial para a criação de usinas de açúcar, amplamente criticada pelo oposicionista *Jornal do Recife*.

Na decretação do estado de sítio por Floriano Peixoto, em 1892, o matutino não se manifestou contra a junta nomeada para o governo local, porém manteve-se numa posição moderada, chegando mesmo a polemizar com *A Província* e o *Estado de Pernambuco*, que apoiaram abertamente a atitude florianista. Dois acontecimentos mereceram destaque em março de 1896: a chegada a Recife do conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva, já considerado pelo diário como chefe local do Partido Republicano Federal, e a substituição do governador Barbosa Lima por Joaquim Correia de Araújo, ficando José Marcelino da Rosa e Silva como vice-governador.

Assumindo cada vez mais a posição de órgão oficial, e com sua tiragem e número de páginas decaindo progressivamente, sobretudo desde a morte de seu diretor Miguel de Figueroa Faria (agosto de 1896), o *Diário de Pernambuco* passou a se caracterizar no final do século pela publicação de atos do governo, notas fúnebres e anúncios. Suspendeu a circulação em 24 de março de 1901 para ressurgir no mês seguinte com novo proprietário: Francisco de Assis Rosa e Silva.

Sob a direção do jornalista e mais tarde deputado Artur Orlando, o matutino reapareceu em nova feição gráfica, embora ainda com quatro páginas. Em agosto, transcreveu artigos de jornais cariocas e discursos de parlamentares que denunciavam o arrendamento das estradas de ferro do Norte do país a grupos estrangeiros, antigo plano do presidente Campos Sales. Nesse período, muitos intelectuais passaram pela redação do *Diário de Pernambuco*, entre eles o escritor Gilberto Amado, que começou como repórter e, nos anos de 1907-1908, publicou a crônica diária “Golpes de vista”, sob o pseudônimo de Áureo. A partir de 1908, quando completou 83 anos de existência, o matutino anexou ao título o *slogan*: “Jornal mais antigo em circulação na América Latina.”

O jornal atravessou uma crise iniciada com o lançamento, em fevereiro de 1911, da candidatura do ministro da Guerra de Hermes da Fonseca, general Dantas Barreto, ao governo de Pernambuco pelo Partido Republicano Conservador, em oposição a Rosa e Silva. Num clima tenso e de acusações mútuas, as eleições se realizaram a 5 de novembro e, já dois dias após, o *Diário de Pernambuco* apontava a vitória de seu proprietário, Rosa e

Silva, desprezando as denúncias de fraude feitas pelo grupo de Dantas Barreto. Durante todo o mês de novembro Recife foi palco de manifestações populares, que provocaram choques com a polícia e culminaram com a renúncia do governador Estácio Coimbra, diante da recusa de intervenção do governo federal e do Exército. Pelo estreito vínculo com a candidatura Rosa e Silva, o *Diário de Pernambuco* teve sua sede apedrejada e invadida e, por isso, não circulou durante 14 dias. Voltou a 25 de novembro para, em seguida, fechar suas portas até janeiro, quando reapareceu dirigido pelo ex-chefe de polícia Elpídio de Figueiredo. Nesse ínterim, foram anunciados os resultados oficiais das eleições, dando a vitória a Dantas Barreto. Mas esse período oposicionista do matutino durou pouco, pois em fevereiro o jornal acabou sendo empastelado em definitivo pelo novo governo e permaneceu dois anos fechado.

Em janeiro de 1913, o jornal foi comprado pelo coronel Carlos Benigno Pereira de Lira, industrial e fazendeiro em Alagoas e Pernambuco, que transformou seu filho, Carlos Lira Filho, em redator-chefe e secretário-gerente da empresa. Logo na primeira edição vinha a promessa do desinteresse pelas lutas político-partidárias: “Estamos e estaremos na maior imparcialidade para encarar os fatos que se desenrolam em nosso meio, quer em relação à política geral do país, quer na do estado.” No entanto, a ligação do *Diário de Pernambuco* com Rosa e Silva ainda parecia tão forte aos olhos do povo que, nas eleições para o Senado em 1915, a sede do jornal foi novamente apedrejada por pessoas revoltadas com o fato de o Congresso ter dado posse ao antigo líder e não ao candidato eleito, José Bezerra.

Na campanha para o governo estadual de 1922, o jornal procurou se manter neutro entre as duas candidaturas: a situacionista, de José Henrique Carneiro da Cunha, apoiado pela coligação Manuel Borba-Rosa e Silva, e a oposicionista, do coronel Eduardo de Lima Castro, lançada através de um acordo entre Dantas Barreto, Estácio Coimbra e Pessoa de Queirós. Duas semanas antes das eleições, a coluna “Várias”, de comentários políticos, propôs como solução conciliatória que as duas facções indicassem um terceiro candidato para evitar “o ódio, a intolerância e o apelo à violência”. A sugestão foi prontamente recusada pelos dois grupos. Realizou-se o pleito a 27 de maio e, como previra o *Diário de Pernambuco*, a oposição não aceitou a vitória do situacionista José Henrique Carneiro da Cunha. Somente depois de dois meses de conflitos armados e articulações de gabinete, as

duas facções concordaram em anular as eleições e escolheram o juiz Sérgio Loreto como candidato único.

O PERÍODO 1930-1945

Como jornal tradicionalmente ligado à Primeira República, o *Diário de Pernambuco* não estava entre os maiores interessados na queda do regime, mas 12 dias depois de desencadeado o movimento revolucionário de outubro de 1930, registrava em editorial que “o país ia de mal a pior e sem esperança de remédio”, e defendia a revolução como “a única saída possível, diante da fraude eleitoral absolutamente arraigada e dominante no país inteiro”.

Após uma série de negociações, o jornal foi novamente vendido em junho de 1931, desta vez aos Diários Associados, por seiscentos contos de réis. A troca de elogios entre o comprador, Francisco de Assis Chateaubriand, e o vendedor, Carlos de Lira Filho, devidamente transcrita em algumas edições, não impediu que três anos mais tarde o antigo proprietário requeresse um pedido de falência da empresa, sob a alegação de que o comprador não cumprira todos os compromissos assumidos. Seguiu-se uma troca de acusações, igualmente transcrita nos jornais da época, e, por fim, a Justiça considerou improcedente o pedido de falência, decidindo pela manutenção da empresa em poder do grupo **Associados**. Enquanto a causa esteve na Justiça, Gilberto Freire e Ismael Ribeiro dirigiram a empresa.

A partir de 1931 o matutino sofreu grandes alterações, aumentando o número de páginas e o material informativo e adotando a reforma ortográfica. Tornaram-se colaboradores Austregésilo de Ataíde, Azevedo Amaral, Álvaro Lins, Osvaldo Orico, Gustavo Barroso, Lindolfo Collor, Afrânio Peixoto, Gilberto Osório de Andrade, Medeiros e Albuquerque, Mário Sete e Cumplido Santana. Também a partir de 1931 o *Diário de Pernambuco* passou a criticar os rumos da revolução e, sobretudo, a atuação do interventor Carlos de Lima Cavalcanti, acusado de oportunista e conivente com as torturas a presos políticos. Com diversos pseudônimos, o redator Aníbal Fernandes assinou muitos dos ataques ao governo estadual, logo respondidos pelo *Diário da Manhã*, de propriedade da família Lima Cavalcanti.

No levante do 21º Batalhão de Caçadores, em outubro de 1931, gráficos, jornalistas e dois

diretores do jornal — José dos Anjos e Salvador Nigro — foram presos sob suspeita de participação no movimento militar. O prédio do jornal foi invadido e revistado pela polícia e, em seguida, o matutino foi fechado temporariamente. Dias depois, o interventor revogou as prisões e a suspensão do matutino, uma vez que era difícil fazer acreditar que o porta-voz da Primeira República tivesse ligações com um levante mais radical que a Revolução de 1930.

Apesar da censura e das perseguições policiais, o *Diário de Pernambuco* demonstrou simpatia pela Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, e colocou-se ao lado do ministro da Viação, José Américo de Almeida, no desentendimento entre este e Lima Cavalcanti quanto às verbas destinadas à seca no estado. Esta última posição do jornal custou-lhe nova invasão na noite de 13 de setembro de 1932, quando dois policiais armados ameaçaram bater em todo aquele que voltasse a falar bem do ministro José Américo, considerado “inimigo de Pernambuco”. O episódio mereceu o protesto da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), obrigando o governo estadual a suspender a censura aos jornais. Entre as várias proibições até então em vigor incluíam-se: “Não permitir afixação de *placards* com notícias e telegramas sem prévio visto da polícia nos originais; não permitir nenhuma informação ou comentário derrotista ofensivo às autoridades constituídas; não permitir exploração em torno de acordos com a paz; não permitir referências a movimento subversivo do Sul do país, e sim de São Paulo; não permitir chamar de revolucionários os políticos reacionários em armas, a fim de evitar confusão; não permitir, sem prévia autorização da interventoria, informação ou comentário sobre rompimentos políticos, em qualquer estado da Federação, ou sobre divergências entre chefes de forças militares do Governo Provisório, para evitar intranquilidade no espírito público; não permitir informações ou comentários que possam dificultar o alistamento e incorporação de reservistas e voluntários para defesa do Governo Provisório; não permitir alarde sobre providências da interventoria quanto à manutenção da ordem pública no interior, e não permitir quaisquer comentários desfavoráveis à ação da interventoria no sentido de acautelar o governo e a população contra a investida dos especuladores do comércio.”

Em agosto de 1936, em plena véspera da decretação do Estado Novo, a censura voltou a frequentar as redações, embora mais comedida. Numa reunião no dia 10 com os diretores

de todos os jornais de Recife, o secretário de Segurança Pública, capitão Frederico Mindelo, advertiu que, a partir daquele momento, caberia às próprias empresas a responsabilidade pelo cumprimento das proibições, respondendo os diretores pelas desobediências às recomendações do governo estadual. Pretendia-se impedir a publicação de notícias e artigos que atingissem a ordem pública ou envolvessem críticas às autoridades militares do Exército e da Brigada Militar. Comentar temas administrativos seria permitido, mas sem uso de linguagem considerada desrespeitosa ou ofensiva à autoridade pública.

Com ou sem censura, o *Diário de Pernambuco* sempre que possível procurou manifestar-se sobre as articulações políticas durante a maior parte da década de 1930, até o Estado Novo. Na edição de 27 de novembro de 1932, a coluna “Várias”, de Aníbal Fernandes, elogiou o aparecimento do integralismo, afirmando tratar-se de “um movimento de ideias que pode ser o ponto de partida para uma verdadeira renovação cívica do Brasil”. Pouco depois, a mesma coluna criticou a participação do governo provisório pernambucano na formação do Partido Social Democrático (PSD), “de fundo marxista e anticristão, afagando correntes extremadas”. Em junho de 1936, o jornal passou a dedicar uma página diária à matéria “Pela dignidade e pelos interesses de Pernambuco”, por iniciativa de parlamentares dissidentes do PSD, onde o alvo principal era a administração Carlos de Lima Cavalcanti. Na opinião dos responsáveis pela coluna — transferida em setembro para a recém-fundada *Folha da Manhã* — a Revolução de 1930 “em nada contribuiu para o melhoramento das condições político-sociais, econômicas e financeiras de Pernambuco”.

O golpe do Estado Novo mereceu edições a 10 e 11 de novembro de 1937, onde se anunciava a dissolução do Congresso, a outorga de uma nova carta constitucional e a intervenção federal no estado, exercida inicialmente pelo coronel Azambuja Vila Nova e, em seguida, por Agamenon Magalhães. Com a intensificação da censura à imprensa a partir de 1937, o *Diário de Pernambuco* reduziu o noticiário político à publicação de atos oficiais e discursos laudatórios de autoridades. Numa das poucas vezes em que se expressou sobre um assunto polêmico, o jornal defendeu o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados e chegou até a patrocinar uma lista de subscrição popular para doar uma ambulância à Força Expedicionária Brasileira. Em abril de 1943, aproveitou o engajamento do país para lançar um suplemento de quatro páginas sobre a guerra. Também estimulado pelo conflito mundial, o matutino ampliou o noticiário internacional

contratando em 1944 correspondentes especiais em Londres e no Mediterrâneo, e os serviços de quatro agências estrangeiras, entre elas a United Press e a Reuters.

Logo que começou o ano de 1945, o *Diário de Pernambuco* colocou-se ao lado da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Num comício realizado na noite de 3 de março, enquanto oradores discursavam da sacada do primeiro andar do prédio do jornal, a Polícia Militar resolveu dispersar a multidão, provocando a morte de um comerciante e do estudante de direito Demócrito de Sousa Filho, além de ferimentos em dez pessoas. No dia seguinte os policiais ocuparam a sede do matutino e ainda prenderam o repórter Hélio Pinto e o redator-chefe Aníbal Fernandes. Apoiado em um mandado de segurança, o jornal só voltou a circular no mês seguinte em edição extraordinária, na qual se enxertou uma página da edição empastelada de 4 de março, que não havia sido confiscada pela polícia. A página trazia críticas e informações sobre a repressão ao comício, acusando o governo estadual pelas duas mortes. Antes, a congregação da Faculdade de Direito havia feito a mesma acusação à Polícia Civil.

Em setembro de 1945, o redator-chefe Aníbal Fernandes foi agredido de madrugada por dois desconhecidos, quando voltava para casa. Finalmente, a partir de 30 de outubro, o *Diário de Pernambuco* não mais precisou combater a campanha “queremista”, favorável à permanência do presidente Getúlio Vargas no poder, pois este fora deposto no dia anterior.

O PERÍODO 1945-1964

Realizadas as eleições presidenciais em dezembro de 1945, saiu vitorioso o candidato do PSD, Eurico Gaspar Dutra. Empossado o novo presidente, o *Diário de Pernambuco* viu com simpatia o novo governo.

Nas eleições estaduais de 1947, o jornal apoiou a candidatura ao governo de Manuel Neto Campelo Júnior, lançada pela coligação constituída pela União Democrática Nacional (UDN), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Libertador (PL) em oposição à candidatura pessedista de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Derrotado seu candidato, o *Diário de Pernambuco* manteve-se na oposição durante todo o governo de Barbosa Lima. Por essa época, deu ampla cobertura ao movimento cultural literário de emancipação intelectual do Nordeste, liderado por Mauro Mota. Seu suplemento literário semanal abriu sua coluna para os jovens escritores da região, estimulando assim o

aparecimento de novos talentos.

Ao se aproximarem as eleições de 1950, o *Diário de Pernambuco* mais uma vez reafirmou seu antigetulismo, apoiando as candidaturas de Eduardo Gomes à presidência da República e de Manuel Neto Campelo Júnior ao governo do estado, lançada esta pela UDN, o PDC e o PL. A derrota de ambos colocou o jornal em aberta oposição tanto ao governo federal, chefiado por Getúlio Vargas, quanto ao estadual, chefiado por Agamenon Magalhães. O governo federal, embora criticado, era mais poupado, já que a ótica do jornal era privilegiar o noticiário relativo ao Nordeste, relegando a segundo plano a cobertura da política nacional.

Com a súbita morte de Agamenon Magalhães em 24 de agosto de 1952, tiveram início as articulações partidárias para a eleição em outubro do mesmo ano de um sucessor que completasse seu mandato. Lançada pelo PSD, a candidatura de Etelvino Lins contou com o apoio de praticamente todos os partidos de Pernambuco, inclusive a UDN. Nessas circunstâncias, o *Diário de Pernambuco*, que sempre se posicionava contra o PSD, viu com simpatia a indicação de Etelvino. Esse apoio teve entretanto curta duração, pois, uma vez eleito, o novo governador passou a sofrer a oposição do *Diário de Pernambuco*.

Na esfera nacional, a oposição ao governo de Getúlio Vargas crescia, passando o *Diário de Pernambuco* a acompanhar as posições da UDN e responsabilizando o presidente pelos desmandos do país. Com o suicídio de Vargas e a posse do vice-presidente João Café Filho, o jornal manteve sua orientação de dar pouca cobertura aos acontecimentos nacionais, centrando sua atenção no pleito para o governo do estado que seria realizado em outubro de 1954. O *Diário de Pernambuco*, mantendo seu apoio à UDN, manifestou-se favorável ao candidato desse partido, João Cleofas, em oposição ao candidato lançado pelo PSD, Osvaldo Cordeiro de Farias.

A vitória de Cordeiro de Farias colocou o *Diário de Pernambuco* mais uma vez na oposição. Em 1957, por ocasião da aprovação do novo Código Tributário do estado, que desencadeou um *lockout* generalizado, paralisando desde as grandes indústrias até as bancas de jornal, o matutino capitaneou a oposição, dando amplo apoio às reivindicações dos grevistas.

Ainda nessa linha oposicionista, o jornal apoiou as Oposições Coligadas, formadas pelo Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Social

Progressista (PSP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a UDN, que lançaram a candidatura de Cid Sampaio ao governo do estado nas eleições de 1958, contra o candidato pessedista Jarbas Maranhão. Com a vitória de Cid Sampaio, o *Diário de Pernambuco* passou a dar seu apoio ao novo governo. Em 1959, nas eleições para a prefeitura de Recife, novamente o jornal viu eleger-se o candidato de sua preferência, Miguel Arrais, lançado pela aliança entre PST, PSB, PSP, PTB e UDN. Porém, com o desenrolar do governo Arrais e sua aproximação das forças de esquerda, o *Diário de Pernambuco* desencadeou intensa campanha contra sua gestão, sempre mantendo o apoio ao governador Cid Sampaio. Na esfera federal, embora tivesse apoiado o candidato udenista à presidência da República Juarez Távora, que foi derrotado por Juscelino Kubitschek (PSD-PTB), o *Diário de Pernambuco* não fez oposição ao novo presidente, chegando a dar discreta cobertura a seu plano desenvolvimentista.

Com a aproximação do novo pleito presidencial de outubro de 1960, o *Diário de Pernambuco*, coerente com sua postura udenista, viu com simpatia a candidatura de Jânio Quadros em oposição ao candidato do PSD-PTB, marechal Henrique Teixeira Lott. Eleito Jânio Quadros, o noticiário do jornal, mais voltado para as questões locais e regionais, não acompanhou os principais fatos do governo.

Com a renúncia de Quadros e a posse do vice-presidente João Goulart em meio a uma profunda crise político-militar, o *Diário de Pernambuco*, acreditando estar o país ameaçado pelo comunismo, assumiu uma posição marcadamente oposicionista em relação ao governo federal. Na esfera estadual, com a radicalização política no Nordeste, intensificou a campanha contra a administração de Miguel Arrais na prefeitura de Recife. Essa orientação foi acentuada a partir da eleição de Arrais para o governo de Pernambuco em 1962, quando o jornal passou a desencadear uma luta sistemática contra toda e qualquer medida ensaiada pelo Executivo estadual.

O jornal apoiou assim o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o governo Goulart e em Pernambuco foi o responsável pelo afastamento de Miguel Arrais do governo do estado. A partir do estabelecimento do novo regime, o *Diário de Pernambuco* manteve-se identificado com os governos revolucionários, vendo com simpatia os governantes estaduais oriundos da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e posteriormente do Partido Democrático Social (PDS).

DE 1964 A 2004

No período entre 1964 e 1968 o *Diário de Pernambuco* deu ampla cobertura aos governos militares. Por essa época o jornal não teve problemas com a censura, devido a sua proximidade e apoio explícito ao regime. No plano estadual, apoiou o governo de Paulo Guerra e sua política de aproximação com as classes produtoras. As solenidades militares e a opinião dos militares que serviam em Pernambuco, tendo à frente o general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, figuram entre os principais assuntos abordados pelo jornal na época.

O ano de 1964 foi o da vinda de dom Hélder Câmara para a arquidiocese de Olinda e Recife. O *Diário de Pernambuco* registrou sua chegada a Recife e o início de suas funções. Todavia, após 1965 e durante boa parte dos anos seguintes, dom Hélder Câmara foi deliberadamente esquecido pelo noticiário do jornal, preocupado em não fazer referência a pessoas que não fossem benquistas pelo regime militar. Este era o caso de dom Hélder, assim como do ex-presidente João Goulart e do ex-governador pernambucano Miguel Arrais, na condição de exilados.

Com a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, o *Diário de Pernambuco*, bem como toda a grande imprensa nacional, sofreu os efeitos da censura. No *Diário de Pernambuco* a censura processou-se de diversas formas: ora havia censores do Departamento de Operações Internas – Centro de Operações para a Defesa Interna (DOI-CODI), que se instalaram na própria redação, ora havia uma espécie de índice de temas e pessoas proibidos de serem abordados nas matérias jornalísticas. O mais comum foi a vigência de ambas as formas de censura. Alguns jornalistas foram presos e após serem soltos não mais retornaram à redação do jornal.

No início dos anos 1970 ocorreram algumas das alterações mais significativas no processo de editoração e produção do *Diário de Pernambuco*. O antigo sistema de impressão gráfica, o chamado sistema “a quente”, através de grandes prensas de linotipo de chumbo, foi gradativamente substituído pelo sistema *offset*. O *Diário de Pernambuco* passou a circular de segunda a sexta com 64 páginas, divididas em quatro cadernos específicos. Foi nesse período que o jornal contratou os serviços das grandes agências de notícias internacionais,

como France Press, Reuters, Associated Press, e, no plano nacional, da Agência Globo, da Agência Estado e da Agência Folha. Nos anos 1970, o jornal chegou a manter sucursais em várias capitais do Nordeste, posteriormente abolidas.

No fim dos anos 1970, teve início o processo de distensão do regime militar. Nessa época encontrava-se no governo de Pernambuco José Francisco de Moura Cavalcanti, eleito indiretamente em 1974. Em 1978 o Ato Institucional nº 5 foi revogado pelo governo do general Ernesto Geisel e foi suspensa a censura prévia aos jornais e à televisão. Em agosto de 1979, já no governo do general João Figueiredo (1979-1985), foi assinada a Lei da Anistia. O *Diário de Pernambuco* fez ampla cobertura desses acontecimentos. Assumiu, contudo, a postura de noticiar sem procurar partidarizar a discussão em torno da retomada da democracia. Por exemplo, publicou uma entrevista com Miguel Arrais marcando sua volta do exílio na Argélia, registrando a anistia ao ex-governador cassado pelo regime militar, mas eximiu-se de dar maior destaque ao assunto.

O ano de 1981 foi marcado pela eleição para o governo estadual. Disputaram o pleito o advogado Marcos Freire, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e o professor da Faculdade de Direito do Recife e advogado Roberto Magalhães, pelo Partido Democrático Social (PDS). Roberto Magalhães venceu as eleições. O *Diário de Pernambuco*, apesar de não publicar em editorial seu apoio à campanha do candidato do PDS, mostrou-se simpático à sua vitória e procurou cobrir com destaque as ações de seu governo, que se estenderia até 1985.

Em dezembro de 1983, o jornal noticiou o lançamento em todo o país da campanha das Diretas Já. Em Recife, a campanha em prol das eleições diretas para a presidência da República foi desencadeada por políticos como Miguel Arrais, Cristina Tavares, Marcos Freire, Jarbas Vasconcelos, Egídio Ferreira Lima e Fernando Lira. O *Diário de Pernambuco* acompanhou com atenção esses acontecimentos, registrando a mobilização política em Recife e os comícios realizados na avenida Dantas Barreto. Apesar de não ter garantido a eleição presidencial pelo voto direto, seu maior objetivo, a campanha das Diretas conseguiu uma ampla mobilização político-partidária no sentido de inserir o país novamente num ambiente democrático. A cobertura dada pelo *Diário de Pernambuco*, ainda temendo represálias por parte da censura oficial do regime militar, manteve-se relativamente discreta, considerando a campanha como mais um dos eventos políticos do

período.

Em janeiro de 1985 realizaram-se as eleições indiretas para presidente da República. O ex-governador de Minas Gerais, Tancredo Neves — candidato da Aliança Democrática, constituída basicamente pelo PMDB e dissidentes do PDS — foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, derrotando o político e empresário paulista Paulo Maluf, apoiado pelo último presidente do ciclo militar, general João Batista Figueiredo. O noticiário do *Diário de Pernambuco* nesse período seguiu a tendência da grande imprensa nacional de acompanhar e registrar esses fatos políticos, mas manteve a orientação editorial de não tomar partido político na questão. Em novembro de 1986, Arrais venceu as eleições para o governo de Pernambuco, derrotando o candidato do Partido da Frente Liberal (PFL), o empresário José Múcio Monteiro. Apesar de simpático à candidatura pefelista, o *Diário de Pernambuco* manteve sempre relações amistosas com o governo Arrais, cobrindo suas principais ações administrativas, e sendo inclusive o governo um dos principais contratadores de seus serviços publicitários.

O fim dos anos 1980 foi politicamente marcado pela expectativa de realização da primeira eleição com voto direto para presidente da República desde 1960. Em Pernambuco teve início também a corrida sucessória para o governo do estado. O *Diário de Pernambuco* apoiou discretamente a candidatura do advogado Joaquim Francisco de Moura Cavalcanti, sobrinho do ex-governador Moura Cavalcanti, que derrotou o candidato do PMDB, o ex-prefeito do Recife Jarbas Vasconcelos. O jornal informou também que Arrais fora eleito deputado federal com a maior votação do país, mais de quatrocentos mil votos. O governo de Joaquim Francisco procurou intensificar as obras do porto de Suape, no litoral sul do estado, construir e restaurar estradas e incentivar o turismo. Essas e outras ações administrativas foram registradas pelo noticiário do *Diário de Pernambuco*. No cenário político nacional, o jornal foi sensível à candidatura de Fernando Collor de Melo em detrimento da de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições presidenciais de novembro-dezembro de 1989. A exemplo dos demais órgãos da grande imprensa nacional, deu ênfase ao combate à corrupção e à caça aos “marajás” do serviço público, mote da campanha do ex-governador de Alagoas. Collor e Lula passaram para o segundo turno, tendo o primeiro saído vitorioso.

Também no final dos anos 1980 ocorreram inovações na produção e administração do

Diário de Pernambuco. O jornal iniciou a informatização da redação, com terminais de computadores ligados às centrais das grandes agências de notícias do Brasil e do mundo. A colorização dos principais cadernos de notícias tornou-se rotineira em todas as edições do jornal. Foi igualmente nessa época que se iniciou a terceirização do serviço denominado lojas de classificados (até então, o *Diário de Pernambuco* dispunha de funcionários para a coleta dos anúncios classificados). Posteriormente, a maior parte desses serviços seria repassada para lojistas associados ao jornal. Em 1992 o *Diário de Pernambuco* foi arrendado pelo grupo Diários Associados ao empresário local Armando Monteiro Filho, voltando a fazer parte do grupo em 1996.

O início dos anos 1990 foi marcado pela promoção pessoal do presidente Collor. Sua performance como desportista e seu carisma pessoal levaram-no a conquistar rapidamente a simpatia popular. No entanto, em 1992, complicações envolvendo os fundos de sua campanha para a presidência e acusações de tráfico de influência do advogado alagoano Paulo César Farias levaram-no a responder a um processo de *impeachment*. Todo esse processo foi acompanhado de perto pelo *Diário de Pernambuco*. Em todo o país as passeatas de jovens estudantes de rostos pintados, os “caras-pintadas”, revelavam a aprovação popular à iminente saída de Collor da presidência. O jornal destacou as grandes passeatas de “caras-pintadas” ocorridas em Recife, que tomavam boa parte das principais avenidas do centro da cidade.

Após a autorização pela Câmara dos Deputados, em 29 de setembro de 1992, da abertura do processo de *impeachment* de Collor, assumiu a presidência da República o vice-presidente Itamar Franco. Em seu governo, foi lançado um plano econômico de estabilização financeira elaborado pela equipe econômica do ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que ficou conhecido como Plano Real. A redução dos preços de vários produtos da cesta básica de alimentos e a queda da inflação foram registrados com entusiasmo pelo *Diário de Pernambuco* através de matérias especiais sobre os preços dos produtos antes e depois do plano.

Nas eleições de outubro de 1994, saíram vencedores, no plano estadual, Miguel Arrais que, lançado pelo PSB, pela terceira vez assumia o governo pernambucano, e, no plano federal, Fernando Henrique Cardoso que, embalado pelo sucesso do Plano Real, derrotou o petista Luís Inácio Lula da Silva. O *Diário de Pernambuco* mostrou-se simpático ao governo

Fernando Henrique Cardoso, apesar de manter a orientação editorial de não apoiar politicamente nenhum governo. A presença dos pernambucanos Marco Maciel como vice-presidente da República, e Gustavo Krause como ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, foi reconhecida pelo jornal como favorável a Pernambuco.

Ainda no ano de 1994, o *Diário de Pernambuco* passou a ser propriedade do Condomínio Associados. Nessa ocasião, o *Diário de Pernambuco* iniciou as obras do seu novo parque gráfico, localizado na zona norte de Recife. Em 1998, dispunha de novas máquinas informatizadas e de produção em larga escala, contando com cerca de 320 funcionários, entre jornalistas e técnicos gráficos.

Em julho de 2004, a redação do *Diário de Pernambuco* mudou da sede onde permanecera por 101 anos para o prédio dos Diários Associados, em Santo Amaro, devido a problemas de acesso ao centro da cidade. O governo do estado de Pernambuco adquiriu o antigo prédio da redação do *Diário*, a fim de transformá-lo em um Memorial do Diário, com peças e documentos que contariam sua trajetória.

Ricardo Lima Bezerra
colaboração especial

FONTES: *Diário de Pernambuco*; FUND. JOÃO NABUCO. *Diário de Pernambuco*. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=301&textCode=2869&date=currentDate>>. Acesso em: 17/12/2009; JAMBO, A. *Diário*; JAMBO, A. *Diário de Pernambuco*; NASCIMENTO, L. *História*.

DIÁRIO DE SÃO PAULO

Jornal paulista, diário e matutino, fundado em 5 de janeiro de 1929 por Assis Chateaubriand, proprietário da cadeia de jornais e revistas Diários Associados.

A “Era Chateaubriand”, iniciada em 1924 com a compra de *O Jornal*, no Rio de Janeiro, robustecida no final da década de 1920 com a publicação de novos títulos e dinamizada após o surto industrial de 1930, coincidiu com a decolagem do jornalismo como indústria de massa no Brasil. Nos anos que antecederam a Revolução de 1930, Chateaubriand participou das articulações políticas que levariam Getúlio Vargas ao poder. Ainda candidato a presidente da República, Getúlio valeu-se largamente dos Diários Associados como meio de divulgação de sua plataforma, e Chateaubriand, por sua vez, utilizou-se do apoio político e financeiro da Aliança Liberal para fundar e incorporar novos veículos à sua rede.

Ainda antes do lançamento da candidatura de Vargas e da formação da Aliança Liberal em agosto de 1929, Chateaubriand fundou em janeiro desse ano o *Diário de São Paulo*, segundo jornal de sua rede publicado na capital paulista, depois do popular *Diário da Noite*, lançado em janeiro de 1925. O novo veículo conseguiu mobilizar um público fiel a partir de uma estratégia inédita que consistia em distribuir exemplares gratuitamente, durante um mês, a assinantes potenciais dos títulos dos Diários Associados. Isso proporcionou grande sucesso ao novo matutino paulista, que já na segunda edição circulou em todo o estado com uma tiragem de 90 mil exemplares. Para dirigir o jornal, Chateaubriand trouxe do Rio de Janeiro o jornalista Orlando Dantas. Em virtude de divergências entre ambos, Dantas permaneceu em São Paulo apenas um ano e em seguida regressou ao Rio de Janeiro, onde fundou o *Diário de Notícias*, enquanto o *Diário de São Paulo* ficou entregue à direção de Rubens do Amaral e José Jobim.

Além de promover a causa “aliancista”, o *Diário de São Paulo* também acolheu importantes manifestações do movimento modernista e passou a publicar em página inteira de seu suplemento literário a *Revista de Antropofagia - Segunda Dentição*. Lançada em São

Paulo em maio de 1928, como um desdobramento da Semana de Arte Moderna de 1922, a *Revista de Antropofagia* teve dois momentos distintos, ou, como seus organizadores costumavam dizer, duas “dentições”. Na primeira, do lançamento a março de 1929, foi dirigida por Alcântara Machado e gerenciada por Raul Bopp, e reuniu nomes como Oswald e Mário de Andrade, Plínio Salgado e Menotti Del Picchia. Foram publicadas dez edições de oito páginas, que se caracterizaram por uma acentuada irreverência e por uma consciência ingênua do modernismo, semelhante à da revista *Klaxon*. Na segunda dentição, iniciada em 17 de março de 1929 sob a forma de uma página do suplemento literário do *Diário de São Paulo*, foi conduzida por Oswald de Andrade e oficialmente dirigida por Raul Bopp e Jaime Adour da Câmara. Essa fase foi marcada por um acirramento ideológico e pelo rompimento com colaboradores como Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. Foram colaboradores na época, entre outros, os escritores Oswald Costa e Patrícia Galvão e os pintores Tarcila do Amaral e Cícero Dias. Foram então publicados 16 números, o último deles em 1º de agosto de 1929, quando a revista foi encerrada em virtude das irreverentes polêmicas que irritavam os leitores do jornal.

O *Diário de São Paulo* caracterizou-se por seu estilo sóbrio e por publicar artigos, muitos deles anônimos, de autoria de Alexander Mackenzie, Alfredo Pujol, Raul Dunlop, Leopoldo de Bulhões, Cincinato Braga, Sampaio Vidal, Antônio Carlos, Estácio Coimbra e Tobias Monteiro, todos eles amigos e apoiadores de Assis Chateaubriand.

Não há informações acerca da data em que o *Diário de São Paulo* saiu de circulação.

Adrianna Setemy

FONTES: CARNEIRO, G. *Brasil*; SODRÉ, N. *História*.

DIÁRIO NACIONAL

Jornal paulista diário lançado no dia 14 de julho de 1927 explicitamente como um “instrumento de ação” do Partido Democrático (PD) de São Paulo. A expressão é de um de seus diretores fundadores, Paulo Nogueira Filho. Os outros dois foram José Adriano Marrey Júnior e Amadeu Amaral.

Como instrumento de ação partidária, o *Diário Nacional* “bater-se-ia pelas aspirações condensadas no programa do Partido Democrático”, que por sua vez correspondia “a antigas, insistentes, mas dispersas formas de opinião que ele congregou finalmente”. O manifesto de lançamento da Sociedade Anônima Diário Nacional reuniu as seguintes assinaturas: Paulo Duarte, Vicente Rao, Joaquim Sampaio Vidal, Antônio Carlos Couto de Barros, Paulo Nogueira Filho, Amadeu Amaral e José Adriano Marrey Júnior.

O jornal deixou de circular em 1932.

ATUAÇÃO

Conforme a linha programática do PD, o *Diário Nacional* tornou-se crítico das oligarquias dominantes, defendeu o voto secreto (edição de 8/11/1927), tomou posição favorável aos revolucionários de 1924, defendendo a sua anistia (23/11/1927), e divulgou e promoveu os nomes dos candidatos dos partidos às eleições estaduais realizadas em 7 de dezembro de 1927.

No decorrer do ano de 1928, teve grande presença nas páginas do jornal a figura de Luís Carlos Prestes. Segundo Nogueira Filho, o *Diário Nacional* foi o jornal que apresentou um dos mais detalhados mapas do trajeto da Coluna Prestes. Para os diretores do jornal, o objetivo de tais reportagens era divulgar o ideário da revolução democrático-libertadora, de seus líderes e feitos históricos. Concomitantemente, voltaram à baila denúncias das fraudes ocorridas nas eleições do ano anterior, com o intuito de alertar a população para as eleições municipais de 30 de outubro. Foi ainda durante o segundo semestre de 1928 que o jornal denunciou com veemência a ação de fascistas brasileiros, manipulados por seguidores de Mussolini (23/9), o que chegou a provocar manifestações públicas em defesa dos ideais democráticos.

Em 1929 assumiram a chefia da redação Paulo Duarte e Amador Florence Sobrinho; a

gerência passou a ser exercida pelo poeta e escritor Sérgio Milliet. A partir de então, tornaram-se frequentes matérias assinadas por Mário de Andrade e Manuel Bandeira. A tiragem do jornal por essa época vinha apresentando um aumento acentuado, o que estava demandando uma ampliação das instalações e a busca de novos recursos financeiros.

Também em 1929 a batalha pela sucessão presidencial já se fazia presente nas páginas do *Diário Nacional*: “Se vingar a vontade do sr. Washington Luís, teremos mais quatro anos de desvirtuamento do regime, de ausência de representação e de domínio de interesse do grupo na direção do país. Contra isso se oporá com todas as forças o Partido Democrático Nacional” (9/2/1929). Em nível estadual, Júlio Prestes era o alvo: “Infelizmente, São Paulo não pode vangloriar-se de ter um presidente liberal e de idéias largas, assim na política como na administração... Minas e Rio Grande do Sul são mais felizes” (2/1/1929). A veemência do editorial do dia 7 de fevereiro de 1929 era ainda maior: “O Partido Democrático quer a luta em torno da sucessão... Mas, se à atividade da oposição se contrapuserem, como até aqui, o dinheiro público, a parcialidade do governo, a depuração oficial, a falsificação organizada e a violência policial — então terá sido a última experiência. Depois só a revolução.” Em março de 1929 o jornal assim comentou o manifesto de Prestes: “Marchamos todos (democráticos e revolucionários) lealmente para o mesmo fim, e seria insensato que nos dispersássemos em controvérsias estéreis justamente na hora em que devemos unir nossas forças, numa frente única, contra os usurpadores do poder” (19/3/1929).

A contrapartida da campanha sistemática do *Diário Nacional* contra as oligarquias controladas pelos partidos republicanos, notadamente o paulista (PRP), era a promoção de líderes políticos que postulavam os ideais da Aliança Liberal e eram adeptos dos partidos Democrático (PD) e Libertador. Nessas matérias Luís Carlos Prestes — o comandante militar — e Joaquim Francisco de Assis Brasil — o líder civil — eram figuras frequentes.

A crise do café, sobretudo a partir de outubro de 1929, fez-se sentir no equilíbrio financeiro do jornal. Para se reequilibrar financeiramente, seus diretores lançaram mão de vários expedientes, que iam desde receber ajuda financeira da Aliança Liberal até promover uma profunda reorganização interna.

A partir de janeiro de 1930 os artigos que traduziam a posição do jornal passaram a ser assinados por Vicente Rao. Por essa época, o manifesto de Prestes, lançado em maio,

anunciando sua adesão ao comunismo, provocou um impacto na linha editorial do *Diário Nacional*, que assumiu posição francamente contrária à posição política de Prestes. No conjunto de reações incluiu-se o destaque à publicação da resposta de Juarez Távora a Prestes (18/6/1930).

Nos acontecimentos de outubro de 1930, a edição nº 1.004, do dia 5 daquele mês, já anunciava a vitória do movimento revolucionário. A adesão do jornal ao movimento foi total. Mesmo na fase mais crítica da revolução, o jornal teve suspensa sua edição somente por poucos dias, e suas edições de novembro já deram grande espaço para os pronunciamentos dos líderes revolucionários vitoriosos. A adesão à Revolução de 1930 foi de tal monta que as próprias interventorias estaduais foram aceitas. A nomeação de João Alberto Lins de Barros para o cargo de interventor em São Paulo foi plenamente apoiada. Somente em abril de 1931, quando o PD rompeu com João Alberto, foi que o *Diário Nacional* passou a publicar matérias que qualificavam o interventor como “tão pouco adestrado no ofício de estadista” que favorecia elementos “de fora” em detrimento “dos filhos de São Paulo e de outros grandes vultos da terra” nos cargos públicos. O jornal chegou mesmo a acusar João Alberto de favorecer a expansão das idéias comunistas em São Paulo (5 e 6/4/1931).

O rompimento com o governo Vargas, porém, só aconteceria em janeiro de 1932, depois dos episódios que envolveram a sucessão de João Alberto na interventoria paulista. Depois de ver seus candidatos preteridos, o PD e, portanto, o *Diário Nacional* romperam com o governo. O periódico já reivindicava, em fins de 1931, a autonomia paulista: o povo de São Paulo “reclama, quando menos, o direito de ser ouvido na escolha de seus dirigentes, a faculdade de apontar, através do pensamento das correntes canalizadoras e orientadoras da opinião pública, o nome capaz de fazer vingar a obra regeneradora da revolução, conduzindo os destinos do estado”. E continuava: “Pretensão justa, honesta, simples reflexo da própria dignidade cívica é essa, que bem se coaduna com as promessas feitas a todo o povo brasileiro pelos chefes revolucionários, com as promessas, isto é, de dar ao povo a devida interferência na direção de seus destinos” (14/11/1931).

A atitude político-partidária de oposição e rompimento com o interventor João Alberto, de apoio a Laudo Ferreira de Camargo e de desconfiança com relação ao interventor provisório João Rabelo não só contribuiu para o desencadeamento de uma campanha por

um governo civil e paulista como prenunciou o rompimento do PD (e consequentemente da linha editorial do *Diário Nacional*) com o governo Vargas, o que ocorreu formalmente em 13 de janeiro de 1932.

A partir de então as reivindicações paulistas se fizeram presentes com veemência: “Quinze meses após a revolução, o maior, o mais rico e o mais poderoso dos estados brasileiros continua a ser terra conquistada” (14/1/1932); “O Partido Democrático desfralda sua bandeira de combate ao lado do pavilhão de São Paulo e do Brasil, conclamando as energias de seus conterrâneos e patrícios para uma ação conjunta em defesa da causa comum. Tudo pelo Brasil; tudo pela Constituinte, tudo por São Paulo” (15/1/1932).

A campanha pela autonomia paulista, no bojo da luta pela reconstitucionalização do país e pelo retorno ao estado de direito, acabou por fazer emergir a aliança entre o PD e o PRP, anunciada com destaque na edição de 16 de fevereiro de 1932. A campanha favorável à Frente Única Paulista para fazer face ao governo Vargas foi a tônica das edições do primeiro semestre desse ano, até que, com a derrota do movimento constitucionalista paulista pelas forças de Vargas, o *Diário Nacional* circulou pela última vez no dia 30 de setembro, com apenas uma folha, noticiando a proposta de imediata suspensão das hostilidades.

Amélia Cohn/Sedi Hirano
colaboração especial

FONTES: NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; NOGUEIRA FILHO, P. *Partido*.

DIÁRIO OFICIAL

Jornal diário destinado à publicação dos atos governamentais, editado na capital da República pelo Ministério da Justiça.

Durante a maior parte do período imperial, o noticiário oficial foi publicado em jornais particulares. Em 1846 o governo fez a primeira tentativa de criar um órgão próprio fundando a *Gazeta Oficial*. A duração do jornal foi contudo efêmera, estendendo-se apenas até 1848.

Em outubro de 1862 surgiu o *Diário Oficial*, composto e impresso pela Tipografia Nacional, subordinada ao Ministério da Fazenda. O jornal foi desde então publicado regularmente, passando, em 31 de dezembro de 1930, à competência do Ministério da Justiça.

FONTE: LIMA, R. *Criação*.

DIAS, Deraldo

*dep. fed. BA 1912-1914.

Deraldo Dias nasceu no município de Jacobina (BA) no dia 4 de outubro de 1863, filho de Antônio Ferreira Dias e de Maria Umbelina Lajes.

Foi um dos incorporadores da Companhia de Mineração de Ouro de Jacobina e durante muitos anos manteve uma fábrica de chapéus de sol em Salvador. Foi diretor da Associação Comercial da Bahia e, mais de uma vez, presidente da Junta Comercial. Obteve a patente de coronel da Guarda Nacional, da qual foi o comandante superior na Bahia. Integrou ainda o quadro social do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) a partir de agosto de 1908.

Ligado ao grupo liderado por J. J. Seabra, participou da fundação, em 15 de março de 1910, do Partido Republicano Democrata da Bahia (PRD). Devido a seu prestígio político, integrou a comissão executiva do partido ao lado do chefe e de outros políticos de renome, e dirigiu seu órgão de divulgação, o jornal *A Gazeta do Povo*. Foi eleito deputado federal para a legislatura 1912-1914. Quando dos desentendimentos entre J. J. Seabra e o conselheiro Luís Viana, com o consequente afastamento deste da comissão executiva do Partido Republicano Conservador (PRC), em 4 de janeiro de 1913, acompanhado de J. E. Freire de Carvalho, Pedro Mariano e outros quatro deputados, afastou-se do partido em solidariedade a Luís Viana. Como desdobramento desse afastamento voluntário, a comissão executiva do PRC, com o número de integrantes ampliado de oito para 11, ao se reunir para promover a reestruturação do partido, resolveu expulsá-lo, assim como a J. E. Freire de Carvalho.

Foi ainda grão-mestre da fechada Sociedade de Maçons na Bahia.

Faleceu em sua residência, na cidade de Salvador, no dia 3 de novembro de 1916, vitimado por infarto fulminante.

Casado com Henriqueta de Moraes Dias, teve dois filhos.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p.55-86); Falecimentos. *Diário de Notícias* (3,4,5/11/1916); *Democrata* ((3,4,5/11/1916). Dr. Cel. Deraldo Dias; *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Sócios admitidos em 1908; SAMPAIO, C. *Partidos* (p.104-117)

DIAS, Everardo

*jornalista e revolucionário.

Everardo Dias nasceu em Pontevedra, na Espanha, em 1883. Era filho de Antonio Dias, tipógrafo republicano, professor primário, maçom e revolucionário, que se viu obrigado a fugir da Espanha e, junto com a família, encontrou abrigo em São Paulo em 1886.

Everardo aprendeu as primeiras letras com os pais, herdou o ofício paterno e trabalhou como tipógrafo caixista no jornal *O Estado de São Paulo* enquanto fazia a Escola Normal da praça da República. Chegou a frequentar a Faculdade de Direito do largo São Francisco, mas abandonou-a por falta de recursos (só mais tarde conseguiria o título de bacharel, na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro). A partir de 1903, por mais de dez anos, dirigiu o jornal *O Livre Pensador*, que defendia a liberdade religiosa e de imprensa, cultuando a razão contra o conservadorismo da Igreja Católica. Suas divisas eram “moral-progresso-verdade, liberdade-igualdade-fraternidade, e ciência-justiça-trabalho”. Em 1904, assumiu cargo de professor em Aparecida do Monte Alto, lugarejo no interior de São Paulo, mas logo desistiu e voltou à capital, onde trabalharia sobretudo como jornalista. Desde essa época, como aponta José Castellani, atuou expressivamente na maçonaria.

Na década de 1910, acompanhou a ascensão do movimento operário. Publicou textos como *Jesus Cristo era anarquista*, editado em 1920 pelo grupo do jornal *A Plebe*, do qual foi colaborador. Participou da greve geral paulista de 1917, quando redigiu o célebre “Manifesto aos soldados”, convocando-os a aderir ao movimento. Segundo seu amigo Edgard Leuenroth, conhecido líder anarquista, a atuação seria ainda mais intensa na greve de 1919, embora Everardo argumentasse na época que seu vínculo com os grevistas era de colaboração com a imprensa operária e de apoio à greve, sem desempenhar papel relevante no movimento. De toda forma, por sua participação, foi preso, castigado com 25 chibatadas e depois deportado junto com outros grevistas nascidos no exterior. É essa história que relata no livro *Memórias de um exilado*, de 1920.

Entre os expulsos do país que seguiram a bordo do navio *Benevente* foi o único a conseguir o perdão presidencial, graças às relações com ilustres republicanos e maçons. O deputado federal Maurício de Lacerda liderou a campanha contra sua deportação, que foi apoiada nacionalmente pela maçonaria, alguns parlamentares e integrantes do movimento operário. Mas antes de obter o perdão do presidente Epitácio Pessoa, teve seu pedido de *habeas*

corpus negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Sendo casado com brasileira e tendo cinco filhas nascidas no país, para onde viera ainda pequeno, entre outros fatores alegados por seus advogados, sua deportação parecia absolutamente ilegal. Por concordar com os argumentos do solicitante, o ministro Edmundo Lins insurgiu-se abertamente contra a decisão da maioria do STF, liderada pelo ministro Viveiros de Castro. Segundo *O Estado de São Paulo* (10/11/1919), exaltado, Edmundo Lins teria afirmado ser compreensível até o recurso a bombas por parte dos que não viam a Justiça reconhecer seus direitos garantidos por lei: “Está no seu direito, porque uma voz que se lhe não quer reconhecer um direito, recorre à dinamite, para fazer valer esse mesmo direito! (Sensação. Protestos dos srs. Pires de Albuquerque e Muniz Barreto)”.

As *Memórias de um exilado* constituem precioso documento de época, ao testemunhar as lutas dos trabalhadores e a agitação social no final da década de 1910, especialmente em São Paulo e Recife; as arbitrariedades do governo brasileiro na repressão aos grevistas; as condições carcerárias terríveis; a vida nos portos do Brasil e do mundo por onde Everardo passou a bordo do navio que o conduzia ao exílio. Expressam também a mobilização de certa intelectualidade que se formava, ao mesmo tempo contestadora da ordem estabelecida e em busca de mecanismos de afirmação social e política, seja por meio da imprensa, da militância política ou da maçonaria. O livro evidencia o impacto no Brasil de acontecimentos como o fim da primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Mostra também a atuação política, anterior à fundação do Partido Comunista (PCB), de intelectuais que viriam a fazer a história do comunismo no Brasil a partir de 1922, como João Pimenta, Cristiano Cordeiro, Antônio Canellas e Astrojildo Pereira, que futuramente viria a casar-se com Inês, a filha mais velha de Everardo Dias.

De volta ao Brasil, Everardo estabeleceu-se no Rio de Janeiro, no bairro do Méier, onde montou uma gráfica com apoio da maçonaria. Lá imprimiu *Delenda Roma!*, coletânea de suas conferências anticlericais, em 1921. Na dedicatória de um exemplar, hoje depositado no Arquivo Edgard Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas, escreveu: “A Edgard Leuenroth, bom amigo e incansável paladino do Bem”. Revela-se aí sua aproximação com os libertários naquele momento, embora fosse muito mais livre pensador do que anarquista: todos estariam do lado do bem contra o mal, encarnado na ordem estabelecida do Estado oligárquico e da Igreja Católica.

Em 1920 e 1921, colaborou com publicações de oposição em vários estados, sobretudo

operárias, como *A Plebe*, *A Vanguarda* e *A Obra*, de São Paulo, *Germinal*, de Salvador, *Voz do operário*, de Aracaju, *O proletário*, de Juiz de Fora, entre outras. Escrevia ainda em periódicos dirigidos a outro público, como a *Revista Liberal*, de Porto Alegre, voltada para o estudo e a crítica social de uma perspectiva racionalista.

Atuou na revista *Clarté*, que ajudou a fundar em janeiro de 1921, ao lado de intelectuais como Nicanor Nascimento, Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda e Luís Palmeira, inspirados no Grupo Clarté, sediado em Paris e liderado por Henri Barbusse, simpático à revolução soviética. A revista só durou um ano, e Everardo foi um dos poucos integrantes que viria a tornar-se comunista nos anos seguintes. Outros membros ocupariam altos cargos no Ministério do Trabalho de Getúlio Vargas; a tendência predominante no grupo seria favorável a reformas graduais, segundo Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro.

Em 1922, integrou a campanha presidencial de Nilo Peçanha, republicano liberal e maçom, que agrupava os adversários de Artur Bernardes, candidato das oligarquias dominantes à sucessão de Epitácio Pessoa. Anteriormente, contudo, fora convidado a aderir à campanha de Bernardes, pois era tido como influente no meio operário, para o qual se acenava com reformas trabalhistas. Um emissário de Bernardes teria chegado a oferecer-lhe um cargo de representação no Conselho Internacional do Trabalho, em Genebra, em troca de apoio, como relata em *História das lutas sociais no Brasil*.

Participou de conspirações, tendo sido preso por um período breve em abril de 1923, já no governo Bernardes (1922-1926). Envolveu-se em episódios ligados ao levante militar que tomou conta de São Paulo por 23 dias a partir de 5 de julho de 1924, e em seguida integrou-se à conspiração liderada pelo almirante Protógenes Guimarães no Rio de Janeiro. Foi preso em agosto de 1924, após imprimir exemplares do manifesto a ser distribuído na deflagração do movimento, que não foi adiante, levando civis e centenas de militares à prisão.

Contou sua experiência nas masmorras do governo Bernardes em *Bastilhas modernas*. Relatou as condições dos presídios por onde passou: Polícia Central, Detenção, Ilha Rasa, Ilha das Flores, Presídio do Bom Jesus e Casa de Correção. Recorreu a testemunhos para registrar as tragédias das prisões em que não esteve: Ilha das Cobras, Ilha da Trindade, Campos (navio de prisioneiros), e a trágica Colônia Cleveland. Baseado em depoimento do jovem oficial Lauro Nicácio – sobrevivente do campo localizado no Oiapoque, no extremo norte do Brasil –, fez um relato conciso e contundente da prisão mais terrível. Lá morreram

centenas de prisioneiros, muitos deles nomeados no livro. Foram dizimados pelas doenças, má alimentação e falta de cuidados médicos no “inferno verde”, depósito para onde eram mandados os mais indesejáveis, quase uma condenação à morte.

Bastilhas modernas revela em detalhe o cotidiano nas prisões: os regulamentos, as tensões entre os presidiários, a linguagem usada por eles, os castigos e desmandos de todo tipo, as relações dos presos com as autoridades da cadeia, do carcereiro ao diretor; as condições de alimentação, alojamento, higiene pessoal e coletiva; o estado físico e psicológico dos presidiários; a espionagem entre eles; as doenças; a assistência médica; e a circulação de prisioneiros com as mudanças frequentes de presídio. Ademais, a obra atesta a perseguição contra os deserdados, não apenas por relatar as diferenças de tratamento na cadeia conforme a origem social, mas também por testemunhar a prisão de bandidos, mendigos e trabalhadores honestos junto com os detidos políticos. Em suma, dá um quadro expressivo do sistema penal e da sociedade de seu tempo. Registra o poderoso complexo de perseguição aos inimigos sociais e políticos da ordem oligárquica.

Bastilhas Modernas traz ainda uma infinidade de episódios que ajudam a compreender as contradições de personagens históricos. Por exemplo, Protógenes Guimarães – que em 1922 fora o comandante responsável por mandar centenas de marujos para a ilha das Cobras – foi encarcerado na ilha de Santa Cruz em 1924, onde se teria portado com dignidade. O livro denuncia a indiferença às condições dos presos por parte do procurador criminal da República, Sobral Pinto, que mais tarde viria a notabilizar-se pela defesa de presos políticos e dos direitos humanos durante o Estado Novo e a ditadura militar.

Com o fim do governo Bernardes e do estado de sítio, Everardo Dias foi libertado e terminou de escrever *Bastilhas Modernas*, publicado em 1927. Estabeleceu-se com a família em São Paulo, onde militaria no PCB, ao qual aderira ainda antes de ser preso. Suas atividades em 1927 estão registradas em cartas ao secretário geral do partido, Astrojildo Pereira. Elas revelam a dedicação do autor à causa e ao jornal comunista *A Nação* no breve período de legalidade do partido, de 3 de janeiro a 11 de agosto de 1927. Documentam sua inserção quase nula na classe operária paulista, bem como as dificuldades materiais dos militantes, que entretanto revelavam ânimo para mobilizar o operariado.

Nessa época, Everardo Dias estava afastado da maçonaria, mas mantinha contato com amigos anticlericais, com quem buscava fundos para ajudar a manter *A Nação*, que encerrou as atividades, junto com outros órgãos da imprensa operária, após a entrada em

vigor de nova legislação repressiva aprovada pelo Congresso em agosto de 1927, particularmente o Decreto nº 5.221, a principal “lei celerada”.

Envolveu-se no projeto eleitoral do PCB, por intermédio do Bloco Operário, depois denominado Bloco Operário e Camponês (BOC), que passou a ser a fachada legal do partido. Apesar do retorno à clandestinidade, das restrições eleitorais para os pobres, do chamado voto de cabresto nas áreas de influência do coronelismo, das notórias fraudes eleitorais, da coerção policial e outros entraves, o PCB participava das eleições por meio de uma organização política de “frente única” para fazer propaganda, denúncia e agitação política. Em outubro de 1928, foi candidato derrotado em São Paulo, com votação ínfima, mas o BOC conseguiu eleger Minervino de Oliveira e Otávio Brandão para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro.

Apoiou criticamente a Aliança Liberal e o movimento de 1930. Em nome de uma Frente Unida das Esquerdas, chegou a elaborar com Maurício de Lacerda um programa de ação que em março de 1929 seria levado a uma conferência entre os chefes militares imigrados e delegados de grupos de oposição. No ano seguinte, recebeu a visita clandestina do líder militar Siqueira Campos, que procurava acordo com outras forças de oposição. Siqueira Campos pretendia iniciar a revolução, mas o plano foi abortado com sua morte num desastre aéreo em maio de 1930.

Numa das ondas de obreirismo que atingiam periodicamente o PCB, levando ao expurgo de intelectuais, no começo dos anos 1930 Everardo Dias foi expulso do partido, e em 1932 foi formalmente desligado. Mas seguiu atuante na política: descontente com os rumos do governo após o êxito do movimento de 1930, envolveu-se com a rebelião paulista de 1932 na redação do *Diário Nacional*, jornal do Partido Democrático, com o qual tinha relações desde o final dos anos 1920.

Foi detido após o levante comunista de 1935. Ficou preso de 30 de novembro de 1935 a 27 de fevereiro de 1937, acusado sem provas de cumplicidade com aqueles que o tinham expulsado de suas fileiras. Tanto que acabaria absolvido. Ao sair da prisão, estreitou laços com a maçonaria, onde atuou com destaque até a morte. Contudo, não abandonou as convicções socialistas.

Na década de 1950, tornou-se um dos principais colaboradores da *Revista Brasiliense*, de Caio Prado Júnior, Elias Chaves Neto e outros comunistas, cujas propostas eram marginais no PCB. Os artigos estão na raiz de sua obra hoje mais conhecida, intitulada *História das*

lutas sociais no Brasil, publicada em 1962 e reeditada em 1977, com base na experiência vivida, nos conhecimentos e na memória do autor.

Teve sequelas de saúde devido às passagens pelo cárcere, mas morreria lúcido, com mais de 80 anos de idade, em 1966. Foi casado com uma brasileira, com quem teve cinco filhas. Dá nome a uma rua no bairro do Limão e a uma loja maçônica na zona oeste da cidade de São Paulo.

Marcelo Ridenti

FONTES: CASTELLANI, J. *Loja*; DIAS, E. *Bastilhas*; DIAS, E. Cartas a Astrojildo Pereira, 1927b. Originais disponíveis no Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro (ASMOB), que está depositado no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP); DIAS, E. *Delenda*; DIAS, E. *História*; DIAS, E. *Jesus Cristo*; DIAS, E. *Memórias*; DIAS, E. *Propósito* (p.73); HALL, M.; PINHEIRO, P. *Grupo* (p.251-287); KAREPOVS, D. *Classe*; LEUENROTH, E. *Dados*; Prontuário n. 136 do DOPS de São Paulo, referente a Everardo Dias.; RIDENTI, M. *Um livre* (p. 17-52).

DIAS, Joaquim Bernardes

*dep. fed. RJ 1897-1899.

Joaquim Bernardes Dias nasceu na cidade de Paraíba do Sul (RJ).

Dedicou sua vida profissional à atividade comercial no estado do Rio de Janeiro.

Iniciou sua vida política durante o Império, quando defendeu a causa republicana.

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime e em 1897 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro na legenda do Partido Republicano Fluminense (PRF). Ao final da legislatura, em 1899, recebeu novamente o apoio do PRF para a reeleição, mas todos os candidatos dessa agremiação foram derrotados pela chapa do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), originário de cisão do PRF e fundado em 23 de julho de 1899 por Alberto Torres, então presidente estadual (1897-1900).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FERREIRA, M. *República*.

DIAS, Moreira

* gov. RN 1906-1907.

Manuel Moreira Dias nasceu em Recife no dia 7 de abril de 1862, filho de José Antônio Moreira Dias e de Joana dos Santos Moreira.

Recebeu o diploma de bacharel na Faculdade de Direito do Recife em 1886. Nesse mesmo ano foi nomeado promotor público em Maioridade, hoje Martins (RN), passando juiz de direito da mesma comarca em 1892.

Nesse ínterim, foi nomeado secretário de Governo de Francisco Amintas da Costa Barros no Rio Grande do Norte (março a junho de 1891). Amintas de Barros procedeu à eleição e instalação do Congresso Constituinte estadual, o qual, por sua vez, elegeu o novo governador do estado, Miguel Joaquim de Almeida Castro, e o primeiro e o segundo vice-governadores, José Inácio Fernandes Barros e Francisco Gurgel de Oliveira. Na administração de Gurgel de Oliveira (agosto a setembro de 1891), que assumiu o governo na ausência de Miguel Castro e depois da renúncia de Fernandes Barros, Moreira Dias referendou o decreto de 7 de agosto de 1891 que reorganizava toda a magistratura do Rio Grande do Norte, nomeando uma série de correligionários de Francisco Gurgel como juizes de direito e ainda transformando outros em desembargadores, lotados em um tribunal que fora instalado sem ter sido antes organizado legalmente, o Tribunal Superior de Relação do Rio Grande do Norte.

Com a transmissão do poder a Miguel Castro em 9 de setembro e a anulação do decreto de Francisco Gurgel, passou para a oposição ao governo estadual. Após a deposição e prisão de Miguel Castro em 28 de novembro, e a eleição de um novo Congresso Constituinte estadual, foi eleito deputado na chapa organizada por Pedro Velho e José Bernardo. Quando esse mesmo Congresso elegeu Pedro Velho governador (1892-1896), foi nomeado chefe de Polícia do Rio Grande do Norte. Participou da mesa diretora do Congresso estadual nos anos de 1893 e 1894, foi reeleito em 1895, e escolhido presidente do Congresso em 1895 e 1896. Em 1897, já no governo de Joaquim Ferreira Chaves (1896-1900), renunciou ao mandato para assumir o cargo de desembargador do Superior Tribunal de Justiça, quando da reforma da magistratura estadual. O então governador aposentou por decreto cinco desembargadores, inclusive o presidente do Tribunal, mais cinco juizes identificados com a oposição. Depois disso, o desembargador Moreira Dias seria eleito duas vezes presidente do Superior Tribunal de Justiça por seus pares.

Em 1905, no governo de Augusto Tavares de Lira, iniciado em 1904, Moreira Dias foi eleito vice-governador do estado na vaga de Juvenal Lamartine de Farias, que teve de renunciar ao cargo uma vez que fora eleito deputado federal. Em 5 de novembro de 1906

assumiu o governo em virtude da renúncia de Augusto Tavares de Lira, que renunciou para assumir o Ministério da Justiça e Negócios Interiores na presidência de Afonso Pena (1906-1909). Em 23 de fevereiro de 1907 passou o cargo para o novo governador eleito, Antônio José de Melo e Sousa.

Faleceu em Natal no dia 29 de dezembro de 1908.

Casou-se com Etelvina Moreira Dias, com quem teve pelo menos dois filhos.

Renato Amado Peixoto

FONTES: CASCUDO, L. *Governo*; CASCUDO, L. *História*; LIMA, M. *Martins*; MEDEIROS, I. *Poder*.

DIAS, Sátiro

*pres. AM 1880-1881; pres. RN 1881-1882; pres. CE 1883-1884; dep. geral AM 1885; dep. fed. BA 1900-1906.

Sátiro de Oliveira Dias nasceu em Inhambupe (BA) no dia 12 de janeiro de 1844, filho de Cláudio José Dias e de Umbelina Oliveira Dias. Seu irmão Otaviano Dias foi professor e secretário do Instituto Normal.

Fez os estudos preparatórios no Ginásio Baiano, de Abílio César Borges. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia e quando estava no quinto ano seguiu para a Guerra do Paraguai como voluntário. Esteve na frente de luta de julho de 1866 até abril de 1869 e por isso recebeu o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa e a patente de primeiro cirurgião do Exército. Diplomou-se em 1870.

Eleito deputado provincial na Bahia pelo Partido Liberal para a legislatura 1878-1879, nesse último ano, por falecimento de Ernesto Odilon Maciel Monteiro, assumiu o cargo de secretário do governo da província na administração de Antônio de Araújo de Aragão Bulcão. Foi presidente das províncias do Amazonas, de 1880 a 1881, e do Rio Grande do Norte, de 1881 a 1882 – quando pôs em execução a Lei Saraiva (nº 3.029), de 9 de janeiro de 1881, que instituiu no Brasil a eleição direta. Voltou à Assembleia provincial baiana na legislatura 1882-1883, e em agosto desse último ano foi nomeado presidente da província do Ceará, cargo que ocupou até maio de 1884. Em 1885 foi eleito deputado geral pela província do Amazonas, mas, com a queda do Partido Liberal e a dissolução da Câmara, abandonou temporariamente a política para exercer a medicina.

Com o retorno do Partido Liberal ao poder, em 1889 foi nomeado diretor geral da Instrução Pública da Bahia. Mesmo após a proclamação da República em 15 de novembro daquele ano continuou a exercer o cargo. Participou da comissão organizada pelo governador Manuel Vitorino (23/11/1889 a 26/4/1890) para tratar de uma série de reformas no ensino, tanto no tocante à parte regulamentar como em relação ao pessoal e ao material de ensino, e particularmente aos métodos adotados. No governo de Hermes Ernesto da Fonseca (26/4 a

14/9/1890), baixou ato anulando todas as medidas educativas de Manuel Vitorino (exceto o recenseamento escolar), e pondo em vigor o Regulamento Bulcão, de 5 de janeiro de 1881. Nomeou professores para várias cadeiras do interior a fim de que se retomasse o ensino, que havia sido interrompido ante as incertezas decorrentes das reformas em curso. Concomitantemente à atividade na Instrução Pública, em 1891 elegeu-se deputado constituinte estadual pelo Partido Liberal. Na Assembleia ordinária que sucedeu à Constituinte, ocupou o cargo de vice-presidente e depois, presidente da casa. Em abril de 1896 foi nomeado inspetor geral de Ensino e em junho assumiu a Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, nomeado pelo governador Luís Viana (1896-1900). Em 1897 preparou um texto sobre a questão do ensino no Brasil: “Carta dirigida ao senador Severino Vieira contra o projeto de Barbosa Lima, estabelecendo a igualdade entre os estabelecimentos de ensino superior criados nos estados e os das faculdades federais”.

Elegeu-se deputado federal em 1900 e reelegeu-se em 1903. Ocupou a vice-presidência da Câmara e a presidência da Comissão de Instrução Pública. Não foi reeleito em 1907 por questões de diferenças políticas, mas foi nomeado pelo governo federal, até 1911, delegado fiscal do Ginásio Carneiro Ribeiro em Salvador. Foi também vice-presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Faleceu em 18 de agosto de 1913.

Casou-se com Guilhermina Rego de Oliveira Dias, com quem teve duas filhas.

Escreveu diversos artigos sob o pseudônimo de O Gaúcho, entre eles um estudo crítico e histórico sobre *O duque e a Guerra do Paraguai* (publicado na Bahia em 1870). Publicou na *Gazeta Médica da Bahia* um artigo sobre *Retenção absoluta da urina, com gangrena do escroto e vasto abscesso subcutâneo na região ielombar, seguido de cura*, no qual narrou experiência de sua clínica em Inhambupe.

Liliane de Brito Freitas/Consuelo Novais Sampaio

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, B. *Memória*; ARAGÃO, A.

Bahia; ARQ. PÚBL. BA. Seção Republicana Série Secretaria de Governo (Caixa 1764, doc. n. 1762 – Originais de Atos do Governo – 1891, Caixa 2290, doc. n. 2886, ite262D - Processo de aposentadoria de Sátiro Dias); *Bahia de todos os fatos* ; BLAKE, A. *Diccionario*; *Diário de Notícias* (19,20/8/1913). Dr. Sátiro Dias; *Diário Oficial do Estado da Bahia*; *Jornal do Comércio* (17/9/1939); MELLO, A. *Cartilha*; MENEZES, I. Sátiro Dias, colegial; SAMPAIO, C. *Partidos*; SAMPAIO, T. *Discurso*; SOUZA, A. *Baianos*; *Tarde* (19,20/8/1913). Sátiro Dias; TAVARES, L. *Duas reformas*.

DIEDERICHSEN, Artur de Aguiar

*dep. fed. SP 1897-1902.

Artur de Aguiar Diederichsen nasceu em Santos (SP) em 18 de fevereiro de 1860, filho de Leopold Diederichsen, negociante de Kiel, Alemanha, e de Maria Francisca Carolina da Costa Aguiar de Andrada, natural de Santos, bisneta de José Bonifácio, o Patriarca da Independência do Brasil. A história da família Diederichsen no Brasil está associada a Theodor Wille, que chegou ao porto de Santos como vice-cônsul da Prússia em 1844 e criou uma empresa, a Theodor Wille & Cia, que se tornaria uma das principais exportadoras de café de São Paulo, parte de um conglomerado internacional com negócios em mais de 30 países. Os Diederichsen trabalhavam nos escritórios da matriz da Theodor Wille na Europa.

Artur Diederichsen fez o ginásio na Alemanha e depois estudou física, química e ciências naturais no Instituto Fresenius, em Wiesbaden. No final do século XIX, já aparecia entre os grandes proprietários da região de Ribeirão Preto, frente pioneira de ocupação na expansão cafeeira paulista que alcançava altos índices de produtividade, beneficiada pelas amplas áreas de terra roxa. Era diretor-tesoureiro da Sociedade Paulista de Agricultura e Indústria, que respondia por grande produção de café e de gado, e proprietário da fazenda Monte Alegre, adquirida em 1890 em sociedade com Francisco Schmidt – ao longo da vida tornou-se proprietário de mais de 30 fazendas nos estados de São Paulo e Mato Grosso, além outros diversos negócios.

Cuidava também dos interesses da Theodor Wille & Cia em São Paulo, respondendo pela intermediação junto ao governo e articulando a empresa ao grande capital cafeeiro paulista, formado por fazendeiros cujos investimentos ultrapassavam os limites de suas propriedades e se estendiam a setores diversificados: bancário, industrial, do grande comércio, da importação e exportação, das novas redes de serviços urbanos, das ferrovias e estradas, da geração e distribuição de energia elétrica. Entre outras, a Theodor Wille & Cia associou-se à Central Elétrica de Rio Claro, juntamente com destacados empresários paulistas como

Olavo Egídio de Sousa Aranha, Elói de Miranda Chaves, José Martiniano Rodrigues Alves e Cardoso Melo Neto.

Após a proclamação da República, Diederichsen tornou-se líder do Partido Republicano Paulista (PRP) na região de Ribeirão Preto. A partir de 1891 integrou a Guarda Nacional da cidade alcançando o posto de coronel, razão pela qual ficou conhecido como coronel Diederichsen. Assumiu seu primeiro cargo político ao eleger-se vereador e tomar posse no Conselho de Intendência de Ribeirão Preto em 8 de outubro de 1892. Foi escolhido presidente do Conselho, assumindo o cargo de intendente, com mandato executivo, e passando assim a responder pela administração municipal. No entanto, o rápido crescimento e a diversificação dos seus negócios o levaram a se mudar para a cidade de São Paulo. Em 23 de novembro de 1893 apresentou ofício solicitando sua exoneração do cargo de intendente, mas o pleito só foi atendido em 4 de janeiro de 1894, quando foi eleito o novo intendente de Ribeirão Preto, tenente-coronel Fernando Ferreira Leite.

Em 1897 foi eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1897-1899, e em seguida foi reeleito para a legislatura 1900-1902. Nesse período, em 1902, foi um dos fundadores e diretor da Sociedade Paulista de Agricultura. Ao concluir o segundo mandato afastou-se dos cargos políticos para se dedicar a seus negócios e a um grande novo empreendimento classificado como “epopéia colossal”: a abertura da frente pioneira de ocupação no extremo oeste do estado de São Paulo, antecipando a chegada da ferrovia. Em 1904, estabeleceu sociedade com Francisco Tibiriçá, primo do presidente paulista Jorge Tibiriçá. Este, ciente da lentidão do avanço da ferrovia em direção ao extremo-oeste do estado, buscou uma alternativa para inserir aquela vasta área na economia de São Paulo entregando a Francisco Tibiriçá a administração do projeto de construção da estrada Boiadeira. A longa trilha construída partia de Vacaria, no Mato Grosso, e atravessava o rio Paraná, cruzando para São Paulo na altura da então comarca de Campos Novos do Paranapanema, região que ainda figurava nos mapas como zona desconhecida e desabitada. Tratava-se de uma vasta área, que se prolongava até o terminal ferroviário mais próximo, a cerca de duzentos quilômetros.

Para realizar a empreitada foi criada a empresa Diederichsen & Tibiriçá, que em 1907 fundou o Porto Tibiriçá nas barrancas do rio Paranapanema, origem da cidade de Presidente Epitácio. Naquele mesmo ano, a empresa passou a chamar-se Companhia de Viação São Paulo–Mato Grosso (CVSPMG). A abertura da estrada produziu os últimos grandes enfrentamentos com as tribos de índios coroados, caiuás e xavantes remanescentes no estado. Os negócios da empresa foram expandidos e diversificaram-se: compra de gado no Mato Grosso e venda aos criadores do estado de São Paulo; transporte pela Boiadeira; exploração da travessia em balsa pelo rio Paraná; aluguel de pousos e pastos e colonização de terras, apesar da grande incerteza que pairava sobre a posse e propriedade das terras naquela região. A companhia chegou a acumular 510 mil hectares de terras em São Paulo e Mato Grosso. Em torno dos entrepostos por ela criados surgiram ainda as cidades de Indiana e Regente Feijó. Os loteamentos alcançaram as nascentes Presidente Prudente e Martinópolis que, juntamente com Presidente Epitácio, homenageiam o coronel Artur de Aguiar Diederichsen entre os seus fundadores.

Faleceu em São Paulo no dia 5 de abril de 1946.

Era casado com Adelaide de Araújo, com quem teve dois filhos.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; ARQ. PUBL. RIBEIRÃO PRETO . Disponível em: <<http://www.arquivopublico.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/historia/i14biografias.htm>>. CLEPS JUNIOR, J. *Pontal*; FREITAS, J. *Empresário*; INST. BIOMA. Disponível em: <http://www.institutobioma.org.br/pdf/P_12.pdf>. MORONI, G. *História*; PREF. RIBEIRÃO PRETO. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/principaln.php?pagina=/scultura/arqpublico/monumentos/i14m-55-antdiederichsen.php>>.

DINIZ, ALBERTO AUGUSTO

*gov. AC 1926; const. 1934; dep. fed. AC 1935-1937.

Alberto Augusto Diniz nasceu em Barbacena (MG) no dia 30 de outubro de 1868, filho de Francisco José Diniz e de Ambrosina de Oliveira Pena Diniz, ambos descendentes de tradicionais famílias mineiras.

Estudou no Colégio Abílio, em sua cidade natal, e transferiu-se depois para São Paulo, onde obteve o grau de bacharel pela Faculdade de Direito em 1890. Entre seus colegas de faculdade figuravam Venceslau Brás e Delfim Moreira, futuros presidentes da República. Retornando a Minas Gerais, em 1891 foi nomeado promotor público em Ouro Preto, então capital do estado. Designado juiz municipal de São João del Rei em 1892, permaneceu pouco mais de um ano no cargo.

Advogado ativo nas cidades mineiras de Leopoldina e Manhuaçu, em 1895 foi nomeado diretor da Recebedoria de Minas Gerais pelo presidente do estado, Crispim Jaques Bias Fortes, exercendo o cargo até 1898. Tornou-se então fiscal do governo mineiro junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais em Juiz de Fora. Nessa cidade, manteve escritório de advocacia associado a Feliciano Pena e Constantino Paleta.

Em 1908, foi nomeado desembargador do Tribunal de Apelação do território do Acre, que, sob a sua presidência, foi instalado na cidade acreana de Sena Madureira. Em 1910, participou da Campanha Civilista em apoio à eleição de Rui Barbosa para a presidência da República. Nomeado em 1926 governador do território do Acre pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926), permaneceu pouco tempo no cargo, deixando-o ainda no mesmo ano, já no governo de Washington Luís (1926-1930), por motivo de saúde. Nos anos seguintes, aderiu à campanha da Aliança Liberal tendo participado da Revolução de 1930.

Em maio de 1933, elegeu-se deputado pelo Acre à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da Lista Chapa Popular, com o apoio da Liga Eleitoral Católica. Embora fosse amigo do interventor federal no território, Francisco de Paula Assis Vasconcelos, discordara politicamente do programa da Legião Autonomista, partido formado pelo interventor, elegendo-se com um programa de oposição ao governo federal. Empossado em novembro de 1933, liderou a bancada acreana na Constituinte, integrada ainda por mais um deputado. Após a promulgação da nova Carta Constitucional e a eleição de Getúlio Vargas

para a presidência da República pela Assembleia em julho de 1934, teve o mandato estendido até maio de 1935. Concorreu às eleições para a Câmara realizadas em outubro de 1934 e foi eleito na legenda do Partido Popular do Acre. Dois anos mais tarde, em maio de 1937, representou seu partido na convenção que lançou a candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República nas eleições previstas para 1938. Com o advento do Estado Novo (10/11/1937), que suprimiu os órgãos legislativos do país, perdeu o mandato parlamentar.

Morreu no dia 16 de outubro de 1956.

Foi casado com Maria Helena de Abranches Diniz, também de tradicional família mineira.

Deixou publicados *O Acre judiciário*, *No coração do inferno verde* e *O Acre na Constituinte* (1935).

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); GODINHO, V. *Constituintes*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

DINIZ, Henrique

*sen. MG. 1928-1930.

Henrique Augusto de Oliveira Diniz nasceu em Barbacena (MG) no dia 18 de janeiro de 1865, filho de Francisco José Diniz, major da Guarda Nacional, e de Guilhermina de Oliveira Pena Diniz.

Completoou os estudos secundários no Colégio Providência em sua cidade natal e formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1886, com a tese intitulada “Esclerose hepática”. Após a formatura regressou a Barbacena, onde passou a clinicar e a lecionar história universal no Ginásio Mineiro. Adepto do regime republicano, foi representante do núcleo barbacenense no Congresso Republicano reunido em Ouro Preto (MG) em 1888. Em Barbacena, ocupou ainda os cargos de vereador, presidente da Câmara e agente executivo municipal.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e a promulgação da primeira Constituição republicana em 24 de fevereiro de 1891, os estados elegeram representantes que teriam a incumbência de elaborar as Cartas estaduais. Henrique Diniz foi então eleito deputado constituinte em Minas, com mandato de 1891 a 1895. Licenciou-se, contudo, por ter sido nomeado pelo então presidente estadual Crispim Jacques Bias Fortes (1894-1898) secretário do Interior e Justiça. Exerceu a função de setembro de 1894 a setembro de 1898. Durante sua gestão, apoiou a criação do Arquivo Público Mineiro, órgão que passou a ser vinculado à sua secretaria.

Eleito senador estadual, assumiu sua cadeira no Senado mineiro em 1905. No ano seguinte, renunciou ao mandato por ter sido nomeado vice-presidente da recém-criada Caixa de Conversão pelo presidente da República Afonso Pena (1906- 1909). Voltou ao Senado em 1915, mas também dessa vez renunciou antes de completar o mandato em 1918.

No governo de Artur Bernardes (1922-1926), foi diretor do Banco do Brasil. Foi eleito senador federal em 1º de novembro de 1928, para preencher a vaga aberta com o falecimento de Francisco Álvaro Bueno de Paiva. Exerceu o mandato até sua morte, no dia 23 de janeiro de 1930.

Foi casado com Olga Tolentino Diniz.

Vanessa Lana

FONTES: *Ensino médico*; MONTEIRO, N. *.Dicionário*; SENADO. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1733&li=35&lcab=1930-1930&lf=35>. Acesso em: 11/11/2008; SENNA, L. *Médicos*.

DIPLOMACIA DAS CANHONEIRAS

Na segunda metade do século XIX, em paralelo à difusão da propulsão a vapor, generalizou-se a fabricação de grande quantidade de embarcações de pequeno e médio porte para fins militares. Do ponto de vista técnico, as canhoneiras eram navios de guerra relativamente pequenos com casco de aço e arsenal bélico relativamente grande. Navios de guerra de grande porte, com maior poder destrutivo, eram mais caros e menos adequados do que as canhoneiras quando havia necessidade de atuação em águas rasas ou áreas restritas. Por isso, entre fins do XIX e início do XX, tais embarcações de menor porte tornaram-se predominantes nas ações de demonstração naval e patrulhamento de territórios coloniais. Sua utilização por várias potências imperialistas como forma de intimidação ou intervenção militar visando a atingir resultados em política externa caracterizou a diplomacia das canhoneiras.

A expressão designa um método amplamente difundido como instrumento de política externa das potências imperialistas da época. De acordo com a definição clássica de James Cable, trata-se do uso político de uma força naval limitada. Em outras palavras, a diplomacia das canhoneiras pode ser entendida como um método de intimidação ou intervenção militar por meio da mobilização de navios de guerra de pequeno e médio porte para, sem recorrer à declaração formal de guerra, perseguir objetivos nacionais.

Tal método serviu tanto à preservação de vantagens quanto à tentativa de evitar perdas. Na prática, a ameaça ou o uso efetivo de forças navais limitadas perseguiu os objetivos de cobrar dívidas, garantir a ordem política ou/e social e preservar áreas de influência, colônias, mercados ou protetorados. A diplomacia das canhoneiras foi fundamental, portanto, para a integração (e manutenção) de áreas periféricas do planeta subordinadas ao sistema de Estados europeu e capitalista, que estava em rápida transformação. Em contexto de acirradas disputas imperialistas, o incremento do arsenal de guerra naval foi uma das prioridades da política externa da maioria das grandes potências, tendo sido instrumento,

inclusive, da projeção internacional de polos de poder extraeuropeus em ascensão, que não tardariam a desafiar a própria hegemonia do Velho Mundo.

ORIGENS E DIFUSÃO

A expressão diplomacia das canhoneiras já foi usada para descrever eventos desde pelo menos o século XVIII, remontando à controversa Guerra da “Orelha de Jenkins” (1739 - c. 1743). A cunhagem do termo costuma ser atribuída a Henry John Temple (1784-1865), o (3º) Lord Palmerston, eminente estadista britânico que exerceu por diversas vezes os cargos de chanceler e primeiro-ministro da “pérfida Albion” durante a Era Vitoriana (1837-1901).

Analiticamente, contudo, a diplomacia das canhoneiras ganhou relevância central apenas na segunda metade do século XIX, ligada a eventos de uma época em que a projeção do poder naval assumiu papel de destaque nas disputas imperialistas e foi teorizada por estrategistas e políticos de várias partes do mundo (o exemplo emblemático é a obra mais famosa do almirante Alfred Thayer Mahan, *The influence of sea power upon History, 1660-1783*, publicada em 1890).

A apresentação de alguns episódios em que a diplomacia das canhoneiras foi o método privilegiado das potências imperialistas para atingir seus objetivos de política externa pode ser elucidativa. Tais exemplos emblemáticos ajudam a evidenciar que o padrão de uso da força para a defesa de interesses nacionais era amplamente difundido, inclusive na América, na conjuntura histórica do início da República no Brasil.

Em 8 de julho de 1853, uma pequena frota de quatro “navios negros”, sob o comando do comodoro Matthew Calbraith Perry (1794-1858), chegou à baía de Edo, no Japão. Seus comandantes tinham partido de Norfolk, Virgínia, no ano anterior, depois de estudar diversos episódios em que navios ocidentais tinham tentado ter contato com aquele país oriental. Isolado do mundo exterior havia séculos, o Japão dos Tokugawa espantou-se diante do vagaroso circundar da baía pelas canhoneiras do comodoro Perry. Após uma salva de tiros de canhão, os comandantes norte-americanos desembarcaram para entregar

uma carta de seu presidente, Millard Fillmore (1850-1853), com um “pedido” de autorização para aportar barcos nos portos japoneses e a promessa de voltar em breve para conhecer a resposta.

Sem contar com navios de guerra de potencial comparável ao das canhoneiras dos EUA, os Tokugawa aceitaram assinar, no ano seguinte, o Tratado de Kanagawa (1854), que permitia a instalação de um consulado norte-americano no Japão e abria dois portos do país para seus navios. Devem ter contribuído para esse resultado as notícias da primeira Guerra do Ópio (1839-1842), em que as canhoneiras britânicas abriram fogo depois que a dinastia Qing tentou combater a venda de ópio pelos ingleses na China, a despeito das proibições locais. Como resultado daquela guerra, os chineses foram forçados a assinar os Tratados Desiguais de Nanquim (1842, ratificados em 1843), pelos quais aceitavam pagar indenização à Grã-Bretanha, abrir quatro portos aos britânicos e ceder Hong Kong à rainha Vitória.

Na África, em 1896, um episódio marginal na história da expansão imperialista europeia ilustra claramente o potencial da “projeção do poder naval” das potências na consecução de seus objetivos em política externa. Dez anos antes, em 1886, o Zanzibar tinha formalizado sua subordinação à influência britânica por meio de tratado que impunha a permissão do cônsul britânico como condição para a ascensão ao poder dos candidatos a sultão. Naquele contexto de disputas acirradas entre as potências europeias por territórios no continente africano, o tratado obtido do Zanzibar era uma forma de preservar aquela área de influência das pretensões do emergente Império Alemão de Guilherme II, então o maior inimigo da Grã-Bretanha.

Em 24 de agosto de 1896, contudo, o sultão pró-britânico Hamad Bin Thuwaini morreu. Na sua sucessão, o preferido da “pérfida Albion”, Hamud Bin Muhammed, foi preterido em favor de Khalid Bin Barghash, que era supostamente pró-germânico e não obteve a anuência do cônsul britânico. Diante disso, a Grã-Bretanha acionou a diplomacia das canhoneiras: enviou uma pequena esquadra para o Zanzibar e deu um ultimato a Khalid para que ordenasse que suas tropas deixassem o palácio. Mas o novo sultão não se

intimidou e mobilizou pouco menos de três mil homens para protegê-lo. No dia seguinte, quando o ultimato expirou, a ameaça da véspera foi cumprida: as canhoneiras britânicas abriram fogo sobre o palácio. O bombardeio durou das 9:02 às 9:40, pelo horário local. O sultão deposto, rendido, buscou asilo no consulado germânico e abriu espaço para a ascensão de Hamud, conforme queria a potência agressora. A “guerra mais rápida da história” durou menos de 40 minutos.

Mesmo no continente americano, a diplomacia das canhoneiras estava longe de ser uma ameaça distante. Em 1895, os britânicos tinham ocupado a ilha brasileira de Trindade, a pretexto de instalar um cabo telegráfico submarino. Desde 1898, pelo menos, o “grande irmão do Norte” projetava seu poderio naval como instrumento de hegemonia na América Central e Caribe, no bojo de sua *Big Stick Policy*. Em 1902, uma esquadra anglo-germânica bloqueou cinco portos da Venezuela para cobrar dívidas. Em 1905, oficiais da canhoneira alemã *Panther* desembarcaram, sem autorização do Brasil, no litoral de Santa Catarina, a pretexto de prender um desertor, provocando grave incidente diplomático devido à violação da soberania brasileira.

A partir da década de 1910, contudo, em pleno auge das tensões imperialistas que redundariam na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a difusão das canhoneiras propriamente ditas entrou em declínio. Mas, como demonstrou Cable, o método de mobilizar forças navais limitadas como instrumento de política externa continuou a ser praticado, e até se difundiu, mesmo após 1919.

USO LEGÍTIMO DA FORÇA

Em fins do século XIX, quando foi proclamada a República no Brasil, a prática de mobilizar forças militares para fins políticos era indissociável de acirradas disputas imperialistas, que inegavelmente se projetavam também no continente americano. Mais do que amplamente difundida, tal prática era considerada legítima. Mas isso começou a mudar, pelo menos em um de seus aspectos, no início do século XX.

Até 1907, um dos principais objetivos de política externa perseguidos por potências

imperialistas por meio da diplomacia das canhoneiras foi a cobrança de dívidas. É possível afirmar que tal método foi mobilizado com cautela pela maior parte dos países credores. Mas a prática de cobrar dívidas com o uso de força militar foi aceita e relativamente difundida durante o século XIX, em especial na América Latina. Em 1889, portanto, quando foi proclamada a República no Brasil, uma situação de insolvência financeira poderia redundar em ameaça de intervenção armada dos países credores em território nacional.

Em 1902, uma dessas intervenções motivou debate internacional de grande repercussão, que redundou em decisão de importância capital nas relações internacionais do período e da posteridade. Em 9 de dezembro daquele ano, uma esquadra anglo-germânica, com posterior adesão da Itália, bloqueou os cinco portos mais importantes da Venezuela e a foz do rio Orinoco. Fortes foram bombardeados, e três canhoneiras venezuelanas afundadas. O motivo da intervenção tinha a ver com mudanças recentes na política venezuelana. Em 1899, o general Cipriano Castro subira ao poder na Venezuela, e em 1901 se tornara presidente constitucional. Logo depois denunciou que os juros cobrados pelos credores a seu país eram extorsivos, e por isso não reconhecia as dívidas pendentes. Diante disso, banqueiros britânicos, alemães e italianos pressionaram seus governos para, com as rendas da alfândega, executar a dívida pendente.

Esse tipo de intervenção, suas motivações e métodos, eram coerentes com o que praticavam os Estados Unidos da América. Mas uma intervenção europia em sua área de influência poderia ser entendida como incompatível com a Doutrina Monroe. Nesse episódio, contudo, a diplomacia norte-americana a princípio tolerou a intervenção, e até anuiu a ela, mas buscou justificar a coerência dessa postura. Consultado pelo governo alemão, o secretário de Estado norte-americano, John Hay, respondeu em nome do presidente T. Roosevelt. Afirmou que os Estados Unidos da América não se opunham ao uso da força para a cobrança de dívidas de países irresponsáveis, desde que a intervenção armada não resultasse em conquista de territórios americanos por países de fora do continente.

Na ótica de “Teddy” Roosevelt, o caudilho Cipriano Castro se enquadrava nos casos de irresponsabilidade que tornavam legítima e até necessária a intervenção estrangeira com objetivos civilizatórios. Por isso, os EUA aceitaram a ação das potências europeias, e ofereceram mediação depois que ela resultou em bombardeio. Concluiu-se pela suspensão do bloqueio, em fevereiro de 1903, com a transferência da decisão sobre a questão para o Tribunal de Haia.

Ao fim e ao cabo, a intervenção foi um sucesso no curto prazo, se considerado seu método e o objetivo de cobrar dívida. A Venezuela concordou em submeter a questão à arbitragem internacional, e o Tribunal de Haia decidiu favoravelmente aos credores. Mas a decisão final não apenas ordenou o pagamento das dívidas (e de indenização aos credores) pela Venezuela em prazo relativamente curto. Como demonstrou Martha Finnemore, ela também forneceu a bênção do direito internacional ao uso da força para a cobrança de dívidas.

A aparente concertação entre os métodos de europeus e norte-americanos foi, contudo, frontalmente combatida por alguns países latino-americanos. O chanceler argentino Luis Drago, por exemplo, retrucou a Roosevelt, sustentando, com base no direito internacional, que era ilegítimo o uso da força para a cobrança de dívidas. Drago argumentava que o uso da força contra outros Estados só seria legítimo em casos de autodefesa, e que os governos não deveriam envidar esforços militares para proteger os lucros de investimentos arriscados, mas potencialmente lucrativos, que seus banqueiros tivessem no exterior, já que o risco fazia parte do cálculo dos credores e estava refletido nos juros e demais custos dos empréstimos.

Mesmo depois da repercussão negativa da ação europeia na América Latina, contudo, o presidente norte-americano mantinha sua crença na legitimidade de intervenções armadas para a cobrança de “dívida honesta”, e sustentava a retórica da necessidade de Estados civilizados policiarem e disciplinarem os “irresponsáveis”. Reagiria, dois anos depois, à intervenção europeia na Venezuela, em coerência com os princípios da política externa norte-americana, mas sem contestar a legitimidade do uso da força, por meio do “corolário

Roosevelt” à Doutrina Monroe, de 1904.

A postura norte-americana só sofreu mudanças depois da ascensão de Elihu Root à Secretaria de Estado, em julho de 1905, já no segundo mandato de Roosevelt. Advogado de formação, Root foi escolhido primeiro presidente da Sociedade Americana de Direito Internacional, surgida em 1906. Mesmo antes de assumir o posto máximo da Secretaria de Estado dos EUA, Root estivera ativamente engajado na campanha pela definição da arbitragem como método prioritário para resolver ou evitar disputas entre as nações.

Na condição de secretário de Estado de uma potência em ascensão quando da realização da Conferência de Haia, em 1907, Root vislumbrou a oportunidade de fortalecer as regras do direito internacional para a solução de controvérsias. Sua prioridade nesse conclave foi fazer passar um tratado que tornasse o arbitramento compulsório em contenciosos sobre cobrança de dívidas, deslegitimando o uso da força como meio de alcançar esse objetivo.

Para conseguir alcançar tal façanha, naquele contexto de disputas imperialistas, Root precisava convencer os Estados devedores a aceitar o arbitramento compulsório e, ao mesmo tempo, fazer os Estados credores concordarem em abrir mão da força militar em nome da lei e das regras do direito internacional. Não era tarefa fácil. Mas a delegação norte-americana conseguiu. Em primeiro lugar, obteve da Rússia, organizadora do evento, os convites para os países latino-americanos participarem do conclave. Naquela época, o princípio da igualdade entre as nações não estava consolidado no sistema internacional, e simplesmente ninguém tinha pensado nisso antes, do mesmo modo que ocorrera na 1ª Conferência, quando eles não foram convocados.

Em segundo lugar, Root cuidou de evitar que a questão do arbitramento compulsório sobre cobrança de dívidas fosse incluída na pauta da conferência, para evitar consolidar prévia contrariedade à proposta. Também evitou polêmica sobre a Doutrina Drago, que já tinha sido repudiada unanimemente pelos credores porque implicaria renunciar à cobrança forçada sem outro recurso para fazê-lo. Mas resguardou a possibilidade de incluí-la posteriormente, com a anuência dos patrocinadores do evento. Desse modo, Root obteve

vitórias parciais importantes: melhorou a imagem dos EUA entre as delegações latino-americanas e, ao mesmo tempo, lidou na conferência com delegações europeias que não tinham recebido instruções específicas a respeito do arbitramento compulsório.

A chancelaria brasileira concordou com a posição dos EUA, como tinha feito no caso da intervenção europeia na Venezuela. Em despacho para Joaquim Nabuco citado por Clodoaldo Bueno, o primeiro embaixador do Brasil em Washington, Rio Branco, então chanceler brasileiro (1902-1912), confirmou que era contra a Doutrina Drago e sua inclusão no programa da Conferência de Haia. Afinal, o Brasil mantinha seus débitos em dia, desde o governo de Campos Sales (1898-1902), além de ser credor do Uruguai e do Paraguai.

Quando enfim a proposta foi apresentada na conferência pelos delegados dos EUA, britânicos, alemães, franceses, russos e austro-húngaros votaram a favor. Todos os outros europeus que tinham ressalvas à proposta se abstiveram. As mais ferrenhas oposições vieram das delegações latino-americanas, em especial do próprio Drago. Mas nem elas votaram contra a resolução, que foi enfim aprovada com o nome de “proposta Porter” e o voto favorável do delegado brasileiro, Rui Barbosa.

Depois de definido o tratado obtido na Haia, em 1907, de fato os credores europeus pararam de intervir em países devedores para cobrar dívidas. Ocioso dizer que as potências imperialistas, os EUA entre elas, seguiram mobilizando forças militares para fins políticos em outros países. Mas nenhuma das intervenções posteriores à conferência teve como pretexto a cobrança de dívidas, que passou a ser resolvida no Tribunal de Haia por meio de arbitramento, com base na convenção de 1907.

Luigi Bonafé

FONTES: BUENO, C. *Política*; CABLE, J. *Gunboat*; FINNEMORE, M. *Purpose*.

DODSWORTH, HENRIQUE

*dep. fed. DF 1924-1930; const. 1934; dep. fed. DF 1935-1937; interv. DF 1937; pref. DF 1937-1945; emb. Bras. Portugal 1946.

Henrique de Toledo Dodsworth Filho nasceu em 17 de setembro de 1895 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, filho de Henrique de Toledo Dodsworth e de Maria Luísa Franco Dodsworth. Era neto dos barões de Javari e Pedro Afonso e bisneto de um marinheiro inglês que, evadido de seu navio, casara-se com rica fazendeira no Brasil.

Depois de fazer parte dos estudos primários na França e completar o secundário no Colégio Alfredo Gomes, matriculou-se simultaneamente em dois cursos universitários no Rio de Janeiro, diplomando-se em direito em 1915 e em medicina no ano seguinte. Entre 1917 e 1921, exerceu o cargo de inspetor de ensino secundário, organizando comissões de fiscalização no Distrito Federal e em diversos estados, especialmente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nesse período foi também nomeado professor de física do Colégio Pedro II e oficial de gabinete do prefeito Paulo de Frontin, seu tio, que administrou o Distrito Federal em 1919.

Em 1921 foi designado para estudar a situação do ensino secundário na Europa. Depois de seu retorno, tornou-se professor do Liceu de Artes e Ofícios e da Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro (conhecida como Faculdade Hahnemanniana), além de catedrático do Colégio Pedro II. Eleito deputado federal em junho de 1924 e reeleito em 1927 e 1930, permaneceu na Câmara até a Revolução de 1930. Dois anos depois, apoiou a Revolução Constitucionalista deflagrada em São Paulo, que foi derrotada depois de quase três meses de luta militar. Mesmo assim, ainda em 1932 foi promovido a diretor do Externato Pedro II. Exerceu o cargo até o ano seguinte, quando, na legenda do Partido Economista do Distrito Federal, foi o candidato carioca mais votado para a Assembleia Nacional Constituinte que se reuniu a partir de novembro de 1933 para elaborar uma nova Carta Constitucional e eleger o presidente da República.

Na primeira sessão preparatória da Constituinte, discursou criticando o regimento interno da Assembleia decretado pelo governo provisório, e sugerindo que uma comissão de cinco deputados elaborasse um novo regimento sem a interferência do Executivo. Embora a proposta não tenha sido aprovada, a discussão sobre a reforma do regimento interno

prosseguiu em torno da chamada indicação (ou emenda) Medeiros Neto, formulada pelo líder da maioria Antônio Garcia de Medeiros Neto, que propunha a inversão da ordem dos trabalhos a fim de que se elegeisse o presidente da República antes da aprovação definitiva da nova Constituição.

A emenda Medeiros Neto encontrou forte oposição entre os constituintes — inclusive por parte de Henrique Dodsworth — e somente em fevereiro de 1934 se chegou a uma solução conciliatória, expressa na fórmula Simões Lopes (apresentada por Augusto Simões Lopes) e aprovada por 131 votos a 59. Através da suspensão do primeiro debate do texto constitucional em plenário, essa fórmula permitiria realizar a eleição presidencial no prazo de um mês sem que houvesse inversão dos trabalhos, prevendo — caso os prazos não fossem cumpridos — a promulgação de uma constituição provisória votada em bloco e sujeita a emendas em segunda discussão, depois de efetivada a eleição presidencial. Apesar de aprovada, a fórmula Simões Lopes foi inviabilizada pelos fatos, devido ao grande atraso na votação do texto constitucional, submetido a mais de mil emendas. Nesse contexto, o governo propôs a prorrogação dos mandatos dos deputados e a transformação da Constituinte em Câmara ordinária depois de completados seus trabalhos originais. Segundo pesquisa promovida por um jornal da época, Henrique Dodsworth estava entre os 20 deputados contrários a essas medidas em qualquer hipótese. A Constituição entrou em votação final nos primeiros dias de junho, foi promulgada em 16 de julho, e no dia seguinte Getúlio Vargas, chefe do governo provisório desde 1930, foi eleito presidente da República. Ao mesmo tempo, decidiu-se prorrogar o funcionamento da Assembleia até a instalação do Congresso que seria eleito ainda em 1934, em data a ser fixada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em outubro de 1934, Henrique Dodsworth foi eleito deputado federal, passando a exercer o novo mandato a partir de maio de 1935. Nesse ano, foi um dos cinco parlamentares designados pelo presidente da Câmara para compor, junto com igual número de representantes do Poder Executivo escolhidos pelo presidente da República, a Comissão Mista de Reforma Econômico-Financeira. Presidida pelo ministro da Fazenda, a comissão deveria apresentar ao Poder Legislativo um projeto de reorganização da economia nacional e de recuperação financeira, incluindo aspectos como a revisão do sistema tributário e da escala de vencimentos do funcionalismo civil e militar, além de outras sugestões para a

redução das despesas públicas. Nesse trabalho, Henrique Dodsworth integrou, junto com o diplomata Maurício Nabuco e o major Jaime Raulino de Faria, a chamada Subcomissão Nabuco, encarregada de estudar o reajustamento dos quadros do serviço público civil.

O relatório produzido por esse grupo depois de três meses de atividade foi recusado em setembro de 1935 pelo plenário da Comissão Mista, que formou outra subcomissão com a finalidade de reduzir os encargos orçamentários previstos pelo projeto apresentado. O resultado do trabalho foi um novo relatório, apresentado em dezembro e encaminhado junto com o anterior ao presidente da República, que formou oficiosamente a chamada Comissão de Reajustamento, incumbida de dar parecer sobre ambos. A solução apresentada por essa instância baseou-se na orientação geral do projeto da Subcomissão Nabuco, dotando-o de maior aplicabilidade prática, o que resultou na Lei do Reajustamento, promulgada em 1936 e, depois de vetada parcialmente por Vargas, vigente até 1960.

Ainda nessa legislatura, Henrique Dodsworth apresentou projetos que resultaram na Lei de Férias e na reorganização administrativa e científica do Instituto Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Em julho de 1937, deixou a Câmara para ocupar a interventoria do Distrito Federal, substituindo o cônego Olímpio de Melo, demissionário. Sua nomeação, apoiada por setores do Partido Autonomista, estava relacionada com a questão da sucessão presidencial e visava a conseguir a união das forças políticas do Distrito Federal que apoiavam a candidatura de José Américo de Almeida, patrocinada oficiosamente pelo governo.

Em 10 de novembro de 1937, um golpe de Estado liderado pelo próprio presidente Vargas implantou o Estado Novo, suspendendo as eleições e o funcionamento do Legislativo. Henrique Dodsworth tornou-se então prefeito da capital, cargo que ocupou durante toda a vigência do regime, realizando uma administração que durou oito anos e quatro meses. Uma de suas primeiras medidas foi a reorganização da Prefeitura do Distrito Federal. Aperfeiçoou o sistema de arrecadação de impostos, o que permitiu a aplicação de um vasto plano de obras públicas que transformou a paisagem da cidade.

Tendo o engenheiro Edson Passos como secretário-geral de Viação e Obras, e reativando a Comissão do Plano da Cidade, extinta pelo ex-interventor e prefeito Pedro Ernesto Batista (1931-1936), a administração de Dodsworth retomou e adaptou às novas condições da cidade os planos que o urbanista francês Alfred Agache havia produzido em 1927,

contratado pelo então prefeito Antônio Prado Júnior. Com base nesses planos, a prefeitura, entre outras obras, terminou o desmonte do morro do Castelo, paralisado havia alguns anos, urbanizou a esplanada do Castelo e abriu a avenida Presidente Vargas, com mais de quatro quilômetros de extensão. Foram ainda pavimentadas e alargadas inúmeras vias e abertas outras, como as avenidas Brasil e Tijuca (atual Edson Passos). Além disso, sua administração estendeu novas linhas de bonde e construiu a nova estação terminal do largo da Carioca, conhecida como Tabuleiro da Baiana; construiu a primeira passagem subterrânea para pedestres no Rio; remodelou, sob a orientação de Raimundo Castro Maia, a floresta da Tijuca; duplicou o túnel do Leme, atual túnel Novo; liberou o acesso à Praia Vermelha, antiga área militar; abriu o corte do Cantagalo, ligando Copacabana à lagoa Rodrigo de Freitas; construiu o Jardim de Alá e o Jardim Zoológico Municipal; urbanizou várias áreas do centro da cidade, como o Passeio Público; comprou a particulares a área do Parque da Cidade, na Gávea, e a ilha de Brocoió; iniciou a construção do estádio do Maracanã e da estrada Grajaú-Jacarepaguá.

Henrique Dodsworth criou também o Banco da Prefeitura do Distrito Federal (que deu origem ao Banco do Estado do Rio de Janeiro) e a Secretaria de Administração; inaugurou 18 estabelecimentos escolares e a Universidade do Distrito Federal; construiu o grande armazém de gêneros alimentícios na avenida Rodrigues Alves; projetou o túnel do Pasmado; restaurou a estrada do Alto do Corcovado, e inaugurou o primeiro trecho eletrificado da Estrada de Ferro Central do Brasil para os subúrbios cariocas. Na área da saúde, sua administração criou o Banco de Sangue, o Laboratório de Produtos Terapêuticos e o Instituto de Cardiologia, e construiu o Hospital Rocha Faria, além de participar das obras do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense. Também nesse período foi instituída a segunda Lei Orgânica do Distrito Federal.

Depois que o Ato Adicional nº 9, de fevereiro de 1945, liberou a reorganização dos partidos políticos, Henrique Dodsworth filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), organizado nos meses seguintes, tornando-se presidente do diretório regional e membro do diretório nacional dessa agremiação. Nessa condição, presidiu a convenção do PSD realizada em 30 de junho no Distrito Federal, quando foi reafirmado o apoio do partido à candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República.

Em outubro de 1945, em meio a um grande enfraquecimento do regime, Getúlio Vargas

resolveu nomear João Alberto Lins de Barros, chefe de polícia do Distrito Federal, para a prefeitura, substituindo-o por Benjamim Vargas, seu irmão mais moço, e enviar Henrique Dodsworth para Portugal como embaixador. Ao tomar conhecimento da iminente nomeação de Benjamim, no dia 29 de outubro o ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, redigiu uma carta de renúncia e uma proclamação dirigida ao Exército e ao povo brasileiro, mobilizando ainda os comandantes das regiões militares e estabelecendo contato com as autoridades da Marinha e da Aeronáutica. Esse foi o estopim para que a conspiração em curso contra Getúlio Vargas fosse deflagrada, derrubando nesse mesmo dia o regime instalado em 1937.

Com o fim do Estado Novo, Henrique Dodsworth deixou de fato a prefeitura do Distrito Federal, e em abril de 1946, já no governo do general Eurico Dutra, foi embaixador em Portugal, onde permaneceu até outubro. Entre 1947 e 1956, foi membro da diretoria do conselho superior das Caixas Econômicas Federais, exercendo a presidência desse órgão no biênio 1950-1951. Diretor-presidente do Banco da Prefeitura do Distrito Federal de 1951 a 1953, no ano seguinte tornou-se presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, onde se manteve até 1956. De 1957 a 1958 foi diretor do órgão. Foi ainda conselheiro do Conselho Federal de Educação entre 1964 e 1968, além de membro da Ordem dos Advogados do Brasil, do Instituto dos Advogados, da Academia de Ciências do Rio de Janeiro e da Academia Nacional de Medicina.

Recolhido à vida privada nos últimos anos de vida, faleceu no Rio de Janeiro em 14 de agosto de 1975.

Foi casado com Jacira Bastos Dodsworth.

Publicou as seguintes obras: *Leis de férias* (projeto apresentado ao Parlamento do Brasil), *Aspectos do ensino secundário*, *Cem anos de ensino secundário*, *Discursos*, *Previdência social e caixas econômicas*, *Traços acadêmicos*, *Aspectos de radioatividade*, *Empréstimos aos municípios*, *Caxias e Rio Branco*.

Robert Pechman

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.;

D'ARAÚJO, M. *Cronologia 1943*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; MIN. REL. EXT. *Anuário*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; *Quem é quem no Brasil*; RIBEIRO FILHO, J. *Dic.*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; WAHRLICH, B. *Classificação*.

DOM QUIXOTE

Revista satírico-humorística fundada em 1895 pelo caricaturista Ângelo Agostini. Foi publicada até o ano de 1902. Com o mesmo título, o jornalista, poeta e humorista Manuel Bastos Tigre lançou nova revista em maio de 1917 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em ambas as revistas os personagens dom Quixote e Sancho Pança, de Cervantes, eram as figuras centrais. Através deles as revistas falavam dos acontecimentos políticos e sociais do cotidiano.

A *Dom Quixote* lançada em 1917 era uma revista semanal que marcou a história do humorismo no Brasil até 1927. Sua missão seria a de difundir o humor, o único meio de salvar a nacionalidade, segundo a própria revista. A política era vista como farsa, incapaz de atuar positivamente sobre a realidade social. Não refletia o que ocorria na sociedade, era apenas uma encenação. Dos retratos dos políticos a revista fazia caricaturas grotescas, das frases convencionais e provérbios fazia trocadilhos, a partir do calendário cívico criou um calendário humorístico.

Dom Quixote reuniu intelectuais como Emílio de Meneses, Lima Barreto, José do Patrocínio Filho, Kalixto, Raul Pederneiras, Julião Machado, Storn, J. Carlos, Bambino, Seth e Yantok. Os editoriais eram frequentemente assinados por pseudônimos como D. Caixote, Duque-short, Don Xicote, Cavaleiro dos Espelhos, Sem Chupança ou Pancito.

Alzira Alves de Abreu

FONTE: VELLOSO, M. *Modernismo*.

DOMINGUES, MÁRIO

*dep. fed. PE 1924-1929; const. 1934; dep. fed. PE 1935-1937.

Mário Domingues da Silva nasceu em Amaraji (PE) no dia 17 de janeiro de 1885, filho de José Domingues da Silva e de Davina Araújo Domingues da Silva. Seu irmão José Domingues da Sila foi interventor em Pernambuco em 1946.

Estudou no Colégio Santa Cruz e no Ginásio Pernambucano, na capital do estado, antes de ingressar na Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em dezembro de 1907. Iniciou-se na política logo após formar-se, e em 1911 participou da campanha pela eleição do general Emídio Dantas Barreto para o governo de Pernambuco. Proprietário de engenhos em Amaraji e em Ribeirão (PE), elegeu-se duas vezes prefeito de Amaraji, em 1912 e em 1918. Durante sua permanência no cargo, promoveu a construção do Paço Municipal, de uma ponte sobre o rio Amaraji e de diversas estradas de rodagem.

Em 1918, elegeu-se também deputado à Câmara Estadual de Pernambuco, reelegendo-se em 1922. Participou da campanha da Reação Republicana, apoiando a candidatura derrotada de Nilo Peçanha à presidência da República em 1922, e nesse mesmo ano, na qualidade de presidente da Câmara estadual, assumiu interinamente o governo de Pernambuco devido à morte do governador do estado, José Bezerra. Ocupou o cargo por 40 dias, num período crítico para a política local e de ampla repercussão no plano nacional: a intervenção do governo federal na sucessão pernambucana, com uso de forças do Exército, gerou nos meios militares intensos protestos, que conduziram à Revolta de 5 de Julho de 1922. Além disso, como deputado estadual, foi secretário-geral, primeiro-secretário e membro da Comissão de Finanças da Câmara pernambucana.

Eleito senador estadual, deixou o Senado pernambucano, do qual era presidente, ao ser eleito deputado federal por Pernambuco. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados a partir de maio de 1924 e foi reeleito em 1927, com mandato até dezembro de 1929. Participou da campanha da Aliança Liberal e em seguida apoiou a Revolução de 1930.

Em maio de 1933, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco. Assumiu o mandato em novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos que resultaram na Constituição de 1934, e em outubro desse ano elegeu-se deputado federal por Pernambuco, ainda na legenda do PSD.

Constituinte até abril de 1935, no mês seguinte passou a deputado federal. Nesse período, integrou o grupo dissidente, liderado pelo então ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães, que se opunha ao interventor — e depois governador — pernambucano Carlos de Lima Cavalcanti. Perdeu seu mandato com o advento do Estado Novo (10/11/1937), que suprimiu todos os órgãos legislativos do país.

Morreu em Recife no dia 20 de julho de 1943.

Era casado com Inês Lima Domingues da Silva.

FONTES: *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados; Câm. Dep. seus componentes; Diário do Congresso Nacional; ENTREV. BIOG.;* GODINHO, V. *Constituintes; SILVA, H. 1889.*

DÓRIA, Meneses

*pres. PR 1894; dep. fed. PR 1906-1908.

João Meneses Dória nasceu em Paranaguá (PR) no dia 27 de outubro de 1857, filho de Luís Dória e de Adelaide de Meneses.

Fez os primeiros estudos em seu município natal, iniciou o secundário em Curitiba e concluiu-o no Rio de Janeiro, então capital do Império, onde também se formou em medicina. Em 1880 retornou ao Paraná e começou a clinicar, inicialmente em Ponta Grossa e depois em Curitiba.

Deflagrada a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul em fevereiro de 1893, desde logo apoiou os revolucionários “maragatos”, que se opunham ao presidente do estado e chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) Júlio de Castilhos. Com o avanço dos federalistas pelos estados de Santa Catarina e Paraná, assumiu o governo paranaense em 21 de janeiro de 1894, substituindo Teófilo Soares Gomes. Entre 24 de março e 3 de abril constou nominalmente como seu sucessor na presidência do estado Francisco José Cardoso Júnior. Com o término do confronto, deixou o país, só retornando do exílio depois de anistiado.

Após longo tempo afastado da política, em 1906 foi eleito deputado federal pelo Paraná e em maio do mesmo ano tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Permaneceu na Câmara até o término da legislatura, em dezembro de 1908.

Faleceu no Rio de Janeiro em 4 de dezembro de 1934.

Casou-se em primeiras núpcias com Delfina Machado Leal e anos mais tarde teve um segundo casamento.

Luciana Pinheiro

Fontes: ARQ. PUB. PARANÁ. Disponível em:
<<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10/10/2010; CASA CIVIL

PARANÁ. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10/10/2010; GOULART, M. *Coronelismo*.

DÓRIA, JOSÉ RODRIGUES DA COSTA

*dep. fed. SE 1897-1908; gov. SE 1908-1911; dep. fed. SE 1918-1920; const. 1934.

José Rodrigues da Costa Dória nasceu em Propriá (SE) no dia 25 de junho de 1859, filho de Gustavo Rodrigues da Costa Dória e de Maria Soledade Costa Dória.

Fez seus primeiros estudos no Ateneu Sergipense, em Aracaju, e mais tarde ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, diplomando-se em 1882. Exerceu a medicina em Laranjeiras (SE) até 1885, quando retornou à faculdade pela qual se formara para ocupar o cargo de professor-adjunto de medicina legal e toxicologia, disciplina da qual chegaria a ser catedrático. Nomeado em 1888 professor da cadeira de patologia médica, assumiu em 1892 a cátedra de botânica e zoologia na mesma faculdade. Com a organização, nessa época, da Faculdade Livre de Direito da Bahia, tornou-se também professor de medicina legal dessa instituição. Foi eleito conselheiro municipal de Salvador em 1896, e participou do Conselho Sanitário Superior da Bahia.

Em 1897 elegeu-se deputado federal por Sergipe na legenda do Partido Republicano Conservador, reelegendo-se em 1900, 1903 e 1906. Em julho de 1908 venceu, sem competidores, o pleito para a presidência do estado de Sergipe, sucedendo a Guilherme Campos. Tomou posse em outubro do mesmo ano, permanecendo no cargo até outubro de 1911, quando foi substituído por José de Siqueira Meneses.

Eleito pela oposição, em 1918 voltou a ocupar uma cadeira de deputado federal por seu estado. Quando das eleições presidenciais realizadas em abril de 1919 devido à morte de Francisco de Paula Rodrigues Alves, eleito em outubro do ano anterior, figurou como um dos signatários de manifesto dirigido “aos nossos amigos eleitores sergipanos”, que recomendava o nome de Rui Barbosa. Essa candidatura se opunha à de Eptácio Pessoa, que, apoiado em forças políticas regionais, venceu as eleições. Em junho de 1920 terminou seu mandato na Câmara.

Depois da Revolução de 1930, em maio de 1933 elegeu-se deputado por Sergipe à Assembleia Nacional Constituinte na legenda Liberdade e Civismo. Assumiu a cadeira em 15 de novembro do mesmo ano e participou dos trabalhos de elaboração da nova Carta Constitucional. Seu mandato encerrou-se em abril de 1935.

Foi sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sócio efetivo do

Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e sócio correspondente da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro.

Faleceu em Salvador no dia 14 de fevereiro de 1938.

Publicou, além de discursos e artigos na imprensa: *Das febres intermitentes complicadas do elemento tífico* (1882), *Afinidades patológicas entre o reumatismo, a gota e o diabetes* (1888).

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BITTENCOURT, L. *Homens* 1; BLAKE, A. *Diccionario*; CÂM. DEP. *Deputados*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; GUARANÁ, M. *Dic.*; WYNNE, J. *História*.

DÓRIA, Pedro

*dep. fed. SE 1909-1911.

Pedro Rodrigues da Costa Dória nasceu no município de Propriá (SE) em 5 de julho de 1866, filho de Gustavo Rodrigues da Costa Dória e de Maria da Soledade da Costa Dória.

Fez os estudos primários e secundários no colégio Dr. Ascendino Reis, em Aracaju. Mudou-se para a Bahia em 1885 e ingressou na Faculdade de Medicina em Salvador, concluindo o curso de farmácia em 1887. A partir de 1891 viveu em Limeira, no interior do estado de São Paulo, tendo sido nomeado suplente do juiz municipal. Atuou também na imprensa local como redator do jornal *Correio de Limeira*. Pouco depois, foi nomeado analisador químico da Inspetoria de Higiene de São Paulo, cargo do qual se exonerou para ocupar o de capitão cirurgião do Exército. Colaborou na redação do jornal *Gazeta de Piracicaba* em 1902. Em 1906, tornou-se presidente da Companhia Paulista de Drogas. Foi também presidente da Sociedade Auxílio das Famílias, com sede em Piracicaba, e presidente da Sociedade de Higiene no Estado de São Paulo.

Em 1909 foi eleito deputado federal por Sergipe e cumpriu o mandato até 1911.

Seu “Elixir Estomacal de Camomila e Caricina” obteve aprovação da Inspetoria Geral de Higiene Pública do Rio de Janeiro. Publicou *Crônicas e artigos de assuntos locais* (1902).

Pierre Fernandes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*.

DORNELLES, ARGEMIRO

*militar; rev. 1930; const. 1934.

Argemiro Dornelles nasceu em Encruzilhada (RS) no dia 3 de janeiro de 1887.

Sentou praça em abril de 1903 e cursou a Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo (RS). Aspirante a oficial em janeiro de 1909, foi classificado no Regimento de Infantaria de Porto Alegre e ali permaneceu até 1911. Em novembro desse ano foi promovido a segundo-tenente.

De 1912 a 1913 serviu no 16º Grupo de Artilharia a Cavalo, ainda em Porto Alegre, transferindo-se em seguida para o 3º Regimento de Artilharia Montada, em Cruz Alta (RS), no qual permaneceu até 1915. Ainda em 1915 serviu sucessivamente no 4º Regimento de Artilharia Montada e no 8º Grupo de Obuses, ambos em São Gabriel (RS). De volta ao 4º Regimento de Artilharia Montada em 1916, em novembro desse ano foi promovido a primeiro-tenente. Deixou a unidade em 1918, sendo transferido para o 5º Grupo de Obuses. No ano seguinte foi incorporado ao 2º Grupo de Obuses, sediado em Jundiaí (SP), e em setembro alcançou a patente de capitão. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1921, ingressando na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército.

De volta à tropa e ao Rio Grande do Sul em 1922, foi classificado no 3º Regimento de Artilharia Pesada e, no ano seguinte, durante a Revolução Gaúcha de 1923, serviu na 2ª Divisão de Cavalaria e no 13º Regimento de Cavalaria. Ainda em 1923, passou a integrar o 3º Grupo Independente de Artilharia Pesada, no qual permaneceu até 1930. Nesse período, combateu a Coluna Relâmpago, movimento sedicioso deflagrado no Rio Grande do Sul em novembro de 1926 sob o comando dos irmãos Alcides e Néelson Etchegoyen, tenentes do Exército.

Promovido a major por antiguidade em maio de 1930, integrou o estado-maior das forças militares envolvidas no movimento revolucionário de outubro do mesmo ano. Classificado no 1º Regimento de Artilharia Montada, no Distrito Federal, ainda em 1930 foi nomeado diretor do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Tenente-coronel em outubro de 1931, no ano seguinte combateu a Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Em fevereiro de 1933 foi promovido a coronel por merecimento e em maio elegeu-se deputado pelo Rio Grande do Sul à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do

Partido Republicano Liberal (PRL). Tomou posse em novembro e participou dos trabalhos constituintes até o dia 12 de março de 1934, quando renunciou ao mandato. Em seguida, no pleito de outubro do mesmo ano, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul. Assumiu o mandato em abril de 1935 e foi eleito primeiro-vice-presidente da Assembleia. Ainda em 1935, promulgada a Constituição gaúcha, retornou à direção do Arsenal de Guerra de Porto Alegre.

De 1936 a 1937, serviu no estado-maior da 3ª Divisão de Infantaria, sediada no Rio Grande do Sul. Transferido ainda em 1937 para o quartel-general da 9ª Região Militar, em Campo Grande — hoje capital de Mato Grosso do Sul —, tornou a servir na direção do Arsenal de Guerra de Porto Alegre de 1938 a 1940. Após servir na Diretoria de Material Bélico do Exército, no Rio de Janeiro, entre 1940 e 1941, retornou à direção do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, na qual permaneceu até passar para a reserva, em abril de 1942, com a patente de general de brigada.

Faleceu no Rio Grande do Sul em 1945.

Era casado com Edília Lopes de Almeida Dornelles, com quem teve seis filhos.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); CÂM. DEP. *Deputados*; INF. Nízia Leivas Otero; LAGO, L. *Generais*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; SILVA, H. 1935; SILVA, R. *Notas*.

DORNELLES, ERNESTO

*militar; rev. 1930; interv. RS 1943-1945; const. 1946; sen. RS 1946-1951; gov. RS 1951-1955; min. Agric. 1956.

Ernesto Dornelles nasceu em São Borja (RS) no dia 20 de setembro de 1897, filho do general Ernesto Francisco Dornelles e de Amélia Rodrigues Dornelles. Era primo de Getúlio Dornelles Vargas.

Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e em janeiro de 1918 sentou praça no Exército, ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em janeiro de 1921 foi declarado aspirante da arma de cavalaria e integrado ao Regimento de Cavalaria Divisionária. Em maio foi promovido a segundo-tenente. Em 1922 foi transferido para o 2º Regimento de Cavalaria Independente, em São Borja, e em setembro foi promovido a primeiro-tenente. Nos dois anos que se seguiram, cursou a Escola Provisória de Cavalaria.

Dornelles atuou junto às forças legalistas no combate à revolta que eclodiu no Rio Grande do Sul em outubro de 1924. Alguns dos chefes políticos gaúchos da oposição aderiram ao movimento, que era liderado por elementos tenentistas e vinculava-se à revolta paulista de 5 de julho anterior. Em 1925 cursou a Escola de Cavalaria do Distrito Federal e, nos três anos seguintes, foi aluno da Escola de Estado-Maior, também na capital do país. Em 1929, retornou à Escola de Cavalaria. Participou da Revolução de 1930 e, em abril do ano seguinte, foi promovido a capitão.

ATUAÇÃO EM MINAS GERAIS

Em setembro de 1933, com a morte de Olegário Maciel, presidente de Minas Gerais, Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, procurou aumentar seu controle sobre esse estado, o único que até então resistira à centralização, guardando uma autonomia garantida pela participação decisiva que seu governo tivera na Revolução de 1930.

Evitando beneficiar as correntes de prestígio na política mineira, lideradas por Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema — postulantes ao governo do estado —, em dezembro de 1933 Vargas indicou para substituir Olegário Maciel o nome politicamente inexpressivo de Benedito Valadares. O compromisso, assumido por este, de nomear Ernesto Dornelles

para comandante da Força Pública Mineira foi também um fator que, embora de modo secundário, influenciou na escolha do interventor. Dornelles, além do parentesco com Vargas, era cunhado de Valadares. Sua nomeação atenderia à pressão do Exército, cujo comando duvidava da lealdade do corpo de oficiais da Força Pública mineira. Dispondo-se a colocá-lo à frente da milícia estadual, o interventor concordava em submetê-la a um certo controle do Exército, muito embora limitasse esse controle ao uso de recursos federais relativos a equipamentos, uniformes e treinamento. No entanto, a impopularidade da solução dada à interventoria impediu seu titular de efetivar a posse de Dornelles.

Em fevereiro de 1934, elementos da Força Pública mineira procuraram o chefe do Estado-Maior do Exército, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, e revelaram seu descontentamento com o interventor. Declararam ainda preferir a nomeação de Dornelles ou a de outro oficial do Exército, já que a milícia mineira era a única a ser comandada por um civil, o secretário do Interior do estado. Ao ser pressionado por Góis Monteiro, Valadares alegou a necessidade de manter transitoriamente a situação, de modo a não se indispor com os corpos da administração estadual. Comentando o caso com Vargas, o general Pantaleão da Silva Pessoa, chefe da Casa Militar da Presidência, advertiu que a demora na nomeação de Ernesto Dornelles poderia ser indício da confiança que a Força Pública estaria dando a Valadares. Assim, este estaria tentando diminuir o controle federal. Durante o ano de 1934, Dornelles atuou apenas como instrutor da Força Pública mineira, mantendo-se ligado ao gabinete do secretário do Interior de Minas até 1935. Em janeiro de 1936, foi nomeado chefe de polícia de Minas Gerais. A partir de então, a Força Pública, embora ainda permanecesse como entidade militar autônoma, ficou totalmente sob a tutela do Exército.

Em outubro de 1937, um mês depois de Dornelles haver sido promovido a major, dois batalhões da milícia estadual foram federalizados. Às vésperas do golpe do Estado Novo (10/11/1937), Dornelles comandou uma das duas forças de bloqueio que garantiram o controle das estradas estratégicas de ligação com o Rio de Janeiro. Permaneceu na chefia de polícia de Minas Gerais até novembro de 1942. No fim desse ano, foi transferido para o gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Dutra. Aí serviu até 1943, ano em que, no mês de abril, foi promovido a tenente-coronel.

DA INTERVENTORIA GAÚCHA À CONSTITUINTE

Em setembro de 1943, o general Osvaldo Cordeiro de Farias, interventor no Rio Grande do Sul, manifestou a Vargas seu desejo de integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que naquele momento se aprestava para combater na Europa. Para substituí-lo, Vargas nomeou Ernesto Dornelles, que não tinha, na época, ligações com a política do estado. O presidente não fez aos líderes gaúchos qualquer tipo de consulta sobre tal indicação, e estes não esconderam seu descontentamento.

Dornelles tomou posse na interventoria gaúcha em 11 de setembro de 1943 e manteve o mesmo secretariado, à exceção de duas pastas. Com isso conseguiu, de certo modo, apaziguar a situação. Por outro lado, nomeando para a pasta do Interior Alberto Pasqualini, ex-libertador e adepto do regime democrático, obteve alguma boa vontade entre os antigetulistas. Durante seu governo no Rio Grande do Sul, procurou desenvolver uma atuação que amenizasse as dificuldades sociais, agravadas com o aumento do custo de vida decorrente da Segunda Guerra Mundial. Para subsidiar essa política, decretou o aumento dos impostos estaduais sobre a venda de mercadorias.

Em 1945, com o início da constitucionalização do país e com a criação de novos partidos, Ernesto Dornelles foi um dos responsáveis pela formação do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Sul. Em abril desse ano, o PSD lançou a candidatura do general Eurico Dutra à presidência da República. Em 29 de outubro, quando os partidos se achavam em plena campanha eleitoral, um movimento militar chefiado pelo ministro da Guerra, general Góis Monteiro, depôs Getúlio Vargas e entregou o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Linhares. Em consequência, no dia 1º de novembro Dornelles foi substituído na interventoria gaúcha pelo desembargador Samuel Silva.

No pleito para a Assembleia Nacional Constituinte realizado a 2 de dezembro de 1945, Ernesto Dornelles foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul na legenda do PSD. Iniciados em 5 de fevereiro de 1946, os trabalhos da Assembleia se estenderam até 18 de setembro, quando a nova Constituição foi promulgada e a Constituinte transformada em Congresso ordinário. Dias mais tarde, Dornelles foi promovido a coronel. Em outubro de 1947, votou no Senado contra o projeto de cassação dos parlamentares comunistas, depois de ter feito,

juntamente com Joaquim Pedro Salgado Filho, violentos discursos criticando a proposta. Esta, no entanto, foi aprovada. Ao longo do ano de 1948, Dornelles participou da Comissão das Forças Armadas e da Comissão de Viação e Obras Públicas.

Em novembro de 1949, teve início a campanha para as eleições de 1950. Nessa ocasião, alguns dos diretórios regionais do PSD divergiram da direção nacional do partido. No Rio Grande do Sul, enquanto uma das correntes pessedistas contestava a autoridade de Nereu Ramos, presidente do PSD, para falar em nome do partido durante as articulações, outra criticava a interferência de Dutra nesses entendimentos. Tal situação acabou por levar Nereu Ramos à renúncia. Depois disso, Ernesto Dornelles passou a integrar a chamada “ala autonomista” do PSD, de início favorável à candidatura de Nereu à presidência da República e, posteriormente, à de Vargas. Em abril de 1950, chegou a ser cogitado o lançamento de seu nome como candidato, hipótese logo abandonada, pois Dornelles não contava com o apoio da ala dutrista do PSD. No mês seguinte, foi transferido para a reserva.

NO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL

Em fins de julho de 1950, Salgado Filho, candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ao governo do Rio Grande do Sul, faleceu num desastre aéreo quando realizava sua campanha eleitoral pelo interior do estado. Getúlio Vargas, presidente honorário do PTB, convidou então Ernesto Dornelles para concorrer no lugar de Salgado Filho. Dornelles aceitou e, no pleito de 3 de outubro de 1950, venceu Cilon Rosa, candidato do PSD. Sua eleição foi em grande parte facilitada pela hesitação com que o diretório regional pessedista atuou, admitindo, até as vésperas do pleito, a hipótese de acordos e combinações.

Dornelles tomou posse em 31 de janeiro de 1951 e rejeitou a idéia de um secretariado multipartidário, organizando uma equipe totalmente trabalhista na qual incluiu, entre outros, João Goulart, Antônio Brochado da Rocha e, posteriormente, Leonel Brizola. Em agosto de 1951, foi promovido na reserva a general de brigada. Durante sua gestão no governo do Rio Grande do Sul, enfatizou o prosseguimento das obras no campo da energia elétrica, setor em que foram realizadas importantes construções. Procurou também reduzir o crescente índice inflacionário, principalmente em relação ao custo dos produtos essenciais

à alimentação. Para isso criou, por intermédio da Secretaria de Agricultura, um órgão regulador do comércio e dos preços, cujos resultados, no entanto, ficaram abaixo das expectativas governamentais. Permaneceu no governo do Rio Grande do Sul até o final de seu mandato, em 31 de janeiro de 1955.

MINISTRO DA AGRICULTURA

Em fins de 1955, com a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente para a presidência e a vice-presidência da República, Ernesto Dornelles foi convidado para o Ministério da Agricultura. Sua indicação resultava do acordo político, feito para as eleições, entre o PSD e o PTB, segundo o qual ficavam destinadas a este último partido as pastas da Agricultura e do Trabalho.

Tomou posse em 31 de janeiro de 1956. Durante sua breve gestão, o ministério procurou expandir a mecanização agrícola, tendo sido instituído um grupo de trabalho que apresentou sugestões sobre comércio, financiamento e importação de máquinas e implementos agrícolas. Em agosto de 1956, após estudos da Comissão de Financiamento da Produção, foram garantidos preços mínimos para os produtos de subsistência, de forma a proteger o agricultor e evitar a elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

A gestão de Dornelles foi responsável também pela mudança na orientação dada à política de financiamento das atividades rurais. Até então, o crédito especializado vinha sendo concedido quase exclusivamente pelas entidades públicas. Visando a estender o financiamento à produção agropecuária, o governo procurou meios de estimular a rede bancária privada.

Em meados de 1956, Kubitschek decidiu dar nova orientação ao Ministério da Agricultura. Para isso, tornava-se necessária a substituição de Dornelles por alguém mais capaz de promover a reestruturação do setor agrícola. Desse modo, o presidente lhe ofereceu o cargo de membro do conselho administrativo da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), criada a 22 de setembro de 1956 e encarregada da construção de Brasília. Tendo aceito a nova função, Ernesto Dornelles apresentou seu pedido de demissão do ministério, aprovado em 27 de setembro. Foi substituído pelo pessedista gaúcho Mário Meneghetti, cuja nomeação foi o primeiro ato presidencial assinado no lugar em que seria construída a capital federal.

Em agosto de 1962, Ernesto Dornelles tornou-se conselheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), cargo em que permaneceu até a morte.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 30 de julho de 1964.

Era casado com Fabíola Pinto Dornelles.

Deixou publicados vários discursos parlamentares.

FONTES: CORRESP. GOV. EST. RS; CORRESP. MIN. TRAB.; CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, A. *Brasil; Diário do Congresso Nacional; Encic. Mirador*; FERREIRA FILHO, A. *História*; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; GALVÃO, F. *Fechamento*; GUERRA FILHO, R. *Ministério*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; KUBITSCHKE, J. *Meu* (3); MACEDO, R. *Efemérides*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1950 e 1956); PEIXOTO, A. *Getúlio*; PRES. REP. *Diário*; PRES. REP. *Resenha*; QUADROS, J.; ARINOS, A. *História; Quem é quem no Brasil.*; SENADO. *Relação*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, R. *Notas*; SILVEIRA, J. *Nova*; SOUSA, J. *Índice*; VILAS BOAS, P. *Notas*; WIRTH, J. *Minas*; YOUNG, J. *Brasil*.

DOUTRINA DRAGO

No dia 29 de dezembro de 1902, o ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Luis María Drago, enviou ao representante de seu país nos Estados Unidos, Martin Garcia Merou, um texto de cujo teor se extraía o posicionamento de Buenos Aires em relação à desinteligência entre Venezuela, de um lado, e Grã-Bretanha, Alemanha e Itália, de outro. O texto, que deveria ser encaminhado ao Departamento de Estado, se tornaria conhecido como a Doutrina Drago.

ORIGENS, PRINCÍPIOS E APLICAÇÃO

O desentendimento entre a Venezuela e os três países europeus originou-se do descumprimento por parte de Caracas do pagamento de sua dívida externa. A resposta da Alemanha e da Grã-Bretanha – e posteriormente da Itália – foi estabelecer um bloqueio naval à Venezuela. Diferentemente do que ocorreu em outros países, a repercussão do bloqueio naval na imprensa da Argentina foi significativa. Durante vários dias, os jornais dedicaram-lhe bastante espaço.

De início, a chancelaria argentina cogitou a possibilidade de que a nota por ela preparada pudesse ser conjunta com o Brasil e com o Chile. No entanto, isso foi posto de lado, porque a própria Casa Rosada ponderou que sua iniciativa poderia ser interpretada como uma forma de preponderância regional. Além do mais, seria possível que o Brasil não apoiasse a iniciativa, por pagar sempre em dia os seus débitos.

Em sua exposição, Drago pontificava sobre os aspectos em função dos quais a ação dos países europeus seria imoral e também ilegal, à vista da Doutrina Monroe, estabelecida em 1823 pelos Estados Unidos. Tomando-a como ponto de partida, Drago ponderava que a ausência de pagamento dos serviços da dívida externa por países latino-americanos não podia ensejar punição militar nem ocupação territorial por potências europeias. Basicamente, essa síntese se tornaria o enunciado da doutrina. O próprio Drago acreditou anos depois, em um momento em que os Estados Unidos também já se haviam tornado uma potência imperialista, que a doutrina que recebeu seu nome seria o corolário financeiro da Doutrina Monroe.

À primeira vista, a Doutrina Drago pode ser vista como uma reação ideológica à movimentação neocolonial ou imperialista da Europa no continente americano. O temor de uma nova tentativa de conquista territorial à força, ou de toda sorte de intervenção por parte de potências europeias, gerou a necessidade de reiterar a soberania da região. Saliente-se que a hostilidade entre a Venezuela e os países europeus era mais antiga. Em 1895, Caracas

e Londres haviam entrado em disputa por razões lindeiras que remontavam a várias décadas. Em 1840, a Grã-Bretanha propusera à Venezuela a demarcação definitiva da fronteira de uma de suas colônias, a Guiana Inglesa. A proposta foi conhecida como linha Schomburgk, nome do diplomata britânico lotado na época no país. O território em litígio tinha tanto valor estratégico – a foz do rio Orinoco – como econômico – a descoberta de ouro na região. Sem chegar a um acordo ao longo de anos, a Venezuela terminaria por romper relações com a Grã-Bretanha em 1887. Nesse ínterim, por diversas vezes, o país havia solicitado o apoio dos Estados Unidos, invocando de maneira infrutífera Doutrina Monroe.

Em 1895, no entanto, a sorte da Venezuela se alterou, ao contratar um ex-diplomata americano que havia servido durante alguns anos em Caracas. Vinculado ao Partido Republicano, o ex-diplomata conseguiu mobilizar o apoio de parlamentares do partido para que a disputa fosse resolvida por meio do arbitramento, de forma que não houvesse a violação do conteúdo da Doutrina Monroe. A mobilização chegou à Casa Branca. De lá, o presidente Grover Cleveland, conquanto democrata, sensibilizou-se com a questão e contactou a Grã-Bretanha, com o objetivo de verificar se ela aceitaria o encaminhamento da pendência pelo arbitramento. A Grã-Bretanha demorou a responder, o que levou o governo americano a enviar uma expedição à região para verificar a questão. Em outubro de 1899, a comissão posicionou-se favoravelmente à linha demarcatória invocada pelos britânicos. Ainda assim, a iniciativa de Washington teve repercussão favorável no continente.

No entanto, constata-se que o posicionamento norte-americano já tinha raízes mais longínquas. Até 1866, os Estados Unidos aceitavam o emprego da força por potências europeias no continente americano, desde que não implicasse incorporações territoriais ou alteração do regime político, isto é, a passagem de república para monarquia, como havia sido o caso do México em 1864, com a subida ao trono de um príncipe da família Habsburgo. Washington recusou-se a reconhecer o governo monarquista mexicano, implementado com o apoio da França de Napoleão III, mas não pôde ir além disso, em função de sua guerra civil. Outro aspecto a chamar a atenção naquele período foi o crescente poderio naval das potências europeias, que lhes permitia exercer a sua política neocolonial/imperialista com crescente desembaraço na África, Ásia e América Latina. O entrelaçamento dos dois aspectos por parte da Europa – o direito de intervenção e o desenvolvimento de uma marinha de guerra – alterou progressivamente a política externa norte-americana para a América Latina, com nova valorização da Doutrina Monroe.

O efeito mais importante dessa mudança refletiu-se na organização e patrocínio das Conferências Pan-Americanas a partir de 1889. No ano seguinte, a publicação de *The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783* pelo então capitão de mar e guerra Alfred

Thayer Mahan reforçaria a necessidade de modificação da atuação norte-americana na região. Assim, haveria o imperativo de o país desenvolver seu poderio naval, cujo impacto se manifestaria favoravelmente pela primeira vez na Guerra Hispano-Americana, em 1898. Dessa forma, após a virada do século, os Estados Unidos sentiram-se desenvolvidos para atuar na América Latina, sob a invocação da Doutrina Monroe.

A nova crise entre a Venezuela e países europeus, em 1902, não havia decorrido de uma questão lindeira, e sim de uma questão financeira. O presidente Cipriano Castro, que estava no poder desde maio de 1899 graças a um golpe de Estado, estava à testa de um governo considerado ineficiente e corrupto. Desde 1901, ao não receber o pagamento de um empréstimo efetivado ao país, a Alemanha havia proposto a mediação, rejeitada de pronto pela Venezuela. Em dezembro daquele mesmo ano, Berlim comunicou a Caracas sua intenção de bloquear navalmente o país. Caso o pagamento não fosse materializado, as alfândegas seriam ocupadas até o encerramento da dívida. Logo depois, a Grã-Bretanha aderiria ao posicionamento da Alemanha.

Em 8 de dezembro de 1902 os dois países romperam relações com a Venezuela e no dia seguinte comunicaram o envio de navios de guerra para o estabelecimento do bloqueio. Duas canhoneiras venezuelanas seriam afundadas por um cruzador alemão. Diante das circunstâncias, o Departamento de Estado contactou o representante germânico no país e propôs a arbitragem. Em janeiro do ano seguinte, a Itália juntou-se à Alemanha e à Grã-Bretanha e a crise recrudesceu. Em fevereiro, porém, a Venezuela aceitou a arbitragem. A frota europeia retirou-se do litoral venezuelano em 17 de fevereiro de 1903, encerrando dessa forma o bloqueio. Um navio norte-americano permaneceu na costa do país até o final de abril.

Destaque-se que credores de outras nacionalidades como norte-americanos, mexicanos, espanhóis, franceses, holandeses, suecos, entre outros, haviam reclamado da postura da Venezuela quanto ao pagamento de suas dívidas. Contudo, em fevereiro de 1904, a Corte Permanente de Arbitragem de Haia tratou apenas do pleito dos países bloqueadores e decidiu em seu favor.

Embora a Doutrina Drago não tenha, a princípio, contribuído para a solução da crise, ela foi um importante sinal de reconhecimento da alteração do poder na política internacional. A Argentina não se dirigiu à Grã-Bretanha – líder do sistema internacional – para promover o encaminhamento da questão, mas à potência emergente, os Estados Unidos. De todo modo, sua doutrina foi original em seu teor, ao aprimorar, de certa maneira, o conteúdo da Doutrina Monroe a partir de uma perspectiva regional.

Em agosto de 1906, o teor da Doutrina Drago foi bastante debatido na Conferência Pan-Americana realizada no Rio de Janeiro. Nela, deliberou-se que o assunto deveria ser

debatido em Haia, de forma que se proporcionassem os meios para que os desentendimentos acerca de dívidas entre países fossem resolvidos do modo menos violento possível.

Em 1907, Drago foi um dos quatro delegados argentinos que compareceram à II Conferência de Paz, em Haia. Nela, a delegação norte-americana propôs sua incorporação ao ordenamento internacional, mas de maneira modificada, ao instituir que a utilização de força poderia ser feita, desde que o país devedor se recusasse a submeter-se à arbitragem, ou, sendo esta aceita, tumultuasse as negociações, ou, por último, não aceitasse cumprir a decisão. Além do mais, a proposta estadunidense não se referia à dívida pública, mas a débitos de maneira geral. Com pequenas adaptações, ela seria aprovada em 27 de julho de 1907 e, desse modo, incorporada ao direito internacional.

Virgílio Arraes

FONTES: DRAGO, L. *Grounds* (v.4, p.988-1000); DRAGO, L.; NETTLES, H. *Drago* (v.8, p.204-223); ROOT, E. *Real* (v.8, p.427-442); SHEPERD, W. *Monroe* (v.39, p.35-66); SICHES, L. *Pensamiento* (v.6, p.85-121).

DRUMOND, Albertino Ferreira

*dep. fed. MG 1918-1920 e 1927-1929.

Albertino Ferreira Drumond nasceu em Santana dos Ferros, atual Ferros (MG), filho de José Manuel Ferreira Drumond, coronel da Guarda Nacional, e de Leopoldina Procópio de Noronha Lage.

Estudou humanidades no Colégio do Caraça, e em 1911 concluiu o curso na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Depois de formado retornou ao município natal, onde exerceu a advocacia e foi um dos fundadores da Escola Normal.

Ingressou na política filiando-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM), em cuja legenda foi eleito deputado federal na legislatura de 1918 a 1920. Ao final do mandato, ocupou a vaga de Augusto Glória Ferreira Alves no Senado estadual na legislatura de 1919 a 1922. Foi reeleito senador estadual para a legislatura de 1923 a 1926, mas não chegou a completar o mandato, pois renunciou para assumir novamente uma cadeira de deputado federal na Câmara dos Deputados na legislatura 1927-1929.

Faleceu em Belo Horizonte em 1º de abril de 1935.

Foi casado com Maria de Lourdes Brant Drumond. Atuaram na política seu filho José Bolívar Drumond e seu cunhado Norberto da Costa Lage.

Vanessa Lana

FONTES:CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MONTEIRO, N. *Dicionário* .

DRUMOND, Francisco

*dep. fed. BA 1909-1911.

Francisco Luis da Costa Drumond nasceu em Salvador no dia 2 de maio de 1870, filho de José Ricardo da Costa Drumond e de Maria José Corte Imperial.

Concluiu os estudos de humanidades em Salvador, onde também fez os preparatórios no Liceu Provincial da Bahia, e ingressou na Faculdade de Direito do Recife, pela qual se diplomou em 1892. Foi promotor público na comarca de Caruaru (PE), organizador e diretor da Biblioteca Municipal da Salvador, secretário da Intendência de Salvador, juiz preparador da comarca de Porto Seguro e delegado regional da zona sul do estado da Bahia.

Iniciou a carreira política elegendo-se deputado à Assembleia Legislativa da Bahia para a legislatura 1897-1898, na vaga surgida com a renúncia de Manuel Adalberto de Oliveira Guimarães, que foi eleito deputado federal. Obteve sucesso eleitoral incomum, ao reeleger-se sucessivamente para mais três legislaturas, sempre concorrendo pelo 1º distrito, a capital. Alçou vôo mais alto ao eleger-se para a Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então capital da República, para a legislatura 1909-1911.

Correligionário de J. J. Seabra, além de fiel admirador, era membro do Partido Republicano Democrata da Bahia (PRD). Estava no exercício do cargo de diretor da Biblioteca Pública do Estado, para o qual havia sido nomeado pelo próprio Seabra, quando se deu a ascensão do grupo político liderado pelos irmãos Francisco, Antônio e Miguel Calmon, em 1924, e a consequente derrocada do grupo seabrista. Foi então exonerado pelo novo governador, Francisco Marques de Góis Calmon (1924-1928).

Faleceu em Salvador no dia 6 de maio de 1924.

Casou-se com Josefina Montenegro Drumond, irmã de Tomás Garcez Paranhos Montenegro, que foi deputado provincial, deputado federal (1894-1896, 1909-1911 e 1918-1920) e desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia. Do casamento teve quatro filhos.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2, p. 214); BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); *Diário de Notícias* (6/5/1924). A morte de um velho político; *Democrata* (8/5/1924). Dr. Francisco Drumond; MELLO, A. *Cartilha*; SAMPAIO, C. *Partidos*; SANTOS, M. *Sinopse*.

DRUMOND, João Antônio da Silveira

* dep. fed. MG 1900-1902.

João Antônio da Silveira Drumond nasceu no município de Itabira (MG) em uma importante família de cafeicultores que dominou por anos o cenário político do município. Nela se destacou o poeta Carlos Drummond de Andrade.

Ingressou na política ao ser eleito deputado federal por Minas Gerais em 1900. Tomou posse em 10 de maio desse mesmo ano e permaneceu na Câmara dos Deputados até 31 de dezembro de 1902, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu em Belo Horizonte.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. MG. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em: 7/8/2010; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; Genealogia Brasileira. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; NOGUEIRA, G. *Genealogias*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

DUARTE, DIOCLÉCIO DANTAS

*dep. fed. RN 1927-1930; interv. RN 1945; const. 1946; dep. fed. RN 1946-1951, 1952-1953, 1954 e 1955.

Dioclécio Dantas Duarte nasceu em Natal no dia 16 de outubro de 1894, filho de Dioclécio Duarte e de Isabel Estela Dantas Duarte, descendente de tradicional família de políticos e proprietários rurais.

Cursou o primário no Colégio Diocesano de Natal e o secundário no Ateneu Norte-Rio-Grandense, também na capital do estado. Em seguida transferiu-se para Pernambuco, iniciando o curso universitário e tornando-se colaborador em diversos jornais e revistas literárias. Ainda acadêmico, organizou e dirigiu a Imprensa Oficial de Pernambuco a convite do governador Manuel Borba. Em 1918 bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife.

De volta a seu estado natal ainda em 1918, elegeu-se deputado estadual na legenda do Partido Republicano Federal (PRF) do Rio Grande do Norte e assumiu a liderança da bancada do partido na Assembleia Legislativa. Nessa época, dirigiu o jornal *A República*, de Natal, órgão oficial do PRF. Interrompeu o mandato em dezembro de 1920 para secretariar o senador e ex-governador do Rio Grande do Norte, Joaquim Ferreira Chaves, que assumira naquele mês a pasta da Marinha. Continuou assessorando Ferreira Chaves quando este passou à chefia do Ministério da Justiça em setembro de 1921. No final de 1922 foi transferido para o Ministério das Relações Exteriores, sendo designado para servir no consulado do Brasil em Bremen, na Alemanha. Na Europa, fez várias conferências de caráter científico e econômico em centros universitários.

Convocado pelo Partido Republicano (PR) do Rio Grande do Norte para candidatar-se mais uma vez à Assembleia Legislativa, retornou ao Brasil e elegeu-se deputado estadual na legenda da agremiação em 1924. Durante a legislatura participou dos trabalhos de redação da nova Constituição estadual, promulgada em agosto de 1926. No início de 1927 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte e em maio iniciou o mandato, tornando-se membro da Comissão Interparlamentar da Câmara e representando o Brasil na Conferência Interparlamentar de Comércio, realizada em Berlim, na Alemanha. Reeleito em março de 1930, exerceu o mandato até outubro, quando da vitória do movimento revolucionário que

depôs o presidente Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder.

Com a reconstitucionalização do país, em outubro de 1934 candidatou-se a deputado estadual no Rio Grande do Norte na legenda do Partido Popular (PP), mas não conseguiu se eleger. No decorrer dos 11 anos que se seguiram, ocupou diversos cargos administrativos e de direção nos setores público e privado.

Nomeado secretário de Georgino Alves Avelino, empossado como interventor federal no Rio Grande do Norte em agosto de 1945, assumiu interinamente a interventoria em 28 de outubro do mesmo ano. No dia seguinte Getúlio Vargas foi deposto por um golpe de Estado liderado pelos generais Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, e a chefia do governo foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares. Em 3 de novembro, Dioclécio Duarte deixou a interventoria, sendo substituído por Miguel Seabra Fagundes.

No pleito de dezembro de 1945 foi eleito deputado pelo Rio Grande do Norte à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumiu sua cadeira em fevereiro de 1946, participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer mandato ordinário, integrando a Comissão de Finanças da Câmara. Tentou reeleger-se em outubro de 1950 na legenda da Aliança Democrática, coligação formada pelo PSD, pelo Partido Social Progressista (PSP) e pelo Partido Republicano (PR), mas obteve uma suplência. Deixou a Câmara em janeiro de 1951, mas a ela retornou por diversas vezes no decorrer da legislatura que se seguiu: entre setembro e dezembro de 1951, de dezembro de 1952 a março de 1953, entre setembro e dezembro de 1953 e entre janeiro e junho de 1954. No pleito de outubro desse último ano voltou a concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados pelo Rio Grande do Norte na legenda do PR, e obteve novamente uma suplência. Voltou a exercer o mandato de março a julho e de agosto a novembro de 1955.

Nomeado em dezembro de 1955 para a presidência do Instituto Nacional do Sal (INS), do qual já fora conselheiro técnico — e que em maio de 1957 passaria a se chamar Instituto Brasileiro do Sal (IBS) —, permaneceu nesse cargo até março de 1961.

Foi ainda presidente do Banco Aliança do Rio de Janeiro e do Banco Central-Mercantil, diretor-fundador da revista de crítica literária *Leitura*, redator e colaborador dos jornais cariocas *Diário de Notícias*, *Diário da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *A Manhã* e *Rio Jornal*,

entre outros. Foi também membro da Sociedade Brasileira de Agricultura, da Liga de Defesa Nacional, da Associação Brasileira de Imprensa, da Asociación Internacional de Prensa e da Associação Brasileira de Municípios, entre outras.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 22 de dezembro de 1975.

Era casado com Laura de Magalhães Duarte, com quem teve duas filhas.

Publicou *Para os que ficam...* (1918), *Uma página do Brasil* (1919), *Problemas contemporâneos* (1921), *Estudos de economia brasileira* (1929), *A indústria extrativa do sal na economia do Brasil* (1942), *O sal na economia do Brasil* (1943), *O cooperativismo, Nizi, Brasil compra e vende, Como exerci o meu mandato, A função social das universidades e Discursos e conferências*.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (1946-1967); CASCUDO, L. *História*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CORTÉS, C. *Homens*; *Diário do Congresso Nacional*; *Grande encic. Delta*; MENESES, R. *Dicionário*; POPPINO, R. *Federal*; *Quem é quem no Brasil*; SENADO. *Endereços*; SILVA, R. *Bacharéis*; VAITSMAN, M. *Sangue*; WANDERLEY, N. *História*.

DUARTE, Feliciano de Lima

* dep. fed. MG 1894-1896.

Feliciano de Lima Duarte nasceu em Barbacena (MG), filho de Feliciano Coelho Duarte, de família de tradição na política mineira. Seu avô José Rodrigues de Lima Duarte, o visconde de Lima Duarte, foi deputado geral de 1851 até 1884 e presidente da Câmara dos Deputados do Império entre os anos de 1882 a 1884. Seu pai foi deputado e senador no Império.

Formou-se em 1880 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Ingressou na política ao ser eleito deputado federal por Minas Gerais na segunda legislatura republicana. Assim, tomou posse em 3 de maio de 1894 e permaneceu na Câmara até 31 de dezembro de 1896.

Faleceu em Minas Gerais.

Uma de suas filhas casou-se com João Nogueira Penido, deputado e chefe republicano no município de Juiz de Fora (MG).

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. MG. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em: 7/8/2010; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; CÂM. DEP. *Visconde de Lima Duarte*. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/internet/infDoc/HistoriaPreservacao/Presidentes/PresImprio.htm> >. Acesso em: 9/8/2010; COSTA, J. *Toponímia*; FAC. MED. BAHIA. *Levantamento nominal dos formados de 1812 a 2008*. Disponível em: < http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com_docman >. Acesso em: 9/8/2010; FONSECA, L. *Medicina*; GONDIM, J. *História*; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); SANTA CASA JF. *A história do doutor João Nogueira Penido*. Disponível em: < http://www.santacasajf.org.br/vernoticias.php?codigo_noticia=1138911815 >. Acesso em: 9/8/2010; SILVA, J. *Penidos*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*; Wikipédia. *Presidentes da Câmara dos deputados*. Disponível em: < http://wapedia.mobi/pt/anexo:lista_de_presidentes_da_camara_dos_deputados_do_Brasil >. Acesso em: 9/8/2010.

DUARTE, Francisco de Paula Belfort

*dep. geral MA 1867-1870; junta gov. MA 1889.

Francisco de Paula Belfort Duarte iniciou sua vida política ainda no Império como deputado geral pela província do Maranhão entre 1867 e 1870.

Defensor da causa republicana, após a proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889, integrou a primeira junta governativa do Maranhão, que assumiu o poder em 18 de novembro. A junta era presidida pelo tenente-coronel João Luís Tavares e integrada ainda pelo capitão-tenente Cândido Floriano da Costa Barreto, pelo tenente Augusto Frutuoso Monteiro da Silva, pelo capitão João Lourenço da Silva Milanez, pelo tenente-coronel Francisco Xavier de Carvalho e pelo civil José Francisco de Viveiros. Foi substituída em 17 de dezembro seguinte pelo presidente nomeado Pedro Augusto Tavares Júnior, que, em uma de suas primeiras medidas, dissolveu a Câmara Municipal de São Luís e, em seu lugar, criou a Junta Municipal para gerir negócios e interesses do município. Francisco de Paula Belfort Duarte presidiu a nova junta, composta também por Augusto Olímpio Gomes de Castro, José da Silva Maia, Manuel Bernardino da Costa Rodrigues e Joaquim de Sousa Andrade. Depois disso, mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde ocupou o cargo de redator de debates do Senado Federal.

No campo jornalístico, colaborou com os periódicos *A Tribuna* e *O Liberal* e dirigiu *O Publicador Maranhense* e *O Globo*.

Alan Carneiro/Raimundo Helio Lopes

FONTES: Culturatura. Disponível em:
<<http://www.culturatura.com.br/estados/ma/governos.htm>>. Acesso em: 3/10/2008;
MARQUES, C. *Dicionário*.

DUARTE, João Gonçalves

* min. Mar. 1894.

João Gonçalves Duarte nasceu em Porto Alegre (RS) no dia 19 de abril de 1836, filho de Antônio Gonçalves e de Senhorinha Pereira de Oliveira.

Ainda jovem ingressou na Marinha, tornando-se aspirante a guarda-marinha em 15 de março e guarda-marinha em 16 de novembro de 1854. Promovido a segundo-tenente em 22 de setembro de 1857, a primeiro-tenente em 2 de dezembro de 1860 e a capitão-tenente em 21 de janeiro de 1867, teve participação destacada na Guerra do Paraguai (1864-1870), que foi o conflito externo de maior repercussão na América do Sul, não só pela mobilização e perda de homens, mas também por seus aspectos políticos e financeiros. O confronto entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai representou de fato um divisor de águas para a história desses países. No caso argentino e uruguaio, a guerra influenciou a consolidação de seus respectivos Estados nacionais. Para o Paraguai, o conflito deflagrou uma enorme crise econômica e social, tornando a economia paraguaia um satélite da economia da Argentina. Já para o Brasil, a Guerra do Paraguai representou o apogeu da força militar brasileira, mas, paradoxalmente, acirrou as contradições da monarquia.

Por sua atuação na Guerra do Paraguai, João Gonçalves Duarte foi condecorado com as medalhas da Campanha Geral do Paraguai, do Mérito Militar, da Campanha Oriental e do Combate do Riachuelo. Seria ainda condecorado com as comendas de cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz, cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro e oficial da Ordem da Rosa.

Em 7 de dezembro de 1878 foi promovido a capitão de fragata. Detinha essa patente quando, no dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis derrubou o Império e proclamou a República no Brasil. Dois meses depois, em 8 de janeiro de 1890, ainda durante o governo provisório de Deodoro, foi promovido a capitão de mar e guerra. Já no

governo de Floriano Peixoto (1891-1894) foi promovido a contra-almirante, em 7 de abril de 1892, e a vice-almirante, em 11 de setembro de 1893.

No último ano do governo Floriano, em 2 de julho de 1894, foi nomeado ministro da Marinha, mas só tomou posse em 1º de setembro. Enquanto esteve ausente do Rio de Janeiro, Bibiano Sérgio Macedo Costallat ocupou interinamente o cargo. Durante sua gestão, foram criadas Escolas de Aprendizes-Marinheiros nos estados de Alagoas e Sergipe. Permaneceu no ministério até 15 de novembro de 1894, quando tomaram posse o terceiro presidente da República brasileira, Prudente de Moraes (1894-1898), e o novo ministro da Marinha, Elisiário José Barbosa. Em 22 de abril de 1902, foi transferido para a reserva.

Durante sua longa carreira militar, comandou o vapor *Maracanã*, a canhoneira *Mearim*, o transporte *Leopoldina*, as canhoneiras *Iguatemi* e *Henrique Martins*, os encouraçados *Bahia*, *Pavari* e *Riachuelo*, o rebocador *Lima Duarte* e o cruzador *Almirante Tamandaré*. Comandou também as forças navais da província do Rio Grande do Sul e do Norte, as capitâncias dos Portos das províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, da capital federal e do estado do Rio de Janeiro, as flotilhas do Alto Uruguai, do Rio Grande do Sul e do Amazonas, o Corpo de Marinheiros Nacionais e a 1ª Divisão Naval, além de ter dirigido a Praticagem da Barra do Rio Grande do Sul. Foi ainda vice-inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e vice-presidente do Conselho Naval.

Faleceu em 22 de dezembro de 1913.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, 2); BIO. MIN. MAR. REP; DORATIOTO, F. *Maldita*; MUS. IMP. Disponível em: <www.museuimperial.gov.br>.

DUARTE, José Antônio

*dep. fed. AL 1900-1902.

José Antônio Duarte nasceu em 1865.

Ingressou na política ao ser eleito deputado estadual em Alagoas em 1894. Exerceu seu mandato na Assembleia Legislativa do estado até 1896. Em 5 de agosto de 1897 foi admitido como sócio do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas (IAGA) e no governo de Manuel José Duarte (1897-1899) foi secretário do Interior.

Em 1900 foi eleito deputado federal por Alagoas e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Permaneceu Câmara até dezembro de 1902, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura.

Faleceu em 1919. Publicou *Relatório que ao governador do estado de Alagoas Dr. Manuel José Duarte apresenta o secretário do Interior José Antônio Duarte, no dia 31 de Março de 1899*.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. A B C *das Alagoas* (v.2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

DUARTE, Manuel José

*gov. AL 1897-1899; sen. AL 1900-1908.

Manuel José Duarte nasceu em Maceió no dia 6 de abril de 1859, filho de Antônio José Duarte da Silva Braga e de Maria Margarida da Rocha Duarte Braga.

Estudou no Colégio Pinheiro (RJ) e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império. Em 1880 passou a clinicar em Maceió, tornando-se diretor de enfermagem e, posteriormente, provedor da Santa Casa de Misericórdia (1900-1905). Como tal, dirigiu a construção do Asilo de Mendicidade. Alcançou renome como clínico e foi ainda professor de física e ciências naturais no Liceu de Alagoas.

Dois anos após a proclamação da República (15/11/1889), foi eleito senador constituinte estadual em Alagoas. Assumindo o mandato em 1891, renovou-o até 1898 e chegou a presidente do Senado Estadual. Assumiu o governo do estado em 12 de junho de 1897, sucedendo a Manuel Gomes Ribeiro, e dois anos depois, em 17 de junho de 1899, renunciou para se candidatar ao Senado, sendo substituído pelo vice-governador Francisco Manuel dos Santos Pacheco. Em seu governo ampliaram-se os serviços da Empresa Telefônica de Alagoas, iniciou-se a construção do Teatro 16 de Setembro, então no centro da praça Deodoro, instalou-se uma agência do Banco de Pernambuco e tentou-se, sem muito êxito, a exploração da plantação da seringueira. Presidente do diretório do Partido Republicano Federal (PRF) de Alagoas, viu o partido se cindir, com a criação de um agrupamento que se denominou Concentração, de oposição ao governo.

Exerceu o mandato no Senado Federal de 1900 a 1908.

Foi sócio do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas (IAGA) e redator do jornal *A Tribuna*.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de junho de 1914.

Publicou *Operações reclamadas pelos cálculos vesicais* (dissertação, 1877), *Do aborto criminoso* (tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1877), *Do organismo*, *Do sangue* (tese de doutorado, 1878), *Discurso pronunciado em 12 de junho de*

1899 pelo dr. Manuel José Duarte na ocasião de renunciar ao cargo de governador do estado de Alagoas (1899) e Obrigatoriedade da vacinação e revacinação. Discurso do senador federal Manuel José Duarte (1904).

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas* (v.2); DUARTE, M. *Mensagem*.

DUARTE, Manuel

*dep. fed. RJ 1924-1926; sen. RJ 1927; pres. RJ 1927-1930.

Manuel de Matos Duarte Silva nasceu em Rio Bonito (RJ) no dia 1º de novembro de 1877, filho de Cândido Alves Duarte Silva e de Henriqueta Augusta de Matos e Silva.

Desde muito jovem dedicou-se ao jornalismo e trabalhou em muitos jornais do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ingressou na política em 1911, quando da reorganização do Legislativo fluminense, após a eleição de Francisco Chaves de Oliveira Botelho como sucessor do presidente estadual Alfredo Backer (1906-1910). Esse pleito foi marcado pelo rompimento político entre Backer e o então presidente da República Nilo Peçanha (1909-1910). O Executivo estadual defendeu a candidatura de Manuel Edwiges Queirós Viana, enquanto Nilo Peçanha apoiou a de Oliveira Botelho. O antagonismo entre as duas facções culminou com a divisão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) em duas, uma backerista e outra nilista, tendo cada qual proclamado a eleição de seu candidato em 10 de julho de 1910. Depois de um complicado processo político, com a interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) e o envio de tropas do governo federal, Oliveira Botelho foi reconhecido presidente do estado (1910-1914), tendo a aprovação do novo presidente da República, Hermes da Fonseca (1910-1914). Em 3 de agosto de 1911, o Legislativo fluminense foi reorganizado, quando o Congresso Nacional reconheceu a Assembleia Legislativa nilista, pondo fim à divisão surgida durante as eleições.

Com essa reconfiguração, foram escolhidos novos deputados estaduais e Manuel Queiroz foi eleito na legenda do Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF). Foi reeleito em 1913, pelo 1º distrito eleitoral, com 6.577 votos, e durante seus anos na ALERJ defendeu o governo de Oliveira Botelho. Na sucessão estadual de 1914, apoiou Feliciano Sodré, candidato do PRCF, que concorreu contra Nilo Peçanha, que havia rompido com o governo estadual e lançado sua própria candidatura.

Durante a campanha eleitoral, Oliveira Botelho convocou a ALERJ para uma sessão extraordinária, na qual pretendia derrubar a mesa diretora da casa, composta por políticos

nilistas. Diante da ameaça, a oposição solicitou um *habeas-corpus* preventivo junto ao STF que, ao ser concedido em 6 de junho de 1914, provocou a divisão da Assembleia em dois grupos: um nilista, apoiado pelo STF, e outro botelhista, sustentado pelos governos estadual e federal, e do qual fazia parte Manuel Duarte. Enquanto o primeiro buscava continuar a atividade legislativa, o segundo recusava-se a participar. No dia 21 do mesmo mês, quando os nilistas conseguiram um quórum de 23 deputados para formar a sessão, os botelhistas reuniram-se em local diferente, formando-se duas assembleias legislativas, a exemplo das eleições estaduais de 1910.

Depois do pleito de 12 de julho de 1914, os dois candidatos se declararam vencedores e foram reconhecidos pelas respectivas assembleias. Em outubro, ainda como presidente da República, Hermes da Fonseca enviou mensagem à Câmara dos Deputados criticando a decisão do STF na disputa eleitoral fluminense. Tal fato foi encarado como uma tentativa do presidente, apoiado por Pinheiro Machado, senador gaúcho (1890-1915) e um dos principais nomes da política nacional, de intervir no estado do Rio de Janeiro, mas como Hermes da Fonseca estava nos últimos dias do seu governo, a Câmara não aprovou a intervenção. Em 16 de dezembro o STF homologou outro *habeas-corpus* garantindo a eleição de Nilo Peçanha para o seu segundo mandato como presidente do Rio de Janeiro (1914-1917). Entretanto, a contenda só foi resolvida quando o recém-empossado presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) assegurou a posse de Nilo Peçanha e colocou tropas à disposição do juiz federal do estado.

Com o início do novo governo de Nilo Peçanha, e a reabertura dos trabalhos legislativos da ALERJ, em julho de 1915, Manuel Duarte passou à oposição ao governo, juntamente com o grupo botelhista. Em dezembro, candidatou-se a mais uma reeleição, mas não foi vitorioso, pois os nilistas elegeram todos os seus candidatos, derrotando a oposição. Depois dessa derrota, continuou sua carreira jornalística e permaneceu fiel ao grupo político liderado por Oliveira Botelho, atuando na oposição aos governos nilistas de Francisco Guimarães (1917), Agnelo Gerard Collet (1917-1918) e Raul Veiga (1918-1922).

Em 1919, a oposição ao nilismo fortaleceu-se após a vitória de Epiácio Pessoa (1919-1922) no pleito presidencial. Como Nilo Peçanha apoiou o candidato derrotado Rui Barbosa, a oposição estadual ganhou mais espaço político e teve mais força e recursos eleitorais, liderada, principalmente, por Feliciano Sodré e Oliveira Botelho. Nas eleições legislativas de 18 de dezembro de 1921, Manuel Duarte candidatou-se a uma vaga na ALERJ na chapa dos oposicionistas, concentrada na legenda do PRF, já que desde 1920, Nilo Peçanha e seus aliados tinham passado a utilizar a sigla do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ). Realizada a apuração, foram declarados vitoriosos apenas os candidatos nilistas. Os oposicionistas não reconheceram a derrota, alegando fraude das juntas apuradoras, controladas pelo governo. Em março de 1922, o nilismo sofreu mais um forte abalo, com a derrota de Nilo Peçanha para a presidência da República, pela chapa da Reação Republicana, e a vitória de Artur Bernardes (1922-1926). Depois dos sucessivos reveses na esfera federal, o nilismo entrou em derrocada. Com essa nova conjuntura Feliciano Sodré concorreu novamente à presidência do estado, apoiado por Oliveira Botelho, contra o candidato nilista Raul Fernandes, nas eleições realizadas em 9 de julho de 1922.

O pleito realizado em 9 de julho foi marcado pelo estado de sítio decretado no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal devido à revolta irrompida em 5 de julho na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana. O movimento, que envolveu também a guarnição de Mato Grosso e iniciou o ciclo das revoltas tenentistas da década de 1920, foi deflagrado em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo Epiácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca.

Realizada a apuração, ambas as chapas concorrentes ao pleito, alegando fraude na contagem de votos do oponente, proclamaram eleitos os seus candidatos. A oposição nilista, derrotada no pleito de dezembro anterior, pretendia comparecer à seção de reconhecimento e rebelar-se contra a diplomação dos novos parlamentares. Tentando evitar essa manifestação, no dia 17 as forças situacionistas colocaram tropas da polícia no prédio

da ALERJ para impedir o ingresso de seus opositores, entre eles Manuel Duarte. Diante dessa proibição, os oposicionistas ocuparam o prédio da Câmara Municipal de Niterói e formaram outra Assembleia, declarando-se o verdadeiro Poder Legislativo estadual. Como o reconhecimento do presidente do estado era da competência da Assembleia, a dualidade de assembleias ensejou a dualidade de governos. Como temiam que o novo presidente Artur Bernardes decretasse a intervenção federal no estado do Rio, os nilistas apresentaram ao STF um pedido de *habeas-corpus* que assegurasse a posse de seu candidato. Atendido o pedido, Raul Fernandes foi investido na presidência do estado, recebendo o cargo de Raul Veiga, no dia 31 de dezembro de 1922. Entretanto, Feliciano Sodré também foi empossado por “sua” assembleia no mesmo dia. Logo depois, com a cobertura do governo federal, os partidários de Feliciano Sodré depuseram prefeitos adversários e fecharam câmaras municipais sob o controle dos nilistas. Enquanto isso acontecia, a Polícia Militar se recolheu aos quartéis, declarando só acatar ordens do governo central. Alegando a duplicidade de poderes no Rio de Janeiro, Artur Bernardes decretou a intervenção federal no estado, entregando o Executivo fluminense a Aureliano Leal em 10 de janeiro de 1923. O interventor anulou as eleições legislativas de dezembro de 1921 e a executiva de julho de 1922, marcando outras para o dia 28 de outubro de 1923.

Nesse pleito, Manuel Duarte foi eleito deputado estadual pelo 5º distrito eleitoral, assim como toda a chapa do PRF, com 5.111 votos. Também nessa data Feliciano Sodré foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro (1923-1927). Manuel Duarte renunciou ao seu mandato na ALERJ em 17 de fevereiro de 1924, pois foi eleito deputado federal. Na Câmara dos Deputados foi líder da bancada fluminense e um dos principais nomes do PRF na esfera federal. No início de 1926, lançou seu nome para a sucessão presidencial estadual, com o apoio de seu partido e de Feliciano Sodré. Além da situação, parte da oposição nilista, cada vez mais fraca desde a morte de Nilo Peçanha em 31 de maio de 1924, apoiou sua candidatura. Esse grupo foi chamado nesse momento de “nilistas acordistas” e se autodesignou “membros dissidentes do PRRJ”. Em fevereiro de 1927, buscando fortalecer ainda mais seu nome na política fluminense, Manuel Duarte foi eleito senador. Assumiu

sua cadeira em maio e nos poucos meses em que esteve no Senado Federal foi membro da Comissão de Finanças e relator do orçamento dos ministérios da Marinha e da Fazenda. Nas eleições para o governo do estado, realizadas em abril, teve a ampla maioria dos votos e em 23 de dezembro de 1927 assumiu a presidência estadual, renunciando ao mandato de senador. Para sua vaga no Senado, foi eleito o antigo presidente estadual Feliciano Sodré (1928-1930).

Durante seu governo, na esfera estadual, buscou fortalecer a aliança com os “nilistas acordistas”. Para tanto, participou pessoalmente das homenagens realizadas por ocasião do quarto ano de morte de Nilo Peçanha e vetou o aumento de 50% nas passagens das barcas Rio-Niterói. As manifestações populares com esse veto foram noticiadas na imprensa como demonstrações de apoio ao seu governo. No setor econômico, assim como seu antecessor, apoiou a política nacional de valorização do café, mas, com crise econômica de 1929, passou a demonstrar a necessidade de diversificação agrícola do estado. No campo político federal, reiterou o apoio do PRF ao presidente Washington Luís (1926-1930), o que garantiu à bancada federal fluminense 13 representantes nas 12 comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Nas eleições federais de março de 1930 foi contrário à Aliança Liberal, apoiou a chapa oficial formada por Júlio Prestes e Vital Soares e trabalhou na eleição de todos os candidatos do PRF ao Congresso Nacional. Com o início do movimento revolucionário de 3 de outubro, manteve-se fiel a Washington Luís e, com a deposição deste, foi destituído do poder estadual pelo tenente-coronel Demétrio Barbosa.

Em 1934 voltou a atuar no PRF, quando surgiram disputas pela direção do partido relacionadas à eleição da comissão executiva e à formulação de um novo programa partidário. Nesse embate, pertencia a uma facção, também composta por Acúrcio Torres, Galdino do Vale Filho e Miguel de Carvalho, que defendia a total reformulação do partido e a elaboração de um novo programa adequado às condições do país. Foi derrotado pelo grupo liderado por Oliveira Botelho e depois dessa derrota interna desligou-se do PRF e fundou no mês de maio o Partido Evolucionista do Rio de Janeiro.

Nas eleições de outubro de 1934 para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia

Constituinte estadual, sua agremiação elegeu um deputado federal, Acúrcio Torres, e dois deputados estaduais. Na campanha pela sucessão presidencial em 1937, o Partido Evolucionista sustentou a candidatura de José Américo de Almeida, mas foi extinto junto com os demais partidos do país com a instituição do Estado Novo.

No campo jornalístico, foi redator do *Correio da Manhã* e *Jornal do Comércio* e redator-chefe de *A Imprensa*. Também colaborou com *O País*, *Século* e *A Notícia*, dirigiu os periódicos *A Tribuna*, *A Ilustração Brasileira*, *O Malho* e *Leitura para todos*, e foi um dos fundadores da *Folha da Noite*.

Faleceu no dia 14 de maio de 1944.

Foi casado em primeiras núpcias com Jesuína Gertrudes de Andrade e posteriormente com Berenice César Vale.

Publicou *Carlos Peixoto e o seu presidencialismo*, *Os alemães em Santa Catarina*, *Pinheiro Machado*, e *Quintino Bocaiúva*, *Silva Jardim* e *Benjamin Constant*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ASSEMB. LEGISL. RJ. *Anais* (1911-1914, 1923-1924); ASSEMB. LEGISL. RJ. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975/manuel_duarte.html>.

Acesso em: 28/3/2011; BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>. Acesso em: 28/3/2011; FERREIRA, M. *Busca*; LACOMBE, L. *Chefes*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

DUARTE, PAULO

*jornalista; rev. 1930; rev. 1932.

Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro Duarte nasceu na cidade de São Paulo no dia 17 de novembro de 1899, filho de Hermínio de Monteiro Duarte e de Jovina Junqueira Duarte.

Estudou no Instituto Champagnat e no Ginásio São Bento, em sua cidade natal, no Colégio dos Irmãos Maristas, em Franca (SP), e, de volta à capital paulista, no Externato Pereira Barreto. Em 1919 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo e começou a trabalhar no jornal *O Estado de S. Paulo* como revisor, passando depois a repórter e, mais tarde, a redator-chefe.

Ainda em 1919, com o lançamento da candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, iniciou suas atividades políticas participando ativamente da campanha eleitoral. Por essa mesma época firmou sua posição contra as oligarquias políticas que então dominavam o país, destacando-se nos meios acadêmicos como defensor da instituição do voto secreto. Em 1922, embora não fosse literariamente um vanguardista, tornou-se um dos incentivadores da Semana de Arte Moderna de São Paulo.

Em julho de 1924 apoiou a revolta de caráter tenentista chefiada por Isidoro Dias Lopes, que ocupou a capital paulista por três semanas. Na ocasião atuou como emissário de José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo, junto a Carlos de Campos, presidente do estado de São Paulo, para propor um armistício e uma anistia aos revoltosos. Como tal proposta não encontrasse acolhida junto às forças legalistas, Paulo Duarte foi incumbido de levar esse resultado a Isidoro Dias Lopes, que, a partir daí, resolveu abandonar a cidade para evitar os prejuízos que a continuação dos bombardeios causaria à população de São Paulo.

Ainda em 1924, após algumas interrupções, bacharelou-se em direito. Em 1926, participou da fundação do Partido Democrático (PD) de São Paulo, que vinha se contrapor ao predomínio absoluto do Partido Republicano Paulista (PRP) na política do estado. Algum tempo depois passou a trabalhar no jornal *Diário Nacional*, órgão oficial do novo partido.

Em 1929, com o início das articulações relativas à sucessão do presidente Washington Luís, a ser decidida nas eleições de março de 1930, participou da organização da Aliança Liberal em São Paulo, dando seu apoio ao lançamento da candidatura oposicionista de Getúlio

Vargas. Uma vez iniciada a campanha eleitoral, participou da caravana de Vargas que percorreu o Brasil, tendo destacada atuação na articulação da ida de Vargas a São Paulo.

A REVOLUÇÃO DE 1930

Derrotado o candidato aliancista por meios que os partidários de Vargas consideraram fraudulentos, Paulo Duarte se engajou nas articulações revolucionárias com o objetivo de impedir a posse do candidato eleito Júlio Prestes. Deflagrada a revolução, chefiou um grupo cujo objetivo era atacar o palácio do governo paulista. Contudo, esse ataque não se efetivou em virtude de sua prisão e de outros companheiros responsáveis pela operação. Com a deposição de Washington Luís em 24 de outubro de 1930 e a vitória do movimento revolucionário, apoiou o estabelecimento do governo provisório instituído com a posse de Vargas em 3 de novembro seguinte, bem como a indicação do tenente João Alberto de Lins de Barros para a interventoria paulista. Foi também escolhido por Vicente Rao, então nomeado chefe de polícia, para o cargo de delegado civil da Delegacia Revolucionária de Ordem Política e Social.

Esse apoio de Paulo Duarte aos ideais revolucionários teve, contudo, duração efêmera, devido às divergências crescentes entre o interventor e os tradicionais grupos políticos paulistas, inclusive os que participaram da revolução, como o PD. Em dezembro de 1930, Vicente Rao foi destituído da chefia de polícia sob a acusação de manter uma atuação “pautada por certo espírito de partidarismo que o tornava incompatível com o cargo”. Um dia depois, todos os integrantes do secretariado decidiram demitir-se em solidariedade a Vicente Rao, encerrando o chamado “governo dos 40 dias”. Nesse momento, Paulo Duarte afastou-se do cargo de delegado civil da Delegacia Revolucionária de Ordem Política e Social, engajando-se a seguir nos grupos paulistas de oposição ao interventor e ao governo federal.

Em maio de 1931 participou da fundação da Liga de Defesa Paulista, que tinha como objetivo lutar pela autonomia de São Paulo e, ao mesmo tempo, abafar dissídios e ressentimentos provenientes de antigas lutas partidárias. Dentro dessa perspectiva, defendeu o rompimento do PD com o governo provisório em janeiro de 1932, e apoiou a Frente Única Paulista (FUP), criada em fevereiro seguinte. Formada com a união do Partido

Republicano Paulista (PRP) e do PD, a FUP pretendia enfrentar o governo federal para restabelecer a autonomia do estado e promover a imediata reconstitucionalização do país.

A REVOLUÇÃO DE 1932

Deflagrada a Revolução Constitucionalista em 9 de julho de 1932, Paulo Duarte atuou como um dos organizadores do movimento, combatendo no vale do Paraíba, onde comandou um trem blindado que funcionava como cobertura móvel para as manobras da 2ª Divisão de Infantaria em operações. No final de setembro de 1932, quando foi negociado o armistício para pôr fim à revolta, pronunciou-se contrário a tal procedimento, pois era adepto da continuação da luta. Fiel a esse ponto de vista, tentou, juntamente com Euclides Figueiredo, convencer os oficiais a continuar combatendo. Com a assinatura do armistício em 2 de outubro seguinte e a derrota da Revolução Constitucionalista, foi preso e enviado para a Casa de Correção do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde ficou detido por três meses até embarcar exilado no navio *Siqueira Campos* com destino a Portugal. A seguir, fixou residência na França.

Em agosto de 1933, com a nomeação de Armando Sales para a interventoria paulista, regressou do exílio e voltou a colaborar em *O Estado de S. Paulo*. Nessa mesma ocasião participou, ao lado de Júlio de Mesquita Filho, da criação e da organização da Universidade de São Paulo, sendo o responsável pela escolha de professores franceses para integrar os quadros da universidade. No ano seguinte foi convidado pelo prefeito da cidade de São Paulo, Fábio Prado, para chefe do seu gabinete. No exercício desse cargo promoveu várias medidas de caráter trabalhista visando a dar certas garantias aos trabalhadores e desempenhou importante papel na organização de um programa cultural que levou à criação de um departamento de cultura para o município.

Ainda em outubro de 1934 elegeu-se, na legenda do Partido Constitucionalista, deputado à Assembleia Constituinte estadual. Assumiu o mandato em 1935 e como deputado apresentou vários projetos que visavam à publicação de documentos históricos e melhorias na área cultural. Também em 1935 liderou em São Paulo um grupo moderado que se opôs à Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de tendência fascista encabeçada por Plínio Salgado. Nas eleições presidenciais previstas para 1938, apoiou e participou ativamente da campanha do candidato Armando Sales. Com a implantação do Estado Novo em novembro

de 1937, porém, as eleições foram canceladas e todos os órgãos legislativos do país suprimidos. Paulo Duarte perdeu então sua cadeira na Assembleia Legislativa, passando a combater o regime recém-estabelecido.

No início de 1938 participou de várias reuniões com elementos não integralistas envolvidos na tentativa de golpe promovida pela AIB em maio daquele ano, visando a derrubar o governo. Dois meses mais tarde, escreveu à Associação Paulista de Imprensa protestando contra a prisão de três jornalistas e desencadeando com isso uma briga com o presidente da entidade, Guilherme de Figueiredo, a quem acusou de traidor de São Paulo. Em agosto do mesmo ano escreveu a Francisco Campos protestando contra a censura feita a um artigo seu sobre a Penitenciária de São Paulo, publicado em *O Estado de S. Paulo*.

Em virtude dessas atitudes, Paulo Duarte foi preso inúmeras vezes. Sem deixar-se intimidar, em novembro de 1938 enviou uma carta ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, denunciando a existência de infiltração nazista no Brasil. Como consequência, recebeu do Ministério da Justiça uma notificação para deixar o país e viajou em seguida para a Europa. Instalado em Paris, tornou-se correspondente de *O Estado de S. Paulo*, e foi também convidado por Paul Rivet para trabalhar no Museu do Homem, onde chefiou um dos departamentos de antropologia. Paralelamente, realizou vários cursos sobre pré-história americana, demonstrando grande interesse pelo estudo das jazidas do período neolítico existentes no Brasil.

Durante sua estada na França manteve sua atuação política de combate ao Estado Novo, conseguindo assim obter informações e documentos que revelavam os programas de Hitler com relação à América Latina, nos quais estava incluída a ocupação de parte da Amazônia. De posse desses dados, embarcou clandestinamente para o Brasil em julho de 1939 com o objetivo de apresentá-los ao ministro da Guerra, Eurico Dutra, alertá-lo para os riscos de invasão que corriam as terras brasileiras desocupadas e conclamá-lo a promover um golpe de Estado que depusesse Vargas, em virtude de suas simpatias pelas forças nazistas. O resultado desse encontro não surtiu os resultados desejados, e Paulo Duarte quase foi detido em Santos (SP) quando partia com destino a Buenos Aires.

De volta à França, permaneceu pouco tempo nesse país devido à sua ocupação pelas tropas alemãs em junho de 1940. Embarcou em seguida para os Estados Unidos, onde procurou vários empregos sem êxito, em virtude das pressões feitas contra ele pelo governo

brasileiro, até conseguir fixar-se no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque. Durante sua estada nesse país continuou sua luta em defesa dos ideais democráticos, denunciando o regime ditatorial vigente no Brasil e acusando várias autoridades brasileiras de serem simpáticas ao nazismo e de recorrerem a torturas nas prisões. Através de seus artigos em algumas publicações norte-americanas, como *The Nation* e *Free World*, acusou o Departamento de Estado dos EUA e alguns jornais de demonstrar má vontade para com os exilados brasileiros.

Durante o ano de 1943, por intermédio de um instituto norte-americano, viajou à Europa para fazer conferências em vários países e sofreu pressões políticas por parte da ditadura salazarista em Portugal. Em agosto do ano seguinte, com a libertação da França, tentou voltar a Paris, mas teve sua saída obstada pelo Departamento de Estado norte-americano sob a alegação de que, sendo inimigo do governo brasileiro — que, desde 1942, declarara guerra aos países do Eixo —, era também inimigo da causa aliada. Só conseguindo deixar os Estados Unidos graças ao visto concedido pelo Departamento de Guerra, voltou a Paris e aí reiniciou seu trabalho com Paul Rivet no Museu do Homem.

Com a queda do Estado Novo, regressou ao Brasil em outubro de 1945 e reassumiu suas funções como redator-chefe de *O Estado de S. Paulo* e como professor na Faculdade de Filosofia da USP. Aí, com o auxílio de Paul Rivet, tentou criar um Museu do Homem no Brasil, chegando a organizar uma comissão de pesquisa com vistas a preservar as jazidas neolíticas brasileiras. Em 1950 deixou o cargo de redator-chefe de *O Estado de S. Paulo*, permanecendo apenas como colaborador até a década de 1970. Ainda em 1950, lançou a revista *Anhembi*, que desempenhou um papel de liderança na cultura brasileira entre 1950 e 1960, publicando artigos de literatura, antropologia, sociologia e história assinados por autores nacionais e estrangeiros. A publicação foi extinta em 1962.

Paulo Duarte manifestou-se contrário ao movimento político-militar de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart, chegando posteriormente a ser detido sob suspeita de conspiração contra o novo regime. Em 1969, com base no Ato Institucional nº 5, editado em 13 de dezembro de 1968, teve seus direitos políticos cassados e foi aposentado do cargo de professor da USP.

Colaborador da revista *Maquis*, foi secretário-geral do Instituto Francês de Altos Estudos Brasileiros, com sede no Museu do Homem de Paris, consultor jurídico da Prefeitura

Municipal de São Paulo, presidente da Sociedade Paulista de Escritores e diretor da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.

Faleceu na cidade de São Paulo em 23 de março de 1984.

Era casado, em segundas núpcias, com Joanita Prats Duarte. Teve uma filha.

O arquivo de Paulo Duarte e sua biblioteca foram incorporados ao acervo de história da Universidade Estadual de Campinas.

Além de inúmeros artigos escritos sob o pseudônimo de Alfeu Caniço, Caniço Filho, Gabica Dinis e Tuté Borba, publicou: *Sob as arcadas* (1927), *Agora nós* (1927), *Crônica de um lustro acadêmico* (1927), *Versos de Trilussa* (1928), *Que é que há?* (1931), *Pequena história de uma grande pirataria* (1931), *Um conluio imoral* (1934), *Contra o vandalismo e o extermínio* (1936), *Contra os donos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (1938), *Variações sobre a gastronomia* (1942), *Língua brasileira* (1942), *Prisão, exílio, luta* (1946), *Palmares pelo avesso* (1947) e *Memórias* (10 v., 1974-1980).

Marieta de Moraes Ferreira

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CORREIA, A. *Rebelião*; DUARTE, P. *Prisão*; ENTREV. BIOG.; *Estado de S. Paulo* (24/3/1984, 2/8/1985); FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Jornal do Brasil* (14/12/1974, 13/5/1977, 25/6/1979, 24, 25/3/1984); LEITE, A. *História*; LEVINE, R. *Vargas; Maquis*; MELO, L. *Dicionário*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1932; *Veja* (28/3/1984).

DUARTE, SAMUEL

*jornalista; rev. 1930; dep. fed. PB 1935-1937; interv. PB 1945; const. 1946; dep. fed. PB 1946-1954.

Samuel Vital Duarte nasceu em Alagoa Nova (PB) no dia 10 de dezembro de 1904, filho de Joaquim José Duarte, proprietário agrícola, e de Cosima Pereira Duarte.

Fez o curso primário no Colégio Diocesano Pio X na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, e em 1916 iniciou o curso de humanidades no Seminário da Paraíba, concluindo-o em 1921. No ano seguinte tornou-se revisor do jornal *A União*, órgão oficial do estado, e em 1924, após prestar concurso, foi admitido como auxiliar dos Correios. Nesse mesmo ano, como o curso do seminário não fosse reconhecido, ingressou no Liceu Paraibano para repetir humanidades, diplomando-se em 1926.

Matriculando-se mais tarde na Faculdade de Direito do Recife, ainda estudante participou do movimento da Aliança Liberal, que em 1929 promoveu as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa — então presidente da Paraíba — respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. Após a derrota da chapa aliancista nas eleições de março de 1930 e o assassinato de João Pessoa em julho seguinte, participou da revolução que em outubro depôs o presidente Washington Luís (1926-1930). Lutando nas tropas lideradas por Agildo Barata, tomou parte nas operações que resultaram na deposição dos governos de Alagoas, Sergipe e Bahia. Em 1931 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais e assumiu a direção do jornal *A União*. A partir de 1933 passou a ensinar português e francês no Liceu Paraibano.

No pleito de outubro de 1934, elegeu-se deputado federal pela Paraíba na legenda do Partido Progressista. Ocupando sua cadeira na Câmara em maio do ano seguinte, tornou-se primeiro-secretário da comissão executiva de seu partido. Teve o mandato interrompido em 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo fechou os órgãos legislativos do país. Nesse mesmo ano foi nomeado advogado do Banco do Brasil em Recife, passando a fazer parte do contencioso da instituição.

Durante a interventoria de Rui Carneiro na Paraíba (1940-1945) ocupou o cargo de secretário do Interior e Segurança Pública, e em várias ocasiões substituiu interinamente o interventor. Nesse período empreendeu a construção da Penitenciária Agrícola de

Mangabeira, do Manicômio Judiciário e do Centro de Reeducação Social destinado às mulheres delinquentes. Com a demissão de Rui Carneiro, foi nomeado interventor no estado em 27 de outubro de 1945. Dois dias depois, contudo, o presidente Getúlio Vargas foi deposto, chegando ao fim o Estado Novo. Assim como os demais interventores, foi destituído, passando o governo do estado ao desembargador Severino Montenegro no dia 3 de novembro.

Em dezembro de 1945, com a redemocratização do país, elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte pela Paraíba na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumindo sua cadeira em fevereiro do ano seguinte, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário. Durante a legislatura presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e foi relator do projeto de estatuto dos funcionários públicos civis da união. Em março de 1947 assumiu a presidência da Câmara dos Deputados em virtude do impasse criado pela disputa entre as bancadas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo o primeiro representante da Paraíba a ocupar o cargo. Em março de 1949, transmitiu-o a Carlos Cirilo Júnior.

Reeleito deputado federal em outubro de 1950 na legenda da Coligação Democrática Paraibana, formada pelo PSD e o Partido Libertador, renunciou em janeiro de 1954 por ter sido nomeado avaliador dos Feitos da Fazenda. Ainda nesse ano tornou-se titular de um cartório no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Em 1959 passou a exercer as funções de assistente do gabinete do ministro do Trabalho Fernando Nóbrega, que o designou representante do órgão no conselho executivo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). No ano seguinte assumiu a diretoria da Carteira Agrícola do Banco do Brasil para a zona norte do país, deixando o cargo após a vitória do movimento político-militar de 31 de março de 1964 que depôs o presidente João Goulart (1961-1964). De 1967 a 1969 foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e, durante sua gestão, contribuiu para a criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Em fins de 1979 apoiou, em telegrama ao senador Tancredo Neves, a criação do Partido Popular (PP).

Além de ter exercido a advocacia, colaborou como jornalista no *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Folha de S. Paulo*, *Era Nova* e *O Combate*. Foi membro da Academia Paraibana de Letras e da Federação das Academias de Letras do Brasil.

Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de dezembro de 1979.

Era casado com Adelina Castro Pinto Duarte, com quem teve três filhos.

FONTES: *Almanaque da Paraíba*; AUDRÁ, A. *Bancada*; *Boletim da Bib. Câm. Dep.* (14); *Boletim Min. Trab.* (5 /1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (1946-1967); CÂM. DEP. *Presidentes*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; *Diário do Congresso Nacional*; ENTREV. BIOG.; GALVÃO, F. *Fechamento*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Brasil* (14/12/1979); NÓBREGA, A. *Chefes*; *Personalidades*; PINTO, L. *Fundamentos*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, G. *Constituinte*.

DUMONT, Santos

*inventor, cientista, aeronauta.

Alberto Santos Dumont nasceu no sítio de Cabangu, localizado próximo à cidade de Palmira, hoje Santos Dumont (MG), no dia 20 de julho de 1873, sexto filho do casal Henrique Dumont e Francisca de Paula Santos Dumont, ele descendente de franceses, formado pela École Centrale des Arts et Manufactures, e ela, filha do comendador Paula Santos.

Após um breve período em Casal, município de Valença (RJ), Henrique Dumont adquiriu em 1879 a fazenda de Arindeúva, que recebeu o nome de fazenda Dumont, próximo à cidade de Ribeirão Preto (SP), e passou a se dedicar à cafeicultura. Abandonando a mão de obra escrava e contratando colonos imigrantes italianos, preocupou-se em mecanizar o processo de tratamento e transporte dos grãos. Aí o menino Alberto aprendeu a ler com sua irmã Virgínia. De 1883 a 1885 estudou no Colégio Culto à Ciência, em Campinas (SP), e posteriormente em dois colégios da capital paulista: o Instituto Kopke e o Colégio Morton. Chegou a se matricular na Escola de Minas de Ouro Preto (MG), mas não a cursou. Manifestava particular interesse pelos processos de mecanização da agricultura e tinha um conhecimento profundo do funcionamento das diversas máquinas. Na década de 1880 já conduzia as locomotivas *Baldwin*, que faziam o percurso de cerca de 30 km do ramal Dumont e eram utilizadas para o transporte dos grãos. Em 1888 viu a ascensão de um balão esférico em São Paulo.

Em 1891, Henrique Dumont sofreu um acidente de graves consequências. Hemiplégico, decidiu vender a fazenda por 12 mil contos para a Companhia Melhoramentos – no ano seguinte a fazenda seria vendida para um grupo inglês e passaria a se chamar Dumont Coffee Company. Distribuiu dois terços do dinheiro da venda entre os filhos e, para obter um tratamento mais adequado, viajou para Paris em abril, levando o filho Alberto. Antes de retornarem em novembro, o jovem Santos Dumont viu pela primeira vez nessa viagem um motor a explosão. Em 12 de fevereiro de 1892 foi emancipado pelo pai e em maio seguiu

para Paris a fim de completar os estudos. O pai, que o acompanhava, teve que voltar para o Brasil antes de chegar à França e faleceu no Rio de Janeiro no dia 30 de agosto.

NOS CÉUS DE PARIS

Em Paris, seguindo a orientação do pai, Santos Dumont estudou física, química, mecânica e eletricidade com um preceptor de origem espanhola, o professor Garcia. Em dezembro chegou ao Rio de Janeiro, mas já em janeiro do ano seguinte retornou a Paris. No período de 1892 a 1896 aprendeu com o professor Garcia e chegou a estudar por um breve período na Universidade de Bristol, na Inglaterra. Durante esse tempo de formação interessou-se pelos automóveis, novidade na época, e tentou realizar um voo em balão, sem, contudo, concretizar seu desejo. Em 1897 visitou o Brasil por breve período e, quando de seu retorno a Paris, inventou um motor a explosão de cilindros superpostos de 3,5 CV a partir de um motor Dion-Bouton, que seria útil em seus trabalhos futuros no campo da aeronáutica.

Ainda em 1897 travou contato com Henri Lachambre (1846-1904) e seu sobrinho, o mecânico Alexis Machuron (1871-1901), os principais construtores de balões da época, que mantinham o Atelier Lachambre no Parque de Vaugirard, em Paris. Esse contato possibilitou que aprendesse a arte do voo em balão esférico. Realizou diversas ascensões aerostáticas e construiu no Atelier Lachambre seu primeiro balão, o *Brasil*, o menor até então construído, com 113 metros cúbicos de hidrogênio e seis metros de diâmetro. O *Brasil* apresentava uma série de inovações: feito em seda japonesa, com uma rede que pesava somente 1,8 quilogramas, tinha uma nova configuração para permitir maior estabilidade. Era tão leve que podia ser levado por uma única pessoa. Em 4 de julho de 1898, Santos Dumont levantou voo com o *Brasil* e despertou a atenção de todos os balonistas que estavam assistindo.

Também em 1898 Santos Dumont projetou e construiu seu primeiro dirigível. Com comprimento de 25 metros, diâmetro maior de 3,5 metros, volume de 180 metros cúbicos, e utilizando o motor de 3,5 CV de sua invenção, o dirigível *N-1* fez sua primeira tentativa de

ascensão no dia 18 de setembro. Empurrada pelo vento, a aeronave caiu nas árvores do Jardim de Aclimação, no Bosque de Bolonha, em Paris. Dois dias depois, partindo do mesmo local, o *N-1* atingiu cerca de 400 metros de altura e, ao descer, caiu. Embora o voo tenha acabado em um acidente sem maiores consequências, o *N-1* foi o primeiro dirigível a utilizar com sucesso um motor a petróleo. A partir dessa experiência ficou claro para grande parte dos aeronautas que a solução do voo dependeria do desenvolvimento dos motores a petróleo.

Em 1899 Santos Dumont continuou a realizar voos em balões esféricos e construiu mais dois dirigíveis. O *N-2*, semelhante ao antecessor, utilizando o mesmo motor alterado para obter 4,5 CV, caiu na primeira tentativa, no dia 11 de maio, no Jardim de Aclimação. Antes de iniciar a construção do terceiro dirigível, Santos Dumont construiu um novo balão esférico, o *América*, de maior capacidade (500 metros cúbicos de volume), o que permitia o voo com passageiros. Participou do concurso Taça dos Aeronautas, promovido pelo recém-criado Aeroclube da França, e ganhou o prêmio de maior tempo no ar (23 horas) e maior altitude, tendo percorrido 325 km no ar. A partir desse momento seu nome passou a aparecer na imprensa internacional, e cada um de seus feitos foi comentado e documentado. Para evitar novo acidente, o dirigível *N-3* tinha um volume de 500 metros cúbicos e utilizava o gás de iluminação. Tinha 20 metros de comprimento, um diâmetro maior de 7,5 metros e o mesmo motor do anterior. O *N-3* levantou voo pela primeira vez no dia 13 de novembro e fez diversas ascensões em Paris, mostrando que a concepção de Santos Dumont era apropriada para o voo controlado. Essas demonstrações despertaram o interesse não só de aeronautas. Empresários do petróleo, como Henri Deutsch de La Meurthe (1846-1919), viram que o futuro da aeronáutica estaria baseado no uso de motores a petróleo e que o investimento na área de pequenos motores, como os utilizados em automóveis e nos dirigíveis de Santos Dumont, seria de grande importância para a indústria petrolífera.

Em 1900 foi instituído o prêmio Deutsch de La Meurthe, no valor de 100 mil francos, para aquele que fizesse o percurso saindo do Parque de Aerostação de Saint-Cloud, contornasse a Torre Eiffel e retornasse ao ponto de partida (percurso de 11 km) em 30 minutos.

Motivado pelo prêmio e dando prosseguimento a seus inventos, Santos Dumont construiu um novo dirigível, o *N-4*, de maior capacidade que os anteriores, e demonstrou-o durante o Congresso Internacional Aeronáutico que se realizou em Paris no período da Exposição Universal de 1900. Sem ter conseguido aprimorar o *N-4*, iniciou a construção do dirigível *N-5* e ganhou do Aeroclube da França o prêmio de encorajamento de quatro mil francos, referentes aos juros do prêmio Deutsch. O próprio Santos Dumont instituiu, por sua vez, um prêmio semelhante àquele para o aeronauta que fosse capaz de fazer o mesmo percurso, independentemente da duração do voo. O prêmio Santos Dumont era de quatro mil francos e nunca foi ganho.

Santos Dumont realizou vários voos com o dirigível *N-5* a fim de se exercitar no controle da aeronave. Em 13 de julho, numa tentativa de disputar o prêmio Deutsch de La Meurthe, o *N-5* fez o percurso completo em 40 minutos. Ao chegar ao ponto de partida, porém, o motor falhou e o dirigível foi levado pelo vento, caindo no parque de Edmond Rotschild. Esse voo foi noticiado no mundo inteiro como uma prova de que Santos Dumont era o único aeronauta capaz de ganhar o prêmio Deutsch e de que, dessa forma, a dirigibilidade de balões estaria resolvida. No Brasil a repercussão foi grande, a ponto de a Câmara de Deputados ter aprovado a proposta do deputado Augusto Severo de conceder ao aeronauta um prêmio de incentivo no valor de 100 mil contos. Em 8 de agosto, voando no *N-5*, Santos Dumont fez nova tentativa de ganhar o grande prêmio. Entretanto, em seu retorno ao Parque de Aerostação de Saint-Cloud, o dirigível mostrou-se instável e explodiu sobre os telhados do Hotel Trocadero. O acidente foi noticiado na imprensa mundial. Uma de suas causas seria o ponto fraco dos dirigíveis de Santos Dumont, apontado no discurso de Augusto Severo no dia 17 de julho, quando este propôs o prêmio de incentivo: o motor, colocado muito abaixo do balão para evitar o risco de incêndio, produzia um torque que levava a frente da aeronave a levantar quando era dada potência, produzindo uma oscilação, um movimento designado pelo nome técnico de cabragem.

Em apenas 22 dias Santos Dumont se apresentou com um novo dirigível, semelhante ao anterior. Enquanto testava seu novo aparelho, o aeroclube decidiu alterar o regulamento do

prêmio, exigindo que a aeronave estivesse parada ao final do percurso. A mudança introduziu uma dificuldade adicional. Santos Dumont protestou, lembrando que já havia aberto mão, por antecipação, da quantia correspondente ao prêmio e declarando que, se viesse a ser o vencedor, distribuiria a metade do dinheiro entre os pobres de Paris e a outra metade entre seus mecânicos. Em 19 de outubro de 1901 o *N-6* fez o percurso em 29 minutos e 30 segundos, mas só parou aos 30 minutos e 30 segundos. Os membros da comissão do aeroclube ficaram divididos e não anunciaram o resultado, adiando a decisão para uma futura reunião. Sob pressão da opinião pública, no dia 4 de novembro o aeroclube concedeu o prêmio. No mesmo dia Santos Dumont afastou-se da entidade e iniciou um percurso independente.

Ainda em novembro de 1901 visitou a Inglaterra e apresentou o dirigível *N-6*, sem, contudo, realizar qualquer ascensão. Em janeiro de 1902 seguiu para Mônaco, onde fez alguns voos sobre o mar e falou sobre a importância dos dirigíveis em guerras futuras. Em março visitou novamente a Inglaterra por duas vezes e em abril seguiu para os Estados Unidos. Pretendia vender seu invento aos empresários americanos. Foi recebido pelo presidente americano Theodore Roosevelt e pelo inventor Thomas Edison e ouviu críticas a seus inventos. Estudou a possibilidade de se realizar uma competição de dirigíveis durante a Exposição Universal de Saint Louis, Missouri, ainda em 1902. Retornou a Paris às vésperas do acidente fatal de Augusto Severo (12 de maio de 1902) e logo partiu para nova visita a Londres, onde pretendia fazer demonstrações com o *N-6*. Não pôde, porém, se apresentar, pois o invólucro do aparelho estava rasgado, e voltou para Paris. Em 22 de junho, sua mãe, Francisca Santos Dumont, se suicidou na cidade do Porto, em Portugal.

Santos Dumont visitou mais uma vez os Estados Unidos em 1902. Apesar das inúmeras viagens, construiu dois novos dirigíveis: o *N-7*, voltado para a competição nos Estados Unidos, e o *N-8*, vendido ao vice-presidente do Aeroclube da América, que se acidentou no primeiro voo realizado próximo a Nova Iorque em setembro. Também nesse ano Santos Dumont ouviu críticas severas a seus inventos, que apontavam para o fato de seus dirigíveis serem frágeis, sem utilidade prática, perigosos e sem interesse comercial. Para responder a

essas críticas, e estando afastado do Aeroclube da França, construiu dois novos dirigíveis em 1903.

O *N-9* foi seu menor dirigível, projetado para levar uma única pessoa e capaz de operar em terrenos pequenos. Com ele, Santos Dumont fez várias demonstrações que despertaram o interesse de vários países. O dirigível estacionou em frente a seu apartamento, na avenida Champs-Élysées 114, em Paris (23 de junho), realizou o primeiro voo noturno (24 de junho), transportou um menino (26 de junho), foi pilotado por Aida d'Acosta, a primeira mulher na História a realizar tal feito (29 de junho) e passou em revista as tropas francesas (14 de julho). Com essas demonstrações, Santos Dumont conseguiu recuperar sua imagem e manter sua popularidade. O outro dirigível de 1903 foi construído para responder às críticas de que seus inventos eram pequenos e frágeis. O *N-10 Omnibus* era um aparelho com um volume de 2.010 metros cúbicos e com 48 metros de comprimento, projetado para levar 12 passageiros. Embora tenha realizado algumas ascensões antes de finalizado, o *N-10* nunca foi terminado. Após as demonstrações com o *N-9*, Santos Dumont ofereceu sua flotilha de três dirigíveis (*N-7*, *N-9* e *N-10*) para o Exército francês, o que levaria algumas empresas francesas (Clément-Bayard, Zodiac e Astra) a iniciar, a partir de 1906, a produção de grandes dirigíveis para a França, a Rússia e a Espanha, com a configuração proposta por Santos Dumont. Na Alemanha, o conde Ferdinand von Zeppelin (1838-1917) havia construído um dirigível rígido, mas não teve o sucesso esperado.

Ainda em 1903 Santos Dumont embarcou para o Rio de Janeiro, chegando à então capital federal no dia 7 de setembro. Sua chegada foi apoteótica: no mesmo dia foi recebido pelo presidente Rodrigues Alves e recebeu várias homenagens, não sem ouvir críticas por não ter trazido seu invento. Em menos de um mês o inventor visitou o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, e permaneceu poucas horas em Salvador e em Recife. Em 1904 esteve nos Estados Unidos para tratar da competição de Saint Louis, que havia sido adiada. Em 17 de junho, estando novamente nos Estados Unidos para participar da competição de balões, descobriu que seu aparelho fora criminosamente destruído. Voltou para a França, lá chegando em 14 de julho. Nesse mesmo ano publicou o livro *Dans l'air*, logo traduzido

para o inglês com o título *My Airships*.

As notícias de que os irmãos Wilbur (1867-1912) e Orville (1871-1948) Wright haviam realizado um voo motorizado em 17 de dezembro de 1903 reativaram o interesse de diversos inventores pelos aparelhos mais-pesados-que-o-ar, embora nenhuma informação precisa tenha sido divulgada pelos dois irmãos. Santos Dumont, ainda em 1904, construiu um novo dirigível, o *N-13*, para ter maior autonomia. O aparelho associava um balão de hidrogênio a um balão de ar quente tipo *Montgolfier*. Nunca realizou um voo. Foi também em 1904 que Santos Dumont e o joalheiro Louis Cartier (1875-1942) idealizaram um relógio de precisão para ser utilizado no pulso.

Em 1905 Santos Dumont estudou o voo planado, projetou um avião monoplane (*N-11*) e iniciou a construção de um helicóptero (*N-12*). Recebeu a medalha de Cavaleiro da Legião de Honra (31 de março) e construiu seu último dirigível, o *N-14*, no qual realizou demonstrações em Trouville, França. Todos os dirigíveis de Santos Dumont tinham a mesma concepção básica: um invólucro cuja forma era mantida pela pressão do gás, uma quilha que suportava o motor e o piloto e era mantida afastada do invólucro, um sistema de controle de subida e descida baseado no deslocamento de contrapesos para alterar o centro de gravidade, e um leme de direção. A partir de 1905 o interesse de Santos Dumont se dirigiu para os aparelhos mais-pesados-que-o-ar, embora mantivesse suas atividades como balonista e aeronauta.

Em 1906 Ernst Archdeacon (1863-1950), advogado e membro do Aeroclube da França, instituiu a Taça Archdeacon, no valor de três mil francos, para aquele que conseguisse realizar um voo controlado de mais de 25 metros com um avião, sem contar com qualquer auxílio externo. Santos Dumont inscreveu-se para concorrer em 18 de julho e iniciou os primeiros ensaios com um novo aparelho cinco dias depois. Para testar o equilíbrio, suspendeu-o no invólucro do seu dirigível *N-14* e assim batizou seu novo invento com o nome de *14bis*. Nos meses seguintes realizou vários ensaios e alterações. Apesar de seu interesse pelo avião, disputou a Taça Gordon Bennet com um novo balão, o *Deux Amériques*, que introduzia novos elementos. Foi forçado a abandonar a prova por causa de

um acidente sofrido quando controlava o mecanismo de subida e descida. Em 23 de outubro, no campo de Bagatelle, no Bosque de Bolonha, Paris, voou 60 metros e ganhou a Taça Archdeacon. Em 12 de novembro, novamente no campo de Bagatelle, o *14bis* voou 220 metros, ganhando o prêmio do Aeroclube da França e conquistando os primeiros recordes mundiais reconhecidos pela Federação Aeronáutica Internacional (FAI), entidade fundada em 14 de outubro de 1905. Os voos do *14bis* provaram ser possível construir uma aeronave mais-pesada-que-o-ar capaz de decolar e voar sem auxílio externo, chamaram a atenção do mundo aeronáutico e forneceram elementos novos para o desenvolvimento do aeroplano. O *14bis* caiu num acidente, no dia 4 de abril de 1907 em Saint-Cyr, França.

No ano de 1907 Santos Dumont realizou diversos inventos: o *N-15*, um aeroplano construído em madeira, não voou; o *N-16*, um aparelho híbrido em que asas foram integradas a um balão, não obteve sucesso; o *N-17*, uma versão aprimorada do *N-15*, não chegou a ser completado; o *N-18*, produto de uma aposta, uma lancha movida por uma hélice aeronáutica com flutuadores submersos, realizou alguns testes e acabou sendo rebocado por uma lancha no rio Sena, em Paris. Em 17 de novembro Santos Dumont decolou com um novo avião, o *Demoiselle 19*, um aparelho monoplano com uma estrutura leve de bambu e recoberto com seda. Para atingir a leveza necessária, inventou o primeiro motor de cilindros opostos da História.

Em 13 de janeiro de 1908 Henri Farman (1874-1958) realizou o primeiro voo homologado de um quilômetro em circuito fechado, e em agosto seguinte Wilbur e Orville apresentaram-se com um novo aeroplano, o *Flyer III*, que necessitava porém de auxílio externo para decolar. Santos Dumont continuou suas experiências com o *N-16* sem obter sucesso e desenvolveu o *Demoiselle 19*. Nesse ano diversos aviadores começaram a voar, influenciados por suas contribuições.

Em 25 de julho de 1909 Louis Blériot (1872-1936) atravessou o Canal da Mancha, realizando pela primeira vez a ligação aérea França-Inglaterra, e teve lugar a Grande Semana da Aviação da Champagne, em Reims, França, onde vários modelos de aviões e dirigíveis fizeram demonstrações. Também nesse ano Santos Dumont apresentou o novo

Demoiselle, o primeiro ultraleve da história. Com o *Demoiselle* realizou vários voos e bateu o recorde de velocidade ao atingir 96 km/h (13 de setembro). Os planos, detalhes da construção e do material utilizado para a construção do *Demoiselle* foram divulgados em diversas revistas, permitindo que outros inventores construíssem aparelhos do mesmo tipo. A firma Clément-Bayard, construtora de automóveis e dirigíveis, produziu mais de 40 aparelhos e vendeu-os ao preço de 7.500 francos.

Em janeiro de 1910 Santos Dumont sofreu uma queda com o *Demoiselle* e, seguindo orientação médica, decidiu abandonar os trabalhos no campo de provas, dedicando-se à divulgação da aviação. Todos os seus trabalhos no campo da aeronáutica foram publicados em revistas especializadas, jornais de grande circulação e periódicos ilustrados. Além disso, descreveu em detalhes seus aparelhos, seus voos bem-sucedidos e seus acidentes, permitindo que outros inventores pudessem aproveitar e utilizar suas conquistas. Apesar de ter sido um dos mais criativos inovadores da aeronáutica, nunca patenteou seus inventos. Com essa atitude contribuiu para acelerar o progresso dos aviões e dos dirigíveis. Também em 1910 foi inaugurado o marco de Bagatelle, em Paris, referente ao voo de 12 de novembro de 1906 do *14bis*, que deteve os primeiros recordes da aviação (duração: 21 1/5 seg.; distância: 220 m). Três anos depois foi inaugurado o monumento do Ícaro, em Saint-Cloud, comemorando os feitos do inventor pioneiro da locomoção aérea, e Santos Dumont foi promovido a Comendador da Legião de Honra da França.

VOLTANDO AO BRASIL

Em 1914 Santos Dumont esteve no Brasil e passou os meses de janeiro a junho visitando algumas cidades. Retornou a Paris às vésperas do início da Primeira Guerra Mundial. Em 1915 participou do Segundo Congresso Científico Pan-americano, que teve lugar em Washington, EUA, e proferiu uma palestra sobre a importância da aeronáutica para facilitar as relações entre os países americanos. Na ocasião defendeu a criação de grandes frotas de aviões para a defesa do território em caso de conflito com algum país europeu e falou da importância futura do avião para o transporte de carga e passageiros,

criando uma nova ligação entre as nações. Foi escolhido representante do Aeroclube da América no Congresso Pan-Americano de Aeronáutica, que se realizaria em Santiago do Chile, no ano seguinte. Em 1916 foi eleito presidente honorário do Congresso Pan-Americano de Aeronáutica e visitou a Argentina.

Ao retornar ao Brasil, em 24 de abril de 1916, Santos Dumont visitou as Cataratas do Iguaçu e, impressionado com o patrimônio natural do lugar, propôs ao presidente do estado do Paraná, Afonso Alves de Camargo (1873-1958), a compra do local para transformá-lo em patrimônio público. Em 1917 visitou a Escola da Aviação Naval, na Ilha das Enxadas (RJ) e manifestou-se sobre o desenvolvimento da aviação militar e naval no Brasil. No ano seguinte construiu *A Encantada*, sua casa em Petrópolis (RJ), e publicou o livro *O que eu vi, o que nós veremos*. Nesse ano o governo brasileiro lhe fez a doação do sítio de Cabangu, onde nascera. Nos anos seguintes visitou os Estados Unidos e vários países da costa oeste da América Latina. Em 1922 reconciliou-se com o Aeroclube da França.

Na década de 1920, estando com a saúde abalada, com um quadro de depressão, esteve internado em clínicas de repouso (Valmont, em Glion-sur-Montreux, Suíça – julho de 1925, Valmont-sur-Territet, Suíça – 1926 e 1927). Manifestou-se contra o uso do avião nas guerras, ao mesmo tempo que apontava para a importância que eles tiveram, e teriam no futuro, no cenário de batalha.

Em 3 de dezembro de 1928 chegou ao Rio de Janeiro a bordo do *Cap Arcona*. Um avião *Dornier* do Sindicato Condor, levando diversos professores da Escola Politécnica, que iria fazer um voo de boas-vindas, caiu no mar sem deixar sobreviventes. Santos Dumont teve uma crise depressiva, mas participou das homenagens e apresentou uma de suas últimas invenções, o *Transformador Marciano*, um equipamento para facilitar a subida de esquiadores. Em 10 de junho de 1929 recebeu a condecoração de Grande Oficial da Legião de Honra da França e, na ocasião, foi feito um filme sonoro em que aparece registrada sua voz. Em outubro internou-se na casa de saúde de Préville, nos Pirineus, na França, ficando até abril do ano seguinte. Na década de 1920 teve alguns inventos patenteados na França. Em 1931 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras para ocupar a cadeira 38, cujo

patrono é Tobias Barreto, mas não chegou a tomar posse. Em junho chegou ao Rio de Janeiro apresentando um quadro de depressão grave.

Em 9 de julho de 1932 teve início a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em que foram usados aviões em ataques terrestres. Santos Dumont manifestou-se contra o estado de beligerância em carta de 14 de julho encaminhada ao governador de São Paulo, Pedro de Toledo (1860-1935). Em 23 de julho de 1932 suicidou-se no Hotel de la Plage, Guarujá (SP). Seu corpo ficou exposto na Catedral de São Paulo, e seu sepultamento se deu no dia 21 de dezembro de 1932, no Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro, aos pés da cópia do Ícaro de Saint Cloud. Seu coração está preservado num escrínio sob a custódia da Força Aérea Brasileira.

A contribuição de Santos Dumont para o desenvolvimento da aviação foi de importância capital. No campo de provas ele deu a solução para a dirigibilidade de balões e para o voo completo do avião. Suas inovações técnicas contribuíram para acelerar o desenvolvimento da aeronáutica ao inventar o primeiro motor útil a gasolina (1897), introduzir novos materiais, desenvolver novas configurações, realizar o primeiro voo completo de um avião (12 de novembro de 1906, com o *14bis*), inventar o primeiro avião produzido em quantidade (*Demoiselle* de 1909). Seu papel como divulgador incentivou o investimento de empresários e de governos na então nascente indústria aeronáutica. Sua imagem pública foi um dos ícones da moda no início do século XX. Recebeu inúmeras homenagens de vários países além da França e do Brasil: Al Mérito, Chile (1922); Comenda da Ordem de São Tiago da Espada, Portugal (1923); Grande Oficial da Ordem Leopoldo II, Bélgica (1925), entre outras. Em 1973 o Comitê de Nomenclatura da União Astronômica Internacional deu o nome de Santos Dumont a uma das crateras da Lua.

Henrique Lins de Barros

FONTES: BARROS, H. *Santos Dumont*; FONSECA, G. *Santos Dumont*; JORGE, F.

Lutas; LAVENÈRE-WANDERLEY, N. *Cronologia*; NAPOLEÃO, A. *Santos Dumont*; NICOLAOU, S. *Santos Dumont*; VILLARES, H. *Quem*.

DUPRAT, Raimundo da Silva

* pref. SP 1911-1914.

Raimundo da Silva Duprat, futuro *barão de Duprat*, nasceu em Recife em 11 de dezembro de 1863, filho de Bernardino Augusto Duprat e de Cândida de Carvalho. Era bisneto de Carlos Eduardo Duprat, o primeiro visconde de Duprat no Brasil, e neto do comendador Luís Armand Duprat.

Mudou-se para São Paulo quando criança. Ainda no período imperial, recebeu da Santa Sé o título de barão. Já nos primeiros anos do século XX, tornou-se sócio de seu irmão Alfredo Duprat em uma gráfica na cidade de São Paulo que funcionou até os anos 1930.

Sua vida política não foi muito extensa, e o cargo mais importante que exerceu foi o de prefeito de São Paulo. Sucedeu a Antônio da Silva Prado, em 1911, e teve como sucessor Washington Luís, em 1914. Durante sua gestão planejou modificações para o traçado urbano de São Paulo. Foi responsável pela construção de um parque onde hoje está o Museu de Arte de São Paulo (MASP), o Trianon. Era um belvedere projetado pelo arquiteto paulista Ramos de Azevedo. Ampliou a avenida São João, construiu o viaduto Santa Efigênia e urbanizou o vale do Anhangabaú. Essas últimas obras foram entregues ao arquiteto e urbanista francês Joseph Bouvard, o que desagradou aos profissionais da cidade. Entregou uma capital reformada e reurbanizada para o sucessor.

Faleceu em São Paulo em 17 de maio de 1926.

Liliane Correa

FONTES: BARATA, C.; BUENO, A. *Dicionário* (v.1); Galeria dos Governadores. Disponível em < <http://www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br/08prefei/prefei.htm>> Acesso em: 13/4/2010; GAÚNA, R. *Rogério*; GENEALL. Raimundo Duprat. Disponível em: < http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=267745> .Acesso em 3/4/2010, 9:35; MAGALHÃES, S. *Educação*; Portal do Ipiranga. *Parque Tenente Siqueira Campos – Trianon*. Disponível em <<http://www.independenciaumorte.com.br/node/291/>> Acesso em 13/4/2010; SILVA, L. *Etnia* (v. 8, p. 27-50).

DUTRA, DJALMA

*militar; rev. 1922; rev. 1924; Col. Prestes

Djalma Soares Dutra nasceu no dia 20 de outubro de 1895, filho do capitão de fragata João Antônio Soares Dutra.

Sentou praça em 1912 e, após cursar a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi declarado aspirante a oficial da arma de infantaria e promovido a segundo-tenente em 1915. Posteriormente, foi transferido da infantaria para a cavalaria e serviu em Mato Grosso. Em 1920 serviu como instrutor de recrutas em Pouso Alegre (MG) e em 1922 foi para o Rio de Janeiro com a finalidade de cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Envolveu-se nos movimentos revolucionários de 1922 e, em julho, quando servia no regimento de Dom Pedrito (RS), foi considerado desertor.

NA COLUNA PRESTES

Em abril de 1925, os rebeldes paulistas do general Isidoro Dias Lopes, que se haviam levantado contra o governo em 5 de julho de 1924, encontraram-se em Benjamin (PR) com as forças que, sob o comando de Luís Carlos Prestes, haviam promovido o levante de 29 de outubro de 1924 no Rio Grande do Sul. Djalma Dutra era um dos oficiais da brigada Miguel Costa, major rebelde da Força Pública de São Paulo que se achava investido no comando de operações no Paraná, comissionado no posto de general. Além de Djalma Dutra, faziam parte da brigada de Miguel Costa o capitão Paulo Kruger da Cunha Cruz, o tenente Ari Salgado Freire e outros oficiais do Exército e da Força Pública de São Paulo.

A partir do encontro em Benjamin, as forças revolucionárias paulistas e gaúchas sofreram uma reestruturação. O general Isidoro Dias Lopes partiu para a Argentina, seguido de oficiais paulistas, para organizar uma rede de auxílio externo para os revolucionários. Os 1.500 homens restantes, que passaram a constituir a Coluna Miguel Costa-Prestes, foram divididos em duas brigadas: a Brigada Rio Grande, com oitocentos homens, comandada por Luís Carlos Prestes, e a Brigada São Paulo, com setecentos homens, comandada por Juarez Távora. O comandante geral era Miguel Costa, e do seu estado-maior faziam parte o major Coriolano de Almeida Júnior, os capitães Djalma Dutra, Lourenço Moreira Lima e Alberto

Costa. Duas resoluções foram tomadas pelos jovens oficiais rebeldes: manter a revolução em armas e invadir o estado de Mato Grosso.

As forças revolucionárias invadiram o Paraguai e penetraram em Mato Grosso em 29 de abril de 1925. Depois de ter tomado a cidade de Ponta Porã (hoje no estado de Mato Grosso do Sul) e combatido as forças do major Bertoldo Klinger, procedentes de Campo Grande (atual capital de Mato Grosso do Sul), os revolucionários se reuniram em 10 de junho num lugar chamado Deserto de Camapuã. A campanha de Mato Grosso tinha mostrado a existência, no seio da coluna, de divergências que precisavam ser sanadas. A divisão em duas brigadas criara constantes atritos entre paulistas e gaúchos, mas ainda mais graves tinham sido as discussões entre os dois chefes, Miguel Costa e Prestes, sobre a maneira como devia ser conduzida a campanha. Na entrada de Mato Grosso, Miguel Costa havia proposto um combate decisivo, mas a opinião que prevaleceu foi a de Prestes, o qual alegou que, com a diminuta munição disponível, seria impossível uma vitória. Coube, então, a Prestes reorganizar a coluna, que continuaria sob o comando de Miguel Costa, mas contaria com um estado-maior chefiado por Prestes e composto por Paulo Kruger, Mário Geri, os capitães Alberto Costa e Ítalo Landucci e os tenentes Sadi Machado, Nicácio Costa e Morgado. Os soldados gaúchos e paulistas foram distribuídos igualmente entre os quatro destacamentos, comandados por Osvaldo Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros, Antônio de Siqueira Campos e Djalma Dutra. Esses comandantes de destacamento e o estado-maior passariam a se reunir, sob a presidência de Miguel Costa, para resolver as questões mais importantes. Nessas reuniões, a opinião de Prestes seria predominante, impondo-se, em questões de estratégia, à de Miguel Costa.

Com essa nova organização e estratégia, a coluna invadiu Goiás em 26 de junho e ocupou a cidade de Mineiros. Na travessia de Goiás, antes de chegar a Minas Gerais, o destacamento Djalma Dutra sofreu um ataque do major Bertoldo Klinger. Os rebeldes penetraram em Minas mas voltaram a Goiás, onde, na cidade de Porto Nacional, Miguel Costa recusou uma proposta do frei Joseph Audin, que se oferecia como mediador entre os insurretos e o governo.

Em julho de 1925, as forças revolucionárias estavam acampadas em Rio Bonito (GO). Em vista da falta de armas e munições, o comando solicitou a Isidoro uma remessa de material bélico que deveria ser depositado em qualquer ponto da Bahia ou do Nordeste. Isidoro

escreveu para um correligionário no Rio instruindo-o sobre o atendimento a esse pedido.

O destino dos revolucionários, na sua marcha através de Goiás, era o Maranhão. Djalma Dutra, no comando do 4º Destacamento, avançava lutando. No fim de agosto, o destacamento enfrentou o fogo das patrulhas inimigas na cidade de São Francisco (MG) e, no princípio de dezembro, apoderou-se da vila de São Félix (MA) após ligeiro tiroteio. Dois dias depois, uma patrulha do destacamento surpreendeu um posto avançado do inimigo nas proximidades de Benedito Leite (MA) e Uruçuí (PI). Tendo recebido aviso do seu flanco esquerdo de que o inimigo estava descendo o rio Parnaíba, Djalma Dutra avançou até Nova Iorque (MA), onde encontrou ancorado um vapor que conduzia a retaguarda legalista. Atacou-o e obrigou as forças legalistas a fugirem. Esse episódio, que ficou conhecido como o “Combate de Uruçuí”, foi uma vitória muito importante porque a coluna tomou as armas e munições das forças legalistas e assenhoreou-se da faixa de território maranhense entre Benedito Leite e Flores (atual Tímon), o que permitiu o aliciamento de voluntários e o abastecimento das tropas. Em 31 de dezembro, dia em que Prestes decidiu abandonar o cerco de Teresina e marchar para Pernambuco, Juarez Távora foi feito prisioneiro nas margens do Parnaíba.

A marcha das tropas rebeldes em direção a Pernambuco se iniciou em 10 de janeiro de 1926 na fazenda Cantinho. Quando a coluna chegou ao Ceará, Djalma Dutra foi promovido a coronel pelo estado-maior revolucionário e seu destacamento foi encarregado da cobertura da coluna durante a travessia da Paraíba. Foi ainda o destacamento de Djalma Dutra, atuando na vanguarda, que entrou em Pernambuco em 11 de fevereiro e defrontou-se com a polícia estadual entre Custódia e Flores. Djalma Dutra recebeu o auxílio do destacamento João Alberto e derrotou as forças legalistas depois de violento combate. Em 25 de fevereiro, a coluna iniciou a travessia do rio São Francisco e invadiu a Bahia.

De fevereiro a julho de 1926, as forças rebeldes percorreram a Bahia e enfrentaram os cangaceiros, além das tropas federais e da polícia estadual. Ainda no mês de fevereiro, o destacamento Djalma Dutra ocupou o povoado de Barra do Mendes, após um combate com os jagunços de Horácio de Matos. Em maio, apoiado por Antônio de Siqueira Campos, Djalma Dutra enfrentou de novo uma numerosa força de jagunços ao apoderar-se do povoado Olho d'Água. Continuando na vanguarda da coluna, seu destacamento deu combate às forças inimigas em Roça de Dentro. Ainda no mês de maio, com o apoio de

João Alberto, Djalma Dutra combateu de novo perto de Maxixe. Saindo da Bahia em julho, até o mês de outubro as forças revolucionárias atravessaram Pernambuco, entraram no Piauí e daí passaram para Goiás e depois para Mato Grosso.

Em Coxim, hoje no estado de Mato Grosso do Sul, houve uma importante reunião no final de outubro de 1926. Dos oitocentos homens da coluna, só seiscentos estavam armados e a munição era escassa. O material bélico encomendado ao general Isidoro não foi encontrado nos pontos determinados. O exemplo de luta dos rebeldes não conseguiu galvanizar as energias do povo e o mês de setembro se passou sem nenhuma notícia do movimento revolucionário que Isidoro estaria preparando no Rio Grande do Sul. Miguel Costa e Prestes não quiseram tomar sozinhos a resolução de terminar a luta e decidiram enviar emissários a Isidoro e a Joaquim Francisco de Assis Brasil, solicitando-lhes instruções para agir. Os emissários escolhidos foram Djalma Dutra e o capitão Lourenço Moreira Lima, secretário-geral da coluna. As forças de Siqueira Campos foram encarregadas de escoltar os dois enviados até a fronteira do Paraguai. Os contingentes revolucionários se separaram no dia 24 de outubro. O destacamento Siqueira Campos, com 80 homens, depois de escoltar os emissários, deveria atrair a atenção das forças governamentais, permitindo assim que o grosso da tropa rebelde atingisse a fronteira da Bolívia, onde aguardaria a resposta de Isidoro e Assis Brasil.

Djalma Dutra e Lourenço Moreira Lima chegaram a Paso de los Libres, na Argentina, em 14 de novembro e no mesmo dia encontraram-se com Isidoro. Estiveram também presentes à reunião o major Álvaro Dutra, o capitão Fernando Távora e os tenentes Ellen Salvaterra, Edgar Dutra e Alfredo Lemos. Isidoro explicou que a remessa de armas e munições não fora feita porque o amigo a quem escrevera não tinha tomado as providências necessárias. A transmissão do governo a Washington Luís não devia ser, na opinião de Isidoro, um motivo para abandonar a luta, pois o novo presidente iria continuar a política de Artur Bernardes. Quanto ao movimento armado no Rio Grande do Sul, Isidoro aguardava apenas que as forças que ele arregimentava estivessem prontas para entrar em campanha. Essas forças seriam divididas em cinco colunas principais, comandadas pelos “generais” Bernardo Padilha, Zeca Neto, Filipe Portinho, Leonel Rocha e Júlio Barros. Devido à situação em que se encontrava a coluna, seus integrantes não deveriam combater, mas era necessário que permanecessem em armas até que a revolução fosse deflagrada. Caso isto

fosse impossível, as forças rebeldes deveriam emigrar e, depois, seguir para o sul a fim de se reaparelhar. O tenente Salvaterra foi designado para levar a Assis Brasil o resultado do encontro.

No mesmo dia do encontro dos emissários com Isidoro, os elementos revolucionários de São Gabriel (RS) anteciparam o levante, que foi seguido de insurreições parciais em outros pontos, mas sem unidade coordenadora. Isidoro considerou insensata a precipitação, mas achou possível fazê-la durar algum tempo. Escreveu, então, uma carta a Miguel Costa e Prestes pedindo que a coluna se mantivesse em armas durante dois meses a contar de 23 de outubro de 1926. Expirado o prazo, se a situação no Sul não lhes desse oportunidade de continuar a agir isoladamente, eles deveriam emigrar e seguir para território gaúcho. O encontro de Djalma Dutra e Lourenço Moreira Lima com a coluna fora marcado para janeiro de 1927, nas alturas de San Mathias, na fronteira da Bolívia, mas os revolucionários comandados por Prestes só atingiram a localidade em fevereiro. A marcha da Coluna Prestes terminou ali. O grosso das forças emigrou para a Bolívia e os 65 homens do destacamento Siqueira Campos internaram-se no Paraguai em 23 de março de 1927.

NA ARTICULAÇÃO DA REVOLUÇÃO DE 1930

Para os veteranos da coluna, Siqueira Campos, João Alberto, Prestes, Djalma Dutra e outros, o período de 1927 a 1930 foi dedicado à reestruturação do movimento revolucionário. A principal mudança na organização foi a passagem do comando supremo da revolução para as mãos de Prestes, feita sem oposição da parte de Isidoro e de Assis Brasil. Siqueira Campos e Djalma Dutra foram enviados para articular o movimento revolucionário em São Paulo.

Por outro lado, a partir de meados de 1929, as correntes políticas de oposição passaram a desafiar o governo, lançando através da Aliança Liberal a candidatura de Getúlio Vargas às eleições presidenciais marcadas para março do ano seguinte.

Em janeiro de 1930, a grande movimentação numa casa modesta da rua Bueno de Andrade, no bairro paulistano do Cambuci, atraiu a atenção do delegado Laudelino de Abreu: havia muita gente entrando e saindo e não havia mulheres no grupo. A cooperação de um antigo sargento do Exército, veterano de 1924 que conhecia os ex-combatentes, permitiu à polícia prender Aristides Leal, Djalma Dutra e Emídio Miranda, que dormiam na casa. Siqueira

Campos atirou nos policiais, conseguiu escapar e avisou os companheiros restantes.

A articulação da nova fase do movimento revolucionário tinha agora a colaboração de políticos civis, como Getúlio Vargas e os outros membros da Aliança Liberal. Depois de um encontro de Prestes com Getúlio no início de 1930, houve uma reunião em Porto Alegre da qual participaram Prestes, Siqueira Campos, João Alberto, Miguel Costa, os irmãos Etchegoyen, Newton Estillac Leal, Emídio Miranda e Trifino Correia. Djalma Dutra, que havia conseguido fugir da prisão, participou também do encontro, no qual foram atribuídas tarefas aos chefes revolucionários em diversos pontos do território nacional.

Ao mesmo tempo em que os aliancistas eram derrotados nas eleições e passavam a articular concretamente a revolução, Siqueira Campos voltou para São Paulo, onde prosseguiu os preparativos para deflagrar o movimento assim que fosse dado o sinal no Rio Grande do Sul. Entretanto, ao ter notícia de que Prestes pretendia lançar um manifesto rompendo com os aliancistas, partiu para Buenos Aires e ali conseguiu convencer o ex-comandante da coluna a adiar seu pronunciamento por um mês, tempo necessário para que fosse tentada a revolução no Brasil. Decidido a iniciar a luta em São Paulo, Siqueira Campos embarcou para o Brasil em 10 de maio de 1930, mas morreu em consequência da queda de seu avião nas águas do rio da Prata. Sua morte foi um golpe violento para os revolucionários, mas o trabalho continuou. Ricardo Holl, por incumbência de Osvaldo Aranha, assumiu o comando do movimento em São Paulo, onde, com Djalma Dutra, Elias Machado e Joaquim Celidônio Filho, reativou o esquema montado por Siqueira.

Entretanto, em outubro de 1930, quando começou a revolução, Ricardo Holl estava em Porto Alegre e Djalma Dutra foi enviado para Minas Gerais, onde já se encontravam mais de 30 oficiais revolucionários, entre os quais Eduardo Gomes, Olímpio Falconière da Cunha, Nélon de Melo e Tasso Tinoco. Paulo Nogueira Filho, um dos elementos do Partido Democrático de São Paulo que se juntara aos revolucionários, acusou o comando supremo da revolução de ter retirado os comandantes militares de São Paulo, antes mesmo do início da luta, numa tentativa de minimizar a influência paulista no movimento. A resposta do quartel-general aos protestos dos revolucionários paulistas foi que a transferência de Djalma Dutra e de outros oficiais visava à formação de colunas em pontos, como Minas Gerais, onde a vitória inicial seria fácil. Essas colunas, depois de dominar as forças locais, deveriam marchar em direção ao Rio de Janeiro, onde seria travada a batalha

final.

A vitória da revolução em Minas Gerais não foi tão fácil quanto previa o quartel-general. As forças rebeldes em Minas eram comandadas por Aristarco Pessoa, irmão de João Pessoa, e contavam com Osvaldo Cordeiro de Farias e Leopoldo Néri da Fonseca no estado-maior. Em Belo Horizonte, o 12º Regimento de Infantaria (12º RI), comandado pelo major Pedro Leonardo de Campos, resistiu durante cinco dias e cinco noites e só se rendeu por falta de água e de víveres. Depois da queda de Belo Horizonte, os focos legalistas foram sendo conquistados. Em 14 de outubro caiu o Regimento de Cavalaria em Três Corações. No dia 16, ocorreu a queda do 11º RI, de São João del Rei, e no dia 18, Olegário Maciel, presidente do estado, ligado à revolução, comunicou a ocupação de Vitória por tropas mineiras. O 4º Regimento de Cavalaria de Três Corações foi tomado por uma coluna comandada pelo coronel Luís Fonseca. Durante esse combate, um tiro dado por engano por um sentinela das tropas revolucionárias matou o veterano da Coluna Prestes, Djalma Dutra. Djalma Dutra foi enterrado no Rio de Janeiro depois da vitória da revolução, tendo a junta governativa que depôs Washington Luís no dia 24 de outubro comparecido pessoalmente ao enterro. Sua importância nos movimentos revolucionários da década de 1920 pode ser aquilatada por dois pronunciamentos dessa época. No manifesto de Carlos de Lima Cavalcanti ao povo de Pernambuco, em outubro de 1930, Djalma Dutra foi citado como um dos grandes capitães revolucionários, ao lado de João Alberto, José Antônio Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Miguel Costa e Estillac Leal. Mais tarde, em 1935, Luís Carlos Prestes, num manifesto à nação, citou Djalma Dutra como um dos grandes líderes revolucionários.

Jorge Laclette

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; BARROS, J. *Memórias*; CARNEIRO, G. *História*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; FAUSTO, B. *Revolução*; LEITE, A. *História*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, L. *Coluna*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SILVA, H. 1935.

DUTRA, Francisco Correia

*dep. fed. DF 1903-1905.

Francisco Correia Dutra nasceu em 6 setembro de 1848, filho de Francisco Correia Dutra e de Leopoldina C. Batista Dutra.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, em dezembro de 1874. Mesmo antes de se formar, trabalhou em 1872 como interno no hospital da Santa Casa de Misericórdia. Foi inspetor sanitário da Força Policial do Rio de Janeiro, e em 1879 foi nomeado subdelegado da Glória.

Já na República, destacou-se como médico militar nos anos de 1889 e 1890, chefiando a Comissão Médica de combate a epidemias na cidade de Campinas (SP). Em 1893 foi nomeado segundo delegado auxiliar da Polícia da capital federal, e no ano seguinte exerceu interinamente o cargo de chefe de Polícia do Distrito Federal. Representou o Distrito Federal na Câmara dos Deputados na legislatura de 14 de maio de 1903 a 31 de dezembro de 1905, quando encerrou o mandato.

Morreu em 1906.

Foi casado com Fernandina Correia Dutra, com quem teve um filha.

Evelyn Morgan Monteiro Paiva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); Arquivo IHGB. Fundo Paulo de Frontin; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros; Diário Oficial da União* (16/11/1894, 7/5/1896, 28/10/1922); SANTOS FILHO, L; NOVAES, J. *Febre* (v.2); SIMÕES JUNIOR, A. *Sátira*; SOUZA, R. *Batuque*.

DUTRA, VASULMIRO

*rev. 1930.

Vasulmiro Pereira Dutra nasceu em São Borja (RS) no dia 25 de agosto de 1888, filho de Florentino Pereira Dutra e de Perpétua da Rocha Dutra. Sua mãe descendia do capitão Manuel Vieira da Rocha, participante da Campanha da Cisplatina (1816-1821), que resultou na independência do Uruguai, e da Revolução Farroupilha (1835-1845). A família tinha raízes republicanas.

Vasulmiro completou apenas o curso primário e tornou-se fazendeiro, dedicando-se à pecuária em Palmeira das Missões (RS). Durante a Primeira Guerra Mundial obteve grandes lucros em decorrência do crescimento da demanda e da maior oferta de créditos.

Já se fizera um dos maiores fazendeiros da região serrana gaúcha quando, em janeiro de 1923, teve início a revolução que opôs aos republicanos, liderados por Antônio Augusto Borges de Medeiros, os federalistas, encabeçados por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Sob a alegação de fraude, os federalistas rebelaram-se contra a reeleição do líder republicano para o quinto mandato como presidente do estado. Inicialmente neutro, temeroso de prejudicar seus interesses de fazendeiro, pouco depois, contudo, Vasulmiro aderiu aos republicanos. Encarregado de organizar e comandar a Brigada Provisória do Norte, 3º Corpo Auxiliar da Brigada Militar, fixou-se em uma de suas fazendas, a de Ramada, e dali coordenou a formação do corpo, constituído por elementos de Palmeira das Missões. Ao assumir o comando, como tenente-coronel, encontrou grande parte do município tomada pelos revoltosos que, liderados por Leonel Rocha, se preparavam para destituir as autoridades locais. Embora em inferioridade numérica e técnica, as forças de Vasulmiro impediram tal ação. A luta, que se estendeu até novembro daquele ano, foi encerrada pelo Pacto de Pedras Altas, que estipulava a permanência de Borges no governo mas vedava nova reeleição. Alguns corpos provisórios foram mantidos em atividade após o término da revolução, entre eles o comandado por Vasulmiro, que, por sua eficiência militar, ficou à disposição do governo federal.

Sua ação seguinte ocorreu na época da formação da Coluna Miguel Costa-Prestes, resultante da junção, realizada em abril de 1925 no oeste do Paraná, das tropas que se rebelaram em São Paulo em julho de 1924 e no Rio Grande do Sul em outubro desse

mesmo ano. Incorporado à coluna legalista do coronel Vasco Varela, Vasulmiro Dutra foi incumbido de ocupar o município paranaense de Clevelândia, como parte de um plano que pretendia isolar a região do Iguaçu. Não conseguiu porém alcançar seu objetivo e foi obrigado a recuar para Palmeira das Missões. Com a invasão do Mato Grosso pela coluna, foi designado para Ribeirão Claro, a partir de então a base de operações de sua tropa, sob o comando do general Malan D'Angrogne. Perseguiu os rebeldes na direção do Triângulo Mineiro, sob o comando do general Pantaleão Teles Ferreira, e deslocou-se pelo interior de Goiás até aproximar-se da fronteira com a Bahia. Desentendendo-se com seu comandante, pediu transferência para outro destacamento, o que lhe foi negado. Num telegrama a Borges de Medeiros, expôs sua situação e impôs condições para sua permanência. Recebeu no entanto ordem de recolher-se com sua tropa ao Rio Grande do Sul, onde deveria apresentar-se preso ao comandante da região militar. Provando ter sido perseguido pelo comandante Teles, teve sua prisão relaxada, após o que abandonou a farda e voltou à fazenda.

Em novembro de 1926 foi novamente chamado para organizar e comandar o corpo provisório que combateria Leonel Rocha. Este promovera o levante de um pequeno grupo, no município de Palmeira das Missões, em apoio ao movimento dos irmãos Etchegoyen, chamado Coluna Relâmpago. Tratava-se de uma revolta ocorrida numa unidade do Exército sediada em Santa Maria (RS), visando a impedir a posse do presidente eleito Washington Luís. Sem adesões, o movimento foi debelado no mesmo dia e não chegou a haver choque em Palmeira das Missões, visto que Leonel Rocha se retirou.

Vasulmiro Dutra elegeu-se prefeito de Palmeira das Missões em 1927, derrotando o candidato apoiado por Borges de Medeiros. Em 1930 participou da Aliança Liberal e da revolução deflagrada no dia 3 de outubro sob a chefia de Getúlio Vargas. Comandando seis corpos provisórios que organizara em setembro, estendeu sua ação pela região de Iguaçu até alcançar Palmas, no Paraná, quando ordenou a invasão do oeste catarinense pelo corpo comandado por Vicente Dutra. No dia 7 de outubro recebeu do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe militar da revolução, ordem para ocupar a região de Xanxerê. Os governos estaduais foram derrubados pelos revolucionários sem grande dificuldade, mas esperava-se uma grande batalha na região de Itararé, fronteira do Paraná com São Paulo. O conflito armado foi entretanto evitado com a deposição de Washington Luís no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 24 de outubro, a que se seguiu pouco

depois a posse de Getúlio Vargas na chefia do governo provisório.

Em 1932, na qualidade de subchefe de polícia do Rio Grande do Sul, na gestão do interventor José Antônio Flores da Cunha, Vasulmiro Dutra contribuiu para dominar o movimento constitucionalista deflagrado em 9 de julho em São Paulo. Sua participação consistiu mais uma vez em organizar corpos provisórios. Instalou seu quartel-general em Passo Fundo (RS) e, no comando dos três corpos que organizou, dominou pequenas insurreições de apoio aos revoltosos em Nonoai (RS), Lagoa Vermelha (RS) e Joaçaba (SC). Fez ainda seguir para São Paulo três corpos comandados pelos tenentes-coronéis Leopoldo Vianca, Serafim Assis e Vircidino Camargo. Embora a mobilização paulista tivesse sido ponderável em matéria de recursos materiais e humanos e contasse com o auxílio de um forte contingente vindo de Mato Grosso, o governo federal dominou a rebelião em outubro do mesmo ano, com o apoio de milícias estaduais.

Com o rompimento entre Flores da Cunha — eleito governador do Rio Grande do Sul em 1935 — e Vargas — eleito presidente constitucional da República em 1934 — devido às pretensões continuístas deste último, em 1937 Vasulmiro foi perseguido pelas autoridades estaduais, embora ainda não estivesse comprometido com o golpe em preparação no governo federal. Como era ligado à família Vargas, organizou um grupo armado que, sob a direção de um homem de sua confiança, e após breve preparo, tomou a prefeitura de Palmeira das Missões, numa ação em que seu prestígio político pesou mais que a força militar. Desfechado em 10 de novembro de 1937 sem encontrar grandes resistências, o golpe do Estado Novo levou à dissolução do Congresso Nacional e à outorga de uma nova Constituição. Vasulmiro foi então nomeado diretor do Instituto do Mate, em Porto Alegre, cargo em que permaneceu por pouco tempo, retirando-se em seguida da vida pública.

Era casado com Graciosa Zavagna Dutra, com quem teve dois filhos. Seu sobrinho Paulo de Tarso de Moraes Dutra foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1951 a 1967 e de 1969 a 1971, ministro da Educação de 1967 a 1969 e senador de 1971 a 1983.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; FERREIRA FILHO, A. *História*; FERREIRA FILHO, A. *Revoluções*; SILVA, H. 1930; TIMM, O.; GONZALEZ, E. *Álbum*.

DUVAL, ADALBERTO GUERRA

*diplomata; emb. Bras. Alemanha 1920-1925, 1926-1932 e 1932-1933; emb. Bras. Portugal 1933-1935; emb. Bras. Itália 1935-1938.

Adalberto Guerra Duval nasceu em Porto Alegre no dia 31 de maio de 1872.

Tendo feito os cursos preparatórios em sua cidade natal, estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se formou em 1892.

Ingressou na carreira diplomática em outubro de 1895 como segundo-secretário da delegação brasileira em Assunção, no Paraguai. Posto em disponibilidade em dezembro de 1897, retornou à atividade diplomática em dezembro de 1904. No ano seguinte seguiu para São Petersburgo, atual Leningrado, na União Soviética, onde foi encarregado de negócios de setembro de 1906 a julho de 1907. Ainda como segundo-secretário, serviu novamente em Assunção a partir de agosto de 1908 e, mais tarde, em Buenos Aires e em Lisboa. Promovido a primeiro-secretário em maio de 1911, ocupou esse posto em Assunção até novembro do mesmo ano, passando a servir em Londres em abril do ano seguinte. Nessa última cidade, foi encarregado de negócios de janeiro a agosto de 1913. Em março desse ano foi promovido a conselheiro.

Embora nomeado ministro residente na Colômbia em junho de 1914, permaneceu em Londres, como encarregado de negócios, desse mês até outubro, cuidando da repatriação dos brasileiros retidos na Europa pela deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Em novembro tornou-se enviado extraordinário e ministro plenipotenciário e no ano seguinte passou a ministro residente. Ministro plenipotenciário em Haia de 1916 a 1920, seguiu depois para a Alemanha, onde foi o primeiro representante diplomático do Brasil após a ruptura de relações decorrente da Primeira Guerra Mundial. Inicialmente encarregado de negócios interinos, atuou na Alemanha como ministro plenipotenciário de junho de 1920 a julho de 1925, de junho de 1926 a abril de 1932 e de outubro de 1932 a setembro de 1933.

Nomeado embaixador em Lisboa em setembro de 1933, exerceu o cargo até novembro de 1935. Transferido então para a Itália, ali permaneceu até 1939, quando se aposentou. De volta ao Brasil, fixou residência no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

À margem de sua atividade diplomática, colaborou em várias gazetas e revistas, geralmente

com versos. Foi também secretário do semanário *Rua do Ouvidor*, do Rio de Janeiro.

Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 15 de janeiro de 1947.

Publicou *Palavras que o vento leva...* (1900) e deixou inéditos um volume de versos e dois de prosa, intitulados estes *Conceito moral do esporte* e *Cifra*.

FONTES: *Grande encic. Delta*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; *Jornal do Comércio*, Rio (16/1/1947); MELO, L. *Subsídios*; MENESES, R. *Dic.*; MIN. REL. EXT. *Almanaque* (1935); MIN. REL. EXT. *Anuário*.